

MARINHA DO BRASIL
ESCOLA DE GUERRA NAVAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM ESTUDOS MARÍTIMOS

EDINA LAURA NOGUEIRA DA GAMA

**A HISTORIOGRAFIA NAVAL BRASILEIRA NO SÉCULO XIX:
O PIONEIRISMO DE THEOTONIO MEIRELLES DA SILVA (1876-1884)**

RIO DE JANEIRO

2017

EDINA LAURA NOGUEIRA DA GAMA

**A HISTORIOGRAFIA NAVAL BRASILEIRA NO SÉCULO XIX:
O PIONEIRISMO DE THEOTONIO MEIRELLES DA SILVA (1876-1884)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Estudos Marítimos.
Área de Concentração: Segurança, Defesa e Estratégia Marítima.

Francisco Eduardo Alves de Almeida

RIO DE JANEIRO

2017

G184h Gama, Edina Laura Nogueira da
A historiografia naval brasileira no século XIX: o pioneirismo de
Theotonio Meirelles da Silva (1876 -1884)/ Edina Laura Nogueira da
Gama. __ Rio de Janeiro, 2017.
228 f. : il.

Orientador: Francisco Eduardo Alves de Almeida.
Dissertação (Mestrado) - Escola de Guerra Naval, Programa de
Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM), 2017.

1. Historiografia. 2. Brasil - História Naval – Séc. XIX. 3. Silva,
Theotonio Meirelles da . I. Escola de Guerra Naval (BRASIL).
II.Título.

CDD 907.2

Edina Laura Nogueira da Gama

**A historiografia naval brasileira no século XIX: o pioneirismo de Theotônio
Meirelles da Silva (1876-1884)**

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado Profissional em Estudos
Marítimos da Escola de Guerra Naval,
como requisito parcial à obtenção do grau
de Mestre em Estudos Marítimos.

Aprovada em: 19 de maio de 2017

Banca Examinadora:

Prof. Dr. CMG (RM1) Francisco Eduardo Alves de Almeida – Orientador
Escola de Guerra Naval

Prof. Dr. Ricardo Pereira Cabral
Escola de Guerra Naval

Prof. Dr. José Miguel Arias Neto
Universidade Estadual de Londrina

Às historiadoras navais:
Adelaide Barbosa Couto,
Angela Fonseca Souza Assis e
Mônica Hartz de Oliveira Moitrel

AGRADECIMENTOS

À medida que envelhecemos, a vida nos faz ter mais e mais a agradecer. Assim, por onde começar?

Decidi ater-me ao entorno dessa jornada de dois anos que hora termina. E logo me veio a lembrança daquele que me apresentou a Theotonio Meirelles da Silva, o Contra-Almirante Max Justo Guedes. Ainda como ajudante do Departamento de História Marítima e Naval do Serviço de Documentação da Marinha (SDM), em todas as pesquisas que tratassem da história naval brasileira no período monárquico eu era obrigada a ler as obras desse autor no que fosse pertinente. Afinal, quando da apreciação dos resultados, o então diretor do SDM sempre perguntava: “Antes de fechar a pesquisa, você olhou o Theotonio?”. Enfim, desde muito cedo aprendi a reconhecer a importância da historiografia naval brasileira para a melhor compreensão dos seus acontecimentos, tendo em Theotonio Meirelles o referencial. E sempre me perguntava se não havia outro historiador além dele àquele tempo, ou mesmo antes, e o que legara Theotonio aos que se seguiram a ele. Uma vez, ao falar com o Almirante Max a respeito, ouvi dele a proposta de realizarmos no SDM uma investigação a respeito, o que lhe prometi fazer em algum momento, e hoje vejo cumprida a promessa.

Neste aspecto, minhas participações nos simpósios da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH) nos anos de 2011 e 2013 também em muito contribuíram para a escolha do tema, devido às orientações que recebi das Professoras Doutoras Adriana Barreto de Souza (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) e Angela Moreira (Fundação Getúlio Vargas). A elas, muito obrigada pelas intervenções precisas nas comunicações que apresentei e pela sugestão que fizeram, a de pesquisar a historiografia naval brasileira dos Oitocentos.

No âmbito do SDM, hoje Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), o apoio de toda a equipe dos historiadores navais, liderada pelo Capitão de Fragata Paulo Castro, Capitão de Corveta (T) Carlos André Lopes da Silva e Wagner Bueno Santos, foi fundamental para a realização deste trabalho. Responsáveis diretos pela escolha do tema, comigo atravessaram toda esta jornada pelo conhecimento e pela compreensão dos textos de Theotonio Meirelles. Aos meus mestres, o carinho de uma aluna aplicada.

À Capitão de Fragata (T) Patricia Ajus, do Arquivo da Marinha, e à Capitão de Corveta (T) Leniza Glad, da Biblioteca da Marinha, muito obrigada pela disponibilização a tempo e a hora do acervo necessário na realização das pesquisas. Incluo aqui, obviamente, os

apoios dos Suboficiais Mathias, Juarez e Francisco, do Sargento Nery e da funcionária Rosane, sempre prontos a atender todas as necessidades requeridas pela pesquisa.

Ainda quanto à DPHDM, meus agradecimentos ao Vice-Almirante (EN) Armando de Senna Bittencourt e ao Vice-Almirante José Carlos Mathias, que, como diretores da instituição, permitiram que eu fizesse o mestrado e ainda disponibilizaram todos os serviços afetos à DPHDM para a realização das pesquisas, como já referido.

Sobre o Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM) da Escola de Guerra Naval, só tenho elogios ao seu corpo administrativo. Nesta jornada tão difícil de pensar e pensar, escrever e escrever, as informações seguras e precisas da Primeiro-Tenente Marisol e do Suboficial Valdir me deram a segurança necessária no caminhar pela burocracia do Curso, amparando-me todo o tempo nas tarefas a fazer, nos papéis a preencher e nas dúvidas e prazos a cumprir. Obrigada, muito obrigada.

Quanto ao Corpo Acadêmico, da mais alta competência intelectual e profissional, as aulas ministradas pelos Professores Contra-Almirante Reginaldo Gomes Reis, Capitães de Mar e Guerra Claudio Marin Rodrigues e Francisco Eduardo Alves de Almeida e Capitão de Mar e Guerra Leonardo Mattos subsidiaram, com efeito, todo o processo de construção desta dissertação. Um deles, Claudio Marin, merece um muito obrigada nominado e especial. Suas aulas de Metodologia e Sociologia dos Conflitos trouxeram-me um mundo do saber político e social que até então desconhecia. Fui apresentada por ele a muitos filósofos, sociólogos, cientistas políticos e historiadores, na discussão de ideias, na formulação de hipóteses e na aprendizagem de teorias e métodos, em que sempre se acabava voltando à Civilização Clássica e seus pensadores. Foram resumos e mais resumos, resenhas e mais resenhas e, ainda, ensaios a produzir, na busca pelo aprendizado e conhecimento das formas e dos conteúdos de um trabalho científico. Obrigada, professor. Seus ensinamentos me acompanharão para sempre.

Outra instituição a agradecer, nas pessoas de Fátima Argon (Arquivo) e Caroline Ramos Dias (Biblioteca), é o Museu Imperial. Entre a solicitação da pesquisa dos documentos buscados no *site* disponibilizado na internet e a resposta, com a remessa em cópia digital das fontes primárias, apenas dez dias se passaram. Desses documentos, dois se apresentaram fundamentais ao desenvolvimento desse trabalho, o livro *O Padre Esmerati*, desconhecido pela historiografia naval até então, e a carta de Theotônio Meirelles da Silva ao Imperador D. Pedro II.

Da minha turma, PPGEM-2015, lembrarei de todos com muita saudade, agradecendo alegria, a camaradagem e o companheirismo que partilhamos juntos.

Alguns agradecimentos pessoais se fazem ainda necessários. Primeiramente, a Eduardo Cavalcanti, incansável e competente em me mostrar os meandros dos lugares de memória onde pudesse haver informações acerca do tema. Conhecedor dos arquivos da cidade do Rio de Janeiro e das pesquisas digitalizadas, muito me ensinou a respeito. Obrigada, muito obrigada.

A Deolinda Oliveira, desculpe os erros ortográficos, e obrigada pela competência profissional em corrigi-los e, ainda, pelo lado amigo, rápido e eficiente no atendimento das correções do texto em prazos mínimos.

A Jéssica Gonzaga, minha companheira de todas as horas (inclusive madrugadas), muito obrigada pelas aulas acadêmicas, pelas dúvidas sanadas e pela capacidade de ouvir sempre, falando o necessário. Foi muito bom dividir minhas angústias e meus medos com você, que muitas vezes parecia saber mais do meu tema do que eu mesma. Obrigada, muito obrigada.

Por último, o meu orientador, Francisco Eduardo Alves de Almeida, com quem convivi intensamente nos últimos dois anos de minha vida. Se antes já o admirava pela capacidade profissional e intelectual, passei a considerá-lo um amigo, companheiro e cúmplice desta minha jornada. Em nenhum momento deixou de ser claro, objetivo e contundente em suas críticas e observações, me orientando nos caminhos a tomar no estudo do tema, sem, contudo, intervir no meu livre pensar, a não ser quando das correções de rumo da pesquisa, que não foram poucas. Com certeza, foi o meu grande incentivador neste desafio, me convencendo de que era hora de alcançar outros mares, sendo capaz de singrá-los. Muito, muito obrigada por acreditar em mim.

“O passado não é o que passou. É o que ficou do que passou.”

Alceu Amoroso Lima

RESUMO

A história naval tem como objeto a guerra no mar numa perspectiva interdisciplinar. No entanto, por muito tempo, esteve abrigada na história militar, passando despercebida da própria historiografia. Em muitos países, foram pouco referenciadas as funções sociais, políticas e culturais da história naval nos contextos históricos que se afirmavam e se transformavam no desenvolvimento dos Estados Nacionais. No Brasil não foi diferente. Diante dessa perspectiva historiográfica contemporânea, a proposta dessa dissertação foi a de analisar a produção historiográfica de Theotônio Meirelles da Silva, pioneiro na escrita de uma história naval brasileira, contextualizando sua obra no tempo em que vivia. Aos olhos do autor, buscou-se relacionar a narrativa histórico-metodológica que empreendeu a sua obra com a criação de uma história nacional conduzida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e ainda identificar a construção da trajetória da Marinha Imperial como reflexo de uma realidade político-social da instituição.

Palavras- chave: Historiografia. Marinha do Brasil. Pioneirismo. Oitocentos.

ABSTRACT

Naval history has its focus on the war at sea in an interdisciplinary perspective. However, for a long time it has been overshadowed in military history and remained overlooked by historiography itself. In many countries, the social, political and cultural roles of naval history were poorly acknowledged. It was not different in Brazil. In the face of the contemporary historiographic perspective, the purpose of the dissertation was to analyze the historiographic output of Theotônio Meirelles da Silva, pioneer at writing a Brazilian naval history, by putting his works into his context. Through the lens of the author, it sought to correlate the methodological-historical narrative concerning his works with the formation of a national history conducted by the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, and also to identify the construction of the Brazilian Imperial Navy's journey as a reflection of its social and political reality.

Keywords: Historiography. Brazilian Navy. Pioneerisms. The 1800s.

LISTA DE TABELA

1. Turmas da Academia de Marinha

95

Sumário

| | |
|---|------------|
| Introdução | 13 |
| Capítulo I: A Escrita da História e a História Militar | 28 |
| 1.1 O diálogo entre a História e a Historiografia Militar | 28 |
| 1.2 A História e a história militar brasileira: as singularidades da História Naval Brasileira | 40 |
| Capítulo II: O Brasil e a Marinha Imperial – as origens, o lugar e o tempo histórico de Theotonio Meirelles da Silva | 65 |
| 2.1 - A afirmação da profissão militar-naval e a Academia Real dos Guardas-Marinha..... | 67 |
| 2.2 - O Período Joanino - A Independência e a Formação da Marinha Imperial - as origens de Theotonio Meirelles (1808-1823) | 73 |
| 2.3 – O Estado Nacional – A Marinha Imperial – O oficial da Armada Theotonio Meirelles (1823- 1855) | 84 |
| 2.4 – As redes de sociabilidade e os lugares de memória de Theotonio Meirelles..... | 103 |
| Capítulo III: A Produção Historiográfica de Theotonio Meirelles da Silva | 119 |
| 3.1 A História produzida pelo IHGB nos Oitocentos | 120 |
| 3.2 As Obras de Theotonio Meirelles | 123 |
| 3.2.1 <i>O Padre Esmerati</i> (1876)– (30 páginas) – e <i>A Marinha de Guerra em Paysandú e durante a Campanha do Paraguai</i> (1876) – <i>Resumos Históricos</i> – (287 páginas) | 124 |
| 3.2.2 - <i>O Exército Brasileiro na Campanha do Paraguai. Resumos Históricos</i> (1877), (243 páginas) | 142 |
| 3.2.3 <i>Apontamentos para a História da Marinha de Guerra Brasileira</i> (1881-1883) | 148 |
| 3.2.3.1 <i>Apontamentos para a História da Marinha de Guerra Brasileira – volume I –1808-1822</i> (273 páginas)..... | 148 |
| 3.2.3.2 <i>Apontamentos para a História da Marinha de Guerra Brasileira – Volume II – 1822-1825</i> (405 páginas) | 156 |
| 3.2.3.3 <i>Apontamentos para a História da Marinha de Guerra Brasileira – volume III – 1825-1828</i> (264 páginas) | 162 |
| 3.2.4 <i>História Naval Brasileira</i> (1884) - 1822-1870 (369 páginas) | 167 |
| 3.3 O Legado da produção historiográfica de Theotonio Meirelles da Silva à historiografia naval brasileira | 173 |
| Conclusão | 177 |
| Referências Bibliográficas | 197 |
| Anexo: | 225 |

Introdução

A história naval vem sofrendo transformações nos séculos XX e XXI, fruto das mudanças dos paradigmas historiográficos e do curso da própria história. Nos dias atuais, tem-se um mundo globalizado, em que o oceano se apresenta como elemento de riqueza, de intercâmbio e mesmo de confronto entre as nações. Por conseguinte, as concepções de poder marítimo e poder naval¹, que no passado se confundiam, hoje estão bem definidas, e com elas, as diferenças desses dois campos historiográficos, fato inexistente até princípios dos anos 80 (ALMEIDA, 2012, p. 31).

Assim, a história marítima trata de assuntos afetos ao uso do mar pelo homem em todas as suas dimensões, envolvendo subdivisões temáticas, tais como a história da náutica, da construção naval, da pesca, da navegação, da marinha mercante, do direito marítimo, da cartografia e da própria história naval (idem, p. 32), entre outras.

Inserida neste domínio, este campo do conhecimento tem como objeto a guerra no mar numa perspectiva interdisciplinar, aí incluídas a economia, a sociedade, a cultura, a política, a tecnologia, a estratégia, implícitas ou explícitas às ações que envolvam a instituição Marinha. No entanto, por muito tempo, a história naval esteve abrigada numa história militar, enquanto estudo da guerra, passando despercebida da própria historiografia. Em muitos países, foram pouco referenciadas as funções sociais, políticas e culturais da história naval nos contextos históricos que se afirmavam e se transformavam no desenvolvimento dos Estados Nacionais. No Brasil não foi diferente.

Deste modo, na compreensão de uma história naval brasileira contemporânea, há de se conhecer os pioneiros desse campo historiográfico, numa dimensão teórico-metodológica na qual a pesquisa trabalhe de forma mais ampla, as funções sociais e políticas dessa historiografia naval, incluindo outras abordagens, domínios e dimensões (idem, p.33). Portanto, o recorte temporal da pesquisa está inserido no século XIX, com a criação da Marinha do Brasil, intrínseca ao processo de consolidação do País como Estado-Nação. Neste tempo, será analisada a escrita dos historiadores navais brasileiros que fundamentaram o estudo desse campo, destacando-se entre eles Theotônio Meirelles da Silva, com sua produção historiográfica.

¹ O poder marítimo de um país pressupõe o uso do mar e suas potencialidades, em que o poder naval apresenta-se como garantia de defesa dessa soberania (ALBUQUERQUE; SILVA, 2006, p. 12).

A apresentação do tema será desenvolvida sob uma abordagem dedutiva. A proposta é chegar-se à compreensão do trabalho mediante a contextualização histórica do tempo, da “invenção da história como ciência” (WEHLING, 1994) e da construção das “histórias nacionais” nas quais se inseriu o entorno histórico de Theotônio Meirelles da Silva.

Entretanto, nas pesquisas teórico-metodológicas para a elaboração deste projeto, um problema se configurou. No caso, o conceito empregado para o termo historiografia em relação ao trabalho pretendido, *A Historiografia Naval do Século XIX: O Pioneirismo de Theotônio Meirelles da Silva (1876-1884)*. De toda a leitura sobre este significado, o que mais se aproxima do objeto deste trabalho – análise da produção historiográfica de Theotônio Meirelles da Silva – enquanto história da historiografia é a de um texto de Jurandir Malerba em que afirma:

... enquanto produto da experiência histórica da humanidade, ela se apresenta duplamente como objeto e como fonte histórica. Talvez função desta mesma interpolação, que lhe é inerente, resulta a permanente dificuldade em circunscrever a historiografia como legítimo campo de investigação. Ela estará sempre, dado o seu próprio estatuto, vinculada a uma história das ideias e dos conceitos, portanto uma história necessariamente conceitual. Mas Koselleck já ensinou como fazê-la, mostrando como os conceitos não são castelos no ar. Inscreveu, assim, a história da historiografia no campo social. Ela está toda aí, virgem, a nossa espera (MALERBA, 2006, pp. 23-24).

Por outro lado, enquanto análise historiográfica na forma dos “textos dos historiadores”, conforme Erivan Cassiano Karvat (2005, p. 48), ela é mediada pelo próprio presente e, portanto, representa o resultado da própria “escrita do historiador”, se apresentando também pelo processo da pesquisa em si.

Resolvida esta questão, e na verticalização do objeto da pesquisa, pretende-se observar o tempo histórico e a ruptura de paradigmas historiográficos, juntamente com construções das “histórias nacionais” e a especificidade do Brasil.

Neste aspecto, as profundas mudanças ocorridas na civilização ocidental em fins do século XVIII e princípios do século XIX levaram à aceleração do tempo histórico (KOSELLECK, 2006)². Era a desintegração progressiva do antigo regime, o estabelecimento dos ideais iluministas, a Revolução Industrial e a nova concepção do Estado Nacional. Anunciado pelas revoluções inglesas do século XVII, o grande ciclo das revoluções liberais se abriu com a independência dos Estados Unidos da América (1776), atingindo sua magnitude

² Uma das observações apresentadas pelo autor como causadora da grande ruptura teórico-metodológica da história, ocorrida do século XVIII para o século XIX, levando à “consciência do novo”.

na Revolução Francesa (1789) e nas guerras napoleônicas. O velho regime político, social e econômico levou a termo a instituição do “Estado contemporâneo, erguido sobre a delimitação precisa do território e a imposição de uma ordem jurídica e política homogênea” (MAGNOLI, 1997, p. 15). Os significados de nação e país tomaram nova forma. O Estado deixou de ser patrimônio do rei, ou seja, as disputas pelos territórios abandonaram o caráter dinástico e as guerras profissionais deram lugar às guerras nacionais, levando, ainda, ao surgimento da guerra ideológica³. Na América, a independência das colônias trouxe as histórias nacionais e, com elas, o imaginário territorial dos Estados instituídos (GAMA, 2001, p. 16).

Na legitimação desse processo, deram-se a afirmação da história enquanto ciência e o aparecimento das histórias nacionais, com seus paradigmas historiográficos. Os debates passaram a ser sucessivos, notadamente os pertinentes às correntes de pensamento que se instauraram – Historicismo e o Positivismo, discutidos em torno de três aspectos fundamentais:

a dicotomia Objetividade/Subjetividade no que se refere à possibilidade ou não da História chegar a Leis Gerais válidas para todas as sociedades humanas; o padrão metodológico mais adequado à história (de acordo com o modelo das Ciências Naturais, ou um padrão específico para as ciências humanas); e a posição do historiador face ao conhecimento que produz (neutro, imerso na própria subjetividade, engajado na transformação social) (BARROS, 2011, p.64).

Em que medida, dadas às especificidades da historiografia brasileira, se pode visualizá-los? Na obra produzida por Theotônio Meirelles da Silva à época, é possível encontrar aspectos dessas correntes de pensamento? Se houve, quais deles? Enfim, há de se conhecer esses aspectos na análise da produção historiográfica do mencionado autor.

A bibliografia estudada a respeito, tendo como referência algumas obras de Manoel Luiz Salgado Guimarães, afirma que o Brasil viveu toda esta historiografia do século XIX, refletida na sua construção e consolidação como Estado-Nação. Deste modo, enquanto as discussões acerca das novas dimensões da história se fizeram no mundo europeu pelo meio acadêmico (GUIMARÃES, 2011, p. 258), no Brasil a situação foi diferente. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) desempenhou a função legitimadora do desenvolvimento histórico então contemporâneo. Esta instituição nasceu em outubro de 1838

³ No caso, pautada pelo nacionalismo e por suas formas resultantes de governo – Monarquia e República.

e teve como projeto inicial a construção de uma história nacional. Ainda naquele mesmo ano, em janeiro, foi criado o Arquivo Nacional⁴.

A produção historiográfica brasileira assim se anunciava: surgida do “interesse do conhecimento do passado, porém entrelaçado com a ação política” e em que a “história representava um campo de interesse do Estado” (GUIMARÃES, 2011, p. 250). O IHGB, desta forma, assumia um caráter de apoio à própria institucionalização do País, diante de suas controvérsias políticas, econômicas e sociais (WEHLING, 1994, p. 157).

Na busca de mais conhecimento acerca do historicismo para o desenvolvimento deste projeto, uma análise crítica da historiografia de Theotônio Meirelles da Silva, houve necessidade de se buscar uma leitura de apoio ao problema. Optou-se por manusear os trabalhos de Arno Wehling (1999, 1994), em especial, na medida em que seu conceito de uma produção historiográfica do IHGB nitidamente historicista foi utilizado por Manoel Luiz Salgado Guimarães, como mencionado.

Portanto, esta corrente de pensamento foi um “processo intelectual elaborado por mais de um século, sendo difícil sua interpretação em bloco” (WEHLING, 1994, pp. 25-26). Para facilitar a compreensão deste paradigma, alguns autores caracterizaram este processo por etapas e momentos (idem). Numa aproximação histórico-metodológica para com o objeto deste trabalho, optou-se pela feição romântica do historicismo, observada na produção intelectual europeia, e que incluía as demais ciências sociais que emergiam. Esta é uma das três etapas/formas generalizantes e formais apontadas por Arno Wehling (idem, p. 29)⁵. Possuía caráter nacionalista, sendo aplicada imediatamente após a Revolução Francesa, vigorando até cerca de 1850.

Este período historicista “correspondeu à negação de leis históricas, fossem gerais ou relativas a cada povo, cultura ou época, sendo o apogeu do antirracionalismo” (idem, p. 29), momento em que se deu a construção definitiva da crítica histórica⁶, tendo como matriz a obra de Leopoldo von Ranke (1795-1886) e seus seguidores. No caso da produção historiográfica

⁴ Denominado à época Arquivo Público do Império, era subordinado à Secretaria do Império, com três seções – legislativa, administrativa e histórica –, tendo a função de sistematizar as informações do Estado. Este fato deixava implícita a preocupação do governo que se instaurava com a afirmação da nação e da sua identidade social. Era a busca documentada pela burocratização e pela sedimentação da memória do País, a qual contribuiu para a institucionalização do IHGB (NEVES; MACHADO, 1999, p. 260).

⁵ Considerado referência nesta temática, haja vista as numerosas citações de seus trabalhos em estudos sobre o tema. Arno Wehling estabeleceu, ainda, a feição filosófica (século XVIII), pautada pelo racionalismo, até a Revolução Francesa, e a cientificista (1850 até a Primeira Guerra Mundial) do historicismo. Esta etapa é caracterizada pelo evolucionismo, pelo positivismo e por grande parte do marxismo.

⁶ Representada pela negação historicista dos valores da Revolução Francesa.

brasileira, este significado se manteve até 1874, quando do aparecimento da obra de Capistrano de Abreu (idem, p. 169)⁷, representando o início da terceira etapa do período historicista no Brasil .

O mito historiográfico de Ranke (BENTIVOGLIO; LOPES, 2013, p. 13) está amparado em três grandes princípios historiográficos:

rigor metódico para estabelecer a qualidade da informação extraída das fontes; a amplitude, a articulação e a complementaridade entre os campos do conhecimento...; e a recusa de qualquer forma de pensamento dogmático, transcendente ou dualista. A síntese dessa atitude se dá na História: como conhecimento, como procedimento, como experiência de vida. Para Ranke, é na História, com a História e pela História que o ser humano alcança o maior saber de si, o único acesso à compreensão plena da vida humana (MARTINS; CALDAS, 2013, p. 17).

Esses princípios não significavam uma mera repetição da história, simplesmente se voltando ao passado, mas sim o propósito de investigá-la, visando à sua reconstrução criativa (ARIAS NETO, 2010, pp. 9-22). Suas obras revelavam preocupação com a vida social institucionalizada pelo Estado. Ranke vivia o “sentido pleno do presente”, haja vista sua condição de natural da Alemanha, Estado ainda em plena formação institucional. O significado de civilização para o historiador alemão não implicava a negação dos valores particulares, das histórias nacionais, das biografias dos heróis, do nacionalismo e dos valores culturais específicos (idem)⁸. As formulações rankeanas e as suas severas exigências para a pesquisa e atividade do historiador (idem)⁹ se configuraram como o referencial histórico metodológico para a construção dos moldes do projeto historiográfico do IHGB.

Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) tomou para si a tarefa de construir a história do Brasil, em obediência aos parâmetros historicistas estabelecidos pelo IHGB. Em 1854, foi publicada sua *História Geral do Brasil*. O País havia consolidado a independência política, e as lutas internas haviam sido reprimidas. Era preciso agora escrever a história nacional como

⁷ Sua produção historiográfica, segundo Arno Wehling, marcou o aparecimento de uma nova geração de historiadores brasileiros surgida após a Guerra do Paraguai, que privilegiou os estudos etnográficos, sob influência da sociologia de Comte e dos “diversos determinismos progressistas”.

⁸ O uso de José Miguel Arias Neto na complementação das características do historicismo de Ranke deve-se ao emprego de um viés cultural em sua leitura, não encontrado em outra literatura a respeito. Este aspecto interessa ao tema, dados os simbolismos implícitos na história nacional e militar à época e que talvez possam ser encontrados na produção historiográfica de Theotonio Meirelles da Silva.

⁹ O autor enumera essas exigências com sendo o amor à verdade, evitando o uso do “reflexo de nossas teorias e nossa imaginação”; investigação profunda e detalhada da fonte documental; interesse universal, evitando explicar um campo de investigação pelo outro; “nexo causal”; “apartidarismo” e “compreensão da totalidade”.

forma de unir, de transmitir um conjunto único e articulado de interpretações do passado, como possibilidade de atuar sobre o presente. A Nação, como unidade homogênea e como resultado de uma interpretação orgânica entre as diversas províncias (GUIMARÃES, 1988, p.17).

Sua produção historiográfica “correspondia à necessidade de uma nação em busca de sua própria identidade” (GUIMARÃES, 2011, p. 225). Pautava suas obras com respeito, submissão absoluta à tradição e estabelecimento crítico às fontes, buscando a objetividade e a imparcialidade, aproximando-se assim da escola rankeana, na produção de uma narrativa que expressasse a “verdade histórica do Brasil”, com a narração dos eventos tais como aconteceram (REIS, 2000, p. 49). Seus escritos expressavam a superação do cronista pelo historiador, numa visão do Brasil sob leis de sua historicidade tradicionalista, nacionalista, na valorização da herança territorial e política portuguesa, bem como nas críticas aos ideais iluministas, tornando-se o referencial historiográfico para a construção de uma história nacional aos moldes do IHGB (WEHLING, 1994,1999; GUIMARÃES, 2011).

Sob este prisma, o trabalho em lide pretende investigar se nas obras de Theotonio Meirelles da Silva houve uma sustentação dessa historicidade e de uma afirmação profissional e institucional. Ele teria buscado a construção de uma história naval brasileira de acordo com a conduzida pelo IHGB? Houve apoio institucional para tal? Se houve, foi da Armada Imperial? Sua produção historiográfica guardou similitudes com a literatura e o romantismo brasileiro e, ainda, com a geração de 1870?

No levantamento da bibliografia, foi observada a existência de alguns poucos trabalhos a respeito. Entretanto, majoritariamente, os estudiosos desta temática¹⁰ afirmam que a produção historiográfica naval brasileira iniciou-se na década de 1870, tendo sido realizada, predominantemente, por oficiais da Marinha ligados de alguma forma à instituição. Dídio Costa¹¹, ainda em 1938, estabeleceu Theotonio Meirelles da Silva como aquele que escreveu a “primeira História Naval do nosso país” (COSTA, 1938, p. 13), fato repetido por João do Prado Maia¹² em artigo de 1957 publicado na *Revista Marítima Brasileira*. No mesmo ano, José Honório Rodrigues dizia que:

É exato que o curso de História Naval adotado oficialmente na Escola de Marinha durante longo período poderia ter originado a formação de historiadores navais. O fato é que os trabalhos iniciais de M. Pinto Bravo e Teotônio Meireles da Silva não conseguiram ultrapassar as fronteiras dos

¹⁰ Até então, os conhecidos pela leitura realizada na elaboração do projeto.

¹¹ Dídio Iratim Affonso da Costa, nascido em 1881, dedicou-se em especial às biografias de personagens ilustres da história naval brasileira.

¹² Produziu obras de grande relevância para a história naval brasileira entre os anos de 1936 e 1965.

compêndios para uso das escolas de marinha e ganhar estima dos estudiosos da história brasileira (RODRIGUES, 1957, p. 238).

Mais recentemente, os trabalhos de Paloma Siqueira Fonseca¹³ e Francisco Eduardo Alves de Almeida,¹⁴ este mais abrangente, dividem a produção historiográfica naval brasileira em gerações de autores (GOMES, 2013, p. 42)¹⁵, indicando como precursores do gênero Theotonio Meirelles da Silva (1823-1887), Manoel Pereira Pinto Bravo (1849-1895) e José Egídio Garcez Palha (1850-1898).

O pioneirismo de Theotonio Meirelles da Silva esteve pautado na construção de uma obra afeta tão-somente à *História Naval Brasileira para uso das escolas a cargo do Ministério dos Negócios da Marinha*, em 1884, cujo processo de consolidação se iniciou em 1876. Essa produção deveria tornar “fácil o conhecimento exato de como se organizou a repartição da Marinha no Brasil, e de todos os feitos da Armada Brasileira, desde sua criação, em 1822, até os fins da Guerra do Paraguai, em 1870” (SILVA, 1884, p. 3). No corpo da obra, logo à primeira página, há um exame crítico feito pelo vice-presidente do IHGB, J.B. de Aquino, por solicitação do ministro da Marinha.

Sua produção historiográfica começou, provavelmente, em 1864¹⁶, com a obra *Fragmentos históricos e mitológicos*, não encontrada¹⁷. Em 1876, escreveu dois livros: *O Padre Esmerati* e *A Marinha de Guerra Brasileira em Paissandu e durante a Campanha do Paraguai – resumos históricos* –, “oferecidos à mocidade estudiosa” (SILVA, 1876, p. 1) No ano seguinte, lançou sua terceira publicação, desta vez sobre as ações empreendidas pelo Exército Brasileiro na Campanha do Paraguai. As obras que se seguiram, em número de três volumes, foram editadas sucessivamente nos anos de 1881, 1882 e 1883, fazendo parte do projeto de organizar e escrever a história da Armada Imperial, sendo sua última obra *História da Marinha de Guerra Brasileira*, finalizada em 1884. Fora imbuído da missão por nomeação do ministro da Marinha (Aviso de 29 mai. 1881).

Como visto, a problemática desta pesquisa pressupõe, a partir do pioneirismo da produção historiográfica e das fontes documentais manuseadas por Theotonio Meirelles da

¹³ Mestre em História pela Universidade de Brasília.

¹⁴ Doutor em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹⁵ Este emprego do termo *gerações* pressupõe, com o concurso da sociabilidade, “relações de aliança, disputa, filiação e ruptura de orientações intelectuais” e não “classe de idades”. Também remete a outro conceito, o de “tradições intelectuais”.

¹⁶ Há também indícios de que teria escrito artigos na *Revista Marítima Brasileira*.

¹⁷ Esta obra está referenciada em sua fé de ofício, bem como foi noticiada em jornais da época (informação detalhada no capítulo III deste estudo). Entretanto, não consta dos acervos das bibliotecas integrantes da Rede BIM, tampouco da Biblioteca Nacional, do Real Gabinete Português de Leitura, do IHGB, do Arquivo Nacional e do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Silva, reavaliar, segundo a perspectiva do autor, a história naval brasileira sob novos olhares, conceitos e teorias. Dessa forma, deverá construir a premissa de estar o autor imbuído ou não do processo de afirmação de uma história naval brasileira, fomentada pela instituição que o abrigava e ancorada nos ideais de uma história nacional promovida pelo IHGB.

Como relevante para o desenvolvimento deste trabalho, encontram-se a história militar e todas as mudanças que sofreu com as transformações advindas do desenvolvimento da história e suas rupturas teórico-metodológicas, redundando em momentos de muita produção historiográfica, outros de escassez, e de pouco interesse sobre o tema. Esta mesma historiografia, como referenciado por Amanda Pinheiro Mancuso (2008, p. 2), “foi também fortemente influenciada pelo papel e função específica que o meio militar estabelece à construção histórica” (idem).

Dessa maneira, perpassando pelos acontecimentos afetos ao tempo, a escrita da história militar foi limitada ao paradigma tradicional da História Política, condenada pela Escola dos Annales, novo paradigma historiográfico (1929), em função do desenvolvimento da história econômica, social, e mais recentemente, da história cultural, e que fez da temática história militar um campo de pesquisa “periférica” às produções acadêmicas ao longo do século XX (WEHLING, 2001, p. 38).

Nos dias atuais, o paradigma dominante é a chamada “nova história”, com uma multiplicidade de novos domínios e pluralidade dos tempos históricos, na qual o sujeito histórico se vê representado nos grupos sociais. Este novo panorama epistemológico pressupõe uma interdisciplinaridade com as ciências sociais, aplicando ao estudo do passado suas teorias, métodos e técnicas.

Neste contexto, e de acordo com Restier e Loureiro,

São objetos da história militar hoje os desdobramentos da guerra nas estruturas sociais, políticas, culturais etc.; os diferentes significados da guerra em diferentes culturas no tempo; a relação do fenômeno militar na organização sociocultural; as tradições (símbolos, imagens, canções etc.); o estudo das instituições militares; enfim, há um campo fértil para o desenvolvimento de pesquisas (RESTIER; LOUREIRO, 2012, p. 102).

Toda essa trajetória historiográfica chegou à escrita da história militar, redundando numa “nova história militar”, refletida nos estudos acadêmicos produzidos no Brasil a partir dos anos 90 (CASTRO, 2004, p. 11), na qual a história naval se insere como um subdomínio, com poucos trabalhos de referência.

A esse respeito, Alves de Almeida (2012, p. 30), ao discutir a história naval sob um olhar historiográfico contemporâneo¹⁸, aspecto já mencionado, observou que a sua abordagem não deve estar afeta apenas à história militar, embora a ela “em muito se referencie”. Entretanto, reconhece que, entre todas as dimensões da história, a que estabelece maior ligação com a História Naval tem sido a História Política, que estuda especificamente as guerras, as instituições e o poder. Pode inclusive ser afirmado que a História Naval se insere na História Militar, subdivisão formal da História Política. O que deveria ser um fator de força, entretanto, transformou a História Naval em um fator de fraqueza temática, principalmente nos estudos acadêmicos no Brasil (idem, p. 35). A contribuir para essa afirmação encontra-se a própria historicidade do País, com suas ausências de ameaças externas, notadamente as afetas às suas fronteiras fluviais e marítimas, em que pese a participação do Brasil num dos mais sangrentos conflitos do século XIX, a Guerra do Paraguai, na qual a atuação da Marinha Imperial foi fundamental para a vitória aliada. Outro fator a ser considerado é o envolvimento dos militares na política do País, levando a maioria dos trabalhos acadêmicos a ter como foco esta temática, concentrando seus estudos em pesquisas sobre origem de classes ou organizacional das Forças Armadas, notadamente do Exército Brasileiro, na busca de explicações sobre o comportamento político dos militares ao longo da trajetória do País, tendo como grande estímulo o Movimento de 1964 (MANCUSO, 2007, p. 27), na qual a história naval se encontra no bojo de uma mesma história militar brasileira.

Por último, a história naval tem especificidades distintas que contribuem para o distanciamento do historiador, em âmbito civil, no desenvolvimento de pesquisas sobre o tema e suas interdisciplinaridades. A começar pelos elementos a que se referem a história naval – o mar e a guerra –, que exigem uma formação profissional distinta, um gênero diferenciado de vida, afastando muitas vezes o marinheiro de um convívio social em suas próprias origens (NABUCO, 1949, pp. 85-87). Há ainda a tecnologia empregada pela Marinha, mais dependente do material tecnológico em que atua, como também as suas concepções estratégicas, que, majoritariamente, não envolvem a conquista de um território, como na guerra terrestre (CORBETT, 1988, pp. 91-94).

Portanto, este trabalho, mediante uma nova releitura da produção historiográfica realizada por Theotônio Meirelles da Silva, tendo como recorte temporal a produção da obra *A Marinha de Guerra Brasileira em Paissandu e durante a Campanha do Paraguai: Resumos*

¹⁸ No seu texto, Alves de Almeida os descreve, num diálogo para com a “Nova História”.

*Históricos 1876*¹⁹ e a última por ele produzida, *História Naval Brasileira*, de 1884, pretende contribuir para a fomentação de novas discussões acadêmicas, especificamente no campo de uma “nova História Militar brasileira”. É preciso esclarecer que a pesquisa não se atém somente a uma interface com a história social, ou mesmo cultural, mas, fundamentalmente, faz um balizamento com a metodologia da história política. Desta forma, busca as especificidades da própria história naval. Assim, se apresenta diferenciado de outras pesquisas sobre história militar conduzidas no meio acadêmico, majoritariamente sob um viés social e afetas tão-somente ao Exército.

Outras perspectivas distintas para a relevância deste estudo podem ser enumeradas, como se seguem: a) ao estabelecer uma análise crítica à obra de um historiador naval brasileiro do século XIX, destacando-o como o primeiro a tratar da trajetória da Marinha Imperial (1822-1870), o resultado da pesquisa poderá redundar num paradigma afeto à história naval brasileira, enquanto “conjunto de crenças, valores e técnicas comuns a um grupo que pratica um mesmo tipo de conhecimento” (KUHN, 2011, p. 254), e b) ao investigar a história naval produzida por Theotônio Meirelles da Silva, pretende-se identificar elementos que possam estar afetos ao processo de institucionalização e profissionalização da historiografia brasileira e apontar as origens das fontes documentais manipuladas pelo autor, alargando, assim, o conhecimento dessas mesmas fontes em futuras pesquisas.

Por fim, conhecer a produção historiográfica naval do século XIX pelos olhos desse autor talvez possa levar à sua caracterização como uma estratégia política fomentada pelos chefes navais à época em suas organizações de ensino para o desenvolvimento de uma mentalidade naval. E, ainda, tem o propósito de afirmar o papel preponderante exercido pelo poder naval no País que se afirmava.

O objetivo geral da pesquisa é analisar a produção historiográfica e as fontes documentais manuseadas por Theotônio Meirelles da Silva, contextualizando sua obra na sociedade em que vivia segundo sua própria perspectiva e tendo ainda, apenas como contraponto, outras obras produzidas à época, sob um olhar historiográfico contemporâneo. Como objetivos específicos, há as seguintes propostas: a) descrever a trajetória da história da história, atrelada aos acontecimentos do mundo ocidental, e suas interfaces com a história militar e a história militar brasileira, notadamente a história naval brasileira; b) relacionar a narrativa histórica produzida pela Armada Imperial, aos olhos do autor, com a criação de uma

¹⁹ Infelizmente, sua primeira obra, *Fragmentos históricos e mitológicos*, não foi encontrada, como já referido.

história nacional conduzida pelo IHGB, caso haja uma correlação; c) estabelecer a trajetória individual de Theotônio Meirelles da Silva, ao conhecer suas origens e seu tempo histórico; d) discutir a produção historiográfica do autor, aí incluídas as fontes documentais utilizadas; e) identificar outras obras afetas ao tema, se houver; e f) traçar algumas considerações acerca do legado deixado por Theotônio Meirelles da Silva à historiografia naval brasileira.

O desenvolvimento do projeto terá a dimensão de uma história política, num diálogo com a história cultural e social, e o domínio de uma história militar clássica (BARROS, 2008, p. 107), “tendo uma história naval central que consiste na narração de tópicos abordados com ênfase nos aspectos políticos, diplomáticos e operacionais militares (...), enquadrando-a como um segmento da história marítima” (ALMEIDA, 2012, p. 35) e subdomínio da história militar. O marco temporal será a primeira obra de relevância historiográfica encontrada (1876) e a última por ele produzida, em 1884, pelo menos de que se tem conhecimento, numa narrativa de uma história naval com ênfase nos aspectos políticos, administrativos, diplomáticos e operacionais militares.

Contribuiu para essa contextualização o fato de que a temporalidade do projeto compreende o surgimento da História como campo científico. Assim, houve à época uma expressão social, política e cultural relevante no contexto histórico do século XIX, centralizado no estabelecimento dos Estados Nacionais. Na instrumentalização desse processo, se encontravam as Forças Armadas. Portanto, como afirma Ronaldo Queirós de Moraes,

(...) não havia hiato entre a História Geral e a Militar, pois os eventos político e belicoso se amalgamavam numa única narrativa que se centrava no herói civil ou militar, no político e no cronológico, ambas apoiadas em fontes oficiais que diziam a História para o historiador (MORAIS, 2013, p. 102).

Obedecida a especificidade historiográfica do Brasil, na qual o projeto de construção da história nacional foi conduzido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, esta pesquisa buscará identificar nas obras de Theotônio Meirelles da Silva elementos afetos a uma metodologia rankeana, “tipologia” característica da historiografia dos Oitocentos, que talvez possa ser estendida à historiografia naval brasileira.

Quanto às abordagens, serão utilizados instrumentos como documentação arquivística, em essência ou mesmo literária, e jornais de época, além de extratos biográficos. Na análise crítica das fontes, o uso de uma crítica interna é mais aplicável, posto que o objeto estudado

está centrado numa história factual, o que leva à verificação da narrativa sob os critérios de credibilidade e interpretação à produção historiográfica de Theotônio Meirelles da Silva. Assim, os aspectos epistemológicos devem ser manuseados na compreensão e explicação de uma historiografia “que é, de um lado, o discurso e o tipo de conhecimento que um historiador elabora; mas é também o nome do seu próprio objeto de estudo: o campo processual dos acontecimentos” (BARROS, 2011, p. 30).

Além do diálogo com os paradigmas então existentes – positivismo e historicismo –, esta pesquisa buscará o relativismo entre história dos conceitos e história social, perpassando pela história política e militar-naval. Neste contexto, recorrerá às reflexões de Reinhart Koselleck (2006) afetas à historiografia, ao tempo histórico, a “ficção do factual” e à “verdade dos fatos”. Esses conceitos talvez possam estar contidos na produção historiográfica de Theotônio Meirelles da Silva, como visto a seguir.

Quanto à historiografia, diz Koselleck que o seu exercício determina a crítica a uma historiografia anterior (2006, p. 176). Esta teoria, aplicada ao conteúdo da pesquisa, revela a existência nas obras de Theotônio Meirelles da Silva algumas nuances acerca do gênero literário e da história vista como “mestra da vida”, uma visão iluminista. Sobre o tempo histórico, Koselleck afirma que este não reside numa mera aplicação dos movimentos naturais, nos quais, estabelecido um evento fundador, a pesquisa caminha para frente ou para trás, de acordo com a investigação histórica que se quer produzir.

Na “ficção do factual”, Koselleck alerta para o fato de que o historiador acredita estar contando o fato como realmente aconteceu. No entanto, a sua inserção e a interpretação das ações do passado nunca serão idênticas ao que realmente ocorreu, ou seja, na obra de Theotônio Meirelles da Silva deverá ser observada a sua percepção acerca dos fatos narrados. Até porque esta “verdade dos fatos” nunca será igual à totalidade do acontecido; “a realidade propriamente dita já não pode ser mais apreendida” (idem, p. 141), inclusive nem mesmo pela própria pesquisa que se pretende realizar.

Investigar a historiografia naval brasileira no século XIX implica um grande desafio. Não há referências empíricas, além das que serão tratadas nesta pesquisa. Abrigada pela história militar e pela história política, e incluída ainda num perpasso pela história social e cultural, a história da Marinha do Brasil é pouco conhecida pela historiografia brasileira, que, quando muito, a insere num domínio militar terrestre, totalmente diferenciado da dinâmica da profissão naval, como bem referenciado por Norbert Elias em sua obra *The Genesis of the*

Naval Profession (2006), a ser utilizada quando da tratativa do perfil biográfico de Theotonio Meirelles da Silva.

Também se fará uso das reflexões de Carlos André Lopes da Silva (2012) acerca da Escola Naval no período 1808-1839, instituição cuja estrutura será basilar para a formação profissional de Theotonio Meirelles da Silva, recorrendo-se, ainda, a Samuel Huntington (1996) no que tange aos aspectos operativos e institucionais da profissão militar, bem como à análise que faz do perfil da profissão, no caso como parte de uma instituição que, devido ao poder das armas, detém a administração da violência. Esses aspectos são perceptíveis no autor e sua obra? O caráter que emprega ao seu discurso é o de profissionalismo da Força? Há documentos citados por ele que ensejam esta problemática?

No desenvolvimento do trabalho, o olhar sobre a produção historiográfica de Theotonio Meirelles da Silva será o de uma história problematizada, até porque foi construída à época de uma historiografia tradicional, com o “emprego das novas metodologias desenvolvidas na ciência histórica recente (...), que permitem alcançar as múltiplas interfaces da História Militar, tais como a social, cultural, econômica, da ciência ou política, entre tantas outras” (PARENTE, 2009, p. 3).

Entretanto, na condução do trabalho, não pode ser esquecido que produzir conhecimento em história pressupõe o “uso exaustivo das fontes documentais”, ou seja, “ao lado de uma renovação da problemática científica (...), é indispensável o retorno ao arquivo” (WEHLING, 2001, p. 41). Neste contexto, a pesquisa em lide se propõe a investigar a documentação utilizada pelo autor não por uma ótica de veracidade, autenticidade, mas sobre o valor dado a ela pelo autor – sua credibilidade e interpretação – para a história narrada.

Como resultante, o alargamento do conhecimento dessas fontes documentais poderá ampliar os estudos dessa mesma história, inserida num contexto de uma “nova história militar”.

Na medida em que o recorte deste trabalho está pautado em história política, e em historiografia, essencialmente, é necessária uma investigação que inclui método, escrita, análise textual e emprego de documentação primária utilizada pelo autor. Assim, buscar-se-á trazer ao processo a análise do discurso historiográfico de Theotonio Meirelles da Silva não somente como uma prática discursiva, seja no nível de uma macro ou microanálise, mas sim como uma prática social do seu discurso enquanto mudança social, em função da própria

historicidade de sua obra. Nesse intuito, far-se-á uso da obra *Discurso e Mudança Social*, de Norman Fairclough (2016).

Finalmente, ao fazer uma releitura da produção historiográfica de Theotonio Meirelles da Silva, esta pesquisa pretende contribuir para

o papel atribuível à história da historiografia numa seara do conhecimento histórico: o de aperfeiçoá-lo, aprimorando pela crítica o uso dos conceitos, a construção dos problemas, a lógica do argumento e o emprego da documentação. Conhecer a história da historiografia militar, como de toda a historiografia, é condição para o aperfeiçoamento deste campo do conhecimento, já que a história de uma ciência é o campo de sua epistemologia (WEHLING, 2001, p. 41).

O trabalho terá três capítulos. No primeiro, serão descritas a trajetória historiográfica da história, atrelada aos acontecimentos do mundo ocidental, e suas interfaces com a história militar e a história militar brasileira. Neste percurso, aspectos teóricos e metodológicos dessa “história da história” também serão observados. Haverá, ainda, um breve esboço crítico das obras produzidas ao longo do tempo pela história militar, com ênfase na história naval brasileira e no pioneirismo de Theotonio Meirelles neste processo de construção. Cabe lembrar que, no desenvolvimento do texto, buscar-se-ão elementos característicos deste subdomínio, mediante diálogo com a bibliografia selecionada.

Em um segundo capítulo, a proposta é estabelecer o perfil biográfico de Theotonio Meirelles da Silva. Conhecer suas origens e seu tempo histórico provavelmente trará elementos para a análise crítica de sua produção historiográfica, já que esses fatores envolvem todo um lugar político, econômico e social e, por que não, cultural, que o tornou historiador. Pretende-se também investigar os espaços e as redes de sociabilidades²⁰ que o autor construiu e que talvez possam ser relacionados às atividades da *Revista Marítima Brasileira*, da Biblioteca da Marinha e do Museu Naval, organizações criadas pela Armada Imperial a partir da segunda metade do século XIX.

²⁰ Tendo como premissa o texto de Robert Darnton (2003, pp. 7-91), em suas observações sobre a Paris do século XVIII, o conceito de redes de sociabilidade pressupõe uma troca permanente de atividades coletivas geridas pela comunicação – oral ou escrita – e ocorridas normalmente em espaços públicos, culturais ou não, e de formas distintas. Nesse caso, seriam redes de pensamento ou outro interesse coletivo, num processo de realimentação e convergência. Este conceito, ampliado ao Brasil dos Oitocentos, estabelecia uma identidade, mediante influências adquiridas dos assuntos corriqueiros, dos cotidianos da vida, dos interesses intelectuais e outros, e que ocorriam a partir desses contatos sociais, integrando os indivíduos, contribuindo para a construção das chamadas “micro-histórias”. Quando duráveis, geravam redes de sociabilidade sólidas, exclusivas e singulares, numa relação de interdependência para com as macro-histórias.

O terceiro capítulo compreenderá a análise crítica da produção historiográfica de Theotônio Meirelles da Silva, aí incluídas as fontes documentais que utilizou. Apenas como um contraponto buscar-se-á identificar outras obras afetas ao tema. Há ainda a intenção de relacionar a produção historiográfica do autor, sob sua ótica, ao processo de construção de uma história nacional conduzida pelo IHGB e verificar se houve ou não interseção neste processo. Por último, pretende-se identificar, diante da pesquisa envidada, o legado de Theotônio Meirelles da Silva para a historiografia naval brasileira.

Capítulo I: A Escrita da História e a História Militar

Uma pesquisa historiográfica pressupõe responder a algumas perguntas, tais como: O que levou os historiadores a escrever o que escreveram? O que os motivou e por que o fizeram? Em que contexto histórico se encontravam? Sob quais parâmetros histórico-metodológicos se construiu essa escrita da história? Que resultantes e influências legaram aos que se seguiram?

Para a compreensão da trajetória historiográfica desta pesquisa, é preciso que ela seja reconhecida no tempo e seja atrelada aos acontecimentos do Mundo Ocidental, demonstrando, em linhas gerais, como ocorreram as transformações da história militar tradicional para uma moderna história militar, campo disciplinar da produção historiográfica de Theotônio Meirelles da Silva.

Com o concurso de algumas referências literárias que se debruçam sobre esta temática, serão comentados aspectos históricos, teóricos e metodológicos paradigmáticos dessa “história da história”. Entretanto, neste percurso, os olhares são dirigidos à sua interface com a história militar, numa revisita ao tema, aí incluída a história militar brasileira. Em alguns aspectos, ela também será trazida à historiografia contemporânea.

Cumprir lembrar, ainda, que, neste capítulo, um lugar histórico diferenciado é oferecido à historiografia naval e, em especial, à produção historiográfica naval brasileira

1.1 O diálogo entre a História e a Historiografia Militar

É consenso na literatura historiográfica que a história militar tem origem na Antiguidade Clássica, sendo duas as obras mais referenciadas. A primeira é *Histórias*, produzida por Heródoto (485? - 420 a.C), com a narrativa das Guerras Médicas. Esses conflitos e suas batalhas representaram três tentativas bélicas do Império Medo-Persa para dominar a Grécia ²¹, na segunda metade do século V a. C, quando, pela primeira vez o poder naval apresentou-se em grandes dimensões num conflito, sendo os persas derrotados na Batalha Naval de Salamina (ALBUQUERQUE; SILVA, 2006, p. 26).

Na segunda obra, *A Guerra do Peloponeso*²², de autoria de Tucídides (460-395 a.C), o confronto se deu entre as duas maiores cidades-Estados gregas. De um lado estava a força naval de Atenas e de outro, a força terrestre de Esparta. Sua literatura tratou das múltiplas

²¹ 492 a.C, 490 a.C e 480 a.C (ALBUQUERQUE; SILVA, 2006, p. 26)

²² Conflito entre Atenas e Esparta (431- 404 a. C).

faces dos fenômenos militares de uma guerra à época, que remontam às próprias questões militares, além das políticas sociais, e mesmo culturais, da história da Grécia²³.

A esse respeito, Pedro Paulo A. Funari²⁴, no artigo “Usos da Guerra do Peloponeso” (FUNARI, 2011, p. 1), comentou o êxito e a repercussão da obra de Tucídides ainda em seu próprio tempo e posteriormente com os romanos. Relatou as apropriações contemporâneas da sua narrativa da guerra²⁵ e a influência da obra no século XX, com as guerras mundiais. Também fez menção à análise comparativa da Guerra Fria (1946-1989), oposição de dois mundos – EUA e URSS – e seus congêneres na Antiguidade – Atenas e Esparta. Esta “leitura bipolar” de Tucídides, diz o autor, dominou a diplomacia americana por muitos anos²⁶. Ao final do seu artigo, no entanto, numa crítica à política norte-americana após o 11 de Setembro, lembrou que uma visão simplista e generalizante da guerra, aos moldes da literatura clássica, não sobrevive à análise atenta dos acontecimentos, tarefa do historiador.

Outras produções historiográficas do Mundo Antigo Ocidental chegaram à historiografia contemporânea. Ainda sobre a Grécia, há Xenofontes (430-355 a.C) e também Políbio (198-117 a.C), que, embora ateniense, escreveu sobre as conquistas do Império Romano. Nesse contexto, sua obra é reverenciada pela historiografia como uma “aquisição perene”, aos moldes do texto de Tucídides (SANTANNA, 2012, p. 144), não apenas na aplicação de múltiplos olhares no trato da guerra, mas – e essencialmente – pelo relato preciso dos acontecimentos, imprescindível ao seu entendimento. Políbio valorizava a crítica das fontes, a “autópsia”, o conhecimento pessoal das regiões tratadas e da política (idem, p. 145). Cabe ainda observar que, em sua *História Geral*, quando do relato sobre as Guerras Púnicas, o autor expôs as rivalidades comerciais entre Roma e Cartago, de caráter marítimo por excelência, e os conflitos resultantes (ALBUQUERQUE; SILVA, 2006, p. 30).

A historiografia romana também trouxe significativa relevância à história militar com Tito Lívio (59 a. C - 17 d. C), que discorreu sobre a história do Império Romano, suas

²³ No século XIX, Leopoldo Von Ranke (2011, pp. 252-259), na análise comparada que produziu das obras de Heródoto e Tucídides, viu em seus relatos um triunfo da história política e a concepção dos Estados. A esse respeito, Rodrigo Turin (2013, p. 85) refere-se ao fato de que para ele, Ranke, Tucídides é o mais próximo a conceituar a identidade da história “como uma narrativa compreensiva dos atos humanos”, um acontecimento específico, de ordem interna, num discurso analítico e descritivo de suas fontes.

²⁴ Professor Doutor do Departamento de História e coordenador do Centro de Estudos Avançados da Universidade de Campinas (Unicamp).

²⁵ Os primeiros modernos a lerem Tucídides, diz o autor, foram os ingleses, na busca de uma identidade marítima e comercial aos moldes de Atenas para o Império Britânico que se anunciava.

²⁶ Segundo FUNARI (2011, p. 6), desde o governo Truman (1945-1953), analistas como Robert Gilpin e Kenneth Waltz (2004, p. 11), cientistas políticos americanos, pensaram a polarização entre o Ocidente e a URSS nos termos da guerra entre Atenas e Esparta.

guerras e sua política. O conhecimento histórico romano se baseou numa visão teleológica, levando à grandeza do império. Tácito (55-120), por sua vez, narrou a guerra civil em Roma. As biografias de Plutarco e Suetônio foram emblemáticas para a crença de que a história faz o herói, expressão dos valores de uma sociedade. Assim,

(...) os historiadores antigos não escreveram apenas histórias de guerras, mas também de instituições, conspirações e imperadores, e tampouco os textos de história militar dos historiadores antigos se limitaram à descrição de batalhas, visto que muitos incursionaram no campo da política, investigaram as causas das guerras, examinaram os *casus belli* e produziram relatos etnográficos de grande valor em meio à descrição dos povos e exércitos em conflito. Talvez não seja exagero dizer que, para os historiadores antigos, desde Heródoto, a guerra era o principal fator explicativo das mudanças históricas, um autêntico “motor da história” (SOARES; VAINFAS, 2011, p. 115).

O breve relato das narrativas da Antiguidade Clássica mais visitadas pela historiografia contemporânea corrobora a afirmativa de que, inserida também como história militar, estava a história naval, ambas afetas a uma história geral ditada pela guerra. Por sua vez, essa historiografia militar encontrava-se sob a dimensão de uma história política pautada pelos conflitos e suas batalhas, que pressupunha a evolução do processo histórico daquelas sociedades. Mesmo não sendo historiadores militares, esses pensadores clássicos praticaram uma literatura militar especializada (LÓPEZ, 1993, p. 215).

Esta produção historiográfica foi retomada com a consolidação da história como campo científico, em meados do século XIX. Ou seja, em suas origens, a história, a história militar e a história naval estavam imbricadas, e assim permaneceram. O fato militar *per se*, que envolvia a arte da guerra, ou que se via estritamente ligado ao fato político, foi fundamental no discurso histórico que se estabeleceu.

A escrita da história apresentava-se num amálgama à história militar sob dois pontos de vista (TEIXEIRA, 1991, pp. 55-56). No primeiro, de caráter epistemológico, a escrita da história partilhava do mesmo conceito de fato, tempo e sujeito histórico. Era o momento único, o acontecimento, particularmente afeto ao grande feito militar e a suas resultantes políticas. O tempo histórico era linear, sucessivo e imutável, e o sujeito histórico apresentava-se como o herói, o homem de Estado, o chefe militar²⁷. Esta configuração historiográfica trazia uma identidade à história geral e à militar, esta entendida no seu sentido restrito como a arte de se fazer a guerra, suas campanhas e batalhas decisivas (idem, p. 56).

²⁷ Esses papéis históricos muitas vezes se confundiam.

O segundo ponto de vista observado por Nuno Severiano Teixeira diz respeito à função política e social²⁸ do “fazer história” à época – a legitimação dos Estados Nacionais que emergiam²⁹. Cabia à História construir e consolidar essas identidades nacionais no surgimento das “histórias oficiais”³⁰. Para tal, era preciso estudar o passado, na transmissão de valores e de fomento das suas tradições. Portanto, a história militar tornou-se um ponto de inflexão, sendo, em muitos casos, representativa do mito fundador da nacionalidade, e, aos moldes de uma história nacional, era narrativa, factual, objetiva, com o uso de fontes primárias e ênfase na documentação oficial (MORAIS, 2013, p. 102).

A produção historiográfica militar, por conseguinte, manifestava-se em duas direções. A primeira era afeta às reflexões acerca de suas especificidades profissionais (técnicas e operacionais) e à legitimação de sua estrutura interna e externa em relação ao Estado que se constituía. E a segunda inseria-se na concepção de uma “história heroica, patriótica e comemorativa” (TEIXEIRA, 1991, p. 56), haja vista as produções historiográficas de Antoine Henri Jomini (1779-1869) e Carl Von Clausewitz (1780-1831), que se notabilizaram como os grandes pensadores militares de sua época³¹.

Neste contexto, dado o recorte temporal e o alcance das obras desses teóricos da guerra à historiografia militar, é preciso identificar elementos conceituais em suas trajetórias que possam contribuir para o objeto desta pesquisa. Afinal, seus escritos foram extraídos das profundas mudanças sofridas pelo Ocidente com a Revolução Francesa (1789) e as Guerras Napoleônicas (1792-1815)³², aliadas à Revolução Industrial, com as suas inovações bélicas, e à instituição dos Estados Nacionais, inclusive no Brasil, trazendo um novo olhar à história militar enquanto estudo do seu objeto – a guerra – e às suas especificidades.

Segundo a *Era das Revoluções-1780-1848* (HOBSBAWN, 2016, pp. 27-213), a conduta da guerra tomou nova forma, com a ruptura de dogmas. Os conflitos bélicos

²⁸ Aplicada ao conceito de “melhor gerir os mecanismos da realidade social”.

²⁹ Oriundos das profundas transformações ocorridas na civilização ocidental em fins do século XVIII e princípio do século XIX.

³⁰ Sustentação da fala ou da escrita de uma instituição (GUIMARÃES, 2011, p. 81).

³¹ Alguns estudiosos, como John Shy e Peter Paret, na obra *Os Construtores da Estratégia Moderna: de Maquiavel à Era Nuclear* (2015), destacam ainda Napoleão Bonaparte como um dos responsáveis pela formação do pensamento militar moderno, dada a sua genialidade nas manobras militares e a procura do ponto decisivo de ataque no dispositivo das forças inimigas. Junte-se ao fato que Jomini e Clausewitz tiveram o exemplo das guerras napoleônicas na formulação de suas teorias.

³² Os séculos anteriores, notadamente os séculos XVII e XVIII, conheceram guerras dinásticas, aristocráticas e limitadas, com o emprego de mercenários e uma lealdade questionável da tropa no cumprimento das ações operativas. Por sua vez, os embates tinham pouca criatividade e se limitavam às grandes manobras bélicas dos exércitos privados de seus soberanos.

passaram a ter interesses e objetivos nacionais. O recrutamento, com a conscrição³³, gerou os grandes exércitos, e uma “nação em armas”, na democratização dos conflitos. As disputas pelos territórios ampliaram o espaço operacional dos combates, que tomaram um caráter violento e destrutivo, envolvendo militares e mobilizando populações inteiras.

Os militares Jomini e Clausewitz viveram esse tempo e eram contemporâneos. Durante suas carreiras, exerceram, essencialmente, atividades de estado-maior³⁴ e de assessoria político-militar, chegando à patente de generais ao servirem nos exércitos prussiano e francês e, ainda, no Exército russo³⁵. Nessas funções, acabaram por travar conhecimento com toda a dinâmica das operações napoleônicas e suas resultantes diretas e indiretas, o que proporcionou que esses dois militares refletissem e escrevessem, sob rigor científico, sobre novas vertentes para os princípios, o planejamento e a execução da guerra, inclusive na definição dos conceitos de estratégia³⁶ e tática³⁷, tendo como instrumento a história militar, em especial aquela que haviam acabado de viver.

A literatura existente a respeito do pensamento estratégico de Jomini e Clausewitz é muito vasta. Assim, optou-se por fazer uso, essencialmente, de um breve resumo da obra *Guia de Estudos de Estratégia* (PROENÇA JR *et al*, 1999, pp. 54-90), dada a concisão do texto e a

³³ Serviço militar obrigatório, instituído à época das guerras napoleônicas.

³⁴ Inicialmente adotada pelo Exército napoleônico e logo absorvido pelo exército prussiano, esse tipo de organização pressupunha a existência de oficiais especialistas de assuntos afetos à guerra – inteligência, pessoal, logística, estratégia – próximos ao centro de decisão, na contribuição para o planejamento e a execução das operações de combate. Nos dias atuais, essa equipe de assessoria está presente em todas as Forças Armadas, distribuída por estudos especializados em diversas áreas de operações e administração militar.

³⁵ Jomini era suíço e conviveu com o corpo de oficiais do exército francês até 1813, quando se tornou especialista militar dos russos. A partir de 1837-1838, com a publicação da sua obra *Précis de L'Art de La Guerre* (Sumário da Arte da Guerra), passou a viver de sua produção historiográfica. Já Clausewitz era prussiano e serviu neste Exército até 1812. Desgostoso da subserviência prussiana aos franceses, passou a servir à Rússia, no período 1813 a 1815, quando voltou a ser oficial prussiano (PROENÇA JR *et al*, 1999, pp. 54-90).

³⁶ André Beaufre, em seu livro *Introdução a Estratégia*, refere-se à evolução do conceito de estratégia, que tem origem militar, sendo vista até os séculos XVII e XVIII como a arte da guerra dos generais, o estrategista (BEAUFRE, 1998, pp. 23-60). O autor perpassa o século XIX com a premissa de Clausewitz, “arte de empregar as forças militares para atingir resultados fixados pela política”, até hoje usada por alguns autores, citando-se em especial Raymond Aron. Referindo-se à complexidade do conceito nos dias atuais, André Beaufre trata das múltiplas facetas do termo – finalidade, meios, modelos, planos. Assim, a estratégia é uma arte de emprego dos meios para se atingir os objetivos. Estes, por sua vez, encontram-se no domínio da política, intrínsecos à filosofia que se quer ver dominar. Ou seja, o destino do homem em todos os segmentos de sua trajetória, inclusive a militar, “depende da filosofia que ele escolherá para si e da estratégia pela qual ele procurará fazê-la prevalecer” (*idem*, 60).

³⁷ Do ponto de vista militar, “é a arte de empregar as armas no combate para obter o melhor rendimento” (BEAUFRE, 1998, p. 27).

análise comparativa empreendida por esses autores entre Clausewitz e Jomini no tocante às suas obras³⁸ e ao legado desses fundadores do pensamento estratégico moderno.

Em obediência ao fluxo da história, é preciso reconhecer, dizem esses autores, que Jomini foi o primeiro a teorizar o pensamento moderno sobre a guerra³⁹, tornando-se, ao longo do século XIX, o modelo a ser seguido na resolução dos conflitos, além de seus preceitos representarem a “raiz identitária das forças armadas nacionais profissionais” (idem, p.55). Atualmente, no entanto, o conhecimento de sua obra está restrito ao círculo de especialistas e, geralmente, apenas sob abordagem histórica. Ao contrário, Clausewitz, pouco conhecido até fins do século XIX, é visto, nos dias de hoje, essencialmente como “sinônimo do estudo da guerra” (idem, p. 57).

Essa constatação, conforme o *Guia de Estudos de Estratégia* (1999), está diretamente relacionada a dois fatores: a) à complexidade e densidade da obra de Clausewitz e b) às críticas ao seu conteúdo por Jomini, que, num “jogo da escrita”, trazia confusão ao texto de Clausewitz. A esses fatores, de acordo com John Shy, podem ser acrescentados a própria longevidade de Jomini⁴⁰, o caráter didático e a visão simplista da guerra que imprimiu em sua obra, além da popularidade que impôs à mesma. A proposta era a de reverenciar o modelo napoleônico da guerra, no caso o emprego da massa, o ataque e a busca de vitórias rápidas e decisivas, os quais os militares eram os únicos capazes de planejar e vivenciar. Ainda de acordo com John Shy⁴¹, também não podem ser esquecidas a ótica heroica e a ênfase as ações dos líderes e soldados, observadas em seus discursos (SHY *apud* PARET, 2015, pp. 185-234).

Ainda sobre Jomini, suas ideias, buscadas em experiências históricas, eram fundamentadas na concentração de forças no ponto decisivo, num sentido prático e objetivo da guerra, sistematizada por ele nos níveis estratégicos, operacionais e logísticos (sem ater-se ao abastecimento, mas sim à movimentação das tropas). Procurava, assim, reduzir a

³⁸ No caso de Jomini, sua obra mais referenciada é *Précis de L'Art de La Guerre (Sumário da Arte da Guerra)*, que recebeu várias revisões do autor. Já Clausewitz teve em *Da Guerra* um livro de “efeito retardado” à sua obra mais contundente, só amplamente conhecida após quarenta anos de publicada. O fato ocorreu em 1871, quando o General Helmuth von Moltke, chefe do Estado-Maior prussiano, creditou sua vitória contra os austríacos e franceses à influência da obra de Clausewitz (KEEGAN, 1994, p. 37).

³⁹ Ainda em 1805, publicou o Tratado das Grandes Operações Militares.

⁴⁰ Morreu aos 90 anos, em 1869, enquanto Clausewitz viveu somente até 1831, falecendo aos 52 anos. Sua obra *Da Guerra* foi publicada postumamente e ainda inacabada (conforme referência do próprio autor) em 1832, pela sua esposa.

⁴¹ Considera que, mais do que Clausewitz, a Jomini deve ser creditado o “duvidoso” título de fundador da moderna estratégia enquanto “conjunto de técnicas prescritivas para a análise e o planejamento militar (...), o meio da efetiva quebra do vínculo óbvio entre Napoleão e a Revolução Francesa” (JOMINI *apud* PARET, 2015, p. 186).

complexidade da guerra e, ainda, prescrever as linhas de ação como prováveis para a vitória e globalizantes numa abordagem científica imutável do processo estratégico ofensivo, visto como distinto do emprego da política e da tática⁴².

Por sua vez, Clausewitz procurou num contexto mais amplo, a compreensão dos aspectos políticos da guerra e as suas relações de causa e efeito (KEEGAN, 1996, p. 21), aproximando-se da teoria de Jomini no que tange à estratégia formalista das manobras militares.

Clausewitz pertencia a um grupo de generais intelectuais, escritores e leitores de história que buscavam educação e atualização aprimorada do Exército prussiano. Subordinou o pensamento bélico do século XVIII, sob o qual se formara, às percepções humanistas, sistemáticas e nacionalistas do romantismo alemão (PROENÇA JR *et al.*, 1999, pp. 73-74). Esse perfil peculiar acabou por dotar de forma distinta a sua produção historiográfica, que se tornou emblemática no campo científico do estudo da guerra, sendo até hoje estudada e revitalizada pelos especialistas no assunto, independente de ser vista pelo próprio Clausewitz como uma obra inacabada.

Para ele, no momento em que a guerra era a continuação da política por outros meios, em que o inimigo deveria se dobrar neste ato de força, não havia somente uma grande questão estratégica a ser resolvida, tampouco existia apenas o esquema militar para equacioná-la. A guerra, enquanto violência absoluta, era uma abstração, sendo na prática somente limitada ou ilimitada⁴³. No estudo da guerra havia uma trindade fundamental a ser observada: o povo, o governo e as forças armadas. Sobre a estratégia, refletia que a ação defensiva era sempre mais forte do que a ofensiva, por estar protegida em seu próprio teatro de operações (PARET, 2015, pp. 236-269).

Continuando sua análise sobre o legado de Clausewitz, e o contrapondo a Jomini, os autores do *Guia de Estudos da Estratégia* (1999, p.76) esclarecem que não há um caráter restaurador, reducionista ou prescritivo na produção historiográfica daquele pensador estratégico, tampouco seu conhecimento acerca da guerra encerra um pensamento abstrato. Ou seja, Clausewitz não fora o filósofo da guerra, e sim o teórico da guerra.

⁴² Neste sentido, sua teoria acerca do emprego de linhas interiores se tornou muito conhecida. Implicava a movimentação de uma força militar desde o centro do teatro da guerra, mesmo que menor em números, retardando o avanço do inimigo (PROENÇA JR *et al.*, 1999, p. 59).

⁴³ Aspectos como a própria política, a moral, a fricção (elemento de fraqueza) e o desequilíbrio de forças militares traziam essa dimensão à guerra.

Essa descrição sucinta dos fundadores do pensamento estratégico da guerra leva à constatação de que, em consonância com a história que emergia como campo científico, ao seu lado encontrava-se a história militar, que, mesmo dialogando com essa metodologia, encontrou espaço para o desenvolvimento do seu próprio objeto – a guerra.

Entretanto, a produção historiográfica militar à época (e o seu desenvolvimento como disciplina) fez-se de forma diferenciada, embora sob o predomínio de militares estudiosos do assunto⁴⁴. O contexto histórico a tornou relevante nos países da Europa, já que em muitos deles suas identidades foram construídas pela guerra, com grande envolvimento da própria sociedade civil. Nos próprios Estados Unidos da América (EUA), os trabalhos sobre os temas históricos da época são até hoje numerosos, como exemplo o lugar de destaque oferecido aos trabalhos sobre a Guerra da Independência e sobre a Guerra da Secessão, realizados tanto por militares quanto por civis (MANCUSO, 2008, p. 27).

Essa mesma historicidade diferenciada levou ao surgimento da produção historiográfica de Alfred Thayer Mahan (1840-1914), oficial da Marinha norte-americana, considerado o “pai da moderna historiografia naval” (ALMEIDA, 2015) e conhecido por suas considerações políticas sobre o poder marítimo e pelos princípios estratégicos que formulou ao longo de uma vasta produção literária. Jomini foi o principal teórico a influenciá-lo, conforme apontou Alves de Almeida (2009, pp. 131-152)⁴⁵.

Na instrumentalização da história, notadamente dos feitos britânicos, diz ainda Alves de Almeida (2010, p. 140), Mahan buscou uma teoria acerca do controle do mar como garantia de grandeza de uma nação (no caso os EUA) em processo de desenvolvimento econômico. Cercado por dois oceanos, o mar era o caminho da expansão de mercados e do alargamento da segurança da nação norte-americana. À mesma época, o historiador britânico Julian Stafford Corbett (1854-1922) desenvolvia suas ideias acerca da guerra do mar, buscando integrar a teoria da guerra de Clausewitz aos seus estudos⁴⁶. Em que pesem o valor

⁴⁴ Cumpre lembrar que, diferentemente dos dias atuais, à época não era comum o uso de referências em produções historiográficas, ou mesmo citações dos autores lidos ou estudados. Dessa maneira, como descrito pelos autores do *Guia de Estudos de Estratégia* (1999), as ideias eram incorporadas, revistas ou mesmo alteradas sem conhecimento de sua origem.

⁴⁵ Como observado pelo autor, Mahan, cuja obra mais importante foi *The influence of Sea Power upon History* (1890), incorporou à guerra naval três conceitos da escola jominiana, quais sejam: “o princípio da concentração de forças, o valor estratégico da posição central e linhas interiores e a relação entre a logística e o combate” (ALMEIDA, 2009, pp. 150).

⁴⁶ Na sua obra mais conhecida, *Alguns Princípios de Estratégia Marítima* (1911), Corbett desenvolve a sua teoria da guerra do mar em três partes – Teoria da Guerra, Teoria de Guerra Naval e Conduta de Guerra Naval –, em que alguns aspectos do pensamento estratégicos de Clausewitz se veem presentes, entre eles a natureza da guerra, ofensiva ou defensiva e limitada ou ilimitada, além do fato de que o comando do mar não pressupõe a

historiográfico da obra de Corbett e as críticas produzidas acerca da teoria de guerra naval formulada por Mahan, suas concepções estratégicas ratificavam a política de uma época e se viram confirmadas com as duas guerras mundiais (VIDIGAL *apud* ALMEIDA, 2010, p. 154)⁴⁷.

Cabe ainda citar a trajetória relevante de John Knox Laughton (1830-1914) no processo de consolidação da historiografia naval como campo específico, incluindo o caráter pedagógico da disciplina para a formação dos oficiais da Marinha britânica. Segundo Alves de Almeida (2013), este autor, fundador da moderna historiografia naval britânica, deixou sua marca como

(...) produto da revolução historiográfica do século XIX, com aperfeiçoamentos na crítica historiográfica, cujo grande arquiteto foi Leopold Von Ranke. Por meio de suas aulas de história no Royal Naval College (RNC) e no King's College, de seu engajamento na organização dos arquivos navais no Reino Unido (UK) e na fundação do Naval Records Society (NRS) (ALMEIDA, 2013, p.1).

Esse discurso histórico estabelecido no século XIX, no qual a história e a história militar e naval mesclavam-se em todos os segmentos, vigorou até a Primeira Guerra Mundial⁴⁸, embora sua datação se diferencie em função da própria historicidade das identidades nacionais. Um novo fato mudaria essa concepção científica da disciplina. Foi a Crise de 1929, que assolou os EUA e o mundo ocidental – ainda em reconstrução após a Grande Guerra –, que se viu acometido por uma depressão econômica sem precedentes. Naquele mesmo ano, a História, enquanto “filha do seu tempo”, teve a sua própria historiografia renovada. Surgiu a Escola dos Annales, sendo fundamentada sobre a crítica aos

destruição das forças inimigas, mas sim o controle das comunicações marítimas. Tratou ainda de comentar a interdependência entre as ações navais e terrestres, cabendo a estas o domínio do território e na qual o uso do poder marítimo deve estar a serviço da nação (MONTEIRO, 2011, pp. 136-153).

⁴⁷ Outro aspecto a denotar a grandiosidade da obra de Mahan está no campo da geopolítica clássica, em que a sua teoria de poder marítimo se apresenta em confronto com a teoria de poder terrestre, com Halford Mackinder (ALMEIDA, 2010, pp. 156-175). Essa temática foi desenvolvida por Ronaldo Gomes Carmona em sua dissertação de mestrado *Geopolítica Clássica e Geopolítica Brasileira Contemporânea: Mahan, Macckinder e a “grande estratégia do Brasil para o Século XXI* (2012). Nesse trabalho, o autor, fazendo uso de densa bibliografia, inclusive dos estudos de Alves de Almeida, conclui, entre outras observações, e citando Mahan, sobre a necessidade da centralidade da questão naval para uma política nacional.

⁴⁸ A esse respeito, Antonio Espino López comentou que, no auge de sua consolidação como disciplinas acadêmicas, a história e a própria história militar substituíram o estudo das batalhas e das guerras pela história institucional e diplomática, também se iniciando as pesquisas afetas aos seus aspectos sociais e econômicos (LÓPEZ, 1993, p. 216), o que já anunciava a mudança do paradigma historiográfico.

pilares da história tradicional – o político, o individual e o cronológico⁴⁹. Nesta escola, no dizer de Arno Wehling:

os temas militares subordinavam-se a dois tipos de inserção nessa historiografia: a da “história batalha” *tout court*, quando a descrição e a análise giravam em torno dos eventos propriamente ditos, de que talvez seja mais emblemática a bibliografia sobre Waterloo ; e a da história militar no contexto da história política, a qual acabava por tornar-se, dada à preeminência muitas vezes dada àqueles temas, ela própria uma “história batalha” *lato sensu* (WEHLING, 2001, p. 38).⁵⁰

Um novo paradigma historiográfico se instaurou. As visões conjunturais e estruturalistas, de média e longa duração, na produção do conhecimento histórico se tornaram dominantes, como no caso do marxismo, por exemplo (LOUREIRO, 2010). Essas perspectivas estenderam-se principalmente à história econômica e social após a Segunda Guerra Mundial. A história política foi esquecida e a história militar refutada, como resultante das tragédias advindas das guerras. Segundo Antonio Espino López (1993, p. 217), este processo já vinha acontecendo desde o primeiro conflito mundial, com o repúdio dos intelectuais originários dos países mais afetados pelo conflito. A produção historiográfica foi assumindo um caráter interdisciplinar e multifacetado, exceto pela História Política e pela Militar, alijadas do processo.

Entretanto, a produção historiográfica militar continuou a existir e, em alguns países, manteve sua relevância em relação à própria historiografia. Foi o caso da escola histórica inglesa, pautada na história militar tradicional de biografias, na história das batalhas e no distanciamento dos *Annales* (TEIXEIRA, 1991, p. 59; ALMEIDA, 2012, p. 35; MOREIRA, 2012, p. 277).

Embora restrita ao ambiente militar e produzida essencialmente por estudiosos militares, a história militar esteve voltada para a produção historiográfica independente, atendo-se ao estudo dos conflitos pautado na arte da guerra, em seus aspectos tecnológicos, práticos e pedagógicos (PEDROSA, 2011).

No âmbito historiográfico, o estudo da guerra passou a ser absorvido pela sociologia e pela ciência política (TEIXEIRA, 1991, p. 59; WEHLING, 2001, p. 38).

⁴⁹ Conceito conferido à historiografia até então dominante foi estabelecido à mesma época e permanece até os dias atuais na caracterização de uma produção historiográfica construída sobre esses parâmetros metodológicos.

⁵⁰ O sentido de amor à pátria, por exemplo.

Gastón Bouthoul⁵¹, ainda em 1954, realizou um estudo científico dos conflitos, não mais afeto somente aos seus aspectos estratégicos e operacionais (BOUTHOU, 1984). Seguindo-se a esses estudos da sociologia militar, surgiram outros, também diferenciados de uma perspectiva somente política, ou mesmo psicossociológica. Era um novo campo, o das relações civis-militares e, em particular, dos militares com a política. Neste mister, a contribuição da sociologia norte-americana se fez mais proeminente, e entre os pioneiros, Samuel Huntington, com sua obra *O Soldado e o Estado*, de 1957⁵², logo se sobressaiu.

Apesar do afastamento da história militar da historiografia produzida pelo meio acadêmico, Antonio Espino López (1993, p. 222) destacou a produção historiográfica militar de André Corvisier (1918-2014) na França, a partir da Escola dos Annales e da manipulação das fontes seriais e quantitativas dos Arquivos da Guerra do país. Num dos prefácios de seus livros⁵³, de autoria de Pierre Chaunu, o historiador francês foi elogiado pelas inovações trazidas à história da batalha e suas formas (MOREIRA, 2012, p. 273), bem como no trato da sociedade como inspiradora das formas de guerra e no impacto deste fenômeno na própria sociedade (LOUREIRO, 2010).

A partir dos anos 70, mesmo com a marginalização ainda existente no meio acadêmico em relação à história militar, passou a se configurar o alargamento das propostas da Escola dos Annales. Nesse contexto, a história estabeleceu aproximações com a Antropologia e o seu campo social se viu transformado (incorporação do “sujeito social” ao seu objeto), com a História Política sendo redimida (idem).

A censura feita pelos *Annales*, de que o campo historiográfico da política só refletia as minorias privilegiadas, num caráter individual e superficial, ao tratar apenas da narrativa *per se* e num tempo efêmero e instantâneo, havia se dissipado. Como referido por René Remond,

(...) a história política – e esta não é a menor das contribuições que ela extraiu da convivência com outras disciplinas – aprendeu que, se o político

⁵¹ Sociólogo e economista francês (1896-1980), fundou em 1954, com Louise Weiss, o Instituto Francês de Estudos da Guerra, onde desenvolveu os princípios da Polemologia, disciplina “inventada” por esse cientista social. Com sua obra *Tratado da Polemologia*, buscou estabelecer uma Teoria da Guerra, com a máxima “se queres a paz, conheça a guerra”, criando assim, segundo Julien Freund (1995, pp. 51-52), um ramo da Sociologia, denominada Sociologia dos Conflitos.

⁵² O autor apresentou uma teoria das relações entre civis e militares, desenvolvendo um olhar e um pensar diferenciado. Tratou do emprego e das mudanças das instituições militares em face de ameaças à segurança da sociedade, às ideologias e às forças centrífugas sociais, com suas instituições dominantes. Fez uso do exemplo norte-americano, perpassando também a história militar, a profissão (oficialato), o pensamento militar e as relações interdependentes entre civis e militares.

⁵³ Um dos mais conhecidos, *A Guerra: Ensaio Histórico*, de 1973, foi publicado no Brasil em 1999.

tem características próprias que tornam inoperante toda análise reducionista, ele também tem relações com outros domínios: liga-se por mil vínculos, por toda espécie de lados, a todos os outros aspectos da vida coletiva... a história política não poderia se fechar sobre si mesma, nem se comprazer na contemplação exclusiva de seu objeto próprio. Nem privilegiar um tipo de relação: não há, por exemplo, razão científica para estabelecer uma ligação mais estreita do político com o econômico que com o ideológico, o cultural, ou qualquer outro termo de relação (RÉMOND, 2003, p. 35).

A História Militar, embora ainda de uma forma “difusa e lenta”, retornou à própria História, não mais somente num viés político. Sua produção historiográfica foi reinserida no paradigma dominante, numa relação interdisciplinar com as esferas políticas, sociais, econômicas e culturais da guerra. Obras diferenciadas foram surgindo, bastando observar a produção historiográfica de Raymond Aron (1905-1983)⁵⁴, René Remond (1918-2007)⁵⁵, John Keegan (1934-2012)⁵⁶, Norbert Elias (1897-1990)⁵⁷ e Peter Paret (1924 -)⁵⁸, entre outros historiadores e estudiosos dos fenômenos correlatos à guerra.

Obviamente, toda essa dinâmica historiográfica foi provocada pela aceleração do tempo histórico no que tange aos conflitos. As duas guerras mundiais, suas resultantes e, ainda, os últimos quarenta anos estabeleceram uma produção historiográfica militar renovada, representativa de uma “Nova História Militar”, sendo esta terminologia criada nos Estados Unidos (PEDROSA 2011, p. 3; MOREIRA, 2012, p. 273). Em um primeiro momento, foi pautada em questões técnicas e operacionais na melhoria da profissão, aí incluídos os próprios aspectos sociais das forças armadas e suas relações com as instituições civis.

Outras reflexões se fizeram sentir para a adequação dos estudos da disciplina ao novo paradigma historiográfico e que implicaram um diálogo com outros campos do conhecimento – a ciência política, relações internacionais e a própria Nova História Cultural⁵⁹ –, levando ao

⁵⁴ Nascido na França, foi filósofo, sociólogo e comentarista político. Uma de suas obras mais conhecidas é *Paz e Guerra entre as Nações*.

⁵⁵ Historiador francês, especialista em economia política, tem como um dos seus livros mais importantes *Por uma História Política* coletânea de artigos por ele organizados.

⁵⁶ Professor e historiador britânico, especialista em história militar, tem como referências as obras *A Face da Batalha*, *Uma História da Guerra* e *A Batalha e a História*, vista a primeira como paradigmática, na medida em que buscou tratar do soldado na batalha (LÓPEZ, 1993, p. 229).

⁵⁷ Sociólogo alemão, radicou-se em Londres, Inglaterra. Produziu várias obras, entre elas os dois volumes de *Processo Civilizatório*, *Sociedade dos Indivíduos e Os Estabelecidos e os Outsiders*. Seu estudo *The genesis of naval profession* é emblemático para a História Naval, por tratar da formação do oficialato naval, ainda nos séculos XVII-XVIII.

⁵⁸ Historiador especializado na historiografia cultural da guerra militar, nasceu na Alemanha e se radicou nos EUA. Suas obras mais conhecidas são *The history of war and The new military history* e *Construtores da Estratégia Moderna*.

⁵⁹ Como referenciado por Amanda Mancuso, a história militar foi beneficiada pela renovação historiográfica com uma “nova história cultural”, já que “passava-se a acreditar realmente que o historiador dedicado ao estudo da guerra deveria estudá-la não apenas no panorama da história política” (MANCUSO, 2008, p. 4).

surgimento de novas concepções teóricas e históricas sobre o pensamento estratégico. Junte-se isso ao fato de que o fenômeno guerra sofreu mutações profundas no último século, com os conflitos mundiais, o armamento nuclear, a regionalização dos embates e a industrialização, que trouxeram ao mundo uma concepção de guerra tecnológica sem limites. A guerra tradicional – com suas limitações no tempo, no espaço e no emprego das armas – se modificara. Eram as “novas guerras” se configurando (MALESEVIC, 2010, parte V)⁶⁰. Aliadas às questões nacionalistas dos tempos mais recentes, elas trouxeram uma nova história presente à escrita da história militar.

Fato é que o paradigma de uma história tradicional não mais servia à produção historiográfica militar, levando-a à renovação dos *Annales*, já na sua terceira geração de historiadores.

1.2 A História e a história militar brasileira: as singularidades da História Naval Brasileira

As Forças Armadas do Brasil, em sua historicidade, estiveram presentes no processo de formação e consolidação do Estado, com a função política de legitimar uma identidade nacional, envolvendo “(...) um processo de construção, na qual a identidade tem uma dimensão interna em que se acentuam os traços de similaridade e, ao mesmo tempo, uma dimensão externa, que define uma diferença em relação ao outro” (OLIVEIRA, 2011, pp. 11-12).

Dessa maneira, aos moldes da época, a produção historiográfica militar se pautava num paradigma historiográfico tradicional, na medida em que sua história estava mesclada a uma história geral do Brasil, entre outros aspectos já referidos. Obedecidas as especificidades do processo histórico do País, em que momento essa história passou a ser produzida? Quem a realizava? Como era conduzida?

Na busca por respostas que pudessem contribuir para o tempo historiográfico da produção das obras de história naval, a literatura visitada acerca da história militar brasileira mostrou-se recorrente num diálogo com a obra *Nova História Militar Brasileira*, organizada

⁶⁰ O autor mostra-se crítico em relação ao uso das forças da globalização econômica para explicar as novas guerras, considerando este conceito uma forma de reducionismo econômico estruturalista que atribui muito poder às forças do mercado. Nesta afirmação, cita exemplos de guerras por razões ideológicas – geopolíticas, econômicas ou ecológicas. Da mesma forma, enfatiza que as transformações estruturais na economia mundial não afetam igualmente os Estados mais fracos, também citando exemplos. Ou seja, a globalização econômica não diminui a influência dos Estados-Nação. Em vez disso, os mais poderosos Estados-Nação são a espinha dorsal do comércio mundial e permanecem no controle total de sua população. Quanto ao espaço, a dimensão territorial é agora mais importante do que nunca, pois é institucionalizado e tido como certo por quase todos que fronteiras do Estado não podem ser alteradas à vontade. A fórmula globalista simplificada da “geografia tornando-se história”, portanto, não procede.

por Celso Castro Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay. Produzida em 2004, ela foi centrada no que se hoje é visto como uma “Nova História Militar” e, dessa maneira, distante do conceito de “história-batalha” – narrativas de feitos militares e táticas e sobre as principais figuras militares (CASTRO, *et. al.*, 2004, p. 12). No que interessa a esta pesquisa, pouco há acerca de estudos historiográficos da Marinha do Brasil na obra mencionada; dos 17 capítulos (artigos) da publicação, apenas dois trabalhos tratam de um estudo diferenciado da história naval brasileira.

Junte-se ao fato de que, além desse livro, a maioria dos textos acadêmicos visitados sobre a historiografia militar brasileira também assim a desenvolvem. O espaço oferecido à produção historiográfica da Marinha do Brasil, ou mesmo à sua própria historicidade, é ainda muito reduzido, como já referido na introdução desta pesquisa.

Do mesmo modo, a bibliografia existente sobre a produção historiográfica naval brasileira também é escassa, principalmente quando se atém à produção acadêmica. Diante do exposto, no levantamento desta “história da história naval brasileira” foram usados basicamente os textos *Arquivos da Marinha e historiadores* (FONSECA, 2003) e *A Historiografia Naval Brasileira (1880-2012): Uma visão Panorâmica* (ALMEIDA, 2012). Ao mesmo tempo, no emprego de novos campos de investigação afetos a uma historiografia contemporânea, buscou-se investigar o seu viés cultural⁶¹, inclusive no âmbito oficial, com a criação de organizações militares, a partir do século XX, na Marinha do Brasil que redundaram na existência, hoje, da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), criada para a preservação e divulgação do patrimônio histórico e cultural da Marinha⁶².

O texto de Paloma Fonseca (2003, p. 4) tem o recorte temporal determinado pela produção historiográfica dos primeiros historiadores navais brasileiros e da geração seguinte, que se estendeu até finais dos anos 50. Essa escrita, diz a autora, era pautada pela “pulsão de

⁶¹ Talvez não seja o caso de um viés cultural da história naval brasileira, mas sim da história da política cultural da Marinha do Brasil.

⁶² Criada em 2008, é oriunda da fusão das atividades do Serviço de Documentação da Marinha (SDM) e da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha, sendo a instituição responsável pela orientação e normatização junto às demais organizações da Marinha nas áreas técnicas pertinentes a história, museologia, arquivologia, biblioteconomia, arqueologia subaquática e publicações histórico-culturais. Tem, ainda, sob sua tutela administrativa o Arquivo da Marinha, o Museu Naval, o Espaço Cultural da Marinha, a Ilha Fiscal, a Biblioteca da Marinha, o Navio-Museu *Bauru*, o Rebocador Museu *Laurindo Pitta*, a Nau dos Descobrimientos, o Submarino Museu *Riachuelo* e o Helicóptero-Museu *Sea King*.

arquivo”⁶³ e comprovada pela numerosa documentação naval dispersa por diferentes organizações, no caso o Arquivo Nacional, o Arquivo da Marinha, a Biblioteca Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Quanto a esta instituição, Paloma Fonseca comentou o seguinte acerca de um texto publicado por Lucas Boiteux na *Revista Marítima Brasileira*⁶⁴:

Diz muito do pensamento historiográfico dos membros do IHGB à época em que foram selecionados, adquiridos e transferidos, não se sabe quando nem como, mas provavelmente na última década do século XIX. Os manuscritos em poder do Instituto, com datas-limite 1809 e 1886, referem-se predominantemente a guerras – campanhas da Independência, da Cisplatina, do Paraguai – e são dirigidos ao ministro da Marinha. O que se pode depreender desse perfil documental? A predisposição daqueles historiadores em estudar ações dirigidas pelo poder central, em especial as batalhas travadas no mar (FONSECA, 2003).

Em uma investigação primária dessa documentação, devido a sua importância para o objeto deste trabalho – a produção historiográfica de Theotônio Meirelles –, há indícios comprovados, como observado no capítulo III deste trabalho, de que, originalmente, os manuscritos em questão pertenceram à Armada Imperial. A transferência dessa documentação do Arquivo da Marinha teria sido realizada sob gestão do Almirante Alexandrino Faria de Alencar (1848-1926) como ministro da Marinha⁶⁵. Possivelmente, essa mudança ocorreu a partir de 1910, já que à mesma época foram entregues ao Arquivo Nacional numerosos documentos da Marinha Imperial. Entretanto, inexistente até agora qualquer documento que prove a cessão desse arquivo para o IHGB, até mesmo em função das mudanças havidas na administração do Arquivo da Marinha ao longo desse período⁶⁶. Outros fatos observados em relação à citação de Paloma Fonseca são o diálogo historiográfico mantido entre o IHGB e a produção historiográfica dos primeiros historiadores navais, corroborado pelo texto de Alves de Almeida ao detalhar as obras produzidas por esses autores, bem como alguns aspectos de suas trajetórias pessoais.

A história naval no Brasil, diz Paloma Fonseca (idem), surgiu na década de 1870, sendo desenvolvida no século XX, “com destaque para as décadas de 30, 40 e 50”. A sua

⁶³ Refere-se ao uso incessante, pelos historiadores navais, de documentação primária.

⁶⁴ Relação dos manuscritos procedentes do arquivo da Marinha nacional pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ligeiramente ordenados e classificados. Ver: *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 76, n. 1/2/3, p. 153-184, jan./fev./mar./1956.

⁶⁵ Esteve à frente da pasta nos períodos de 15/11/1906 a 15/11/1910, 2/8/1913 a 15/11/1918 e 15/11/1922 a 17/4/1926.

⁶⁶ Até 1907 encontrava-se como parte da Diretoria da Biblioteca e do Museu da Marinha (1890), quando então foi subordinado ao Gabinete do Ministro da Marinha. Em 1931 passou a ser uma unidade autônoma, transferindo toda a sua documentação histórica para o Serviço de Documentação da Marinha, passando a fazer parte desta instituição em 1953.

escrita era realizada por militares da instituição, conceituados por ela como historiadores do botão de âncora (idem, p.5)⁶⁷. Considerou como precursores do gênero Theotonio Meirelles da Silva (1823-1887)⁶⁸, Manoel Pereira Pinto Bravo (1849-1895) e José Egídio Garcez Palha (1850-1898). Esses três oficiais de Marinha publicaram suas obras após a Guerra do Paraguai, acompanhando a história na sua afirmação como ciência e a construção de uma história do Brasil. Ao mesmo tempo, disse a autora, eram contemporâneos de Alfred Thayer Mahan (1840-1914), nos EUA, e John Knox Laughton (1830-1915), na Grã-Bretanha, pioneiros do gênero história naval no Brasil (idem, p.6), informação que deve ser relativizada, dada a historicidade do período⁶⁹.

Paloma Fonseca considerou com principais obras desses autores, respectivamente, *Apontamentos para a história da marinha de guerra brasileira*, Rio de Janeiro (1881-1883, v. 3.) e *História Naval brasileira* (1884); *Curso de história naval* (1877), *História da Marinha Militar*; e *Efemérides navais ou resumo dos fatos mais importantes da história naval brasileira desde 1 de janeiro de 1822 a 31 de dezembro de 1890* (1891).

Alves de Almeida também citou o surgimento da história naval brasileira como sendo a partir de 1870, escrita por oficiais da Marinha⁷⁰, destacando os mesmos escritores citados pela autora (2012, p.39). Entretanto, na apresentação das obras mais significativas desses pesquisadores, o autor, num primeiro momento, descreveu alguns poucos aspectos de suas

⁶⁷ Alusão ao uniforme dos militares da Marinha do Brasil, que até hoje preservam em seu fardamento o uso de botões dourados com o símbolo da instituição, uma âncora.

⁶⁸ Há uma incorreção na data de nascimento de Theotonio Meirelles no texto de Paloma Fonseca, bem como no de Alves de Almeida. Ambos citaram 1829, obedecendo à documentação primária à qual tiveram acesso. Neste trabalho, no capítulo II, a falha histórica, dada as origens de Theotonio Meirelles, é corrigida para 1823.

⁶⁹ Esta afirmativa se mostra inconsistente diante da análise crítica dos textos de Theotonio Meirelles da Silva (1823-1887), Manoel Pereira Pinto Bravo (1849-1895) e José Egídio Garcez Palha (1850-1898), numa perspectiva comparada aos artigos produzidos por Alves de Almeida a respeito de John Knox Laughton e Alfred Thayer Mahan, já referenciados, incluída ainda uma visita ao seu livro *Os gigantes da Estratégia Naval: Alfred Thayer Mahan e Herbert William Richmond* (2015). A produção historiográfica desses historiadores navais não corrobora para essa afirmativa de Paloma Fonseca, que, à época, 2003, não tinha em mãos a literatura daquele historiador, produzida somente a partir de 2009. Neste estudo comparativo foi observado que o alcance das obras de Mahan e Laughton deu-se a partir de finais dos anos 1870, tornando difícil o seu conhecimento no Brasil à época. Outros aspectos, como as características e temáticas dos livros desses historiadores, não foram observados na história naval brasileira produzida por seus pioneiros. Também é fato, no caso de Theotonio Meirelles e Pinto Bravo, especialmente, o emprego, em suas obras, de bibliografia francesa (SILVA, 1883; PINTO BRAVO, 1877).

⁷⁰ Neste aspecto, os autores divergem sobre a razão para esta característica. Enquanto Alves de Almeida a creditou ao fato de não haver especialistas no assunto no meio civil (2012, p. 38), Paloma Siqueira referiu-se ao estudo feito pela própria corporação, desobrigando os pesquisadores civis da realização de tal tarefa (2003, p. 5).

trajetórias pessoais⁷¹. E, em seguida, diferentemente de Paloma Fonseca, analisou genericamente suas produções historiográficas, como resumidas a seguir.

Manoel Pinto Bravo teve como obra relevante o livro texto *Curso de História Naval* (1877)⁷². As fontes de que fez uso foram secundárias, com o emprego de bibliografia francesa, além de Alexandre Herculano (1810-1877)⁷³, François Guizot (1787-1874)⁷⁴, Ladislau Santos Titara (1801-1861)⁷⁵ e Pereira da Silva (1817-1898)⁷⁶, e descreveu a história da Marinha em seus aspectos técnicos, profissionais e operacionais, história como mestra da vida, estilo grandioso, e caráter doutrinário da obra, vistas como sua maior preocupação.

Theotonio Meirelles⁷⁷, para Alves de Almeida (2012, p. 41), foi o segundo autor a se sobressair no trato da historiografia naval brasileira, distinguindo-se de Pinto Bravo pelo estudo da história da Marinha do Brasil que empreendeu à sua obra, referindo-se à publicação de *História Naval Brasileira*, de 1884. Já o vice-presidente do IHGB, Olegário Herculano de Aquino e Castro, avaliou o livro lembrando a “judiciosa crítica imparcial” que deve ter um historiador, munido de precisão e verdade, com a publicação de documentos autênticos e relevantes, entre outros elogios. Aquino e Castro, porém, não considerou a obra como a história completa da Marinha Imperial, tendo em vista o “vasto campo de investigação e de estudo” (SILVA, 1884, pp. 13-14).

Depois de um resumo da obra em lide, em seus aspectos metodológicos e de estilo, Alves de Almeida (2012, p. 42) finalizou sua análise correlacionando os dois autores, Pinto

⁷¹ Theotonio Meirelles, guarda-marinha em 1842, chegou ao posto de primeiro-tenente, indo para a reserva em 1855. Pinto Bravo, guarda-marinha em 1865, lutou na Guerra do Paraguai, chegando à patente de contra-almirante em 1895, também tendo exercido a função de lente da Academia de Marinha. Garcez Palha serviu na Guerra do Paraguai ainda como aspirante do 3º ano da Escola de Marinha, tendo se destacado como diretor da Biblioteca da Marinha em 1879, além de promover o desenvolvimento do Museu Naval e a reedição da *Revista Marítima*, em 1881. Foi lente da Academia de Marinha e membro do IHGB.

⁷² Teve uma segunda edição publicada em 1959.

⁷³ Considerado um dos grandes escritores do romantismo português, também era historiador.

⁷⁴ Estadista e historiador francês, é muito citado pela historiografia brasileira em função da grande influência que seu pensamento político teve na formação do Estado Imperial e na política do Segundo Reinado. A este respeito, Ricardo Vélez Rodrigues, em seu artigo “François Guizot e sua influência no Brasil”, analisa a importância de François Guizot para o liberalismo conservador brasileiro do século XIX. Ver: RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. François Guizot e a sua influência no Brasil. In: CENTRO DE PESQUISAS ESTRATÉGICAS PAULINO SOARES DE SOUZA. Disponível em: <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/FGIB.pdf>, acesso em 2 mar. 2016.

⁷⁵ Militar, tendo alcançado o posto de major do Exército Brasileiro, escreveu várias obras, sendo referência para a historiografia brasileira *Memórias do Grande Exército Aliado, libertador do Sul da América na guerra de 1851-1852* (publicado em 1852), segundo o General Francisco de Paula Cidade (1998, pp. 193-209).

⁷⁶ João Manuel Pereira da Silva foi romancista, historiador e crítico literário, deixando densa produção para a historiografia brasileira.

⁷⁷ Nas referências historiográficas acerca do autor, o sobrenome Silva é algumas vezes ignorado, sendo ele conhecido, essencialmente, como Theotonio Meirelles.

Bravo e Theotonio Meirelles, como pioneiros, da mesma forma que Paloma Fonseca já o fizera. No entanto, foi além ao adjetivá-los, considerando Pinto Bravo o “pai da história naval brasileira” e Theotonio Meirelles o “pai da história crítica naval brasileira”.

Por último, foi abordado Garcez Palha, que teve *Ephemerides Navaes ou Resumo dos Factos mais importantes da História Naval Brasileira* (1891) como sua obra mais relevante. O livro lista os acontecimentos da Marinha Imperial de 1822 até 1891 e traz breves verbetes a respeito, sem mais considerações críticas ou analíticas. Foi produzido, conforme referenciado por Alves de Almeida (idem, p. 43), para consulta dos alunos da Escola Naval e como um calendário comemorativo dos feitos navais, fugindo de um discurso narrativo e contínuo, dada a natureza da própria obra.

Além de esclarecer as especificidades das obras desses autores, Alves de Almeida observou que a história produzida por eles era factual, voltada para os heróis e pautada em aspectos militares navais, a “história-batalha”, o que pressupõe a história da história naval brasileira como nascida sob o paradigma de uma historiografia tradicional.

Assim, após apreciação dos trabalhos de Alves de Almeida e Paloma Fonseca, aliada a uma pesquisa historiográfica da história naval brasileira e a uma visita aos textos destes três autores referenciados e fazendo uso de uma análise comparativa, é possível depreender-se que Garcez Palha, em que pese sua importância para a história cultural da Marinha⁷⁸, não produziu uma obra que excedesse os limites de seu objetivo – um catálogo cronológico da Marinha Imperial. Acresce-se a esta constatação o fato de que no período de 1822 a 1870 o autor consultou e reproduziu informações contidas nas obras de Theotonio Meirelles para a sua produção historiográfica⁷⁹.

Com efeito, no estudo das obras produzidas por esses oficiais da Marinha, observa-se a inexistência de relatos memorialistas (DOMINGUES, 2011, p. 1)⁸⁰ ou meramente literários⁸¹, e sim a utilização de algumas nuances básicas à matriz de Varnhagen (WEHLING, 1999, pp. 212-218). Entretanto, dadas as temáticas da obra de Pinto Bravo e de Theotonio Meirelles,

⁷⁸ Foi diretor da Biblioteca da Marinha e um dos grandes incentivadores para o retorno das atividades editoriais da *Revista Marítima Brasileira* em 1881.

⁷⁹ Esse aspecto é mais visível no capítulo III deste trabalho, quando da análise das obras de Theotonio Meirelles.

⁸⁰ Nos textos memorialistas, não há o emprego de ferramentas teórico-metodológicas. Os escritores, muitas vezes tendo realizado “pesquisas de fôlego”, usam suas fontes como “testemunhas da verdade” e aplicam conceitos empíricos com base em sua experiência de vida, também se atendo muitas vezes apenas a uma história oral, sem fundamentos epistemológicos.

⁸¹ Apoiados tão somente na ficção simbólica dos fatos narrados.

bem como a condução metodológica de seus textos, abre-se uma discussão metodológica acerca do pioneirismo da produção historiográfica naval brasileira no que concerne à própria historiografia nacional.

No caso de Pinto Bravo, enquanto pesquisador de uma história naval brasileira aplicada ao seu próprio objeto – a guerra no mar –, foi um precursor. Escreveu uma história naval centrada, majoritariamente, em tópicos afetos à história internacional, mesclando história naval e história marítima e dedicando pouco espaço aos feitos da Armada Imperial. Sua produção pressupunha um curso de História Naval, depois aplicado aos aspirantes da Escola Naval, denotando uma das faces da historiografia militar à época, fundamentada no aspecto profissional e no estudo estratégico e tático das batalhas passadas. Buscava o aperfeiçoamento e a especialização da profissão, em especial a formação da liderança de um chefe militar, o que dava um caráter pedagógico à sua obra. A esse respeito, José Honório Rodrigues (1913-1987)⁸², ao prefaciá-la a 2ª edição do livro de Manuel Pereira Pinto Bravo, *Curso de História Naval*, em 1959⁸³, dizia:

A pobreza de nossa bibliografia de história naval é um fato estranho num país dotado de 7.480 km de costa e de extensos recursos fluviais. A bibliografia histórica do império desconheceu, mesmo como simples crônica, o papel da Marinha na preservação da unidade nacional. Um ou outro estudo de história geral do Brasil apontou ou anotou a função da Marinha na defesa da soberania, da unidade e da integridade territorial, aspirações e objetivos permanentes da Nação. Mas não houve quem investigasse, num amplo exame, as relações mútuas destas aspirações e das ocorrências e pusesse em relevo, na esfera política, as ações das forças navais.

É por isso surpreendente que em 1878, Pinto Bravo tenha divulgado suas lições de história e tática naval. Era a primeira vez no Brasil que se pensava em poder naval e se procurava ligar as conexões entre o poder político e o poder naval (RODRIGUES *apud* BRAVO, 1959, p. 3).

Por sua vez, Theotonio Meirelles escreveu livros cuja temática estava diretamente ligada à historiografia naval brasileira, como citado na Introdução deste trabalho. Sua produção historiográfica teria começado em 1864, com a obra *Fragmentos históricos e mitológicos*⁸⁴. Nas pesquisas realizadas foram encontrados dois outros textos, que não

⁸² Historiador e ensaísta, foi autor de numerosas obras, algumas consideradas clássicas para a historiografia brasileira. Valdeci Lopes de Araújo (2012, p. 10) considera que até 1980, com o aparecimento das obras de Arno Wehling e Manoel Guimarães, José Honório Rodrigues fora o único a sistematizar os estudos historiográficos do século XIX.

⁸³ Fato observado por Alves de Almeida em seu artigo (2012, p. 39), referindo-se ainda à crítica que José Honório Rodrigues fez à bibliografia usada por Pinto Bravo, “magra, sem método, sem documento, sem indicação de fontes”, dando relevo a Pereira da Silva e não a Varnhagen, “citado apenas numa nota” (1959, p. 5).

⁸⁴ Este livro está referenciado em sua fé de ofício, embora não tenha sido encontrado, como já comentado. Mais informações no capítulo III deste trabalho.

constam nos seus assentamentos. O primeiro, do ano de 1875, *Resumos Históricos* (267 páginas), foi publicado no *Jornal do Comércio*⁸⁵. Em 1876, o segundo texto, *O Padre Esmerati* (30 páginas)⁸⁶, foi considerado pelo autor como um “romance militar”, o que denota o conhecimento de Theotônio Meirelles acerca da diferença entre a literatura histórica e a romântica produzidas à época para a construção de uma história do Brasil, posto que, no mesmo ano, 1876, publicou *A Marinha de Guerra Brasileira em Paissandu e durante a Campanha do Paraguai – Resumos Históricos* “e oferecidos à mocidade estudiosa”⁸⁷. No ano seguinte, surgiu seu terceiro livro, desta vez sobre as ações empreendidas pelo Exército Brasileiro na Campanha do Paraguai. Contratado pelo ministro da Marinha para escrever a trajetória da Marinha Imperial, o autor produziu três volumes a respeito, publicados nos anos 1881-1883. A sua última obra, *História Naval Brasileira* (1884)⁸⁸, a mais completa, foi publicada quando não mais se encontrava a serviço da Marinha Imperial⁸⁹.

O autor in lide selecionou, escolheu e coordenou a escrita histórica revelada pelos documentos primários, buscando trabalhar “causas e efeitos dos sucessos relatados ou a influência que exerceram sobre a vida social de então” (ALMEIDA, 2012, p. 42). Considerá-lo pioneiro na apresentação da historiografia naval brasileira está afeto, num primeiro momento, à antiguidade e à densidade de sua produção e ao emprego, em larga escala, de documentação primária.

Essa compreensão não isenta de importância para a historiografia naval brasileira os textos de Pinto Bravo, que, como visto, fez uso de extensa bibliografia na construção de seu livro-texto *Curso de História Naval*. Mas este autor não tratou em detalhes da história da Marinha do Brasil, utilizando-se apenas de fontes secundárias⁹⁰, tampouco emitiu análise

⁸⁵ Na divulgação do livro, é descrita a temática, no caso os conhecimentos de história e geografia para uso de escolas. Mais detalhes podem ser encontrados no Capítulo III desta pesquisa.

⁸⁶ Essa obra foi encontrada na Biblioteca do Museu Imperial, em Petrópolis, não sendo referenciada nos assentamentos de Theotônio Meirelles; tampouco há notícias nos periódicos da época.

⁸⁷ Esses dois livros de Theotônio Meirelles são representativos da literatura histórica produzida à época, com seus discursos historiográficos e ficcionais, conforme exposto por Bernardo Ricupero em sua obra *O Romantismo e a Ideia de Nação (1830-1870)*, conforme detalhado no capítulo III deste trabalho.

⁸⁸ A análise historiográfica e de conteúdo das obras do autor encontra-se no capítulo III.

⁸⁹ Segundo informação do próprio Theotônio Meirelles na apresentação do seu livro (SILVA, 1884, p. 8), não havia mais recursos para as despesas do projeto.

⁹⁰ Pinto Bravo, no manuseio dos textos de Pereira da Silva, o fez “ao contrário do espírito da época”, conforme crítica de José Honório Rodrigues, sugerindo este historiador que o autor poderia ter usado mais Francisco Adolfo de Varnhagen, observando ainda que o livro, em sua parte brasileira, “tinha fundamentos muito fracos” sobre esta temática (BRAVO, 1959, p. 5).

crítica dos acontecimentos, tendo ainda escrito sobre a história naval brasileira depois de Theotonio Meirelles⁹¹.

Neste mister, foi observado que esses dois historiadores navais buscaram referências de escritores franceses (em especial Jurien de La Gravière – 1802-1892⁹²) como aporte para a construção de suas obras no que tange à compreensão histórica, estratégica e tática da guerra naval. No caso específico de Theotonio Meirelles, o uso dessa bibliografia, provavelmente, lhe trouxe melhor compreensão das batalhas, manobras táticas e ações operativas da Marinha Imperial.

Dessa maneira, corroborado ainda pelo acervo existente à época na Biblioteca da Marinha, é possível afirmar que as possibilidades de haver uma influência alemã, no caso a Teoria da Guerra de Clausewitz, sobre o pensamento da guerra no Brasil acerca da Guerra do Paraguai são remotas. Na realidade, o que os textos desses autores parecem revelar, em especial os de Theotonio Meirelles sobre as batalhas e manobras táticas da Guerra do Paraguai, é que sofreram uma forte influência da escola jominiana no trato da guerra no Brasil do século XIX. Para tal, pesquisas mais consistentes devem ser realizadas.

Dídio Costa (1881-1953)⁹³, ainda em 1938, já havia estabelecido Theotonio Meirelles da Silva como aquele que escreveu “a primeira História Naval do nosso país” (COSTA, 1938, p. 13).

Por sua vez, João do Prado Maia⁹⁴ assim se referiu ao autor em 1957, na *Revista Marítima Brasileira*:

(...) foi o verdadeiro iniciador da nossa historiografia naval... tendo consumido grande parte de sua vida no beneditino, esfalfante, mas patriótico afã de pesquisas e buscas em arquivos, na leitura cansativa de velhos alfarrábios e no manuseio ininterrupto de documentos valiosos, deixou-nos um patrimônio escrito no que concerne à Marinha brasileira, que tem facilitado de muito – até os dias presentes – o trabalho dos estudiosos do assunto. Por isso mesmo, não tendo sido embora um purista da língua, nem

⁹¹ Que em 1876 já escrevia sobre a participação da Marinha Imperial na Guerra do Paraguai.

⁹² O Almirante francês Jean Pierre Edmond Jurien de La Gravière participou de várias campanhas navais, entre elas a Guerra da Crimeia (1854). Ingressou na Academia Francesa de Ciências em 1886 e foi admitido na Academia Francesa em 1888. Visto como escritor e historiador talentoso, foi autor de numerosos livros, entre eles *Guerres maritimes sous La Republique ET L Empire* (1879).

⁹³ O Contra-Almirante Dídio Iratim Affonso da Costa, guarda-marinha em 1903, teve entre as suas comissões, e ainda como oficial da ativa, a de primeiro encarregado da Divisão de História Marítima, em 1937. Historiador especializou-se em biografias. Teve ainda uma breve carreira política, como prefeito de Paranaguá e candidato a governador do Estado do Paraná, em 1950.

⁹⁴ Pertencente à segunda geração de historiadores navais brasileiros, como visto adiante, foi, depois de Theotonio Meirelles, aquele que produziu a trajetória da Marinha Imperial em toda a sua historicidade.

se tendo recomendado nos seus escritos pela beleza de estilo, Teotônio Meirelles faz jus, com incontestável direito, a um lugar de destaque na galeria dos escritores da Marinha (MAIA, 1957, pp. 901-902).

No mesmo ano, José Honório Rodrigues assim refletiu sobre as obras de Pinto Bravo e Theotonio Meirelles:

É exato que o curso de História Naval adotado oficialmente na Escola de Marinha durante longo período poderia ter originado a formação de historiadores navais. O fato é que os trabalhos iniciais de M. Pinto Bravo e Teotônio Meireles da Silva não conseguiram ultrapassar as fronteiras dos compêndios para uso das escolas de marinha e ganhar estima dos estudiosos da história brasileira (RODRIGUES, 1957, p. 238).

Ou seja, o autor reconhecia os trabalhos historiográficos desses autores como pioneiros no Brasil, embora restritos às características pedagógicas da história naval e da instrumentalização dos feitos militares como exemplo à formação dos oficiais.

Cumprir observar que naquela época já haviam sido criados a Biblioteca da Marinha (1846) e o Museu Naval (1868)⁹⁵ e havia sido retomada a publicação do periódico *Revista Marítima Brasileira* (1881). Em 1890 essas unidades se reuniram numa Diretoria de Museu, Biblioteca e Arquivo. Era o estabelecimento de lugares de memória⁹⁶, que permitiriam o abrigo de uma produção historiográfica da história naval brasileira.

Datada de 1851, a *Revista Marítima Brasileira* (RMB) teve interrompida a sua periodicidade por 26 anos. A este respeito, o historiador naval José Miguel Arias Neto (2013, p. 2) refere-se ao fato de que a RMB, surgida em 1881, nasceu como revista institucional. Por sua vez, as edições produzidas entre 1851 e 1855 denotavam uma participação mais efetiva dos oficiais da Armada Imperial nas discussões políticas, tanto em relação às forças armadas quanto a uma estratégia de defesa para o Estado Imperial. Em que pese este debate historiográfico, a RMB, ao longo de toda a sua produção, mostrou-se representativa de uma historiografia naval brasileira, aspecto recorrente até os dias atuais.

⁹⁵ Só passou a funcionar como tal em 1888, um ano após a morte de Theotonio Meirelles. Nenhuma documentação a respeito da sua criação e instalação estabeleceu elo com as atividades historiográficas desenvolvidas pelo autor.

⁹⁶ Conceito criado por Pierre Nora (NORA, 1993, pp. 7-28), os lugares de memória podem abrigar monumentos, museus, arquivos, bibliotecas, eventos comemorativos sistemáticos, documentos e outros símbolos de registro, contanto que exista uma “vontade de memória” na garantia dessa identidade. Tendo como princípio que “não existe memória espontânea”, tampouco esse processo de estabelecimento de lugares de memória é natural; ele reflete a necessidade de um grupo ou instituição de manter viva a sua história, seja pela transformação ou pela “petrificação” de sua própria memória.

Com o século XX, a historiografia naval brasileira tornou-se mais dinâmica (ALMEIDA, 2012, p. 44), sendo seus historiadores também militares. As obras produzidas guardavam três semelhanças básicas para com as da geração anterior (FONSECA, 2003, p. 5; idem, p. 43), quais sejam: a narrativa factual, a reafirmação da tradição e o culto aos heróis. No mais, a descrição dos fatos era destituída de discussão teórica, sem referências a documentação primária e com ênfase nos aspectos políticos e militares dos fatos narrados (idem).

Segundo Alves de Almeida (idem), os expoentes dessa segunda geração⁹⁷ de historiadores navais foram Henrique Boiteux (1863-1945), Lucas Boiteux (1881-1966), Dídio Iratim Afonso da Costa (1881-1953) e João do Prado Maia (1897-1989). Paloma Fonseca acrescentou a esses nomes o de Juvenal Greenhalgh (1890-1966). Da mesma forma, foram comentadas, resumidamente, obras e trajetórias pessoais desses escritores (idem, p. 45).

O Almirante Henrique Boiteux, como diretor da Biblioteca da Marinha, organizou um catálogo geral das obras da instituição. Também dirigiu o Museu da Marinha e o Arquivo da Marinha (criado como Arquivo Histórico em 1931). Foi deputado constituinte em 1891 (Santa Catarina), membro do IHGB e um dos sócios fundadores do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), em 1937. Era especialista em biografias, sendo *O Almirante Marquês de Tamandaré: Um Indigite Brasiliense* (1943) vista por Alves de Almeida (2012, p. 45) como uma das mais marcantes. Já Paloma Fonseca referiu-se apenas à obra *Os Nossos Almirantes* (1915-1941).

O Almirante Lucas Alexandre Boiteux (irmão de Henrique Boiteux), também oficial da Marinha, membro do IHGB e do IGHMB, produziu numerosas obras, majoritariamente sobre história naval brasileira ao tempo do império, entre elas *A Marinha Imperial na Revolução Farroupilha* (1935) e *Marinha Imperial e Outros Ensaios* (1954)). Também incursionou sobre outros assuntos, como em *Tática nas Campanhas Navaes Nacionais e Ministros da Marinha: notas biográficas*, 1933-1959.

O Almirante Dídio Iratim Afonso da Costa era biógrafo e membro do IGHMB. Escreveu várias obras a respeito de personagens ilustres da Marinha do Brasil, destacando-se *Marcílio Dias: imperial marinho*, *Saldanha: Almirante Luiz Philippe de Saldanha da*

⁹⁷ Sobre o conceito de gerações, ver nota 15.

Gama e Almirante Júlio Cesar de Noronha, entre outros artigos e estudos sobre a temática história naval brasileira.

Esses historiadores navais foram sócios fundadores do IGHMB, juntamente com vários outros estudiosos de assuntos militares do Exército⁹⁸. Aquela instituição foi criada em 1937, estando integrada a uma política cultural do Estado Novo, a de recuperação do passado brasileiro (GOMES, 2013, pp. 120-156). No caso do IGHMB, cujos membros fundadores eram militares das duas forças armadas – Marinha e Exército, a proposta era a de promover a coesão do segmento militar diante do momento político vivido pelo Brasil (OLIVEIRA, 2014), em que o passado mostrava-se como elemento de preservação dos valores militares. Numa breve apreciação dos artigos produzidos pela revista da instituição, depreende-se o emprego de uma historiografia tradicional à época.

O Almirante João do Prado Maia iniciou sua carreira na Marinha do Brasil como aprendiz-marinheiro (1911), alcançando o oficialato em 1938 e tornando-se professor de Português da Escola Naval em 1946, pelo quadro de magistério militar. Em 1956 foi promovido a Almirante. “Professor extremamente erudito, foi também historiador, escritor, filólogo e poeta”, lecionando ainda nos Colégios Pedro II e São Bento. Publicou várias obras, entre elas *Através da história naval brasileira* (1936); *D.N.O.G (Divisão Naval em Operações de Guerra) 1914-1918* (1961); e *A Marinha de Guerra do Brasil na colônia e no império (tentativa de reconstituição histórica)*, de 1965.

Juvenal Greenhalgh, incluído como historiador por Paloma Fonseca (2003), era engenheiro naval. Com base em suas atividades administrativas, técnicas, profissionais, de pessoal e de material, produziu a história do Arsenal de Marinha em *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História, 1763-1822* (1951) e *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História, 1822-1889* (1965). Relevante também foi sua obra *Presigangas e Calabouços*⁹⁹.

Paloma Fonseca, embora não tenha conduzido uma análise da produção historiográfica desses historiadores navais *per se*, os considerou como herdeiros do conhecimento histórico produzidos por aquela “tríade”¹⁰⁰, afirmando que foram

⁹⁸ Entre eles o General Tasso Fragoso, Emílio Souza Docca, Francisco de Paula Cidade, Estêvão Leitão de Carvalho e outros, totalizando 31 militares do Exército, a maioria na composição dos sócios. Da Marinha do Brasil, havia ainda mais seis oficiais, conforme OLIVEIRA (2014, pp. 71-75; pp. 79-80).

⁹⁹ Publicada pelo Serviço de Documentação da Marinha em 1998.

¹⁰⁰ Manoel Pereira Pinto Bravo, Theotonio Meirelles da Silva e José Egídio Garcez Palha.

uma referência para os seus trabalhos e ampliaram o valor documental à sua própria produção intelectual Quanto ao conteúdo, os historiadores navais demonstram estar em busca da *origem* da Marinha, frequentemente adjetivada como brasileira. O século XIX torna-se, em suas narrativas, o reduto temporal onde foram forjados a Administração, a Armada e os Vultos da instituição. Esses três elementos estão presentes na escrita dos livros e são identificados, ainda que de viés, como os sustentáculos de uma identidade da corporação. Na Administração está a inserção da Marinha no Estado, tornada um corpo burocrático; na Armada está a incumbência da guerra e seu material mais pujante, os navios; nos Vultos, sejam administradores ou combatentes, estão as figuras de proa que a enaltecem pelos seus atos. Esses três elementos articulam-se nos textos dos autores; a falta de um tornaria capenga a representação que fazem da Marinha. As batalhas navais são os elos da articulação, já que nelas estão presentes atos administrativos, vasos de guerra e homens valorosos. A história política aparece como o pano de fundo das narrativas, pois o surgimento da Marinha (Administração, Armada, Vultos) relaciona-se com a da nação, da pátria (FONSECA, 2003, pp. 4-5).

Dois outros nomes da literatura naval podem ser acrescentados como relevantes à historiografia naval brasileira. O primeiro, Gastão Penalva (1887-1944), também oficial de Marinha¹⁰¹, fazendo uso do pseudônimo Sebastião Fernandes de Souza, produziu uma extensa obra voltada para os aspectos culturais e sociais da Marinha do Brasil. Alguns textos seus foram publicados pelo SDM, como *Gíria Maruja, Luvas e Punhais (contos e crônicas); Patescas e marambais: episódios de terra e mar* e *A Marinha do Meu Tempo*¹⁰². Também podem ser encontrados alguns artigos de sua autoria na *Revista Marítima Brasileira*, havendo ainda a publicação de uma peça teatral de nome *A Legenda da Marinha*, representada pela primeira vez no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, na presença do Presidente da República. Neste texto, os personagens perpassam pela história naval brasileira, em um diálogo entre a Marinha de então, representada por um tenente, com as “falas” de organizações e de oficiais do tempo da Marinha Imperial. Marina, uma mulher e personagem principal, com o “espírito” da Marinha, refere-se a esse tenente de forma enaltecedora:

Vim com Cochrane, triunfei com Tamandaré, venci com Barroso, combati com Inhaúma, naveguei com Melo, eduquei com Saldanha, criei com Júlio de Noronha, estudei com Jaceguay, illustrei com Tefé, comandi com Waldenkolk e cresci com Alexandrino. De bordo nunca saí (PENALVA, 1929, pp. 1-27).

¹⁰¹ Guarda-Marinha em 1904, esteve na vida ativa da Marinha até 1928, quando então foi reformado no posto de capitão-tenente. Entre suas comissões, estão as de redator da *Revista Marítima Brasileira* e de diretor da Biblioteca, Museu e Arquivo da Marinha, entre 1923 e 1926.

¹⁰² Esses livros fazem parte da Coleção Jaceguay, publicada entre 1981 e 1985 pelo então Serviço de Documentação da Marinha, que produziu ainda mais oito títulos memorialísticos da história naval brasileira.

O espaço concedido a Gastão Penalva neste texto deve-se ao fato de que, mediante breve abordagem crítica, é possível observar que sua produção historiográfica encerra um discurso diferenciado da literatura naval à época. Seus poemas, romances e memórias merecem um estudo analítico aprofundado, na investigação da natureza coletiva da sua obra, inclusive quanto à criação intelectual de seus escritos. Obra de um historiador à frente do tempo historiográfico da Marinha ou de um autor afeto à literatura romântica do período? Mais pesquisas a respeito poderão responder a essa indagação.

Um segundo nome a ser lembrado como sendo da segunda geração de historiadores navais é o de Levy Scarvada (1903-1978), que, como João do Prado Maia, tem origem na Escola de Aprendizes-Marinheiros (1918). Começou a produzir na década de 1940, sendo seus textos mais afetos à história administrativa da Marinha do Brasil, seus corpos e suas Organizações Militares (OM). Publicou ainda dezenas de textos na *RMB*, sendo por muitos anos vice-diretor do SDM. Seu discurso seguiu os moldes de uma historiografia tradicional, embora depreenda-se na Obra *Escola Naval Através do Tempo* (1953), além de uma análise crítica apurada, a preocupação quanto ao alargamento das fontes até então conhecidas.

Outro aspecto a ser observado, em uma aproximação à literatura desses historiadores¹⁰³ e aos textos de Paloma Fonseca e de Alves de Almeida, foi o diálogo mantido entre os primeiros e o IHGB¹⁰⁴, posto que a partir de meados do século XIX, com a construção de uma história nacional sob orientação metodológica dessa instituição, a disciplina assumiu um caráter político e instrumental para a consolidação do Estado Nacional, comprometido pelas suas próprias dinâmicas econômicas, sociais e políticas.

Este tempo coincidiu com o processo de afirmação da história enquanto ciência (juntamente com os Estados Nacionais que emergiam), no qual Leopold Von Ranke configurou-se como o grande artífice na introdução da metodologia científica à disciplina, haja vista o rigor documental que impôs no manuseio das fontes; a crítica à historiografia existente, de caráter universalista e divino¹⁰⁵, e a necessidade de aliar o empirismo das pesquisas à metodologia histórica (WEHLING, 1994, pp. 131-136).

¹⁰³ Exceto pela produção historiográfica de Gastão Penalva, diferenciada dos demais.

¹⁰⁴ Garcez Palha, Lucas Boiteux e Henrique Boiteux foram membros do IHGB. Por sua vez, Theotonio Meirelles teve suas obras, no período 1881-1884, apreciadas tecnicamente pela instituição. Também foi comentada a existência, no IHGB, de considerável documentação primária pertinente à história da Marinha do Brasil.

¹⁰⁵ Ranke recusou-se a ver a história apenas como a realização de ideias, optando por “valorizar o aspecto humano e singular”. (BENTIVOGLIO, 2010, p. 135).

A esse respeito, Julio Bentivoglio (2010, pp. 135-153), discorrendo sobre as influências sofridas por Ranke em sua formação intelectual, além do diálogo mantido com outros autores que escreveram sobre a sua obra, apresenta argumentos irrefutáveis sobre questões paradigmáticas à produção historiográfica do historiador alemão, desconstruindo-as. No caso, a tentativa de imputar um caráter positivista, factual, político e carente de subjetividade do discurso rankeano, resultante do seu apego à crítica documental, à verdade dos fatos, objetiva e apartidária. Nesse contexto, são citadas as preocupações de Ranke em diferenciar a formação do Estado alemão da experiência política francesa e de sua influência filosófica e iluminista. Para Ranke, a subjetividade e o pré-julgamento deveriam ser vistos como parte da consciência do historiador sobre suas escolhas e ações, e “seu engajamento ou não, é uma questão de opção”, já que não há uma lei geral para a história” (BENTIVOGLIO, 2010, p. 139)¹⁰⁶. Essas nuances do pensamento rankeano acabaram por influenciar toda uma geração de historiadores empenhados na cientificidade da disciplina, chegando à constituição das histórias nacionais.

Neste mister, a obra de Manoel Luiz Salgado Guimarães (2011) apresentou-se como referência historiográfica ao tratar das formas e regras do estabelecimento da história enquanto ciência no Brasil no século XIX e suas singularidades, entre elas sua imbricação ao processo de construção e consolidação do Estado-Nação Imperial¹⁰⁷, ao contrário do que se verificou da Europa, onde a discussão historiográfica sobre a nacionalidade e o Estado foi diferenciada. No Brasil “o projeto de pensar a história brasileira de forma sistematizada” (GUIMARÃES, 1988, p. 6) deu-se com a criação do IHGB¹⁰⁸.

Não havia a necessidade de um certo “domínio de saber específico” entre os membros da referida instituição, visando a uma “homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras, o esclarecimento, em primeiro lugar, daqueles que ocupam o topo da pirâmide social” (idem, p. 6). Portanto, a história do Brasil que se iniciava tinha um círculo restrito a construí-la, com o IHGB exercendo o papel de catalizador dos interesses do Estado Imperial que se formava, no gesto político de se fazer história (GUIMARÃES, 2011, p. 257).

¹⁰⁶ Bentivoglio creditou essa observação “a uma posição desafiadora de Ranke para com os demais historiadores alemães, da escola histórica ou de esquerda, que desejavam uma história mais ou menos comprometida com o poder” (BENTIVOGLIO, 2010, p. 139).

¹⁰⁷ Em 1988 publicou sua tese de doutorado na Alemanha, seguida de um texto a respeito, *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Traduzida para o português, sua tese foi editada no Brasil em 2011, com o livro *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)*.

¹⁰⁸ Cumpre lembrar que não havia universidades no Brasil no período colonial. Apenas em 1808, com a chegada da Família Real, deu-se a inserção do ensino superior no país.

O IHGB estava atrelado à dinâmica da própria afirmação do País, Seus membros fundadores eram provenientes de uma “elite política moderada, pautada em ideias centralizadoras e nacionalistas”¹⁰⁹ e norteada por um “pensamento político e histórico nitidamente historicista” (WEHLING, 1994, pp. 158-168; GUIMARÃES, 2011, p. 67).

Desse modo, a criação do IHGB – ao qual se atribuiu o dever da escrita da história nacional brasileira – e a produção historiográfica de Francisco Adolfo de Varnhagen, com sua obra *História Geral do Brasil* (1854), encerram a “origem da historiografia científica sistemática no Brasil” (idem, p. 55).

A construção desta história oficial do Brasil¹¹⁰ abarcou toda uma memória coletiva, enquanto amálgama da identidade de grupos, etnias, instituições (WEHLING, 1997, p. 25). Inserida neste processo, encontrava-se a Armada Imperial¹¹¹. Sua trajetória estava imersa na legitimação e consolidação do Estado Nacional, portanto havia uma história do Brasil e uma história naval inseridas em um mesmo processo de instituição e consolidação das identidades da Armada Imperial e do País.

É preciso ainda identificar se nos textos de Theotônio Meirelles existem, majoritariamente, algumas nuances básicas da matriz de Varnhagen (WEHLING, 2004, p. 152), citadas na Introdução desta pesquisa. No entanto, algumas características podem ser observadas na produção historiográfica naval brasileira ao longo da segunda metade do século XX, como apontado nos textos de Paloma Fonseca (2003) e Alves de Almeida (2012) e na leitura das obras por eles mencionadas, quais sejam: a) tradicionalismo, b) nacionalismo, c) valorização das conquistas e dos personagens principais em detrimento de análises estruturais, d) a herança portuguesa como fator de construção do Brasil, e) objetividade e g) ideia de evolução histórica do País.

Esses aspectos, além de estarem presentes em outros estudos do campo militar à época, afirmaram-se nas publicações histórico-culturais produzidas pela Marinha do Brasil ao longo desse tempo e mesmo depois, até os anos 80 do século passado. Outros historiadores navais,

¹⁰⁹ Entre os sócios fundadores do IHGB estão os militares Raimundo José da Cunha Mattos, Pedro de Alcântara Bellegarde (diretor da Academia Militar) e Conrado Jacó Niemeyer. Este último foi o ganhador do Prêmio de Geografia, instituído em 1840, com a apresentação da Carta do Império.

¹¹⁰ Apesar da preocupação de alguns membros do IHGB em colocar a instituição como de caráter científico-cultural e, portanto, imparcial.

¹¹¹ O nome empregado à época da monarquia era “Armada Nacional Imperial”. Com a República, passou a “Marinha do Brasil”. Entretanto, os textos historiográficos sobre o tema costumam empregar o termo “Armada Imperial”, “Esquadra Imperial” ou “Marinha Imperial”.

como Herick Caminha e Arthur Oscar Saldanha da Gama, também eram oficiais de Marinha com vertente histórica (MOITREL, 2006, p.7) e produziam, em escala majoritária, até finais dos anos de 1970, uma história naval centrada nos grandes personagens, gabinetes e conflitos armados, apoiando-se em documentos oficiais e memórias e na exaltação da instituição, inserida no “tempo curto e factual da história política” (SANCHES, 2010, p. 1).

Em paralelo a essa produção historiográfica naval brasileira e fazendo uso de novos campos de investigação na pesquisa da história militar, suas organizações culturais foram evoluindo, especialmente após a criação do Serviço de Documentação da Marinha (SDM).

Esta organização naval brasileira data de 1943, tendo o propósito de aglutinar as atividades histórico-culturais que já aconteciam na Marinha do Brasil. Assim, num processo finalizado em 1953, passou a ter sob sua subordinação a Biblioteca da Marinha¹¹², o Arquivo da Marinha, o Museu Naval e a Divisão de História Marítima¹¹³, que, com exceção desta última, não mais seriam organizações militares autônomas, e sim departamentos do SDM.

A Divisão de História Marítima do Brasil surgiu em 1937¹¹⁴, como uma divisão técnica do Estado-Maior da Armada, sendo a história marítima compreendida como a da Marinha de Guerra e a de todas as atividades marítimas do País desde os tempos do seu descobrimento. A proposta desse órgão era a organização de um resumo cronológico (mediante documentos e fontes autorizadas), um registro bibliográfico de todos os trabalhos que interessassem à história marítima e um registro sistemático dos acontecimentos, além do estudo de documentos, obras e monografias existentes, que, portanto, pudessem servir de subsídios para a história marítima do Brasil a ser produzida pela Divisão. Assim, um periódico intitulado *Subsídios para a História Marítima do Brasil* passou a ser publicado a partir de 1938, trazendo grande produtividade historiográfica naval, haja vista os artigos e documentos publicados entre 1938 e 1970, quando então tomou a forma da revista *Navigator*¹¹⁵.

Apesar da criação das faculdades de História no Brasil nos anos 30, a historiografia naval brasileira manteve-se “restrita às escolas de formação e altos-estudos da Marinha”

¹¹² Criada em 1846, é vista como origem do SDM.

¹¹³ Até então, estava subordinada ao Estado-Maior da Armada.

¹¹⁴ Aviso n°1970, de 29 de dezembro, à mesma época em que foi criado o IGHMB.

¹¹⁵ Até 1985, quando teve sua produção interrompida, a Revista *Navigator* publicou numerosos artigos de pesquisadores de renome à época, como Américo Jacobina Lacombe, Brian Vale, Arthur Reis e Teixeira Soares, entre outros. Em 2005 teve sua editoração retomada, publicando desde então, preferencialmente, artigos de cunho acadêmico.

(ALMEIDA, 2012, p. 43), o que não a diferenciou de uma historiografia militar, recolhida aos quartéis pelo fenômeno das guerras e diante das mudanças provocadas pelo paradigma historiográfico, com a Escola dos Annales, como já referido.

Entretanto, em 1957, a historiografia naval brasileira foi visitada por José Honório Rodrigues em seu livro *Teoria da História do Brasil – Introdução Metodológica* (RODRIGUES, 1957, p. 234). De maneira diferenciada, o autor destinou-lhe um campo disciplinar próprio, afeto ao poder naval, “aquela forma de força nacional que habilita seu possuidor a enviar seus exércitos e comerciar através dos mares e oceanos” (idem), creditando os melhores estudos sobre a história naval aos ingleses, em função da tradição marítima destes. Entretanto, não deixou de reverenciar Alfred Thayer Mahan, um norte-americano, e sua obra *A Influência do poder naval através da história*, além de citar as conferências do Almirante Sir Herbert Richmond¹¹⁶ e os trabalhos do Almirante Sir William Melbourne James (1881-1973), ambos ingleses, na valorização deste historiador naval britânico no uso da história marítima para o emprego da guerra, apesar das inovações tecnológicas e do advento da bomba nuclear (idem, p. 235). Também detalhou a análise feita pelo Almirante James, que delegou ao poder marítimo o fator decisivo para a derrota dos japoneses na Segunda Guerra Mundial e comentou, ainda, as considerações de Winston Churchill a respeito, concluindo pela importância vital que deveria ser dada ao “valor dos estudos dos métodos de conduzir as guerras passadas. A história continua a ser, para os estrategistas ingleses, uma lição pragmática e útil” (idem, p. 238).

Sobre a história naval no Brasil, disse José Honório Rodrigues que sofria do mesmo defeito da história militar (também por ele referenciada em capítulo anterior do livro), no caso o amadorismo da pesquisa, mesmo tendo a Marinha do Brasil criado a Divisão de História Marítima em 1937.

O autor também citou trabalhos relevantes sobre a história naval brasileira, como os do Barão de Jaceguai¹¹⁷ e de Henrique Boiteux, Lucas Boiteux e Carlos Carneiro, e ressaltou que

¹¹⁶ Pouco conhecido no Brasil até os dias atuais, teve sua obra reconhecida no livro *Os Gigantes da Estratégia Naval – Alfred Thayer Mahan e Herbert William Richmond* (ALMEIDA, 2015).

¹¹⁷ Arthur Silveira da Motta, o Barão de Jaceguai (1843-1914), filho de um influente político, o senador José Ignácio Silveira da Motta, já era capitão de mar e guerra com 26 anos de idade, ao término da Guerra do Paraguai. Neste conflito, teve várias missões de destaque, sendo inclusive ajudante de ordens do Almirante Tamandaré. Ao findar a carreira naval, estudioso em História e frequentador de círculos intelectuais e de políticos (era amigo de Joaquim Nabuco), tornou-se membro do IHGB e da Academia Brasileira de Letras. A despeito das redes sociais que frequentava, e que provavelmente o ajudaram em sua projeção, seja militar ou intelectual, o Barão de Jaceguai, além de ter publicado vários livros e artigos em periódicos (alguns pelo SDM),

o poder naval talvez tenha sido o mais importante para abreviar “a nossa emancipação”, bem como para manter a integridade do País. Ou seja, consoante a uma tendência historiográfica da história militar à época¹¹⁸, José Honório Rodrigues denunciava a necessidade de uma produção historiográfica naval brasileira sob um enfoque mais profissional e eclético em relação ao uso da força naval. Esse hiato na historiografia naval brasileira ele mesmo tratou de preencher com a publicação, em 1976, do livro *Independência – Revolução e Contra-Revolução – As Forças Armadas*¹¹⁹.

Naquela mesma década, em 1972, o SDM teve suas atividades culturais alocadas em um único espaço físico, com a criação de mais um departamento, o de Publicações e Divulgação. Era o início de uma estrutura administrativa, técnica e normativa para “guardar, preservar, conhecer, classificar, divulgar e pesquisar todo o conteúdo material e imaterial histórico-cultural antes disperso, colocando-o sempre perto um do outro, ‘conversando’ e produzindo mutuamente” (GAMA, 2012, p. 278). Ao mesmo tempo, estabeleceu-se a profissionalização técnica do pessoal responsável por essas atividades, aliada à divulgação dos instrumentos necessários à valorização da memória naval, objetivando o incremento da mentalidade histórico-cultural da Força, como instrumento de fomento, na sociedade brasileira, de uma conscientização da maritimidade do País como fator de desenvolvimento.

Criado o então Corpo Auxiliar Feminino da Marinha¹²⁰, as especializações na área cultural começaram a se estabelecer com as historiadoras, bibliotecárias, arquivistas,

foi um militar atuante no desenvolvimento das atividades culturais da Marinha Imperial. Já na reserva, foi diretor da Biblioteca da Marinha, Arquivo e Museu, como também redator da *Revista Marítima Brasileira*. Essas informações, extraídas de sua fé de ofício e da visita realizada em algumas de suas obras para a pesquisa deste trabalho, não são ainda suficientes para considerá-lo um historiador de ofício. Contribui para esta constatação o fato de que, exceto pelas obras *Quatro Séculos de atividade marítima Portugal e Brasil* (1900) e *Ensaio sobre a gênese e desenvolvimento da Marinha Brasileira* (1903), de caráter histórico, as demais podem ser classificadas, grosso modo, como memorialistas ou opinativas. Entretanto, outras pesquisas precisam ser realizadas, dada a grandiosidade da produção historiográfica de Jaceguai no estudo da mentalidade coletiva da Marinha à época em que viveu. O que é possível depreender da leitura de algumas das obras do Barão de Jaceguai é que os comentários “nefastos” que fez sobre o Almirante Tamandaré em seu livro *Reminiscências da Guerra do Paraguai* (1935), publicado após a sua morte, como também sobre sua origem, as redes sociais que frequentou, seu estilo arrogante na escrita ou mesmo seus posicionamentos políticos críticos podem ter levado ao silêncio imposto pela historiografia naval brasileira ao seu nome.

¹¹⁸ Como já referenciado nas páginas 36 e 37 desta pesquisa, a história militar a partir dos anos 50 passou a ser absorvida pela sociologia e pela ciência política, trazendo novas abordagens ao estudo das guerras.

¹¹⁹ Visto por Valdeci Lopes de Araujo, até os anos 1980, como “a grande contribuição ao estudo da escrita da História no século XIX” (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2012, p. 10), principalmente no que tange à periodização e aos gêneros da historiografia, embora limitada a uma catalogação e levantamento historiográfico, o autor, no tocante à história naval e, mais especificamente, à história naval brasileira, mostrou-se pioneiro no meio acadêmico ao identificá-la em seu objeto, diferentemente de uma história militar.

¹²⁰ Foi extinto em 1996, com a distribuição das mulheres militares da Marinha do Brasil pelos corpos e quadros da instituição, num processo de igualdade de gêneros às aspirações da carreira naval. Em 2014 deu-se o ingresso da primeira turma de mulheres na Escola Naval.

jornalistas e museólogas, profissionais de fato, para compor a área cultural da Marinha do Brasil, que hoje tem rotineiramente oficiais do Quadro Técnico¹²¹ na execução de suas atividades. Os estudiosos da história naval brasileira tornaram-se mais numerosos. Eram oficiais da reserva da Marinha do Brasil cujas carreiras e perfis os habilitavam a compartilhar e contribuir para a valorização da história marítima e naval brasileira. Esses pesquisadores foram assessorados em muitos trabalhos pelos oficiais técnicos, especialmente nas temáticas contempladas pela produção da coleção história naval brasileira¹²² (idem, p. 279).

Sobre esta produção historiográfica, existe a tese de doutorado *Entre terra e mar: história e política na narrativa oficial das Forças Armadas brasileiras – os casos do Exército e da Marinha* (MANCUSO, 2007). Trata-se de uma análise do discurso histórico empregado pelo Exército e pela Marinha em suas coleções *O Exército na História do Brasil* e *História Naval Brasileira (1975-2002)*, respectivamente. A autora, entre numerosas observações relevantes, ressaltou o caráter diferenciado da coleção *História Naval Brasileira*, dada a existência de numerosos especialistas em sua escrita, brasileiros e estrangeiros, bem como “o pouco espaço aberto à exaltação inflamada de heróis, mitos e da atuação da força naval nos eventos”, o que pode ser creditado a uma nova abordagem na produção historiográfica naval brasileira. Diz ainda a autora

que a própria apresentação da obra, com textos bem cuidados, repletos de referências bibliográficas e todos assinados, senão por historiadores, como o caso de Pedro Calmon, pelo menos por pessoas com experiência em estudos históricos, deixa transparecer uma preocupação com um “profissionalismo histórico”, no sentido de não ser uma obra amadora de história (MANCUSO, 2007, p.125).

Os historiadores navais que mais se destacaram nas últimas décadas, de acordo com o texto de Alves de Almeida (2012, p. 50), foram cinco, todos oficiais de Marinha e sem formação acadêmica, como visto a seguir.

Max Justo Guedes (1923-2011) foi membro do IHGB e do IGHMB, sendo historiador naval especializado em história marítima, no caso história da náutica, navegação e da cartografia. Considerado discípulo de Jaime Cortesão e de renome mundial, escreveu vários capítulos da coleção *História Naval Brasileira*, sendo também, juntamente com Hélio

¹²¹ Hoje composto por oficiais de ambos os sexos, tendo, entre outras especialidades, as de caráter histórico-cultural.

¹²² Iniciada em 1975, é composta de dez livros, com diversos autores. Trata de toda a história marítima que se relaciona com a história do Brasil, desde o período da expansão marítima, no século XV, até o fim da Segunda Guerra Mundial, e de suas resultantes, exceto os períodos da consolidação do Império e da Guerra do Paraguai, ainda a serem produzidos.

Leôncio Martins, coordenador da mencionada coleção. Exerceu por 29 anos o cargo de diretor do Serviço de Documentação da Marinha (1978-1997), cabendo-lhe a modernização da área cultural da instituição, iniciada ainda em 1968, quando nomeado vice-diretor daquela organização. Em 1997 passou a diretor do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha, função que exerceu até 2003¹²³.

Já Antônio Luiz Porto e Albuquerque exerceu suas funções de historiador, majoritariamente como professor da Escola Naval. Doutor em Filosofia pela Universidade Gama Filho é detentor de vasta produção sobre história naval, sendo afeto ao emprego de teoria e ao método em suas pesquisas. No ano de 1985, produziu dois livros didáticos para aplicação no ensino de História no Colégio Naval, *História Geral do Ocidente e História Geral do Brasil*, nos quais as abordagens da história naval foram inseridas às de história geral e do Brasil, respectivamente.

A obra de João Carlos Gonçalves Caminha (1922-2006) foi centrada nos estudos de estratégia naval, tendo a História como instrumento fundamental na produção de *Delineamentos de Estratégia* (1982). Escreveu ainda o livro *História Marítima* (1972).

Armando Amorim Ferreira Vidigal (1928-2010), membro do IGHMB, autor da *Evolução do Pensamento Estratégico Brasileiro* (1985), da mesma forma que João Carlos Gonçalves Caminha, trouxe novas abordagens ao poder naval brasileiro, com o concurso da história como meio para o conhecimento da estratégia marítima do País.

Hélio Leôncio Martins (1904-2016), último dos cinco historiadores referenciados¹²⁴, era membro do IHGB e do IGHMB, possuindo uma vasta produção historiográfica naval brasileira de relevância e bastante diversificada, destacando-se a *Revolta da Armada e Revolta dos Marinheiros*¹²⁵.

A obra *A Revolta dos Marinheiros – 1910* (1988) apresentou uma nova abordagem ao tema, até então pautado, essencialmente, apenas pelos estudos de Edmar Morel, Mario

¹²³ Nessa ocasião, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha (DPHCM) foi extinta, sendo suas funções incorporadas pelo SDM, que passou a denominar-se Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM). Mais informações na nota 62.

¹²⁴ A carreira naval do Almirante Hélio Leôncio Martins, como idealizador do curso de especialização em Hidrografia na Marinha, oficial combatente da Segunda Guerra Mundial e primeiro comandante do Porta-Aviões *Minas Gerais*, o fez personagem atuante da história naval brasileira. Como historiador, começou tarde, aos 65 anos, conforme seu próprio relato (MARTINS, 2012, p. 20), quando, nos anos 80, escreveu sobre a participação da Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial, constante do Tomo V, Volume II da coleção *História Naval Brasileira*.

¹²⁵ Trouxe novas leituras a estes temas tão complexos para a historiografia naval brasileira.

Maestri e Marcos Silva. Como referenciado por Mario Maestri¹²⁶, o livro constituiu um “real esforço para superar o partidarismo extremado dos escritos de oficiais sobre a revolta, do qual o autor se afasta sistematicamente” (MAESTRI, 2010, p. 5). Em outros trabalhos realizados posteriormente¹²⁷, a pesquisa de Hélio Leôncio Martins tornou-se uma referência, posto que trouxe aos estudiosos do assunto, no campo acadêmico, o entendimento de que, para se navegar pela história naval, faz-se necessário compreender também as especificidades da profissão que a encerra e suas interfaces com a tecnologia, a cultura e a sociedade de uma época¹²⁸.

Relevante é a reflexão crítica de Hélio Leôncio Martins acerca da historiografia naval brasileira e sua interseção na historiografia brasileira, constante da introdução do seu artigo “Presença de oficiais estrangeiros na Marinha brasileira” (2004)¹²⁹. Nesse texto, o autor considerou que tanto “historiadores, intelectuais, mesmo militares, inclusive da Marinha” eram muito injustos com a memória naval. Nessa reflexão, o autor perpassou por vários fatos da história naval brasileira, pontuando que pouco se conhecia da atuação da Marinha na Guerra Cisplatina e nas Guerras Regenciais, explicitando suas razões. Sobre a Guerra do Paraguai, numa comparação com a obra de General Augusto Tasso Fragoso (1867-1945)¹³⁰, criticou a historiografia naval brasileira, limitada “a copiar um relatório do Ministro Ouro Preto”. Quanto à obra *Maldita Guerra*, de Francisco Doratioto (2002), Hélio Leôncio Martins comentou que o autor lhe confessara pessoalmente que não sabia que a Marinha tivera presença preponderante no teatro de operações¹³¹. Sobre a Divisão Naval em Operações de

¹²⁶ Doutor em História, publicou em 1980, nos semanários *Em Tempo* e *Movimento*, os artigos “A Revolta da Chibata” e a “A vitória do Almirante Negro”.

¹²⁷ Em especial a dissertação de mestrado *Marinheiros em revolta: recrutamento e disciplina na Marinha de Guerra (1880-1910)*, de Álvaro Pereira do Nascimento, 1997; a tese de doutorado *Em Busca da Cidadania: Praças da Armada Nacional: 1887-1910*, de José Miguel de Arias Neto, 2001; e a tese de doutorado *Nós, marinheiros, cidadãos brasileiros e republicanos: identidades, cidadania e memória na revolta de 1910*, de Sílvia Capanema P. de Almeida, 2009.

¹²⁸ Em 2010 (10 e 11 de setembro), em um apreço à nova história e a uma nova história militar brasileira, foi realizado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) o seminário “Revolta da Chibata: 100 anos – História e Historiografia”, sob coordenação dos professores Marco Morel, Sílvia Capanema e Tânia Bessone, com a presença dos pesquisadores mencionados.

¹²⁹ Neste artigo, Hélio Leôncio Martins criticou a própria historiografia naval brasileira por ser injusta para com a participação dos estrangeiros nas ações da Independência “ao não ter um navio, um estabelecimento, uma sala, ou mesmo retratos que tragam suas lembranças” (2004, pp. 40-44).

¹³⁰ Considerada uma obra clássica sobre a Guerra do Paraguai, foi publicada pela primeira vez em 1934, sendo composta de cinco volumes.

¹³¹ Francisco Doratioto, ao publicar, em 2002, o livro *Maldita Guerra*, legou à historiografia brasileira uma nova releitura da história da Guerra do Paraguai. O livro foi visto pelo próprio Hélio Leôncio Martins como uma obra de excelência na descrição dos aspectos políticos do conflito. Mas, no que tange às questões bélicas da guerra, ou mesmo às ações dos seus chefes militares, poucas referências existem sobre as ações operativas da Marinha Imperial. Junte-se o fato de que, no uso da historiografia a respeito, o autor ateu-se essencialmente a uma bibliografia controversa, no caso às obras do Barão de Jaceguai, sem o concurso do confronto das fontes. Nesse

Guerra (DNOG)¹³², nada se escreveu nos jornais da época, disse o autor, o mesmo para a participação da Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Dessa historiografia citada, Hélio Leôncio Martins só não escreveu sobre as Guerras Regenciais¹³³.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, os laços com o meio acadêmico foram se estreitando com a realização de seminários, simpósios e ainda as ofertas de vagas para estagiários nas áreas de História, Museologia, Biblioteconomia e Arquivologia do SDM. O mesmo ocorreu com as instituições civis congêneres, como o IGHMB, o IHGB, o Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (IPHAN) e o Arquivo Nacional, na realização de convênios, participação em conselhos consultivos, seminários e congressos. É preciso destacar, ainda, em especial, a participação dos oficiais e servidores civis do SDM, já a partir da sua primeira turma, em 2001, no curso de pós-graduação em História Militar Brasileira promovido na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), iniciativa pioneira do IGHMB em parceria com o Exército Brasileiro. Também as produções historiográficas se acentuaram, com a Coleção Jaceguay¹³⁴ e a Revista *Navigator*¹³⁵.

Hoje já existem mestres e doutores entre os historiadores navais brasileiros oriundos da Força, denotando a aproximação da Marinha do Brasil com o meio acadêmico. Dentre os pioneiros estão Carlos André Lopes da Silva¹³⁶, que em 2012 apresentou no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro sua dissertação de mestrado *A Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinha: Aspectos de uma Instituição Militar de Ensino na Alvorada da Profissionalização do Oficialato Militar, 1808-1839*, e Mônica Hartz Oliveira Moitrel (1958-2010)¹³⁷, que, em 2013, tornou-se mestre em História das Instituições pela UNIRIO. Sua dissertação foi publicada pela Biblioteca do

contexto, Hélio Leôncio Martins creditava essa relativização de Doratioto sobre as ações navais no conflito mais do que à historiografia brasileira, à historiografia naval brasileira, que não possuía uma obra com a densidade historiográfica necessária para oferecer aos estudiosos do assunto.

¹³² A DNOG simboliza a participação da Marinha do Brasil na Primeira Guerra Mundial.

¹³³ Embora não tenha escrito a respeito da participação da Marinha nos conflitos regenciais, Hélio Leôncio Martins, como professor e um dos coordenadores do Curso de Especialização em História Militar Brasileira (UNIRIO), foi orientador de alguns trabalhos de monografia a respeito.

¹³⁴ Produzida nos anos 1981-1984, compõe-se de 13 obras de cunho memorialístico da história naval brasileira, incluindo aspectos culturais específicos da Marinha, como a *Gíria Maruja*, de Gastão Penalva, como já referenciado.

¹³⁵ Oriunda dos *Subsídios para a História Marítima do Brasil*, publicação criada em 1938, teve sua produção retomada em 2005, depois de 19 anos, com o propósito de promover e incentivar o debate e a pesquisa sobre temas de história marítima no meio acadêmico.

¹³⁶ Oficial do Quadro Técnico da Marinha com formação acadêmica em História e membro do IGHMB.

¹³⁷ Também oficial do Quadro Técnico da Marinha, com formação acadêmica em História e membro do IGHMB, exerceu por muitos anos a chefia do Departamento de História do SDM (1994-2009), tendo sido vice-diretora dessa organização no ano de 2009.

Exército Editora sob o título *A Logística Naval na Marinha Imperial durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai* (2015), tema até então inexplorado pelos historiadores navais brasileiros. Há ainda as dissertações de mestrado de Pierre Paulo da Cunha Castro, *Disciplina na Armada Imperial A Partir da Corveta Trajano: As Diferentes Punições Aplicadas aos Subordinados entre 1873 e 1879* (2013), e de Wagner Luiz Bueno dos Santos, *A Criação da Companhia de Aprendizes marinheiros no processo de construção do Estado Nacional brasileiro: formação militar, educação e civilização no Brasil Imperial* (2016). Por último, cumpre ressaltar o trabalho pioneiro de Renato Restier, oriundo de sua dissertação de mestrado (2013), com a publicação do livro *Antítese da Civilidade Poder Naval, Pensamento Político e Guerra no Segundo Reinado (1850-1876)*, em que tratou da Guerra do Paraguai de forma diferenciada, creditando à Marinha Imperial o protagonismo de seu objeto, a política exterior à época.

Já em sua terceira turma, o Programa de Mestrado Profissional em Estudos Marítimos (PPGEM), sob a égide da Escola de Guerra Naval, com suas linhas de pesquisa Política e Estratégia Marítima; Regulação do Uso do Mar e Cemarização e Ciência, Tecnologia, Inovação e Poder Marítimo, está aberto a vários campos profissionais no estudo e aproveitamento do uso do mar, inclusive para historiadores. Neste mister, é possível destacar a dissertação de mestrado da historiadora Jéssica Gonzaga, *“Na Paz Cumpre-se Preparar para a Guerra”: A Armada Imperial e a Defesa da Província da Fronteira da Província do Mato Grosso contra a República do Paraguai (1852-1865)*.

Atualmente, no meio acadêmico já se encontram historiadores que tratam de história marítima, e mesmo de história naval. Há aqueles que, oriundos de outros campos da História, como a história social, cultural ou do tempo presente, enveredam pela história naval sob um olhar específico de suas áreas, trazendo interdisciplinaridade e multiplicidade de abordagens comuns a uma “nova história” e a uma “nova história militar”, produzidas ao longo dos últimos anos. Como exemplos, podem-se citar as produções historiográficas de Álvaro Pereira do Nascimento, João Roberto Martins Filho, Francisco Carlos Teixeira Filho e William Gonçalves (ALMEIDA, 2012, p. 58).

Outros, em número bem mais reduzido, como José Miguel Arias Neto e Raul Coelho Barreto Neto, produzem uma história naval pautada nas especificidades do poder naval, aí incluídos os seus diversos campos de observação, como o social, o político, o cultural, o institucional e o técnico-profissional (idem). Ou seja, embora à mercê de uma historiografia

militar brasileira, a historiografia naval brasileira tem buscado seu próprio espaço no diálogo com vários setores da sociedade civil, em especial as universidades. Neste contexto, podem também ser citadas as dissertações de mestrado de Paloma Siqueira Fonseca, *A Presiganga real (1808-1831): punições da Marinha, exclusão e distinção social* (2003), e de Luana de Amorim Donin, *Academia de Marinha: Normatização da Formação Militar Naval no Período de Construção do Estado Imperial Brasileiro (1837-1858)*, entre outras publicações porventura não conhecidas.

Neste capítulo, pretendeu-se definir a trajetória da história e da história militar com o propósito de estabelecer o pioneirismo e as características do tempo historiográfico de Theotônio Meirelles, o século XIX, bem como identificar a afirmação da história naval ao longo da historiografia militar, incluídas as singularidades do seu objeto, a guerra no mar, como campo do conhecimento, aplicando esta dinâmica sob uma historiografia contemporânea.

Cabe agora investigar as origens, o lugar e o tempo de Theotônio Meirelles da Silva para a compreensão da operação historiográfica¹³⁸ empregada pelo autor na construção do discurso histórico que empreendeu sobre a trajetória da Marinha Imperial.

¹³⁸ No caso, o espaço socioeconômico, político e cultural de produção para a pesquisa historiográfica de Theotônio Meirelles (CERTEAU, 1982).

Capítulo II: O Brasil e a Marinha Imperial – as origens, o lugar e o tempo histórico de Theotonio Meirelles da Silva

Para uma análise crítica da produção historiográfica de Theotonio Meirelles é preciso refletir sobre o conceito de historiografia que envolve a compreensão de um discurso histórico, bem como sua própria história, ou seja, a história da historiografia. Esse campo do conhecimento nasceu ainda no século XIX, concomitantemente à afirmação da História enquanto ciência e à própria historiografia militar, como visto no capítulo I, tendo como pressuposto uma memória disciplinar na constituição de uma metodologia científica e moderna da História. Neste intuito, foi preciso instrumentalizar o progresso da pesquisa histórica desde os tempos mais antigos da humanidade, haja vista a obra *Heródoto e Tucídides*, de Leopoldo von Ranke (2011, p. 252), que empregou os discursos históricos desses pensadores da Antiguidade Clássica, com suas críticas às fontes e a busca pela verdade, para a afirmação da História como ciência. Ranke, portanto, recorreu ao entendimento de uma historiografia anterior, na justificativa da metodologia histórica do século XIX.

Hoje essa compreensão da historiografia e da própria História ganhou outros significados. Numa perspectiva atual, Cassiano Karvat afirma que:

Todo conhecimento do passado é mediado pelo próprio presente... e este conhecimento e seus resultados, ou a materialização deste conhecimento, é apresentado na forma dos “textos dos historiadores”, que denominamos de historiografia. Assim, toda história resulta da interpretação do historiador, permitindo-nos logo dizer que toda história é historiografia, pois toda história deriva da “escrita” do historiador. Se o passado somente pode ser apreendido através do “ofício dos historiadores”, faz-se necessário refletir sobre tal ofício, bem como sobre seus principais encaminhamentos, problemas e, principalmente, seus resultados. Assim como a palavra história apresenta diferentes significados, historiografia é também vocábulo polissêmico. Além de exprimir o resultado do trabalho do historiador, materializado no próprio texto, significa ainda a própria faina da pesquisa. Em sentido mais refinado – e que aqui nos interessa mais –, a palavra historiografia apresenta-se também como um campo especializado, dentre as demais áreas de atuação dos historiadores, constituindo-se naquela área do conhecimento histórico voltado ao estudo do próprio texto historiográfico (KARVAT, 2005, p. 48).

Portanto, a análise da produção historiográfica de Theotonio Meirelles não está inserida apenas no estudo do seu texto *per se*, mas em todo o contexto histórico em que este se viu construído, que pressupõe a dinâmica do espaço social, econômico, político e cultural do autor (CERTEAU, 1982, p. 65). Como já observado, suas obras aconteceram num tempo de longa duração, decorrente das transformações ocorridas na civilização ocidental em fins do

século XVIII e meados do século XIX. Entre elas está o processo de independência das colônias europeias do continente americano, movimento que resultou na construção dos Estados Nacionais e na institucionalização de suas Forças Armadas e no qual o Brasil, obedecendo suas especificidades históricas, viu-se incluído.

Dessa maneira, a historiografia também se apresenta como uma “tradição das lembranças”, proposta teórico-metodológica de Massimo Mastrogregori (2006, pp. 65-93). Essa tradição possui um campo histórico mais amplo, em que a narrativa histórica pressupõe a procura estratégica das identidades sociais, relatando os fatos vistos como “reais” e verdadeiros, na procura por tudo o que aconteceu, mediante a interpretação dos rastros e testemunhos. As memórias e os silêncios articulam-se na construção de uma história comum, dos acontecimentos do passado que se quer preservar; assim, o tempo histórico encontra, num nível muito sofisticado, “o velho tempo da *memória*, que atravessa a história e a alimenta” (LE GOFF, 2010, p. 13).

No uso dessa instrumentalização da historiografia, identificar a trajetória da vida de Theotonio Meirelles não pressupõe construir uma biografia, até porque não há registros suficientes para tal. Neste capítulo, o que se pretende fazer é sim “... recompor e pensar questões mais gerais, relativas a relações familiares, à formação escolar/acadêmica, às estratégias de socialização e de ação no mundo” (SOUZA, 2007, p. 30) do autor, o que poderá contribuir para a análise crítica da sua produção historiográfica.

Há de se ter como referência que construções do passado, muitas vezes, são sustentadas por estruturas coletivas e criadas por indivíduos, de modo que esses dois movimentos não se excluam, mas se completem (SANTOS, 2013, pp. 53-68), que possam inferir numa memória social e cultural, vista esta não somente sob um viés antropológico¹³⁹. Neste contexto, os espaços e as redes de sociabilidade construídas por Theotonio Meirelles ao longo da sua carreira podem trazer elementos para o seu lugar social e cultural; no caso, onde e como se processou a circulação do seu conhecimento histórico e de sua produção historiográfica (CERTEAU, 1982, p. 65). Elas podem estar relacionadas às atividades da Biblioteca da Marinha e da *Revista Marítima Brasileira*, organizações criadas pela Armada Imperial a partir da segunda metade do século XIX¹⁴⁰.

¹³⁹ No caso, a arte e a literatura vistas por si mesmas.

¹⁴⁰ Museu Naval, embora criado em 1868, teve suas atividades iniciadas após a morte de Theotonio Meirelles, como já referido.

Sem pretender uma resposta para todas as questões, até porque há lacunas não preenchidas na documentação primária encontrada sobre a vida pessoal e profissional de Theotônio Meirelles, procurar-se-á neste capítulo identificar o lugar político e social que o tornou um historiador, articulando as singularidades e pluralidades de suas experiências. E que perpassam, obrigatoriamente, pela afirmação da profissão militar naval a construção do Brasil Imperial e da Armada Imperial, em especial a Academia de Marinha¹⁴¹ e as historiografias pertinentes.

2.1 A afirmação da profissão militar-naval e a Academia Real dos Guardas-Marinha

Na busca por uma historiografia que congregasse uma literatura afeta à construção dos conceitos basilares à profissão militar ao longo da história, num diálogo para com as especificidades da “profissão naval”¹⁴² para, assim, estabelecer o perfil profissional de Theotônio Meirelles, optou-se, quanto à profissão militar, pela visão de Samuel P. Huntington.

No que tange à “profissão naval”, a obra de Huntington (1996) manteve o lugar comum reservado a essa historiografia¹⁴³. No seu texto, foram pontuadas apenas as especificidades da “profissão naval”, aplicando-as como um contraponto ao seu discurso, majoritariamente afeto à construção do Exército, haja vista o próprio título do seu livro, *O Soldado e o Estado*.

No emprego das especificidades do oficialato naval, o aporte teórico utilizado foi a obra de Norbert Elias, em seu trabalho singular sobre a gênese da profissão naval inglesa (ELIAS, 2006, pp. 69-119). Entretanto, as teorias histórico-metodológicas desses autores, num diálogo com a trajetória de Theotônio Meirelles, envolveram um processo de longa duração, chegando à Marinha de Portugal, depois Imperial (1822). Essencialmente, foram perpassadas pela profissionalização do oficialato naval, com a criação da Academia Real de Marinha, em Portugal.

¹⁴¹ Designação da instituição de ensino responsável pelo oficialato naval à época do Império (ALBUQUERQUE, 1979).

¹⁴² O termo “profissão naval” colocado entre aspas tem como propósito diferenciar sua conceituação de “profissão militar”, posto que a historiografia muitas vezes generaliza as especificidades funcionais existentes entre um marinheiro e um soldado, configurando a instituição Exército como “sinônimo de militares” (SOUZA, 1999, pp. 17-28). Este termo foi empregado por Norbert ELIAS (2006) em seus estudos sobre o perfil sociológico dos homens do mar.

¹⁴³ Mesmo revisitada sob o escopo de uma nova história militar, pouco espaço dedica às especificidades da história naval, como referido no capítulo I.

Neste mister, para Samuel Huntington (1996) o oficialato profissional, em substituição ao oficial aristocrático ou mercenário¹⁴⁴, foi produto do século XIX, tendo como paradigma as Guerras Napoleônicas (1803-1815), os avanços tecnológicos provocados pela Revolução Industrial e os Estados Nacionais erigidos sob novas formas¹⁴⁵. Esses elementos, ao lado do aparato bélico, transformaram as Forças Armadas em organizações complexas e cada vez mais necessárias, gerando a necessidade de padrões educacionais e culturais mais rígidos à profissão, demandando a criação de lugares de ensino, as academias militares.

A estrutura central da profissão, com seus princípios de hierarquia e disciplina, afirmava-se, conferindo ao corpo de oficiais um caráter corporativo e autônomo, com as suas próprias escolas, seus costumes e suas tradições. Entretanto, a concepção de ciência militar como organismo próprio, com estudos diferenciados, só se constituiu a partir de 1800. A adoção do uniforme pelas Forças Armadas em meados dos XVIII passou a simbolizar o seu distanciamento profissional da sociedade civil¹⁴⁶, trazendo em seu bojo todo um aparato burocrático militar necessário ao funcionamento da sua estrutura. Eram os postos e cargos técnicos, nos quais a prioridade da hierarquia do posto sobre a hierarquia do cargo determinava o caráter profissional do oficialato, estando diretamente relacionada às especialidades, cujo fim seria o cumprimento de três pré-requisitos para o ingresso e a formação na profissão ao longo da história, a saber: a eliminação aristocrática no ingresso, a necessidade de educação básica profissional e a habilitação mínima em cultura geral.

Sobre as especificidades da “profissão naval”, Samuel Huntington (1996, pp. 61-68) fez uso do exemplo inglês, conferindo-lhe o pioneirismo na profissionalização da Marinha, incluindo o requisito da origem aristocrata para o ingresso na profissão naval. A partir da metodologia de história comparada, concedeu aos ingleses o caráter prático na formação do

¹⁴⁴ Tipo vigente desde as origens do feudalismo (HUNTINGTON, 1996, pp. 38-39), os comandantes dos exércitos e das marinhas não se viam até então como profissionais; a prática era considerada como um negócio (mercenários) ou passatempo (aristocratas amadores).

¹⁴⁵ Essas novas formas tiveram lugar na Prússia, com a Inglaterra e a França também se apresentando como vanguarda na consolidação do profissional militar. Neste aspecto, Huntington não considerou as peculiaridades de uma “profissão naval”, colocando marinheiros e soldados como iguais em suas origens, diferentemente de ELIAS (2006, pp. 69-111).

¹⁴⁶ No caso, pautada numa especialização, conjugada aos aspectos técnicos e culturais da profissão, e com responsabilidade diferenciada, posto que do seu sucesso ou fracasso passaria a depender toda uma sociedade, e ainda caracterizada pelo corporativismo, com atuação orgânica, na qual o grupo passava a ser responsável pela administração da violência (HUNTINGTON, 1996, pp. 25-36).

seu pessoal ao dizer que “o Almirantado desde muito tempo se apegara à política de “agarreos jovens”, recrutando futuros oficiais navais com idade entre 12 e 14 anos” (idem, p. 62)¹⁴⁷.

Esse recrutamento de jovens foi abordado nos estudos de Norbert Elias (2006, pp. 69-111). Em suas pesquisas, o autor desenvolveu a historicidade da instituição, apoiado, majoritariamente, numa dinâmica social¹⁴⁸, tangenciada por aspectos políticos e econômicos. Atendo-se à Inglaterra dos séculos XVII e XVIII, descreveu o processo de afirmação profissional da Marinha britânica, que inicialmente possuía dois segmentos sociais num mesmo espaço (navio) e atrelados aos interesses mercantis, de navegação e combate, na defesa desses mesmos interesses. O confronto entre essas forças perdurou por mais de um século, e de sua homogeneização surgiu a “profissão naval”, forjando o caráter da força naval, “uma esquadra militar conhecida como Marinha” (ALMEIDA, 2009, p. 141)¹⁴⁹. Neste processo, havia os oficiais *cavalheiros*¹⁵⁰ e os *tarpaulins*¹⁵¹. Os primeiros vinham da aristocracia e da pequena nobreza, e ainda da ‘Velha Marinha Inglesa’, na qual o comando militar do navio era dado à nobiliarquia. Assim, eram refratários às fainas marinheiras¹⁵², até porque muitos vinham de uma época em que estas não se faziam necessárias¹⁵³. Eram oriundos da aristocracia, da pequena nobreza fundiária, ou eram cavalheiros empobrecidos, que enxergavam na profissão naval a possibilidade de restaurar sua fortuna. Por sua vez, os *tarpaulins*, com conhecimentos práticos, provinham de classes baixas, podendo mesmo ser filhos de comerciantes prósperos que buscavam na Marinha ascensão social.

Em paralelo, marinhas de outras monarquias europeias também se desenvolviam, seguindo o curso das transformações, com historicidades distintas, como é o caso da Marinha

¹⁴⁷ Esse sistema acabou em 1857, com a criação de um navio-escola em Dartmouth, onde “os aspirantes dos 12 aos 14 anos de idade recebiam dois anos de instrução antes de se fazerem ao mar” (HUNTINGTON, 1996, p. 62).

¹⁴⁸ Para Norbert Elias, as profissões “são funções sociais especializadas em que as pessoas respondem a necessidades especializadas de outras, num conjunto especializado de relações humanas” (2006, p. 89).

¹⁴⁹ Neste caso, a força naval citada por Norbert Elias corresponde, nos dias atuais, ao Poder Naval, que tem na Marinha de Guerra de um país o componente militar do Poder Marítimo, incluindo ainda a Marinha Mercante, o comércio marítimo, infraestrutura hidroviária, pesca, organizações de pesquisa sobre o uso do mar etc. Essa teoria foi desenvolvida por Alfred Thayer Mahan em fins do século XIX, tendo como instrumental a história da Marinha britânica (ALMEIDA, 2009, p. 141).

¹⁵⁰ Norbert Elias empregou a terminologia *gentleman*, que possui o mesmo significado na língua inglesa.

¹⁵¹ *Tarpaulin*, como no original, era uma capa comum usada por marujos (ELIAS, 2006, p. 79) e significa tarimbeiro na língua portuguesa. O autor também empregou os termos oficiais-marinheiros ou oficiais-marujos e oficiais-*gentleman* na distinção entre as experiências dos dois grupos sociais (ELIAS, 2006, pp. 76-77).

¹⁵² O termo faina, uma gíria comum a navios e estabelecimentos navais, significa atividade/trabalho com o emprego de parcela significativa da tripulação (totalidade do pessoal de um navio) (CAMINHA, 1961, p. 154). As fainas marinheiras à época provinham de uma navegação a vela, que pressupunha a arte de amarrar e dar nós, subir em mastros e várias outras operações que envolviam atividades artesanais.

¹⁵³ O mesmo pessoal, ainda na Idade Média, era usado em guerras de terra e mar, “onde as mesmas embarcações serviam para combates e para a pesca” (ELIAS, 2006, p. 93).

de Portugal. Entretanto, em um primeiro momento, sua trajetória esteve imbricada à origem de outras potências europeias¹⁵⁴, conforme observado por Max Justo Guedes:

A ação de piratas e corsários contra a navegação portuguesa para o Brasil foi quase contemporânea ao Descobrimento; no entanto, pôde ela fazer-se livremente até que o surpreendente desenvolvimento da agroindústria do açúcar colocou nos mares grande número de navios mercantes carregados de um produto que, a cada dia, era objeto de maior procura e alcançava grande cotação no mercado internacional. Criou-se em decorrência a necessidade de medidas concretas para proteção das embarcações (e respectivas tripulações), que cruzavam o oceano... Foram elas a obrigatoriedade da navegação em frota e a fixação do armamento mínimo que cada navio deveria levar. (Regimento de 1571) (GUEDES, 1979, p. 59).

Mediante essas citações, depreende-se que a Marinha de Portugal teve em sua formação profissional uma origem comum às marinhas europeias, motivada pelas operações corsárias e com o emprego de navios armados a se contrapor aos ataques. Era o tempo das grandes navegações e da expansão marítima. Nas embarcações portuguesas, portanto, coabitavam duas funções marítimas: a militar, monopólio dos cavaleiros (aristocracia), e uma outra, “técnico-profissional”¹⁵⁵, afeta à arte de navegar¹⁵⁶. Entretanto, as disputas marítimas por mercados, decorrentes do mercantilismo e do colonialismo, em que os produtos circulavam pelo mar, trouxeram um processo contínuo de aumento de rivalidades comerciais, demandando processos distintos na “divisão do trabalho” nos navios e das funções sociais decorrentes (ELIAS, 2006, p. 85).

Nessa luta pelo poder das vias de comunicações marítimas, os “navios armados” passaram a se constituir em navios de guerra e mercantes, com tarefas distintas. Houve a necessidade de conciliar àquele tipo de navio uma tripulação que dominasse não somente a arte de guerrear, mas também a de navegar. Na Inglaterra, com estruturas políticas e sociais distintas, facilitadas pelas Revoluções Inglesas do século XVII, esses dois ofícios se amalgamaram, ao contrário da França e da Espanha (idem, p. 95) e, por extensão, da própria

¹⁵⁴ Conforme analisado por Norbert Elias (2006, pp. 94-95), um padrão definido de trabalho não poderia existir neste estágio, a não ser por influência externa, caso das monarquias absolutistas da Espanha e da França e, por analogia, da própria Coroa Portuguesa.

¹⁵⁵ No caso, baseada no emprego de mão de obra artesanal, conforme referenciado por ELIAS (2006).

¹⁵⁶ Cumpre ressaltar um aspecto peculiar à Marinha de Portugal dos séculos XV-XVIII, em que os navios representavam a essência do Império marítimo em expansão, numa conexão não apenas econômica ou militar, mas também social e cultural, e simbolizavam ainda o sentimento de pertencimento ao Estado, no trânsito de decretos, ordem, regimentos e ideias. “Lisboa só decidia depois de ser alimentada pelas informações que corriam sob suas velas” (LOUREIRO, 2013). Essa reflexão decorre da leitura em trabalhos do historiador Marcello Loureiro, além de conversas mantidas com o mesmo estudioso acerca do mundo português nos séculos XVI-XVIII, temática em que é especialista.

monarquia lusa¹⁵⁷. A primazia portuguesa nos empreendimentos marítimos havia se dissipado, mas o período pombalino (1750-1777)¹⁵⁸, com suas reformas navais, motivadas pelo ciclo do ouro e da mineração no Brasil, trouxe fatos novos ao desenvolvimento do oficialato militar português.

A criação do Colégio dos Nobres (1761) forneceu uma identidade nobiliárquica à profissão militar, dado o seu propósito de aglutinar numa instituição de ensino todos os conhecimentos técnico-científicos capazes de garantir à aristocracia lusa a liderança do Estado português, aí incluído o aparato militar-naval. A historiografia naval brasileira¹⁵⁹ existente a respeito da Escola Naval¹⁶⁰ considerou, ainda no mesmo ano de 1761, a criação do posto de guarda-marinha como a origem da instituição. Pela primeira vez havia regras para o seu ingresso, além de um exercício de formação profissional para a Força, conforme transcrito por Levy Scarvada:

Considerando o muito, que convém ao regular serviço da Marinha, que nela haja educação de Oficiais, que se façam dignos pela sua instrução e préstimo, de subirem aos postos maiores, e de neles cumprirem com as suas obrigações como espero: Hei por bem criar por ora vinte e quatro Guardas-

¹⁵⁷ Um padrão definido de trabalho não poderia existir nesse estágio, a não ser por influência externa, caso das monarquias absolutistas da Espanha e da França e, por analogia, da própria Coroa Portuguesa (ELIAS, 2006, pp. 94-95).

¹⁵⁸ A essa época, Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido pelo título de Marquês de Pombal (1770), era o homem de confiança de D. José I, rei de Portugal. Sua administração trouxe mudanças profundas para Portugal a partir da segunda metade do século XVIII, envolvendo economia, educação e política da monarquia lusa.

¹⁵⁹ As obras de BOITEUX (1940) e SCARVADA (1955) obedeceram a uma historiografia tradicional, enquanto narrativas de fatos e acontecimentos, estando as pesquisas pautadas em fontes documentais oficiais, não havendo integração entre o texto e análise. Em ALBUQUERQUE (1979, 1982), que publicou dois estudos a respeito, observou-se um diálogo crítico à historicidade da legislação, acrescentando outros documentos primários à sua análise, que o levaram a concluir sobre a data de criação da Escola Naval. Todos esses historiadores, quando escreveram suas obras, estavam ligados de alguma forma à instituição Marinha. Também é o caso de SILVA (2012), oficial do Quadro Técnico da Marinha, historiador, com sua dissertação de mestrado *A Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinha: Aspectos de uma Instituição Militar de Ensino na Alvorada da Profissionalização do Oficialato Militar (1808-1839) da Academia* (2012). Nesse trabalho ele desenvolveu, sob parâmetros de uma “nova história militar”, um discurso histórico renovado em relação ao oficialato naval brasileiro, indo até 1839, com análise crítica de farta documentação ainda desconhecida para a história naval brasileira, envolvendo obrigatoriamente uma revisita à historiografia sobre o tema. Outro texto conhecido é o da historiadora civil Luana Donin (2014), a dissertação de mestrado *Academia de Marinha: Normatização da Formação Militar Naval no Período de Construção do Estado Imperial Brasileiro (1837-1858)*. Nessa pesquisa, a autora desenvolveu o tema sob uma ótica diferenciada de SILVA (2012). Enquanto este perpassou a história do oficialato naval brasileiro pela trajetória da instituição Marinha essencialmente, DONIN (2014) ateu-se mais à afirmação da Academia de Marinha, junto com a Marinha Imperial, dentro do contexto político de um Estado em processo de afirmação. Também no uso da historiografia naval brasileira existente, ARIAS NETO (2001) analisou uma literatura de peso em relação ao tema, por cobrir toda uma análise da história naval ao tempo imperial.

¹⁶⁰ Aos moldes atuais, tem como missão “formar oficiais da Marinha do Brasil para os postos iniciais das carreiras do Corpo da Armada, ministrando curso de graduação necessário ao desempenho de funções peculiares ao oficial subalterno”. Ver: MARINHA DO BRASIL. Escola Naval. Disponível em: www.en.mar.mil.br, acesso em 20 jan. 2016.

Marinha, que terão a graduação de Alferes de Infantaria, e os mesmos soldos, e insígnias, uniformes respectivos na cor do corpo, a que hão de servir; observando-se na forma das suas qualificações, para serem admitidos a assentarem praça, o que tenho estabelecido por Alvará de dezesseis de Março de mil setecentos e cinquenta e sete sobre as qualidades dos Cadetes das Tropas de Terra, no que lhes for aplicável; e praticando-se quanto à forma dos seus exercícios, e serviço o que tenho determinado a D. João Meu muito amado, e prezado Primo, Capitão-General dos Galeões da Minha Armada Real do Alto Bordo do Mar Oceano. (SCARVADA, 1955, p. 37).

Entretanto, a esses requisitos para ingresso somavam-se, ainda, a “qualidade do nascimento” (SILVA, 2012, p. 57). Ou seja, além dos filhos de generais, também poderiam ser aceitos filhos de oficiais superiores, em decorrência de serviços prestados à Coroa Portuguesa, não havendo necessidade de provas de fidalguia. Isso implicava a existência de outro extrato social a ter acesso ao oficialato naval.

Junto com essas organizações, desenvolvidas já sob o reinado de D. Maria I¹⁶¹, veio a Academia Real de Marinha (1779), de caráter acadêmico-científico¹⁶², e a Companhia de Guardas-Marinha (1782), de formação militar e também acadêmica, mantendo-se os mesmos critérios de 1761 para ingresso. Em 1796, foram criados os Estatutos da Academia Real de Guardas Marinha, que com essa nomeação chegou ao Brasil em 1808, com D. João VI. Entretanto, não havia nenhuma legislação acerca da existência desse organismo. Neste ponto, Antônio Luiz Porto e Albuquerque (1979) se afastou dos estudos de Lucas Boiteux (1940), que creditou o pertencimento desses estatutos à Academia Real de Marinha, instituição que teria vindo com a Corte Portuguesa. Apoiado em documentação primária, especialmente no *Registro Diário Relativo ao Serviço, Disciplina e Instrução da Companhia de Guardas da Marinha na Sua Academia Real*¹⁶³, o autor concluiu que os registros em questão normatizaram o que já era praticado pela Companhia de Guardas-Marinha, embora não tivesse a denominação de Academia¹⁶⁴. Esta foi a organização acadêmica e militar do oficialato da Marinha portuguesa que veio com a transmigração da Família Real em 1808,

¹⁶¹ MALVASIO (2009, pp. 71-82), apoiado no caráter reformista do período pombalino, também considerou o decreto de 1761 como marco do ingresso ao oficialato naval não mais exclusivo à nobiliarquia. Entretanto, creditou o fato à época pombalina, marcada pela formação de uma Marinha de Guerra militar e profissional. Porém, conforme observado por SILVA (2012, pp. 39-74), o processo foi lento e gradual e realizado ao longo de todo o século XVIII e em princípios dos Oitocentos, caracterizado por continuidades e descontinuidades em sua execução, inclusive alterações à legislação pertinente.

¹⁶² Ministrava, essencialmente, um curso matemático, exigindo que todos “os oficiais combatentes, pilotos e oficiais engenheiros”, com duração de dois a três anos, tivessem essa formação acadêmica. Veio a funcionar no próprio Colégio Real dos Nobres (ALBUQUERQUE, 1979, p. 354) e identificou um tratamento diferenciado dado à carreira no mar, fornecendo-lhe uma instituição diferenciada.

¹⁶³ Essa documentação não havia sido visitada até então. Datada do período 1790-1791 e existente no Arquivo da Marinha, corroborou decisivamente para a conclusão de ALBUQUERQUE (1979, p. 359).

¹⁶⁴ O conceito aplicado para Academia, conforme a documentação primária analisada por Albuquerque (1979, p. 359), era o de “conjunto de aulas ministradas”.

juntamente com toda a sua estrutura – alunos, professores, oficiais e parte do material escolar, aqui permanecendo até os dias atuais¹⁶⁵.

2.2 O Período Joanino – A Independência e a Formação da Marinha Imperial – as origens de Theotônio Meirelles (1808-1823)

Diante das guerras napoleônicas¹⁶⁶, Portugal, sob a égide britânica, viu-se em um impasse: “ou o reino, para deter as legiões de Junot, rompia com os ingleses e perdia o Brasil; ou o reino, para preservar o Brasil¹⁶⁷, arriscava a soberania na Europa – em troca do império nos trópicos” (ESPARTEIRO, 1979, pp. 325-67).

Chegando a Família Real ao Rio de Janeiro, tratou D. João VI de estruturar todo o aparato burocrático-militar necessário à manutenção do Estado português. No caso da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, manteve-se o mesmo secretário, Visconde de Anadia, e a mesma legislação do Alvará de 1736¹⁶⁸. As repartições passaram a ser estabelecidas, algumas em duplicação às existentes em Portugal, como no caso da Academia Real dos Guardas-Marinha. Dessa forma, eram instaladas várias organizações navais¹⁶⁹. O Arsenal de Marinha passou a denominar-se Arsenal de Marinha da Corte, sendo remodelado para receber a Armada portuguesa, realizando atividades no conserto e na manutenção dos navios. Instalou-se ainda a Brigada Real da Marinha, destinada a guarnecer os navios, ou seja, a Marinha Imperial. Quando levada a operar no processo de instituição do Estado-Nação, em 1822, esta já possuía alguma estrutura administrativa, até então sob bandeira lusa.

Dessa maneira, a historicidade da Marinha de Portugal, tomando como referência a sua formação acadêmico-profissional, passou a ter continuidade em terras brasileiras. Ao desembarcar no Rio de Janeiro, a Academia Real dos Guardas-Marinha tornou-se a primeira

¹⁶⁵ Após a Independência, alguns alunos, oficiais e mestres voltaram para Portugal, onde passaram a cumprir seus estudos acadêmicos somente na Academia Real de Marinha, embarcando em navios para a aprendizagem prática (ALBUQUERQUE, 1979, p. 366).

¹⁶⁶ Possuíam, essencialmente, duas características resultantes da Revolução Francesa: 1) um Estado burguês contra uma “Europa aristocrática” e 2) disputa entre a França e a Inglaterra por mercados. Por conseguinte, decretado o Bloqueio Continental, e sob a liderança de Napoleão Bonaparte, os Estados europeus não poderiam comerciar com a Inglaterra, de quem Portugal era aliada histórica (MOITREL, 2015, p. 33).

¹⁶⁷ Entenda-se por “preservar o Brasil” a garantia, àquela altura, da sobrevivência de Portugal como Estado soberano.

¹⁶⁸ Promulgado em 28 de julho, criou as Secretarias de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Negócios Interiores do Reino e da Marinha e Domínios Ultramarinos (ou Marinha e Conquistas), a gerir “(...) as Armadas, e Frotas, e administração da Fazenda dos Armazéns, e ofícios dela: (...) e todas as mais dependências da mesma marinha (...)” (MOITREL, 2015, pp. 33-35).

¹⁶⁹ No caso, a própria Secretaria dos Negócios da Marinha, o Conselho Supremo Militar, a Contadoria e Intendência da Marinha, a Auditoria da Marinha, o Hospital Central da Marinha, o Quartel General da Marinha, o Arquivo Militar e a mencionada Academia de Marinha (MOITREL, 2015, pp. 34-35).

instituição de ensino superior no Brasil. A esse respeito, numa comparação com a Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia¹⁷⁰, vista como o “primeiro curso universitário estabelecido no Brasil”, Carlos André Lopes da Silva considera que

(...) a precedência como primeiro curso superior a tocar terras brasileiras somente importa para informar que os navios da Esquadra Real não conduziram para a colônia somente homens e seus bens, mas também saber, tornado palpável nas livrarias “públicas” e particulares e instrumentalizado, a partir das necessidades do Estado, na Academia dos Guardas-Marinha (SILVA, 2012, p.143).

Ou seja, foi reafirmado, sob uma nova ótica historiográfica¹⁷¹, o já recorrente à historiografia naval brasileira: a Academia dos Guardas-Marinha veio “pronta”¹⁷² para o Brasil, cabendo-lhe apenas a sua instalação, ocorrida em março de 1808 no Mosteiro de São Bento. Essa estrutura de ensino, embora ainda portuguesa, foi basilar na formação do oficialato naval brasileiro, sendo o núcleo da estruturação da Marinha Imperial. Quando formados, e na administração da violência, coube aos oficiais da força naval¹⁷³ que se instituíam gerenciar todo o processo de organização, equipagem e treinamento da instituição e, ainda, “planejar suas atividades, dirigir as operações dentro e fora do combate”, na “direção, operação e controle de uma organização humana cuja principal função consiste na aplicação da violência” (HUNTINGTON, 1996, pp. 29-30). Portanto, conhecer essa história, bem como sua intersecção com os interesses nacionais de um País que também se construía¹⁷⁴, mostrou-se fundamental para a trajetória de Theotônio Meirelles quando do seu ingresso na Academia de Marinha, em 1838.

A instalação de uma estrutura militar-naval no Rio de Janeiro por ocasião da transmigração da Corte Portuguesa foi apenas uma entre tantas transformações provocadas pelo período joanino no Brasil (1808-1821), que fez do Rio de Janeiro a capital de um império ultramarino, trazendo ainda grandes transformações para a cultura e a sociedade da Corte. Trazia, ainda, em seu bojo “interesses conflitantes entre europeus e americanos” e “entre portugueses e brasileiros” (COSTA; OLIVEIRA, 2007, p. 31).

¹⁷⁰ Só tivera seu funcionamento autorizado em 18 de fevereiro de 1808.

¹⁷¹ Afeta a uma nova história militar brasileira, conforme referido no Capítulo I deste trabalho.

¹⁷² Como referenciado por SILVA (2012, p.142) José Murilo de Carvalho citou a Academia de Guardas-Marinha como “criada” em 1808, seguida da Academia Militar (1810) e das Escolas de Medicina do Rio de Janeiro (1813) e Salvador (1813) (CARVALHO, 2014, p.73).

¹⁷³ O conceito de força naval à época pressupunha a contagem de navios e seus canhões, levando a acreditar-se que mais canhões a bordo das embarcações e, conseqüentemente, navios maiores, alcançariam a vitória (PROENÇA JR *et al.*, 1999, p. 47).

¹⁷⁴ Esses aspectos estão mais presentes nas obras de Arias Neto (2001), Donin (2015) e Santos (2016).

Entre as resultantes estava a absorção dos interesses mercantis lusos, que incluíam as dinâmicas comerciais no Centro-Sul brasileiro, desencadeando, juntamente com a tomada de Caiena¹⁷⁵, uma política expansionista lusa sobre a região platina, que levou à atuação de uma Marinha. Embora ainda portuguesa, forneceu à instituição oficiais experientes para a causa da Independência. Houve ainda a retomada, sob novas situações e uma nova lógica territorial, da operação lusitana da Colônia de Sacramento¹⁷⁶. Era o controle do estuário platino, a abertura da navegação fluvial para as províncias interiores, incluindo Mato Grosso e a praça comercial valiosa de Montevideu. No caminho dessa realização estava a afirmação dos Estados Platinos, que já acontecia na América do Sul, trazendo ainda, em suas ações, conflitos internos aos próprios países. Em 1821, já sob regência de D. Pedro I, foi anexada ao Brasil a Província Cisplatina, numa guerra que durou quatro anos.

Para empreender essas lutas foi necessário o emprego de militares, aí incluídas forças navais e terrestres. Os recrutamentos foram promovidos, com a consequente disponibilidade de novas vagas ao oficialato naval e a criação da Academia Militar. No caso do aparato naval, mais organizações eram estabelecidas e os arsenais foram revigorados em suas atribuições, notadamente o do Rio de Janeiro¹⁷⁷.

No plano interno, com políticas de favorecimentos do período joanino ao Centro-Sul da colônia e de taxações fiscais às províncias do Norte, as interferências do poder central em tais regiões começavam a incomodar as elites coloniais. Como observado por Marcelo Basile (1990, p. 193), essas questões compreendiam a esfera de atribuições de um Estado incapaz de arcar com todas as suas despesas; em contrapartida, o governo “concedia mercês, honrarias, títulos de nobreza, cargos de importância, privilégios e monopólios a seus fiéis colaboradores”. Junte-se ao fato as ideias liberais europeias que prosperavam nas elites letradas e o processo de independência ocorrendo na América.

¹⁷⁵ Ocorrida em 1808, contra a Guiana Francesa, foi uma represália à ocupação francesa em Lisboa; em 1817 foi devolvida ao governo francês, em troca do reconhecimento dos limites territoriais entre os dois territórios.

¹⁷⁶ Na América, as ideias iluministas tiveram um caráter revolucionário e anticolonialista, diferentemente da Europa, onde, obedecidas as historicidades dos lugares, o Iluminismo possuía uma visão mais reformista (NOVAIS, 1989). A independência das colônias trouxe as histórias nacionais e com elas o imaginário territorial dos Estados que se constituíam, tendo na dianteira dos acontecimentos os EUA e seu destino manifesto. No caso platino, Banda Oriental do Uruguai e Argentina já viviam esse processo numa longa duração, em que os interesses na região de fronteiras ao sul do continente se conflitavam na definição de seus territórios, incluindo o Brasil, que passou a viver toda essa dinâmica ainda sob domínio lusitano (MAGNOLI, 1997).

¹⁷⁷ A vinda da Armada Portuguesa, aliada às contendas externas promovidas no período joanino, trouxe grande revitalização ao Arsenal de Marinha da Corte. Fundado em 1763 e embora ainda voltado para o trabalho artesanal e reparos de uma Marinha a vela, conheceu grande profusão de serviços (TELLES, 2001, p. 29; GREENHALGH, 1965, v. 1).

O cenário social, político e econômico do Brasil desde a época colonial, dificultado ainda pela geografia, não primava pela coesão interna. Compunha-se de capitanias que possuíam uma unidade política e econômica fragmentada e ligada aos interesses da metrópole muito mais do que ao governo-geral da Colônia. Os movimentos separatistas que se anunciaram à época eram pautados pelo nativismo e foram poucos, tivessem ou não caráter elitista ou popular. A transmigração da Família Real, embora tenha trazido a *interiorização da metrópole*, no dizer de Maria Odyla (ODYLA *apud* BASILE, 1990, p. 188), com seu aparato burocrático, sua política imperial e rearranjo das forças sociais, não alterou este fato. Portanto, a independência do Brasil não se finalizou em 1822, fato já atestado pela historiografia brasileira mais recente. Tampouco foi um movimento orquestrado, “linear e homogêneo”, a respeito de suas discussões sobre os temas Estado, Nação e Cidadania.¹⁷⁸; o mesmo para a formação e a consolidação das Forças Armadas do Brasil Imperial, instituições inseridas no aparato burocrático do Estado.

No entanto, nessa historiografia brasileira poucas referências há sobre a participação das Forças Armadas no processo de construção do Estado-Nação à época do Império, notadamente sobre a Armada Imperial, lugar histórico de Theotônio Meirelles. Assim, na compreensão do caminho percorrido pela Marinha ao longo desse período e das escolhas feitas pelo autor em lide em sua trajetória, os textos, majoritariamente, pautaram-se em visitas e revisitas a historiadores orgânicos¹⁷⁹ e em alguns poucos trabalhos oriundos de historiadores do meio acadêmico afetos ao tema Marinha¹⁸⁰. Quando necessário, a historiografia brasileira se portou como norteadora do processo na compreensão do objeto de estudo.

A Marinha Imperial nasceu com a Independência do Brasil¹⁸¹ e, portanto, integrada à política nacional que emergia, cabendo-lhe, juntamente com o Exército Brasileiro, a missão de manter a integridade e a unidade do território herdado dos portugueses, ameaçadas pelas

¹⁷⁸ Entre as obras de referência estão CARVALHO (2014, 2011, 2009, 2007, 2005, 1990), MATTOS (1990), NEVES (1999), BASILE (1990, 2009), LYRA (2000), RIBEIRO (2002) e SALLES (2009).

¹⁷⁹ Apropriação da terminologia empregada por Silva (2012, p. 18) para designar os servidores de Marinha que se dedicam à história naval, distinguindo-se da categoria de “intelectual orgânico” de Antonio Gramsci, que usa o termo como conceituação de determinada classe. Neste contexto, no que tange à trajetória percorrida pela Marinha Imperial, o texto *A Marinha Imperial e sua ação contra Rosas e Oribe (1850-1852)* foi revisitado, sendo incorporadas as observações constantes do Capítulo IV, no que foi pertinente (GAMA, 2001).

¹⁸⁰ Neste caso, a literatura mais apropriada mostrou-se a de José Miguel de Arias Neto (2001), na medida em que este autor, em sua tese de doutorado *Em Busca da Cidadania: Praças da Armada Nacional 1867-1910*, perpassou por toda a historicidade da Marinha Imperial, num diálogo permanente com a história do Brasil, incluindo as historiografias pertinentes.

¹⁸¹ BOITEUX (1956-58, p. 100). O Comando em Chefe da Esquadra Brasileira comemora como data de sua criação o dia 10/11/1822, quando pela primeira vez foi içada a Bandeira Nacional na nau capitânia *D. Pedro I*, com salvas de 101 tiros.

tropas lusas e pelos próprios conflitos internos ao país que se formava, diante dos diferentes grupos étnicos e sociais de que se compunha, distintos pela própria dimensão continental do Brasil. Desse modo, fazia-se mister a constituição política do Estado, num processo decisório entre monarquia ou república, centralização ou descentralização. A fragmentação da América Espanhola em repúblicas assustava as oligarquias escravocratas, devido à ameaça de fragmentação do território. Mas como estabelecer o equilíbrio entre os poderes locais e regionais e o Império absolutista¹⁸²? Era preciso, portanto, conciliar as dinâmicas contraditórias dos interesses nacionais e regionais daquela sociedade advinda do colonialismo português, fazendo uso da criação de forças militares que, em essência, deveriam obedecer à política de um Estado e de um poder central nacional, fundamentado numa identidade própria no país que surgia.

Nessa conjuntura histórica nasceu Theotonio Meirelles. A partir de então, sua trajetória pessoal e sua “tradição de lembranças” (MASTROGREGORI, 2006, pp. 65-93)¹⁸³ foram agregadas à história do País e na Marinha Imperial, começando pela sua origem, como visto a seguir.

De acordo com informações contidas no Livro-Mestre dos Oficiais da Armada Nacional e Imperial¹⁸⁴, Theotonio Meirelles da Silva nasceu em Ouro Preto, Minas Gerais, no ano de 1820, filho de Domingos Meirelles da Silva e de Joana (não há o sobrenome). Provavelmente, não houve apresentação de nenhum documento comprobatório dessas informações¹⁸⁵ quando do seu ingresso na Academia de Marinha. Como havia lacunas temporais em sua vida profissional¹⁸⁶, foi necessária a realização de mais pesquisas. Dessa maneira, chegou-se inicialmente a um artigo da *Revista de História da Biblioteca Nacional*¹⁸⁷ em que, entre os filhos naturais de D. Pedro I, constava o oficial da Marinha Theotonio

¹⁸² No caso, representado por D. Pedro I, figura simbólica da independência, o que pressupunha a aceitação da monarquia como o sistema apropriado à preservação do *status quo* das elites dirigentes.

¹⁸³ O “nascimento de um eu a se ver no outro”, pressupondo uma memória individual, coletiva e social (LE GOFF, 2010).

¹⁸⁴ Referente ao período de 1792 a 1863 e localizado no Arquivo da Marinha, microfilme 45 A. Este livro continha toda a carreira do oficial da Marinha, incluindo filiação e data de nascimento. Foi criado em 1822, pelo primeiro secretário de Negócios da Marinha Imperial, Capitão de Mar e Guerra Luís da Cunha Moreira (PRADO MAIA, 1965, p. 121).

¹⁸⁵ Em outros assentamentos de oficiais foi observado o registro da documentação, quando apresentada.

¹⁸⁶ As informações acerca de seu nascimento eram contraditórias, não havendo registro das razões de, a partir de 1847, ter sido determinado que servisse apenas em estabelecimentos de terra (fora proibido de servir em navios). Tampouco havia informações precisas sobre o ingresso de Theotonio Meirelles na Academia de Marinha, os motivos de sua reforma (1855) e falecimento (1887).

¹⁸⁷ Consta uma relação nominal de vários filhos legítimos, ilegítimos e naturais de D. Pedro I. Ver: BIBLIOTECA NACIONAL. *Revista de História*. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/deitou-na-cama-e-fez-a-fama>, acesso em nov. de 2016.

Meireles da Silva, fruto de um relacionamento mantido com Gertrudes Meirelles de Vasconcelos (“Tudinha”), a qual conheceu em Minas Gerais, no ano de 1822¹⁸⁸.

Os dados contraditórios quanto ao ano de nascimento de Theotonio Meirelles e a sua filiação, no caso o nome de sua mãe (Joana ou Gertrudes?)¹⁸⁹ e a paternidade, levaram a uma terceira fonte de consulta, as certidões dos casamentos de Theotonio Meirelles ¹⁹⁰, em que constam o ano de 1823 com sendo o de seu nascimento. Dessa leitura, foi possível identificar a profissão do seu pai, sargento-mor, com um outro nome, Domingos Antônio de Oliveira Meirelles (ARQUIVO DO EXÉRCITO, documentos 2.431; 2.531). Nas mencionadas certidões, havia ainda o nome completo da mãe de Theotonio Meirelles da Silva, Joana Rosa de Bretas Meirelles, sem o sobrenome Silva, à semelhança de seu pai, Domingos; em comum aos três personagens, apenas um dos sobrenomes da “namorada” de D. Pedro I, Gertrudes Meirelles.

Nos assentamentos de Domingos Antônio de Oliveira Meirelles foram obtidas as seguintes informações: a) em 1838 obteve uma licença de dois anos para tratamento de saúde, sendo seus soldos remetidos para a Província de Minas Gerais; b) essa licença foi renovada em 1840, nos mesmos termos e c) em 1845, concessão de uma outra licença, por tempo indeterminado. No que parece ter sido acrescido aos dados de sua carreira, outro registro do Arquivo do Exército, datado de 9 de janeiro de 1890, descrevia

Não existindo neste arquivo o livro de Assentamentos dos Oficiais de Segunda Linha do 13º Regimento de Cavalaria torna-se defeituoso prestar informações precisas do que possa constar a respeito do Tenente-Coronel Domingos Antonio de Oliveira Meirelles. No entanto, revendo-se o Livro de Ordens do Dia, a do Comando das Armas da Bahia, de 26 de maio de 1857, número 161... lhe foi concedido reforma no posto de Coronel, com o soldo de vinte e dois mil e quinhentos réis mensais... por contar mais de trinta e cinco anos de serviço e ter sido julgado inapto pelo mesmo”. (ARQUIVO DO EXÉRCITO, documento 2.531)

Dessas informações, depreende-se que, sendo reformado em 1857, com mais de 35 anos de serviço, o Coronel Domingos Antônio de Oliveira Meirelles, provavelmente, iniciou sua carreira antes do nascimento de Theotonio Meirelles, fosse em 1820 ou 1823. Era oriundo

¹⁸⁸ Em outros textos (BARROSO, 1952; TORRES, 2009; e REZZUTI, 2015), embora com informações incompletas, havia referência ao nome de Gertrudes Meirelles de Vasconcelos como mãe de um dos filhos naturais de D. Pedro I, ou mesmo o nome de “Teotonio” como sendo seu filho, nascido em 1822 ou 1823.

¹⁸⁹ Em consulta aos fundos documentais da Marinha, foi observado que não há outro oficial com o mesmo nome.

¹⁹⁰ Encontradas no Colégio Brasileiro de Genealogia. Theotonio Meirelles da Silva foi casado duas vezes: a primeira, com Ana Rosa Heitor, falecida em 1858, e a segunda, com Carolina da Cunha Jardineiro, em 1877.

das milícias provinciais (Minas Gerais?), incorporadas à Guarda Nacional em 1831¹⁹¹. Portanto, poderia ter assumido a paternidade de Theotonio Meirelles caso estivesse em Minas Gerais por ocasião da viagem de D. Pedro I¹⁹². Infelizmente, as pesquisas a respeito de sua ascendência, e sobre Gertrudes Meirelles de Vasconcelos, com quem D. Pedro I teria se encontrado, e que possuía um sobrenome em comum com Theotonio Meirelles, não alcançaram resultados, tampouco a consulta realizada junto à Igreja de São Francisco Xavier do Engenho Velho, onde crianças batizadas por D. Pedro I poderiam ser seus filhos¹⁹³.

Uma carta constante do Inventário dos documentos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil existentes no Castelo D' Eu, datada de 12 de junho de 1873 e dirigida por Theotonio Meirelles a D. Pedro II (MUSEU IMPERIAL, documento 7.647), trouxe respostas a essas perguntas sobre sua origem e trajetória de vida até seu ingresso na Academia de Marinha, e mesmo depois, quando não mais servia à Armada Imperial. Dada a relevância das informações, concomitantemente à transcrição dos trechos mais importantes do documento, será feito uso a seguir de uma leitura comentada a respeito e, ainda, de alguma reflexão crítica para a compreensão da trajetória de Theotonio Meireles.

Num discurso amargurado e triste, Theotonio Meirelles iniciou sua carta¹⁹⁴ aventando a hipótese de sua morte. Deste modo, era preciso antes ter com o imperador uma audiência privada, em que pudesse desabafar sobre aspectos de sua vida pessoal e profissional. Entretanto, todas as vezes que tentou, viu-se premido de o fazer, “de nada valendo ou o encorajando o fato de termos a honra de conhecer, facilidade e costume de nos apresentarmos a V.M. Imperial desde a tenra idade de 7 anos” (idem, p. 2). Observa-se, portanto, que o relacionamento de Theotonio Meirelles com a Família Imperial vinha de longa data. Mesmo assim, escreveu, não se sentia à vontade para tratar do assunto que se seguiria, a não ser por carta. A justificativa para essa preocupação aparece nas páginas 3, 4 e 5, nas quais revelou que:

¹⁹¹ As milícias remontavam ao período da colônia portuguesa, constituindo-se em serviço militar não remunerado, tampouco obrigatório, e para os civis, que deveriam custear seu próprio equipamento, prestando apoio às tropas regulares, e mobilizados quando necessário. Também poderiam exercer atividades de caráter policial, quando sob administração da justiça. Normalmente estavam afetas aos poderes locais (COSTA, 2007).

¹⁹² Comprovadamente, D. Pedro I esteve em Minas Gerais entre 25 de março e 25 de abril de 1822 (COSTA, 2007; OLIVEIRA, 2007, pp. 230-231; REZUTTI, 2015, p. 141).

¹⁹³ Conclusão a que chegaram antigos funcionários do Arquivo Nacional em pesquisas sobre os nobres brasileiros, sob a supervisão de José Gabriel da Costa Pinto, à época diretor da Divisão de Pesquisa e Atividades Técnicas (REZUTTI, 2015, p. 356).

¹⁹⁴ Composta de dez páginas, tendo Theotonio Meirelles escrito da primeira pessoa do plural em todo o seu discurso.

Quando em 1830 o Senhor D. Pedro I, de saudosa memória, nos trouxe, em sua companhia, da província de Minas, onde nascemos, nos primeiros dias de 1823, e que, por sua abdicação, nos deixou no Palácio de S. Cristóvão, debaixo da augusta proteção de Vossa .Majestade Imperial, certamente não passava pela ideia daquele Augusto Senhor que, assim procedendo, contribuía para a nossa inteira desgraça em futuro mais ou menos próximo. Estamos persuadidos, Senhor, D Pedro I quando nos deixou entregues a proteção de seu augusto filho, e aos cuidados do Conselheiro José Bonifácio, estava convencido de que fazia nossa felicidade, e que nós nunca seríamos abandonados por Vossa Majestade Imperial. O Senhor Conselheiro José Bonifácio também assim o pensou sempre, e ainda nas vésperas de sua morte, nos repetiu que estava certo de que V. Majestade nunca nos abandonaria. Assim também pensaram sempre os Senhores Conselheiros João Valentim, Marques de Itanhaém e Paulo Barbosa, quando em nome e às expensas de Vossa Majestade Imperial dirigiam nossa educação e nos fizeram oficial de marinha. Como, pois, explicar-se hoje o abandono que temos recebido de Vossa Majestade Imperial, e o indiferentismo, que Vossa Majestade Imperial mostra a todos o s nossos males e sofrimentos desde 1848 para cá? Que atos ou faltas temos cometido dessa época em diante? (idem, pp. 3-5).

Pelo visto, a carta de Theotonio Meirelles diz respeito a sua origem, efetivamente ligada à suspeita sobre sua filiação. A viagem de D. Pedro I à Província de Minas Gerais em 1830, levando-o em sua companhia e colocando-o, posteriormente, sob proteção da Casa Imperial, representa quando muito que ele, D. Pedro I, reconheceu Theotonio Meirelles como filho natural. Em 1831, quando partiu para Portugal, delegou sua tutela a José Bonifácio Andrada e Silva¹⁹⁵, juntamente com as de seus outros filhos – Dom Pedro II, Dona Francisca e Dona Januária (MOSSÉ, 2015, p. 67). A partir de então, quando D. Pedro I abdicou do trono em favor de D. Pedro II, Theotonio Meirelles considerou que fora deixado à “proteção de seu augusto filho”, herdeiro da Casa Imperial no Brasil. Esses fatos indicam que conviveu no círculo social íntimo do Palácio São Cristóvão¹⁹⁶ até entrar na Academia de Marinha, em 1838¹⁹⁷, mesmo ano em que morreu José Bonifácio.

Entretanto, pela correspondência, e desde 1848, Theotonio Meirelles estava afastado do convívio da Família Imperial, não sabendo as razões de tal distanciamento, pois sempre se mostrara respeitoso grato e “amante em excesso da pessoa de V. M Imperial e de toda a

¹⁹⁵ Foi substituído por Manuel Inácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho, o Marquês de Itanhaém.

¹⁹⁶ João Valentim de Faria Souza Lobato e Paulo Barbosa da Silva eram conselheiros do Império. No caso de Paulo Barbosa, durante muitos anos foi mordomo-mor de Sua Majestade o Imperador, função diretamente relacionada à administração da Casa Imperial.

¹⁹⁷ Esse período coincidiu com o Regresso Conservador, em 1837, que logo preparou a emancipação de D. Pedro II, podendo indicar que o ingresso de Theotonio Meirelles na Escola de Marinha tenha sido uma manobra política - no caso, afastar do convívio do futuro imperador o seu irmão bastardo. Àquela época, a instituição já funcionava em regime de internato, e os aspirantes recebiam soldos. No entanto, nesta conjectura, mais pesquisas se fazem necessárias, inclusive consultas aos arquivos de personagens que transitaram pela política à época, ao mesmo tempo que com a Casa Imperial, caso de Paulo Barbosa da Silva, por exemplo. Theotonio Meirelles a quem fez padrinho de um de seus filhos.

augusta família”¹⁹⁸, sendo mais ou menos apreciado e considerado na vida ou escala social em que vivemos” (MUSEU IMPERIAL, documento 7.647, p. 5). Com efeito, notícias extraídas do *Correio Mercantil*¹⁹⁹ comprovam o apreço de Theotonio Meirelles pela Família Imperial, havendo ainda o seu discurso laudatório proferido em 5 de abril de 1862 (inauguração do busto de D. Pedro I), quando se referiu ao Imperador D. Pedro II, que estava presente, como “meu benfeitor e melhor amigo” (CORREIO MERCANTIL, 1862, p. 2).

Continuando sua carta, Theotonio Meirelles considerava que a indiferença de D. Pedro II estava sendo notada por todos:

(...) Até Ministros de Estado acreditam que estamos excomungados, e que eles cometem falta empregando-nos e dando o pão necessário a nossa numerosa família! Mais de um, Senhor, nos tem declarado, que apesar de nossos merecimentos e justiça, só por iniciativa ou pedido de V. Majestade Imperial, nos empregariam! Estamos, pois, Imperial Senhor, reduzidos a sofrer o castigo de Tântalo, a morrer de fome e sede, à vista d’água e carnes, .centenas de empregos, nos quais podíamos, com vantagem, ser aproveitados, tendo nós a melhor boa vontade, aptidão, inteligência para os exercer, e sempre dermos, no entanto, obter um só deles! Que horrível castigo! E nossos filhos, pedindo pão, pedindo roupa, pedindo educação e nós sem lhe podermos ser bons! E os anos correndo, e aproximando-se o dia final, sem, ao menos, um montepio ou uma pensão, podermos legar a esses desgraçados brasileiros, para evitar a sua miséria e perdição! (MUSEU IMPERIAL, documento 7.647, pp. 5-6).

No emprego da metáfora do Suplício de Tântalo²⁰⁰, Theotonio Meirelles a correlacionou aos seus problemas financeiros²⁰¹, que pareciam difíceis de serem resolvidos, pois, como escreveu,

¹⁹⁸ Artigo de Theotonio Meirelles publicado a pedido no *Jornal do Comércio*, em 6 de março de 1845, demonstrou uma relação social próxima à família imperial ao parabenizar o Imperador D. Pedro II pelo nascimento do seu filho D. Afonso (morreria dois anos depois). No artigo, referia-se ainda ao fato de que ele, Theotonio Meirelles, “desde sua mais tenra infância tem sido coberto de benefícios, tanto pela família imperial, como principalmente por V. M. I., a cujas expensas há sido educado e mantido, não conhecendo pai mais benigno, e protetor mais desvelado de que V. M. P”. (JORNAL DO COMÉRCIO, 1845, p. 3).

¹⁹⁹ Seção “Notícias Diversas”: a) 10/3/1855– registro da homenagem que prestou à família real, conseguindo, junto ao Quartel-General da Marinha, que três bandas de música tocassem alternadamente, em três dias consecutivos, num coreto próximo à residência imperial, além de iluminar a área em homenagem aos augustos hóspedes, que regressavam de viagem (CORREIO MERCANTIL, 1855, p. 1); b) 11/03/1855 – organização de uma regata em homenagem a família real, c) 3/4/1855, juntamente com o Marquês de Abrantes, Joaquim José Ignácio e... “foram ontem em comissão a SS.MM.II participar que uma sociedade recentemente fundada... organizaram uma regata que deve ter lugar na enseada de Botafogo”, oferecida em homenagem à Família Imperial (CORREIO MERCANTIL, 1855, p. 1); c) em 3/12/1861 agradecimento a todos os brasileiros que compareceram ao festejo do “glorioso fato da independência portuguesa em 1640” (CORREIO MERCANTIL, 1861, p. 1).

²⁰⁰ Ligado à mitologia grega, diz respeito a Tântalo, rei da Frígia que burlou a lei dos deuses. Embora haja versões diferentes sobre a ofensa – roubou os manjares divinos ou divulgou seus segredos, por ser filho de Zeus –, seu castigo foi o de eternamente sofrer de fome e sede, embora cercado de frutas e água ao seu redor, sem nunca conseguir alcançá-las. O chamado “Suplício de Tântalo” pressupõe, portanto, o sofrimento daquele que

O povo do Rio de Janeiro, em geral, Senhor, acredita e diz que somos filho natural do Senhor D. Pedro I, crença que apareceu, sem dúvida, pela circunstância da estada daquele Senhor na Província de Minas Gerais em 1822, e coincidir, infelizmente, a nossa idade com a dessa estada na província e pela proteção que nos dispensou o dito Senhor, em 1830, quando pela segunda vez foi a Minas, proteção que se estendeu a trazer-nos em sua companhia e a deixar-nos em São Cristóvão aos cuidados de V. M. Imperial, em 1831. Ora, havendo essa crença no povo e aparecendo como apareceu, esse indiferentismo de V. Majestade para conosco, a ponto de nos deixar pedir esmolas, acreditam os mais intimidados que V. M. Imperial procede assim, de caso pensado, ou intencionalmente (idem, p. 7).

De novo, como já o fizera antes, Theotonio Meirelles aludia aos fatos que o fizeram ser considerado filho natural de D. Pedro I, incluindo que fora trazido de Minas Gerais pelo Imperador, que lá esteve pela segunda vez para buscá-lo, e fazê-lo ser criado junto à Família Imperial²⁰². Assunto do qual, escreveu, nunca havia se vangloriado ou feito ostentação, vendo-o como vexatório, por representar uma “desonra de nossa infeliz mãe”, fosse quem fosse o seu sedutor (idem, p. 8)

203

Às páginas 9 e 10, quando finaliza o seu texto, escreve o autor:

Suponhamos, no entanto, Imperial Senhor, que é verdade que somos filho do Senhor D. Pedro I, e que há disso todas as provas. Onde está o nosso mal e o nosso crime, para sofrermos por esse motivo? A história não apresenta tantos casos de proteção e benefícios aos filhos naturais de reis e príncipes pelos parentes legítimos desses próprios soberanos e príncipes? Quem censurou nunca esse proceder de humanidade? E quem ousaria fazê-lo, Senhor, se V. M. nos tivesse querido proteger? V. Majestade que reparte tudo quanto tem, com a pobreza e não pobreza, que mal lhe teria se nos quisesse considerar um pensionista, como o é o Primeiro Conde de Iguazu e outros? Cumpram-se, entretanto, Senhor, os desejos e a vontade de V. M. Imperial. Acredite, porém, V. Majestade, que, castigou, sem motivo, o homem que talvez dentre

deseja algo que, embora pareça próximo, é inalcançável. O nome Tântalo está citado no Canto XI da Odisséia de Homero, nos versos 582-592. Ver: FÉLIX, Luciene. O Mito de Tântalo. In: ESCOLA SUPERIOR DE DIREITO CONSTITUCIONAL. Conhecimento Sem Fronteiras: artigos de Filosofia. Disponível em: www.esdc.com.br/CSF/artigo_2009_03_tantalo.htm, acesso em 2 dez. 2016.

²⁰¹ Nas pesquisas realizadas, foram encontrados dois processos na área civil, por falta de pagamento dos aluguéis da residência em que morava, nos anos de 1849 e 1858 (ARQUIVO NACIONAL, documento 2.519; 2.538). Por sua vez, no Arquivo do Museu Imperial existem três documentos a respeito. A primeira fonte primária é uma carta dirigida por Theotonio Meirelles ao Imperador D. Pedro II, datada de 26/12/1850, em que solicita empréstimo, “ainda esta vez”, por seus objetos estarem indo a leilão por falta de pagamento de aluguéis da casa onde morava (MUSEU IMPERIAL, documento 5.686). O segundo documento é um recibo de 80 mil réis, atestando que recebeu essa quantia de D. Pedro II, em 12/11/1856 (MUSEU IMPERIAL, documento 6171). A terceira fonte é uma outra carta, em que Theotonio Meirelles solicita a interseção de D. Pedro II junto ao ministro da Marinha (a quem já escrevera) para o recebimento do pagamento dos serviços prestados à Marinha Imperial com a produção dos seus livros, em 30 de outubro de 1882 (MUSEU IMPERIAL, documento 8522).

²⁰² A historiografia brasileira cita a hombridade de D Pedro I no reconhecimento dos “frutos de seus amores”, conforme observado por Paulo Rezutti (2015, p. 256). Provavelmente, o momento da “descoberta” de Theotonio Meirelles como seu filho, em 1830, não lhe fora favorável. Logo a seguir, em abril de 1831, com a abdicação, D. Pedro I voltou a Portugal.

²⁰³ No entanto, Theotonio Meirelles tornava pública sua relação de amizade com a Família Imperial.

os súditos mais o respeitara, maior amizade lhe consagrara, e o mais capaz, sem dúvida, de sacrificar-se pela pessoa de V. Majestade Imperial; homem que não há um só ato na sua vida que não exprima e signifique – amor e gratidão à pessoa de Vossa Majestade Imperial e à sua augusta família! (idem)

O comentário que Theotonio Meirelles fez acerca do Conde de Iguçu²⁰⁴ deve-se ao fato de este ser casado com Maria Isabel II Alcântara Brasileira, Duquesa do Ceará, filha legitimada de D. Pedro I com Domitila de Castro e Canto Melo, Marquesa de Santos (REZUTTI, 2015, p. 358).

Pelo transcrito e comentado, essa carta se mostrou reveladora por trazer informações determinantes na compreensão da trajetória de Theotonio Meirelles, a começar pela sua origem. Não há ainda como concluir que ele era filho natural de D. Pedro I²⁰⁵, mas sim que se via como tal, pautando-se pelas atitudes tomadas pelo então imperador, que o reconheceu como filho, ao deixá-lo sob proteção da Família Imperial.

Algumas controvérsias existentes na historiografia brasileira, e não somente na historiografia naval brasileira, foram solucionadas por um documento produzido pelo próprio protagonista dessa história. Theotonio Meirelles deixou de ser apenas parte de uma estatística provável sobre os numerosos filhos de D. Pedro I, passando a ter uma identidade histórica. Nasceu em 1823, em Minas Gerais e, muito provavelmente, era sim um dos numerosos filhos naturais de D. Pedro I. Seu ingresso na Escola de Marinha, conforme descreveu, se deu por “apadrinhamento”²⁰⁶. A escolha da profissão pode ter sido apropriada aos interesses políticos vigentes à época, como já mencionado. O regime da instituição era de internato, a vida profissional pressupunha constantes viagens, e desde logo Theotonio Meirelles já teria um soldo²⁰⁷ a receber. Entretanto, tais deduções necessitam de confronto com outras fontes primárias, numa pesquisa mais aprofundada.

Theotonio Meirelles considerava um “castigo” o fato de existir a crença sobre as suas origens e, ainda, o não reconhecimento, pela Família Imperial, do fato de se considerar filho de D. Pedro I, embora, como ele mesmo se referiu, até 1848 houvesse uma relação mais próxima junto à Família Imperial. A carta fora escrita em 1873, 25 anos depois! Se essa

²⁰⁴ Pedro Caldeira Brant, filho do Marquês de Barbacena, Felisberto Caldeira Brant.

²⁰⁵ As informações contidas na carta são do próprio Theotonio Meirelles, o que demanda mais pesquisas no confronto de fontes primárias.

²⁰⁶ Comum às culturas ibéricas, tem origem no sacramento do batismo, existente no catolicismo. O padrinho e a madrinha, que se pressupunham apenas responsáveis pela educação espiritual do afilhado, passaram a ter uma função social na construção de uma rede destinada à interação, proteção e troca de serviços numa mesma classe social ou entre classes sociais (GRAHAN, 1997, p. 37).

²⁰⁷ Remuneração que o Estado paga ao militar (CAMINHA, 1961, p. 293).

postura de D. Pedro II fora tão determinante para as angústias financeiras e a falta de horizonte profissional de Theotônio Meirelles, por que demorou tanto para dela reclamar? Talvez, como disse em sua carta, Theotônio Meirelles se sentisse próximo da morte, apesar de ter vivido ainda mais 14 anos²⁰⁸. Enfim, há de se conhecer mais a respeito das relações sociais entre Theotônio Meirelles e a Família Imperial, o que demanda mais pesquisas.

No que tange ao objeto deste trabalho, cabe apenas buscar identificar em que medida sua trajetória pessoal pode ter influenciado em sua formação social, profissional e intelectual, manifestadas ou não na sua produção historiográfica.

2.3 – O Estado Nacional – A Marinha Imperial – O oficial da Armada Theotônio Meirelles (1823- 1855)

O surgimento do Estado-Nação imperial²⁰⁹ teve uma historicidade distinta de toda a América Inglesa e Espanhola²¹⁰. Proclamado independente pelo filho do rei D. João VI, o Brasil teve a construção de sua identidade nacional apoiada no passado, destinada a preservar os domínios territoriais do Estado que se instituiu em continuidade ao Brasil português²¹¹. A esse respeito existe uma vasta historiografia brasileira²¹² sobre a “solução monárquica” e suas especificidades, vista como capaz de aglutinar todos os interesses sociais, econômicos e políticos na formação e construção do País. Pelo visto, a profissionalização militar deu-se pela necessidade de afirmação dos Estados Nacionais, estabelecidos sobre uma nova ordem (HUNTINGTON, 1996). As forças armadas brasileiras surgiram neste processo como instrumentos na construção desse Estado-Nação; entretanto, no distanciamento de uma

²⁰⁸ O *Jornal do Comércio* de 8 de março de 1887 anunciou o enterro do Comendador Theotônio Meirelles da Silva naquele mesmo dia (JORNAL DO COMÉRCIO, 1887, p. 1). O título de comendador deve-se ao fato de que, em 1877, a pedido, foi agraciado com a Comenda da Ordem da Rosa (ARQUIVO NACIONAL, caixa 794, pacote 4, documento 35). Nenhuma dessas informações constavam dos seus assentamentos existentes no Arquivo da Marinha.

²⁰⁹ O conceito de Estado-Nação envolve fenômenos resultantes de processos históricos culturais. O Estado Moderno, aos moldes europeus, desenvolveu um aparato estatal capaz de difundir a ideologia que, a partir do século XIX, esteve baseada no nacionalismo, ou seja, a nação tornou-se elemento central da ideologia, capaz de substituir, no nível macroinstitucional, a solidariedade social. Para tal, havia a necessidade de implementação de políticas de educação, mídia, conscrição militar, obrigações civis e da secularização dos espaços públicos. O acúmulo da burocratização de coesão (MALESEVIC, 2010) tornou-se fundamental para garantir as estruturas de dominação e controle social. Entretanto, no caso do Brasil, o Estado Nacional Imperial apresentou-se, conforme observado por Arno Wehling (2014, pp. 246-248), essencialmente patrimonialista, com “traços burocráticos”, cujo efetivo processo de burocratização do Estado ainda não estaria finalizado em 1930. Deste modo, mostrava-se ainda partidário de uma política clientelista, articulando e consolidando interesses centrais e locais, sem distinção do público e do privado (GRAHAN, 1997),(FERTING, 2010, pp. 20-23); (MATTOS, 1990, pp. 1-18).

²¹⁰ Nesses territórios houve uma ruptura total com as estruturas políticas, econômicas e sociais das respectivas metrópoles.

²¹¹ A historiografia brasileira no período imperial, notadamente no Segundo Reinado, exprime esta afirmativa WEHLING (2014) CARVALHO (2014), MATTOS (1990).

²¹² CARVALHO (2014, 2011, 2009, 2007), NEVES (1999), BASILE (1990), LYRA (2000), MATTOS (1990), COSTA e OLIVEIRA (2007) e ALONSO (2002), entre outros.

historiografia em que foi oferecido um caráter comum à temática “militares”, como já referido, a história naval brasileira seguiu, em alguns aspectos, um curso diferenciado da história militar enquanto trajetória do Exército Brasileiro.

É consenso nas pesquisas sobre o Primeiro Reinado que os movimentos pela Independência possuíam caráter local, quando muito regional, em suas propostas de emancipação do Brasil. Eles tiveram, num primeiro momento, uma peculiaridade popular, no uso inclusive de espaços públicos como a imprensa e a politização das ruas (BASILE, 1990, pp. 204-207), concomitantemente aos interesses das camadas dominantes ao tempo da colônia. Vieram a se fazer presentes, na órbita das ideias liberais e conservadoras, aliados aos movimentos políticos e sociais na “forma” de se trazer a autonomia do Estado-Nação. Entretanto, era preciso garantir a manutenção de um regime agrário-exportador e de uma mão de obra escravista²¹³. Como resultante, embora o período inicial da Independência tenha sido marcado pelo enfrentamento armado, o “partido brasileiro” optou por uma estratégia de minimizar o confronto, posto que, ao buscar apoio na figura do príncipe,

(...) a solução monárquica permitia fazer bascular para o lado do príncipe uma parte do aparelho administrativo militar metropolitano que ficara no Brasil. Dessa maneira, os combates que iriam travar-se durante a Guerra da Independência se afastariam da forma clássica que tiveram na América Espanhola (*ejércitos libertadores x ejércitos metropolitanos*). Enfrentavam-se aqui, *tropas leais ao príncipe e tropas leais à metrópole*, mesmo que as tropas leais mantivessem o caráter colonial, isto é, oficialidade majoritariamente portuguesa e soldados brasileiros, caráter que se manteve até a abdicação em 1831. Ou seja, a Guerra de Independência foi não apenas mais curta do que nas províncias vizinhas, como pôde ser travada sem revolucionar a estrutura militar colonial, com as perigosas consequências que isso teria para a ordem escravista, como mostrava o exemplo da América Espanhola (COSTA, 1996, pp. 39-40).

Assim, é possível depreender que as Forças Armadas, em sua formação, já nasciam imersas no Estado Nacional que se fundamentava. Das 46 pastas ministeriais existentes no Primeiro Reinado, 66% eram ocupadas por militares (CARVALHO, 2014, pp. 102-103)²¹⁴.

Em que pesem as disputas entre as elites políticas que assumiram o processo de independência sobre a melhor forma de constituição do poder central do Estado, era preciso avançar no estabelecimento do aparato naval, e também militar, na sustentação do País que se afirmava. Os oficiais e marinheiros brasileiros eram poucos, mesmo efetivada a contratação

²¹³ A América Espanhola, ao promover uma ruptura total com a metrópole, abriu espaços para a eliminação da escravidão e para as guerras prolongadas de independência, surgindo os exércitos libertadores, com o caudilhismo, antes mesmo do nascimento dos estados americanos (COSTA, 1995, pp. 34-39).

²¹⁴ Os demais ministérios possuíam, percentualmente, 33, 33% de magistrados, 6, 67 % de funcionários públicos e 6,67 % de políticos.

de estrangeiros²¹⁵, o que motivou o recrutamento, muitas vezes forçado²¹⁶, de todo tipo de gente para embarcar em navios da Armada Imperial, inclusive indígenas²¹⁷, procedimento adotado muitas vezes no Brasil monárquico.

Apesar da comissão instituída pelo ministro da Marinha no intuito de verificar a adesão dos militares portugueses à causa da Independência²¹⁸, os oficiais e marinheiros que haviam a ela aderido não eram suficientes, além de existir a natural desconfiança que causavam os adesistas. Junte-se ao fato de que, conforme observado por Lucia Maria Bastos Pereira das Neves e Humberto Machado (1999, p. 99), os portugueses ocupavam mais de um terço dos cargos públicos na Marinha. Ou seja,

A Marinha, ao contrário do Exército, teve que enfrentar para organizar-se, como poder naval, o perigo da traição, em face da minoria do contingente nacional, comparado ao elemento português. Os atritos nacionalistas eram mais prejudiciais a bordo do que em terra, por causa do menor espaço e do comando mais absoluto. Também a arte da guerra naval dependia da proficiência da arte da navegação e, como esta resultasse da experiência pessoal, tornou-se necessário recorrer aos mercenários estrangeiros, ingleses ou não (...) (RODRIGUES, 2002, p. 114).

Razões geopolíticas determinaram que a Marinha fosse a primeira instituição militar no Brasil, não tendo a Esquadra nenhum planejamento ou conceito estratégico (VIDIGAL, 1985, p. 4) que não fosse expulsar os portugueses do País e integrar as províncias brasileiras à causa da Independência. O País se apresentava como um arquipélago cujas comunicações terrestres precárias determinavam apenas uma estrada a percorrer para a unidade do território nacional – a do mar²¹⁹. Havia ainda a questão da Província Cisplatina, que se tornara um problema brasileiro.

No que tange ao material flutuante, os navios provinham da Armada de Portugal, o que levou à realização de subscrição pública (VALE, 2002, p.71) para compra de outros, além

²¹⁵ José Bonifácio de Andrada e Silva, a quem foi creditado o emprego do poder naval como pioneiro no processo de afirmação da independência (MENEZES, 1997, p. 56; RODRIGUES, 2002, p. 107), encarregou Felisberto Caldeira Brant Pontes (futuro Marquês de Barbacena) de recrutar no exterior marinheiros profissionais.

²¹⁶ O recrutamento e o engajamento eram um grande problema para a Marinha Imperial, conforme detalhado por Arias Neto (2001, pp. 31-35; pp. 59-68).

²¹⁷ Greenhalgh (1965, pp. 186-7). Ainda no ano de 1845, no relatório do Ministro da Marinha (Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti) encontram-se considerações favoráveis, com exposição de motivos, sobre o engajamento de indígenas nos vasos de guerra da Marinha (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1845, p.11)

²¹⁸ Os oficiais portugueses se incorporaram em massa à Marinha Imperial (98), tendo 27 oficiais decidido voltar para Portugal (MAIA, 1965, pp. 59-61).

²¹⁹ Interpretação cunhada pelo historiador naval, Vice-Almirante Helio Leoncio Martins, na obra *Abrindo estradas no mar: hidrografia da costa brasileira no século XIX*. (2006).

do enorme esforço promovido pelos arsenais em conserto, conversão de navios mercantes e fabrico de mais navios de guerra (GAMA, 2001, p. 43).

Na Independência, a Armada Imperial atuou na Província Cisplatina, na Bahia, no Maranhão e no Grão-Pará, e ainda na Confederação do Equador²²⁰. Nessas províncias, que se comunicavam e comerciavam diretamente com a metrópole, havia forte presença de tropas leais a Portugal, além de lutas internas sobre a adesão ou não ao movimento centralizado nas províncias do centro-sul.

O comando dessas operações navais foi do oficial britânico Almirante Alexander Thomas Cochrane (1775-1860), tendo ainda vários outros oficiais estrangeiros sob suas ordens. Eram 450 marinheiros, sendo 22 oficiais, contratados para compor as tripulações das embarcações de guerra brasileiras (VALE, 2002, p. 79). Esses marinheiros eram oriundos, em sua maioria, da desmobilização havida na Marinha britânica após as guerras napoleônicas.

Apesar das controvérsias da biografia de Lord Cochrane²²¹, é consenso na historiografia naval brasileira o sucesso das operações navais empreendidas pelas tripulações heterogêneas a bordo dos navios e que acabaram por trazer à Armada Imperial uma dinâmica diferenciada do oficialato naval brasileiro. Era a experiência de uma “profissão naval” observada por Elias (2006), nascida na Inglaterra e pautada pela prática, que chegava aos navios brasileiros. Muitos daqueles oficiais seguiriam carreira na Armada Imperial²²², sendo exemplos para os oficiais em formação.

Neste mister, a carreira de Joaquim Marques Lisboa (1807-1897), mais tarde Marquês de Tamandaré e Patrono da Marinha do Brasil, seguiu uma trajetória similar aos padrões de um oficialato inglês. Muito jovem, aos 15 anos apresentou-se como voluntário da Armada para servir na Marinha Imperial. Não possuía ascendência aristocrata, e tampouco finalizou o seu curso de oficialato na Academia de Marinha, sendo sua formação profissional regulada pela vida a bordo²²³. Suas funções sempre estiveram afetas, notadamente, ao profissionalismo da força naval. Obviamente, esses fatos não fizeram do Marquês de Tamandaré um apolítico,

²²⁰ Este movimento possuía um caráter federativo e republicano, incluindo ainda as províncias do Ceará, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e “possivelmente do Piauí e do Pará” (NEVES, 1999, p. 107).

²²¹ Bem-sucedido oficial nas guerras napoleônicas, foi demitido da Marinha Real Inglesa em 1814, numa condenação controversa por fraude na Bolsa de Valores. Contratado pelo governo imperial para lutar nas guerras de independência depois de atuar no Chile, se indispsôs por questões de pagamento. Em 1832 foi reabilitado pela Coroa Inglesa (MARTINS, 2014, pp. 37-48).

²²² A esse respeito, José Honório Rodrigues (2002, pp. 145-173) descreveu as funções exercidas por John Taylor, John Grenfell e outros após as lutas da Independência.

²²³ Participou de todos os grandes conflitos em que a Marinha Imperial se viu atuante, exceção feita à Revolta Farrroupilha e à Passagem de Tonelero.

até porque sua carreira profissional esteve ligada à política nacional empreendida pela monarquia. Entretanto nunca “foi um homem de partido” (SANCHES, 2007, p. 45).

Este parêntese aberto no texto para a descrição da carreira do Patrono da Marinha teve como objetivo descrever que, à semelhança do ocorrido com o Marquês de Tamandaré, sendo ou não sua trajetória uma exceção à regra²²⁴, as gerações²²⁵ de oficiais da Marinha Imperial que se seguiram passaram a ter uma historicidade distinta, em que o oficialato naval passou a conviver com o legado burocrático e profissional de uma Marinha portuguesa e uma experiência profissional da Marinha inglesa, desconhecida daqueles próprios marinheiros luso-brasileiros (ALMEIDA, 2009, pp. 10-16). Foi neste amálgama de experiências que se deu a inserção social de Theotônio Meirelles.

As discussões políticas sobre a forma de governo a ser adotado pelo País que se afirmava iniciaram-se ainda em 1823, com a dissolução da Assembleia Constituinte e a outorga da Constituição de 1824. Isso não alterou as atribuições da Marinha Imperial, ditadas pelo Alvará de 1736, quando se criou a Secretaria de Negócios da Marinha Portuguesa. Entretanto, embora subordinada diretamente ao poder executivo, a Armada Imperial precisava ter o seu quantitativo de pessoal aprovado todos os anos pelo Poder Legislativo, o que configurava muitas vezes conflitos entre os respectivos poderes²²⁶.

Portanto, a missão da Armada Nacional recém-criada era tornar realidade a independência do Brasil, juntamente com o emprego de forças terrestres na integração do território, pois, segundo Joaquim Nabuco, “do mar ainda não se governou a terra” (NABUCO, 1949, p. 79). Assim, estabelecida a extensão da autoridade central em todo o território nacional, com a atuação preponderante das forças navais, e passada a fase crítica da emancipação política de Portugal, tratou o imperador de organizar o Exército²²⁷.

²²⁴ Em artigo comemorativo do centenário do Almirante Tamandaré, (ALMEIDA, 2007, pp. 69-77) o definiu como um *homem-época*, em que a construção da figura do herói se faz em função das suas qualidades notáveis e do prestígio e poder do ambiente social que o cercava, fazendo com que fosse visto como um exemplo a ser seguido.

²²⁵ Na peça teatral *A Legenda da Marinha*, de autoria do Capitão-Tenente Gastão Penalva (1887- 1944), um dos personagens, exercendo o papel de Tamandaré, apresenta-se como vindo da escola do Grande Nelson, “que encontrou na raça forte que ele formou para o mar o mesmo espírito bandeirante que levou Vasco da Gama a mundos novos, dilatando o esplendor da nossa língua” (PENALVA, 1929, p. 6).

²²⁶ Ver: BRASIL. Constituição (1824). Constituição do Império do Brasil. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm, acesso em 16 jan. 2006.

²²⁷ As forças terrestres foram estruturadas em duas linhas, no caso um exército regular em apoio ao aparelho burocrático da monarquia, na garantia das fronteiras do País, e a manutenção das antigas milícias e ordenanças para proteção da aristocracia rural, sendo responsáveis ainda pelo policiamento urbano; foram também criadas a Imperial Guarda de Honra e o 1º Regimento de Estrangeiros e o Batalhão do Imperador. Essas corporações tinham origem na estrutura à época de D. João VI (CUNHA, 2000, pp. 19-22).

Mesmo com a efetivação de medidas de estruturação do Estado Nacional, a oposição ao imperador se intensificou. Era a prolongada crise econômico-financeira, agravada com a Guerra Cisplatina, e o descontentamento das elites com a pressão inglesa para o término do tráfico negreiro, que levava a um acordo em 1826²²⁸. Também se via potencializado um forte antilusitanismo, numa atuação conflituosa das facções políticas (projetos distintos de nação), na qual a imprensa possuía papel atuante na divulgação de ideias liberais que vinham da Europa. Aliadas a todos esses problemas, havia as disputas dinásticas na sucessão do trono português e a intensificação dos movimentos populares e conflitos de rua. Isso tudo levou D. Pedro I a abdicar do poder, em 7 de abril de 1831, em favor de seu filho, D. Pedro II.

A partir de então, o Brasil, mergulhou em profunda crise política e institucional com base numa solução monárquica, no período conhecido por período regencial. O papel político das províncias e do Poder Executivo levou às discussões partidárias. De um lado estavam os liberais, em luta por mais autonomia e limitações do poder central, portanto, os federalistas; de outro, os conservadores, fiéis a uma monarquia constitucionalista e centralizadora.

A Marinha Imperial, por sua vez, parece ter vivido em menor intensidade do que o Exército²²⁹ as discussões políticas acerca do papel a ser desempenhado pelo poder naval na composição do Estado Nacional que se construía, não sendo comum a insurgência de elementos da Armada nos conflitos regenciais. Ao contrário das insurreições e revoltas em que se viam tropas terrestres envolvidas – fossem regulares ou da Guarda Nacional –, poucos registros existem na historiografia naval brasileira sobre o assunto, exceção para a Revolta do Batalhão de Artilharia da Marinha (1831) e refregas nos navios que abrigavam presos²³⁰. Ao mesmo tempo, na historiografia brasileira²³¹ visitada, nada de expressivo foi encontrado sobre o tema, exceto um comentário de José Murilo de Carvalho, ao considerar que

No setor militar, houve as rebeliões do início da Regência em que povo e tropa (do Exército) constituíam o principal núcleo insurgente, e que contribuíram, juntamente com a divisão do oficialato entre brasileiros e portugueses, para a desmobilização de grande parte do exército e para sua exclusão do jogo político por largo período. Na Marinha, a rebelião veio ainda com mais violência, mas muito mais tarde, já na República. Fora esses casos, a massa proletária permanecia submetida a rigorosa disciplina, que

²²⁸ Por este acordo, o Brasil deveria abolir o tráfico negreiro em três anos. A lei, criada em 1831, não foi cumprida, tornando-se uma “lei para inglês ver” (VALLADARES, 2009, p. 139).

²²⁹ José Miguel Arias Neto (2001, p. 42) considera que a proposta do governo para as forças armadas, que visava à profissionalização das mesmas, veio desde o período regencial, afastando os militares da política partidária na consolidação do Estado Nacional.

²³⁰ Denominados presigangas.

²³¹ NEVES (1999), BASILE (1990), LYRA (2000), MATTOS (1990) e COSTA (2005), entre outros.

por muito tempo incluía até mesmo o castigo físico (CARVALHO, 2014, p. 149).

Nesse período, a Esquadra se ateu ao bloqueio dos portos e ao transporte de tropas, fornecendo-lhes apoio logístico, sem mais implicações no concurso da política nacional que não fosse o de manutenção da integridade do Império. O envolvimento das forças armadas com as políticas locais em suas operações estava mais afeto às tropas terrestres (GAMA, 2001, p. 47). Neste cenário, participou tão somente das revoltas em que se fazia necessário o emprego de forças navais, como na Cabanagem (Pará), na Sabinada (Bahia), na Balaiada (Maranhão), em Farrapos (Rio Grande do Sul) e na Praieira (Pernambuco)²³². De todos esses conflitos, apenas o movimento farroupilha levou ao emprego de uma efetiva ação de guerra naval, motivada pelo enfrentamento da Marinha Imperial contra o poder naval dos revoltosos²³³. Esse embate também configurou o uso, pela primeira vez, de navios a vapor em operações navais, conforme atestado pela historiografia naval brasileira (MAIA, 1965, p. 206). Neste período, precisamente em 1838, Theotônio Meirelles ingressou na Escola de Marinha.

Outros fatores também podem ter contribuído para essa realidade de distanciamento da Marinha Imperial das discussões políticas do tempo regencial, quais sejam: a) a *herança colonial portuguesa* – com a Corte lusa, para o Brasil também se transferiu a Marinha portuguesa, símbolo de um império marítimo, como era a metrópole; sob esta estrutura nasceu o poder naval do Brasil; b) *a estratégia da Independência* – a concentração de um esforço nacional na criação de uma Armada capaz de expulsar os navios portugueses e integrar o território brasileiro pelo mar, posto que forças navais e marinheiros não se improvisavam, era preciso contratar profissionais estrangeiros, ausentes dos problemas políticos nacionais (GAMA, 2001, p. 47); c) *as peculiaridades da vida a bordo* – pequeno contingente de homens nos navios, se comparado às forças terrestres, distante dos conflitos, além das proibições de se descer a terra por medo das deserções, o que dificultava o contato da guarnição como os problemas políticos locais (MOITREL, 2001, p. 38); d) *centralização administrativa e operativa da Marinha Imperial*, localizada no Rio de Janeiro; e e) *as ações*

²³² Conforme detalhado por José Murilo de Carvalho (2014, pp. 250-254), as revoltas regenciais dividiram-se em dois grupos: as que perduram até 1835 (um ano depois da morte de D. Pedro I e do Ato Adicional²³²), de caráter urbano e nativista e de base popular e militar; e as de caráter rural, vindo das áreas rurais, de caráter popular (Cabanos) ou elitista (Farrapos) e que duraram até 1848, com a Revolta Praieira (Pernambuco)²³². Desse modo, houve a necessidade de desmobilizar o Exército e criar a Guarda Nacional²³². O Estado em formação buscava, assim, uma “forma de atender às necessidades de defesa e manutenção da ordem interna sem se contrapor às exigências das oligarquias regionais” (MENEZES, 1997, p. 56).

²³³ José Garibaldi, “aventureiro italiano que se tornaria famoso na unificação da sua pátria” (MAIA, 1965, p. 212), ofereceu seus serviços aos sediciosos gaúchos, tendo constituído uma marinha farroupilha, com quatro barcos, que ofereceram resistência aos navios de guerra da Marinha Imperial.

operativas da Marinha Imperial – não somente a manutenção da unidade do império, mas também atividades de repressão ao tráfico negreiro e de contenção das fronteiras platinas, levando à dispersão dos navios por vários lugares do País. Essas especificidades, provavelmente, trouxeram um diferencial na formação profissional do oficialato naval brasileiro, espaço social de Theotonio Meirelles.

Em que pesem os tempos de levantes e rebeliões, a Marinha Imperial continuou a receber atenção do Estado para as suas necessidades de material flutuante e de pessoal. Obviamente a instabilidade política do País contribuía para a lentidão das medidas afetas à profissionalização da Armada. No entanto, conforme narrado por João Prado Maia (1965, pp. 211-212), as atuações dos ministros da Marinha no período de nove anos de regência foram fundamentais para a estruturação da Força. Neste aspecto, Prado Maia destacou a atuação de Joaquim José Rodrigues Torres, futuro Visconde de Itaboraí, que, por mais de quatro anos (intercalados) na gestão do ministério, trouxe “grandes melhoramentos” à estrutura naval²³⁴.

A esse respeito, José Miguel Arias Neto (2001, pp. 17-119) trouxe uma nova perspectiva à historiografia naval brasileira ao problematizá-la no contexto histórico do país que se construía. Dessa maneira, o autor considerou Rodrigues Torres o ministro da Marinha mais importante do período regencial, já que “imprimiu uma direção política que terminou por conduzir a importantes alterações na configuração da Armada Nacional ao final da Regência e início do Segundo Reinado” (idem, p. 43). A leitura dos relatórios apresentados pelo futuro Visconde de Itaboraí à Câmara dos Deputados, refletiu o autor, “configurou a compreensão de todas as mudanças operadas na política e, por resultante, as transformações que se desejava implementar na Marinha” (idem, p. 44).

Essas considerações provêm do fato de que, a partir de 1837, diante da situação política do império, deram-se o Regresso, de domínio do Partido Conservador, e a opção pela monarquia centralizadora e unitária²³⁵. Esta forma de Estado acabou por vingar naquele Brasil amparado em oligarquias e na produção agroexportadora, na qual a escravatura se mostrava mantenedora do *status quo*, tendo ainda a unidade territorial como elemento aglutinador de todos os interesses. O Império foi estruturado sobre a “construção da ordem” (CARVALHO, 2014), envolvendo a integração das oligarquias regionais que se edificavam, muitas vezes

²³⁴ Reestruturação do Arsenal de Marinha, construções navais, Código Penal e Ordenança Geral para o Serviço da Armada, entre outras medidas (MOITREL, 2015, pp. 52-57).

²³⁵ O Império do Brasil se afirmou como resposta à ameaça de desintegração republicana, visto como instrumento de unidade política e territorial, garantindo ainda a manutenção do modo de produção escravista adotado pelas elites socioeconômicas no País.

distintas umas das outras. Desse contexto, uma classe senhorial emergiu no País como elite política, no caso o grupo social dos cafeicultores, de origem fluminense. Esse grupo foi se afirmando como classe dirigente até 1848, quando efetivamente assumiu o controle político do País, com o Tempo Saquarema (MATTOS, 1990, pp. 2-3), que perdurou até 24 de março de 1862, com a assunção de um ministério sob domínio do Partido Liberal (BASILE, 1990, p. 249).

Embora as propostas reformistas para a Marinha Imperial, que vinham desde a Independência, não tenham surtido o efeito esperado à época regencial, em face da própria turbulência do País, elas foram retomadas com a Maioridade de D. Pedro II e levaram a um crescente na consolidação da Armada como braço armado do Estado- Nação.²³⁶

Esse foi o tempo em que Theotônio Meirelles teve sua trajetória imbricada a todo um lugar social, político e profissional, representado na carreira naval construída ao longo dos 16 anos em que serviu à Armada Imperial (1838-1855).

Seu ingresso na Academia de Marinha, em 1838²³⁷, fora resultado de todo um processo de mudanças promovidas nessa estrutura de ensino em finais do século XVIII²³⁸ e que chegou ao Brasil independente. Theotônio Meirelles vivenciou, na formação do seu oficialato, o caminhar, a passos largos, da profissionalização da Força Naval, em consonância com as observações de Samuel Huntington (1996) e Norbert Elias (2006), guardadas as especificidades do Brasil que se afirmava. A historiografia naval brasileira a respeito, em especial os trabalhos de Carlos André Lopes da Silva (2012) e o de Luana Donin (2015), seguem nesta direção. Havia ainda “flexibilização” nos pré-requisitos para acesso ao posto de aspirante a guarda-

²³⁶ Donin (2015, p. 35) considerou que, na época, “as forças militares foram resgatadas como parte importante do braço da administração central”. Entretanto, a historiografia naval brasileira a respeito, aí incluídos os trabalhos de Arias Neto (2001) e Gama (2001), no que tange à Marinha Imperial, faz menção às propostas reformistas do Estado Nacional Imperial, ainda na década de 1830, que não foram implementadas a contento devido às turbulências políticas do País.

²³⁷ Foi reprovado nesse ano, repetindo em 1839, passando a fazer parte desta turma, razão pela qual consta em seus assentamentos este ano como o do seu ingresso, o que não procede. Observados os livros mestres de outros nomes de oficiais das turmas 1838-1839, verificou-se o mesmo erro (Sabino Elói Pessoa, por exemplo, também consta da turma de 1839, mas ingressara em 1838 e, ao contrário de Theotônio Meirelles, não fora reprovado neste ano). Tais equívocos decorreram, provavelmente, das profundas alterações havidas na Escola de Marinha quando esta se transferiu para a Nau *Pedro II* naquele mesmo ano de 1839. Mais informações podem ser encontradas no Livro Mestre dos Guardas-Marinha referente ao período de 1807 a 1839, classificado sob o nº 14.295, microfilme 176 A, pertencente ao Arquivo da Marinha.

²³⁸ Quando, pelo Decreto de 11 de dezembro de 1799, a então Academia Real de Marinha sofreu alterações quanto às matérias científicas, no aprofundamento dos ramos da Matemática e da Física, e o obrigatório ano de embarque passou a ser depois do 3º ano letivo (SILVA, 2012, p. 128).

marinha²³⁹, denotando a necessidade do Estado em massificar o seu aparato profissional naval. A adoção do internato e a transferência da Academia de Marinha para a Nau *Pedro II*, em 1839, representou a adoção de algumas das propostas reformistas de Joaquim José Rodrigues Torres, no caso o ensino prático-profissional do oficialato naval²⁴⁰. A nova conjuntura política, com a afirmação de uma proposta política nacional conservadora, contribuíra para este fato.

A esse respeito, Luana Donin (2015, pp. 90-93) afirmou que os discursos reformistas se amparavam não somente nos movimentos que aconteciam na formação de outras marinhas no ocidente, mas também nas inovações vivenciadas nos círculos europeus (modelos liberais e constitucionais), gerando uma tendência imperial em ver tais ações como um projeto civilizatório a ser perseguido. Citando Mattos (1990), a autora referiu-se ao domínio do Reino Unido na recunhagem da moeda colonial de meados do século XIX, em substituição a Portugal, como ponto de referência nos projetos políticos, sociais e econômicos. Afinal, naquele tempo, os britânicos se afirmavam como a maior força armada do mundo ocidental.

Entretanto, mesmo numa aproximação parcial para com a argumentação de Donin (2015), não deve ser descartada a urgência do Estado Imperial na formação do oficialato naval brasileiro, premido que estava pelas revoltas regenciais, que ainda aconteciam, e pelas demandas externas em que a Marinha Imperial estava envolvida – a repressão ao tráfico negreiro e as questões platinas. Essas últimas se avolumavam, com o envolvimento do movimento farroupilha e a ascensão de Juan Manoel Rosas no governo argentino. Mesmo ainda aspirantes, os futuros oficiais de Marinha, com algum conhecimento prático, poderiam ser embarcados em navios de guerra. Ao mesmo tempo, a presença de oficiais britânicos atuantes na Marinha Imperial talvez possa ter contribuído para esse fato.

A trajetória naval de Theotônio Meirelles configurou-se com seu ingresso na Academia de Marinha. Tendo sido reprovado no primeiro ano, e já a bordo da Nau *D. Pedro II*, como mencionado, incorporou-se à turma de 1839, cuja rotina era pautada por uma convivência de 24 horas, como aluno interno e num espaço restrito, com o corpo discente da Academia, em especial com a turma da qual fazia parte. Na ocasião, o diretor era o Capitão de Fragata Francisco Manoel Barroso, futuro Barão de Amazonas, mantendo a tradição de um comando militar que concentrava a administração econômica, disciplinar e acadêmica do corpo discente e

²³⁹ Conforme os estudos de SILVA (2012, pp. 255-258), que envolveram a análise crítica de 51 processos de candidatos a posto de aluno militar (aspirante a guarda-marinha) entre os anos de 1821 e 1829.

²⁴⁰ Havia muito se discutia a melhor forma de se formar um oficial da Marinha, se pela tradição de uma educação teórica e técnica de instrução, caso da Marinha da França, ou se pelo ensino e pela experiência no mar, com aulas teóricas e práticas, caso da Marinha da Inglaterra (DONIN, 2015, p. 68).

dos lentes, os professores (SILVA, 2012, p. 161)²⁴¹. Isso incluía a instrução fornecida aos pilotos e engenheiros militares, fosse para a Marinha de Guerra ou Mercante, e suas habilitações específicas.

Sobre a turma de 1838, disse Lucas Boiteux:

(...) foi a que, depois da Independência, apresentou um conjunto sobremaneira variado de representantes das províncias brasileiras, predominando, como sempre, os provenientes do município neutro e província do Rio de Janeiro, como mais vantajosamente colocadas em relação ao Estabelecimento de instrução militar-naval. A corte concorreu com 13 representantes; a Bahia e Santa Catarina, com três cada uma; Maranhão e Minas Gerais, com dois cada uma; dois nascidos no estrangeiro; um em Lisboa e outro em Montevidéu; e dois de naturalidade desconhecida (BOITEUX, 1940, p. 200).

Realmente, como demonstrado pela tabela abaixo, à semelhança dos anos anteriores²⁴², do quantitativo das turmas da Academia da Marinha dos anos 1830-1840 depreende-se que mais de 50% dos aspirantes eram oriundos do Rio de Janeiro. Também se observou a ausência de informações dos anos 1832-1833, período em que as duas academias, a de Marinha e a Militar, foram integradas numa mesma escola de formação. Também não havia um número de vagas fixas para ingresso na instituição, fixado ano a ano.

²⁴¹ Ao tempo do Primeiro Reinado e do Período Regencial, entre os ministros da Marinha Imperial, três haviam sido ex-diretores da Academia de Marinha – Luiz da Cunha Moreira, Diogo de Brito e José Pereira Pinto –, o que denotava a importância da instituição não somente para a administração naval, mas para o próprio governo imperial.

²⁴² Lucas Boiteux (1940) descreveu nominalmente, inclusive com as respectivas carreiras navais, as turmas que ingressaram na Academia de Marinha nos anos de 1808 a 1840.

| Tabela 1: Turmas da Academia de Marinha (1830/1840) | | | |
|--|---|-----------------|----------------|
| Ano | Matrículas no 1º ano | Naturalidade RJ | Carreira Naval |
| 1830 | 21 | 4 | 7 |
| 1831 | 7 | 6 | 1 |
| 1832* | XXX | XXX | XXX |
| 1833* | XXX | XXX | XXX |
| 1834 | 38 | 27 | 14 |
| 1835 | 45 | 32 | 17 |
| 1836 | 39 | 23 | 8 |
| 1837 | 44 | 23 | 10 |
| 1838 | 33 | 13 | 13 |
| 1839 | 17 | 8 | 9 |
| 1840 | 77 (apenas 17 possuíam referência a naturalidade) | 8 | 25 |

Fonte: BOITEUX, Lucas Alexandre. *A Escola Naval: (seu histórico) 1761-1937*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940.

A rotina diária de Theotonio Meirelles e dos demais aspirantes era árdua, conforme o “Quadro da distribuição de estudos e emprego do tempo na Academia dos Guardas Marinha” apresentado por (BOITEUX, 1940, p. 216). Acordavam às 6 horas, tinham aulas durante todo o dia, inclusive exercícios físicos, e se recolhiam aos seus alojamentos entre 22 horas e 22h30, quando “era feito silêncio”, sendo então liberado o estudo para os que quisessem.

O currículo continha disciplinas que à época da Marinha portuguesa dividiam-se em dois cursos 1) Matemático (trigonometria, álgebra, cálculo, mecânica etc.) e 2) Artes

Marinheiras, incluindo a instrução militar (desenho e arquitetura naval, artilharia teórica e prática, aparelhos dos navios, exercícios a remo e a vela). Embora ainda guardassem algum resquício da academia híbrida portuguesa apontada por Silva (2012, p. 109) – oposição entre profissão e ofício –, as disciplinas aplicadas não mais se dividiam em cursos distintos, o que já denotava a profissionalização do oficialato naval brasileiro.

A existência de uma Biblioteca Real dos Guardas-Marinha²⁴³ forneceu indícios acerca da formação científica e intelectual de Theotônio Meirelles da Silva, ao revelar as obras e disciplinas lecionadas na instituição. Embora o catálogo conhecido de seus títulos seja datado de 1812²⁴⁴, a relação das grandes áreas do conhecimento de interesse do “público” prioritário da Biblioteca²⁴⁵ trouxe a dimensão da interação das atividades científicas com as necessidades militares à época. No que tange ao objeto deste trabalho, a área do conhecimento chamada polimatia, com seu conceito de “multiplicidade de doutrina” (SILVA, 2012, p.188), contribui para a compreensão de Theotônio Meirelles, não mais só afeta a sua trajetória de vida no campo de uma memória social, e sim à própria formação intelectual que delegou à sua produção historiográfica²⁴⁶.

O que se pode deduzir a respeito do ensino da História na Academia de Marinha é a inexistência de registro na aplicação de um estudo regular da disciplina à época de Theotônio Meirelles como aspirante da Escola de Marinha. Apenas Carlo André Lopes da Silva (2012, pp. 117-119) refere-se ao uso do tempo ocioso dos guardas-marinha embarcados com o concurso de aulas de história, ainda à época da Marinha portuguesa. Em uma visita aos escritos memorialistas da história naval brasileira, foi encontrado um relatório do Barão de Jaceguai, então Primeiro-Tenente Arthur Silveira da Motta (1984, pp. 27-37), que fora professor de Hidrografia e História Naval na viagem de instrução da Corveta *Bahiana*, em 1864. Pela leitura do documento, foi possível identificar a existência do ensino da História em tempos de embarque, e já de forma ordenada. Em suas considerações, Silveira da Motta

²⁴³ Criada em 1802, chegou ao Brasil em 1808, juntamente com a Academia de Marinha.

²⁴⁴ O *Catálogo Systemático da Biblioteca da Companhia dos GG. MM. Feito de Ordem do Inspector respectivo em 1812*, com 31 páginas e 760 obras, foi investigado por SILVA (2012, pp. 176-191), que publicou dois artigos a respeito, em *Revista Antíteses* (2014, pp. 113-133); e *Cultura*, escrita e circulação de impressos nos Oitocentos, organizada por Tania Bessone e Gladys Ribeiro (2016, pp. 221-239). Este catálogo encontra-se disponível na Biblioteca da Marinha, que herdou esse acervo, podendo ser acessado pela Rede de Bibliotecas Integradas da Marinha. Ver: MARINHA DO BRASIL. Biblioteca da Marinha. Disponível em: <http://biblioteca.dphdm.mar.mil.br/pergamum/biblioteca/index.php>, acesso 10 jan. 2017.

²⁴⁵ Ciências Naturais (Divisão I), Ciências Matemáticas Puras e Mistas (II), Ciências e Artes Navais (III), Ciências e Artes Militares de Terra (IV) e Polimatia (V).

²⁴⁶ Conforme observado por Silva (2012, p. 188), essa área do conhecimento incluía 29 livros de História, de 26 diferentes autores, datados entre 1727 e 1804, além de relatos de viajantes, majoritariamente afetos à literatura francesa.

criticava a “superficialidade” do ensino da História, que vinha, desde 1858, sendo administrado em viagens de instrução. Apresentava o currículo oferecido aos guardas-marinha, dividido em três períodos: 1) origens da navegação, desde o dilúvio até à invenção da bússola; 2) da invenção da bússola até Luís XIV e 3) “desde o reinado de Luís XIV até os nossos dias”, chegando aos navios a vapor, à Guerra da Crimeia e à história dos canhões raiados. Silveira da Motta informava, ainda, que aplicara os respectivos “exames” aos guardas-marinha.

Da sua turma inicial, de 1838, composta de 33 alunos, 13 seguiram carreira naval, inclusive o próprio Theotonio Meirelles. Dos seus colegas de classe, três tornaram-se personagens proeminentes na Marinha Imperial, a saber: 1) Chefe de Esquadra Antônio Cláudio Soido (ações na fronteira do Mato Grosso, Guerra do Paraguai e escritos literários); 2) Almirante Francisco Cordeiro da Silva Torres e Alvim, Barão de Iguatemi (Campanha contra Oribe e Rosas e Guerra do Paraguai) e 3) Capitão-Tenente Sabino Elói Pessoa (secretário do Capitão de Fragata John Grenfell, comandante em chefe das Forças Navais contra a Rebelião Farroupilha, lente da Academia de Marinha, ajudante do secretário do Quartel-General de Marinha, diretor da Biblioteca da Marinha e fundador da *Revista Marítima Brasileira*). Da turma de 1839, três oficiais foram reconhecidos pela historiografia naval brasileira: 1) Almirante José da Costa Azevedo, Barão de Ladário (Campanha do Paraguai, Comissão de Limites Territoriais, trabalhos hidrográficos, redator do periódico *O Povo* e último ministro da Marinha Imperial); 2) Almirante Delfim Carlos de Carvalho, Barão da Passagem (imediate da Fragata *Amazonas* quando da Batalha Naval do Riachuelo e da Passagem de Humaitá) e 3) Capitão-Tenente Giacomo Raja Gabaglia, lente da Academia de Marinha, participou de comissões científicas e visto como um dos responsáveis pelo sistema métrico no Brasil (SARMENTO, 1997, p. 6).

Ao se tornar oficial, em 1842, Theotonio Meirelles já vivia o Segundo Reinado. E mudanças começavam a ser introduzidas na estrutura da Marinha Imperial, fomentadas por dissensões internas e ameaças externas, dadas as dinâmicas geopolíticas contraditórias no Rio da Prata e a questão do tráfico de escravos. A demanda pelo emprego político e estratégico da Armada exigia modificações em sua organização. Afinal, não havia montepios nem plano de carreira para os militares, e o engajamento e o recrutamento forçado²⁴⁷ levavam aos castigos

²⁴⁷ No caso da Marinha, havia o agravante das condições da vida a bordo na inibição do engajamento, sendo numerosas as deserções. O recrutamento forçado levava os desocupados e bêbados de ruas, muitas vezes, a acordarem em alto mar, servindo os navios também como castigo aos culpados de delitos menores, e até maiores (GREENHALG, 1965, p. 180).

corporais. Os recursos financeiros eram escassos para o emprego de pessoal e material na modernização do navio a vapor.

Entretanto, as comissões²⁴⁸ exercidas por Theotonio Meirelles ao longo da carreira, exceto no período em que serviu na Divisão Naval do Rio da Prata (1844), pressupõem um distanciamento de suas atividades das ações operativas promovidas pela Marinha Imperial até 1855, quando foi reformado a pedido²⁴⁹. As funções exercidas nos navios de guerra em que serviu, conforme a avaliação de seus históricos²⁵⁰, foram de pouca expressão, cabendo ressaltar apenas o período em que esteve embarcado na Fragata *Constituição*, de 7/1/1845 a 24/11/1845, sob comando do Visconde de Inhaúma, quando da visita do Imperador D. Pedro II às províncias do Sul (motivado pela rebelião dos Farrapos, que findara), em 1845. Suas outras comissões foram em navios já em desarmamento ou sem operações de relevância à época, até porque, a partir de 3 de fevereiro de 1847, foi incapacitado para o serviço do mar. Apesar de nada constar em seus assentamentos sobre as razões desta determinação, a leitura dos Livros de Quartos dos Navios Brigue Escuna *Fidelidade* e Vapor *Ipiranga*²⁵¹, com licenças de saúde intermitentes concedidas a Theotonio Meirelles da Silva, levou à dedução de que o motivo para tal fora a sua saúde. Serviu ainda em dois estabelecimentos de terra, o Corpo de Fuzileiros Navais (1851) e Corpo de Imperiais Marinheiros (1852).

De qualquer forma, mesmo Theotonio Meirelles não podendo participar operativamente do processo, o seu tempo foi de grandes transformações na estrutura da Marinha Imperial, com a retomada, pelo governo, das propostas reformistas dos anos 30²⁵².

Concomitantemente, a Revolução Industrial e as inovações tecnológicas determinaram uma total reformulação na Armada Imperial, envolvendo material, profissionalização do pessoal e da própria arte da guerra do mar²⁵³. O advento do vapor, com suas máquinas

²⁴⁸ Cargos ou funções desempenhados a bordo ou em terra por servidor militar ou civil (CAMINHA, 1961, p. 98).

²⁴⁹ Esta informação foi encontrada em artigo do *Jornal do Comércio* de 12 de abril, nº 100, página 1, constando que a reforma de Theotonio Meirelles foi a pedido, por se julgar incapaz para o serviço ativo. Nos seus assentamentos não há informações a respeito (JORNAL DO COMÉRCIO, 1855, p. 1).

²⁵⁰ A saber, Fragata *Paraguaiçu*, Fragata *Constituição*, Brigue *Três de Maio*, Corveta *Bertioga*, Divisão Naval no Rio da Prata, Corveta *Cabloca*, Vapor *Fluminense*, Brigue-Escuna *Fidelidade*, Vapor *Ipiranga* e Brigue-Barca *Urânia* (BOITEUX, 1956).

²⁵¹ Arquivo Nacional, Série Marinha, VI M, Livros de Socorros e Organizações.

²⁵² A institucionalização da Marinha, dotando-a de uma estrutura orgânica satisfatória aos interesses nacionais com a criação do Conselho do Almirantado, lei de promoção de oficiais, incentivo à construção naval, especialmente a vapor, plano de fixação do efetivo, criação de corpos e quadros, criação de novas unidades navais e reestruturação de outras (ARIAS NETO, 2001, pp. 41-93).

²⁵³ As atividades de marinharia, pertinentes à navegabilidade e à mobilidade dos navios, bem como as manobras de combate, mostravam-se totalmente distintas do mundo a vela, sendo necessárias transformações profundas na mentalidade marítima dos profissionais do mar.

propulsivas²⁵⁴, modificara os meios flutuantes, trazendo transformações definitivas ao poder naval praticado até as primeiras décadas do século XIX (ALBUQUERQUE, SILVA, 2006, pp. 101-122).

A Marinha de Guerra resistiu mais às inovações revolucionárias que iam se processando na construção naval²⁵⁵, só aderindo ao uso do navio a vapor a partir da Guerra da Crimeia (1853-1856) quando se viu comprovado o aumento do seu poder naval ofensivo e defensivo nas guerras (MOITREL, 2015, pp. 63-68)²⁵⁶.

No Brasil, às vésperas da Independência, já havia embarcações empregadas em serviços de correio ou reboque de navios nos portos²⁵⁷. Entretanto, coube à Marinha de Guerra Imperial os investimentos de vulto na adoção das inovações tecnológicas em primeira ordem, apesar da inexistência de indústria e de técnica pertinente ao seu emprego, tampouco dos recursos naturais (carvão) necessários à implantação da construção naval brasileira a vapor, diferentemente de outros países, que iniciaram suas experiências com a Marinha Mercante²⁵⁸. Esta afirmativa apoia-se nos relatórios ministeriais do período²⁵⁹ que atestam não haver no Brasil a mesma restrição ao uso do vapor, como aconteceu em outras Marinhas de Guerra pelo mundo (GAMA, 2001).

²⁵⁴ No caso, utilizando-se rodas e depois hélices.

²⁵⁵ Devido às vantagens econômicas geradas com o emprego dos meios flutuantes a vapor e às suas evoluções técnicas, a Marinha Mercante logo se aproveitou das inovações, delas fazendo uso em linhas de comércio, fosse no transporte de cargas ou de passageiros (ALBUQUERQUE, SILVA, 2006, pp. 103-104).

²⁵⁶ No Brasil, já na Guerra dos Farrapos (1835-1845) e depois na Passagem de Tonelero (1851), houve o emprego de embarcações a vapor, com a Barca *Liberal* e do Vapor *D. Afonso* ..

²⁵⁷ Mônica Moitrel (2015, pp. 65-66) relata a compra de uma máquina a vapor pelo Marquês de Barbacena, em 1819, que recebeu montagem em um casco construído no Arsenal da Bahia em Salvador, e a compra da barca a vapor *Bragança*, em 1821, adquirida nos Estados Unidos da América, tendo sido empregada no transporte de passageiros na Baía de Guanabara, sendo posteriormente incorporada à esquadra imperial. Em 1825 foi comprada da Inglaterra a barca a vapor *Hibernia*, que aqui tomou o nome de *Correio Imperial*.

²⁵⁸ Cumpre ressaltar as iniciativas privadas do Barão de Mauá na Ponta da Areia, e de John Maylor, além dos demais estaleiros instalados na Saúde.

²⁵⁹ Os relatórios ministeriais dos anos de 1843 a 1850 demonstravam os incentivos à construção naval a vapor e ao aperfeiçoamento do pessoal da Marinha, com contratação de especialistas estrangeiros para trabalhar no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, o envio de oficiais aos EUA e à Europa para adquirir conhecimentos sobre o emprego dessa nova tecnologia, tratando ainda do aperfeiçoamento dos próprios artífices do Arsenal de Marinha, em especial o do Rio de Janeiro. Os relatórios anteriores (1835-42) se restringiram mais a expressar intenções no emprego efetivo do vaso a vapor na Marinha, sendo poucas as realizações efetivas, fato plenamente justificável, na medida em que, naquele momento, as probabilidades de uma guerra na região do Prata ainda não eram tão reais (GAMA, 2001, p. 50). Disponível em: MINISTÉRIO DA MARINHA. Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa (1827-1887). In: CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Ministerial Reports (1821-1960): Marinha*. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>, acesso em 2 ago. 2015.

A política nacional no final da regência, como observado por Armando Vidigal (1985, p. 16), orientou o desenvolvimento do poder naval na observância dos seguintes aspectos estratégicos: 1) meios flutuantes capazes de manter a integridade do Império, mediante operações de bloqueio ou apenas transporte e apoio às tropas em terra; 2) patrulhamento da costa brasileira e das principais rotas do tráfico negreiro, evitando, desta forma, a interferência inglesa em assuntos do Brasil; e 3) necessidade de ações operativas no Prata e nos rios de sua bacia contra forças mais leves apoiadas por artilharia de grande calibre, além de protegidas por casamatas nas margens de rios estreitos e sinuosos.

Ou seja, havia um planejamento para as ações navais, no qual o Estado determinava a aquisição ou mesmo a construção de pequenos navios, empregados em navegação de cabotagem, atendendo à necessidade de aparelhamento dos arsenais para fazer face às exigências do emprego do vapor. Havia também a formação dos operários especializados e dos marinheiros adestrados e as quantias vultosas para compra ou mesmo construção de navios maiores e modernamente armados para a guerra. O uso do combustível para emprego nos navios a vapor era muito caro aos cofres do governo, e mesmo acontecendo lentamente, se comparada às emergências militares do País, a atualização dos componentes navais a vapor se faziam, principalmente quando da opção política do Estado Nacional – a centralização monárquica, ao final da regência²⁶⁰.

Em 1843, foi construído, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, o primeiro navio a vapor misto do Brasil, o *Thetis*²⁶¹. Comprada da Inglaterra no ano de 1847, foi incorporada à Armada Imperial no ano seguinte a fragata de rodas *D. Afonso*, primeiro navio a vapor de grande porte da Marinha. Por iniciativa de estaleiros particulares, alguns vapores de rodas foram construídos, além de veleiros terem sido transformados em navios mistos.

Realmente, as realizações empreendidas pelo Segundo Reinado a partir dos anos 40 na organização da Marinha não a tornavam pronta em material e pessoal, mas, essencialmente, “representavam o emprego de uma política nacional, na qual a Armada se afirmava como braço armado do Estado que se consolidava” (GAMA, 2001, p. 51).

²⁶⁰ Neste período, começaram a figurar entre os meios flutuantes pequenos navios construídos em arsenais brasileiros e empregados em serviços auxiliares da Esquadra, caso das Barcas *Liberal* (1832), *Cassiopeia* (1838) e *Fluminense* (1840), além das *Urânia*, *Águia* e *Amélia* (TELLES, 2001, p. 37), que vieram se juntar aos vapores *Correio Imperial* (1825) e *Correio Brasileiro* (1826), adquiridos na Inglaterra., além de vapores de rodas laterais construídos por estaleiros particulares (VIDIGAL, 1985, p. 23)

²⁶¹ TELLES (2001, p. 33) refere-se à origem do vapor *Thetis* ainda em 1839, conforme aviso do ministro da Marinha dirigido em outubro daquele ano ao construtor Joaquim José de Souza.

Neste contexto, embora possa ser encontrado na historiografia brasileira o ano de 1850 como marco no processo de profissionalização e consolidação do Exército²⁶², a historiografia naval brasileira aponta para um constante crescimento da instituição Marinha já a partir dos anos 40, e mesmo antes, com as propostas reformistas dos anos 30 e a profissionalização do oficialato naval, como observado pelos trabalhos de SILVA (2012) e DONIN (2015). A esse respeito, existe uma historiografia renovada no campo acadêmico, pautada numa nucleação tecnológica, como a de GOULARTI FILHO (2011) e VAL (2015)²⁶³. A respeito da Marinha, diz Silvio Val:

Nasce realmente como instituição na década de 1840, quando passa a existir modelo gestor próprio e os meios de produção militar. Dispondo de *status* e nova estrutura ministerial, autonomia normativa, órgãos burocráticos (capitanias de portos) e de fomento industrial (arsenais de marinha, diretorias de construção naval), o Ministério da Marinha passa a atuar em cogestão da área marítima, principalmente porque controla o maior arsenal da área da Corte. O efeito dessa reestruturação, que finda a Marinha colonial, começa a ser sentido principalmente nas décadas seguintes quando, através do Ministério da Marinha, o Estado imperial aplica recursos diretamente em empresas privadas de interesse (VAL, 2015, pp. 44-45).

Como exemplos desta afirmativa, o autor descreve os avanços na construção dos navios a vapor e do aparato bélico naval, conforme referenciado pela historiografia naval brasileira e cita, ainda, o fato de que a Marinha Imperial até o tempo da Regência, embora superior em número de navios, foi bem inferior em aporte tecnológico à Marinha que se apresentou nos idos de 1840 (HOLANDA *apud* VAL, 2015, p.265). Numa outra referência historiográfica, em que se aproximou do trabalho de Gama (2001), Val (2015) apontou a Guerra entre Oribe e Rosas (1851-1852), com o forçamento da Passagem de Tonelero²⁶⁴ pela

²⁶² Na realidade, esse processo estaria imbricado ao fato de 1850 ser visto como ano decisivo no processo de consolidação do Estado Imperial, com várias reformas oriundas do governo conservador instaurado no País a partir de 1848, em que se reuniram num mesmo gabinete os membros da célebre “trindade saquarema”, Eusébio de Queiroz, Rodrigues Torres e José Soares de Souza (BASILE, 1990, pp. 246-249). O tráfico negreiro foi abolido, a política exterior na Bacia Platina foi intensificada, a economia estava aquecida e as transformações tecnológicas se intensificaram. No caso do Exército Brasileiro, as reformas havidas na Guarda Nacional, na tropa e no oficialato à época também legaram a esta força militar esse simbolismo (CUNHA, 2000, p. 28).

²⁶³ Cumpre observar que os estudos acadêmicos pertinentes à ciência, à tecnologia e à política militar, exceto pelos historiadores orgânicos, só muito recentemente passaram a aparecer na historiografia militar brasileira. No âmbito naval, além dos estudiosos citados, incluindo ainda José Miguel Arias Neto, que transita pelas temáticas social, cultural e política da história naval brasileira, há também o trabalho de José Roberto Martins Filho, *Os meios da guerra: reflexões sobre a literatura e uma proposta de pesquisa* (2007), que tratou do emprego da tecnologia nas guerras marítimas.

²⁶⁴ Episódio da Guerra contra Oribe e Rosas, empreendido pela Marinha Imperial em 17 de dezembro de 1851, quando, transportando tropas brasileiras e aliadas (uruguaios e os argentinos fiéis ao caudilho Urquiza), forçou passagem à navegação do rio Paraná na altura do Passo de Tonelero, onde havia uma fortificação argentina sob domínio das tropas de Rosas. Os navios de guerra brasileiros, na ordem de 17, eram em grande número construídos no País, tendo como capitânia uma fragata a Vapor, *D. Afonso*, que, embora construída na Inglaterra, fazia da Marinha Imperial uma força naval contemporânea, posto que apenas a partir da metade do século XIX deu-se a incorporação dessa tecnologia por outras Marinhas de Guerra (GAMA, 2001).

Marinha Imperial, como um exemplo da modernização da Força e creditou ao conflito uma esquadra mais estruturada, que, aliada às inovações que se seguiram, fez com que a Marinha Imperial, desde o princípio da Guerra do Paraguai, desenvolvesse “um padrão constante de crescimento e modernização, acentuado na segunda metade do século XIX” (VAL, 2015, p. 46).

No caso específico de Theotonio Meirelles, ele não era mais um oficial da ativa da Marinha Imperial à época da Guerra do Paraguai. Havia sido reformado a pedido em 1855, mas presenciara a consolidação do Estado Nacional Imperial, os avanços tecnológicos da Armada, a política nacional agressiva no trato das questões do Rio da Prata e o gabinete do Ministério de Conciliação que se instaurou em 1853²⁶⁵.

A partir de então, a sua rede de sociabilidade se viu ampliada, com sua inserção numa sociedade civil, na qual passou a exercer outras atividades profissionais, ligadas às funções burocráticas e políticas provinciais. Entretanto, pertencia a um segmento social que se formara no processo de construção do Estado-Nação Imperial, os militares. Que papel exercera nessa dinâmica? Que “tradição de lembranças” teve incorporada às suas novas experiências e que possa ter sido incluída em sua escrita sobre a história naval brasileira?

Algumas respostas podem ser encontradas numa visita à historiografia brasileira clássica sobre a formação do Estado e da Nação, no caso nos trabalhos de José Murilo de Carvalho (2014) e Ilmar Mattos (1990). Para Carvalho (2014, p. 37), o Brasil possuía uma elite homogênea, originária de um grupo de magistrados formados em Coimbra, derivada de uma burocracia estatal e dependente do Estado. Essa “burocracia estatal” sustentava a elite política na manutenção de uma monarquia centralizada, escravocrata, civilista e representativa, na qual se incluíam os militares. Havia, portanto, uma relação de interdependência entre o Estado autônomo, e suas representações classistas para com a elite política, que não pressupunha somente os donos das terras. Entretanto, como observado por Mattos (1990, p. 131), Carvalho (2014) não definira em que momento este processo se consolidou, tampouco via na elite um domínio de magistrados e burocratas. Indo mais além, definiu o “Tempo Saquarema” como a liderança de uma classe senhorial conservadora, distribuída ao longo do País e centralizada no Rio de Janeiro. A sociedade imperial, para os dois autores, estava estratificada em atributo racial, grau de instrução, propriedade de escravos

²⁶⁵ Formado por membros dos dois partidos – Liberal e Conservador –, mas sob a liderança deste último, tendo como propósito uma acomodação dos interesses liberais em prol da estabilidade política do País.

e, em especial, “vínculos pessoais” que cada qual conseguia estabelecer. (CARVALHO, 2014, p. 160; idem, p. 125).

Portanto, vista a inserção social de Theotônio Meirelles, foi preciso ainda investigar os “vínculos pessoais” que estabeleceu na sua vida cotidiana e prática na Marinha Imperial e ainda, posteriormente, quando passou a exercer atividades na sociedade civil, buscando identificar elementos para o conhecimento e a análise dos mecanismos por ele operados quando do processo de sua produção historiográfica. A memória construída por Theotônio Meirelles envolveu toda uma lembrança coletiva ou social, que pressupõe valores, conhecimento, símbolos, objetos, espaços incorporados, que perpassaram, necessariamente, por um grupo e uma sociedade em vigor, na figuração do sujeito histórico Theotônio Meirelles.

2.4 – As redes de sociabilidade e os lugares de memória de Theotônio Meirelles

Por ocasião da sua reforma, em 1855, a *Revista Marítima Brasileira* estava no seu último ano de circulação²⁶⁶. Visto pela historiografia naval brasileira como o seu fundador, o Tenente Sabino Elói Pessoa, na primeira página do primeiro número da Revista, em 1º de março de 1851, referiu-se à sua realização como “vontade de um ministro e dos desejos de alguns oficiais da Armada”²⁶⁷ (REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA, 1851, pp. 1-3) Sua linha editorial, exposta no Programa da revista (artigos 5º e 6º), estaria afeta à difusão, por meio de artigos (que não poderiam ser políticos, tampouco de censura ao governo) sobre assuntos que pudessem contribuir para o melhoramento e progresso da Marinha de Guerra, inclusive fazendo uso da propagação de ideias sobre material, pessoal e da própria administração naval e mercante para impulsionar a instituição. Seus redatores, dizia ainda Sabino Elói Pessoa, eram “oficiais moços e subalternos” que precisavam de uma constante “coadjuvação” junto aos demais oficiais da Armada na produção ou leitura dos textos, para a continuação do espírito de corporação de tão importante classe.

Imbuído dessa identidade, esse mesmo oficial, colega de turma de Theotônio Meirelles, que com ele serviu nos mesmos navios até 1845 (ARQUIVO DA MARINHA, microfilme 45A; 45B), publicou um artigo em que, fazendo uso da reforma de Theotônio Meirelles, teceu duras críticas ao estado da profissão naval. No artigo, publicado no *Jornal do Comércio*, Sabino Elói Pessoa citava várias desistências da carreira pela falta de horizonte

²⁶⁶ Como referido no Capítulo I, fora criada em 1851 e publicada até 1855.

²⁶⁷ À época o ministro da Marinha era Manoel Vieira Tosta, futuro Marquês de Muritiba, que havia assumido a pasta em 23/7/1849, nela permanecendo até 1/5/1851 (BOITEUX, 1938, pp. 77-80).

profissional e de condições de trabalho, com exemplos, inclusive o de Theotonio Meirelles, apesar deste oficial, dizia Sabino, ter ainda outra razão para a sua reforma (no caso, questões de saúde).

Passando às considerações sobre o seu colega de turma, escrevia:

O Sr. Meirelles deixa um lugar na classe, lugar que será preenchido, é verdade, mas que ele ocupou dignamente. Distinto por sua inteligência, o Sr. Meirelles pode ainda prestar serviços à marinha, escrevendo em seu favor, como o tem feito por vezes, e utilizando por esse modo o conhecimento que deve ter adquirido da repartição no decurso de sua carreira militar. Ele o fará sem dúvida, sem prevenções e sem reticências; e os seus escritos hoje serão mais apreciáveis, porque não tendo na marinha o interesse pessoal que veda a imparcialidade, tem hoje a vantagem de escrever com mais independência, mais livre da ação do governo (JORNAL DO COMÉRCIO, 1855, p. 1).

Do artigo de Sabino Elói Pessoa depreende-se que, a essa época, Theotonio Meirelles já escrevia e provavelmente tenha produzido alguns textos para a *Revista Marítima Brasileira*²⁶⁸. No entanto, em pesquisa realizada em suas edições de 1851 a 1855 e 1881 a 1887²⁶⁹, não foi possível identificar nenhum artigo escrito por Theotonio Meirelles. Os textos, em sua maioria, não eram assinados e há falhas na periodização da revista, podendo ter havido perda de algum exemplar.

Outros dois aspectos observados no artigo de Sabino Elói Pessoa corroboram para as considerações de José Miguel Arias Neto quando trata da imprensa militar dos Oitocentos, em especial a *Revista Marítima Brasileira*²⁷⁰. O primeiro é relativo à “liberdade de imprensa”, à “imparcialidade” e à “livre discussão” tão apreciadas por Sabino Elói Pessoa (editor) e seus redatores, que, como afirma José Miguel de Arias Neto (2012, pp. 21-22), buscavam discutir “a elaboração de um projeto de Marinha que se coadunasse ao progresso de seu tempo, ao espírito ilustrado do século”. Em seu artigo, Sabino Elói Pessoa reconhecia que esse discurso era mais fácil de ser conduzido na vida civil, o que denotava as dificuldades da *RMB* em se manter sob esse contexto editorial²⁷¹.

²⁶⁸ Os historiadores navais Dídio Iratim Costa (BRASIL, 1938) e João do Prado Maia, em artigo da *Revista Marítima Brasileira* (out/dez. 1957), se referiram ao fato.

²⁶⁹ A *Revista Marítima Brasileira*, como já referido no capítulo I, teve sua publicação interrompida em 1855, voltando a ser produzida em 1881. O recorte temporal, 1887, deve-se ao falecimento de Theotonio Meirelles.

²⁷⁰ Foram visitados os artigos *A Marinha do Brasil nos escritos oitocentistas sobre a Guerra do Paraguai* (2015) *Imprensa Militar nos Oitocentos: A Revista Marítima Brasileira: 1851-1855* (2013), *Revista Marítima Brasileira: 1851-1855: A Liberdade de Pensamento da Marinha Imperial e o Projeto de Nação no Século XIX* (2012) e *Imprensa Militar no século XIX: um balanço preliminar* (2013).

²⁷¹ A revista retornou sob uma nova proposta editorial em 1881, na qual seu caráter oficial se tornou corrente e tendo com editor o mesmo Sabino Elói Pessoa.

O segundo aspecto refere-se ao comentário, no artigo de Sabino Elói Pessoa, ainda editor da RMB, sobre o pertencimento de Theotonio Meirelles a uma classe que ocupou dignamente. O uso do termo “classe” estava contido em vários trechos do Programa da RMB, analisado por Arias Neto (2012), levando este autor a concluir que a publicação fora “no plano da representação, resultado, e ao mesmo tempo, símbolo do *esprit de corps* e do amor desta corporação pela pátria” (idem, p. 13) Nesta constatação, Arias Neto considerou ainda que os editores da RMB, enquanto membros de uma classe,

convidavam a todos os oficiais a integrarem este projeto ilustrado, projetando as expectativas da corporação para o seu público leitor, e também, aos “brasileiros em geral”, e projetando para a corporação as expectativas destes para as marinhas mercantes e de guerra. Pretendia-se, portanto, que a *RMB* se constituísse enquanto um espaço público ampliado para a articulação de ideias, interesses e ações em prol do progresso da Marinha e, portanto, do Brasil. Neste sentido, a *RMB* não apenas alinhava-se ao projeto ilustrado das elites oitocentistas, mas apresentava-se como integrante deste projeto no que dizia respeito à Força Naval, espelho da Nação (ARIAS NETO, 2012, p. 13).

Assim, à época, a oficialidade da Marinha Imperial, da qual Theotonio Meirelles fazia parte, já se via como uma corporação, numa visão macrossocial, tendo na *Revista Marítima Brasileira* uma de suas representações. Entretanto, no momento em que essas relações sociais, como dito por Norbert Elias, envolvem “(...) uma rede de interdependência entre os seres humanos que os ligam uns aos outros (...), inicialmente por ação da natureza e mais tarde por meio de aprendizagem social, educação, socialização e necessidades recíprocas socialmente geradas” (ELIAS, 2011, p. 240), se fez preciso conhecer como essas configurações se conformavam num nível microssocial, envolvendo Theotonio Meirelles e seus contemporâneos.²⁷²

Esta conformidade pode ser encontrada nas turmas de aspirantes a guarda-marinha formadas ainda na Escola de Marinha. Inicialmente, se encontravam dentro do próprio núcleo, discriminado pelo ano de ingresso na instituição, e depois, num segundo segmento, pelos alunos que compunham outras turmas, contemporâneas àquela, ou seja, o grupo dos aspirantes da Escola Naval. Eram indivíduos entrelaçados por ações individuais e interdependentes. Dividiam o mesmo espaço físico confinado, comungavam das mesmas tarefas e aspirações da vida cotidiana, dos processos coletivos de configuração da instituição (valores, direitos e

²⁷² A esse respeito, citando o antropólogo norueguês Fredrik Barth e o seu conceito de fronteiras (entre os militares, a hierarquia e a disciplina), Marcello Loureiro analisou a dicotomia micro *versus* macro no âmbito das Forças Armadas, em que determinado grupo social possui normas e valores que estabelecem características comuns a esse mesmo grupo, em que o militar se configura pelo tipo de relações que mantém com os outros, e que, como sujeito, vive no “ponto de encontro de diversas redes sociais” (LOUREIRO, 2010, p.116).

deveres) nos níveis comportamental, cultural e intelectual. Assim, antes do espírito do corpo social a que pertenciam, os futuros oficiais da Marinha Imperial conheciam o espírito de turma, mas só compreendidos se integrados num nível macrossocial.

Obedecida essa conceituação, Theotonio Meirelles teve um lugar social na Marinha Imperial configurado, essencialmente, pela própria interdependência que manteve com seus colegas de turma e com aqueles oriundos das turmas contemporâneas, a qual pode contribuir para o discurso que construiu em sua produção historiográfica, na mediação entre a imagem do grupo que constituía e a imagem pública desse mesmo grupo, transformando sua narrativa também numa história cultural (BURKE, 2005, p. 158).

Observa-se, por exemplo que, daqueles oficiais possíveis de serem identificados entre os “moços e subalternos” que compunham a redação da *RMB*, dois lhe eram contemporâneos: Sabino Elói Pessoa, com quem teve um contato bem próximo, e Giacomo Raja Gabaglia²⁷³, da turma de 1839. Outro oficial, também da turma de 1839, o Barão de Ladário, José da Costa Azevedo, foi o último ministro da Marinha Imperial. Há ainda o Almirante Delfim de Carvalho²⁷⁴, contemporâneo de Theotonio Meirelles na Escola Naval, que ao lado deste e fora criticado em notícia do *Jornal do Comércio*²⁷⁵. Podem ser citados ainda Antônio Mariano de Azevedo, da turma de 1840; Theotonio Raimundo de Brito, da turma de 1836, e José Victorino de Barros, irmão do Visconde de Inhaúma e da turma de 1837 (não seguiu a profissão), além daqueles que ao longo da carreira foram se tornando personagens relevantes, incluindo as redes sociais análogas de que esses oficiais participavam. Ou seja, essa teia de interações entre as turmas da Escola de Marinha se reproduzia e chegava ao próprio oficialato naval, em todos os níveis hierárquicos, estabelecendo os conflitos, as lutas e as tensões no jogo de poder na estruturação do todo social ou individual do próprio Theotonio Meirelles (ELIAS, 2006, pp. 21-33), podendo estar presente na sua produção historiográfica.

²⁷³ Oriundo da turma de 1839, o Tenente Raja Gabaglia foi lente da Academia de Marinha, tendo estudado na Europa por quatro anos (1854-1858), tornando-se membro de algumas comissões científicas. Foi redator da *Revista Marítima Brasileira*, membro do IHGB (1858) e um dos responsáveis pela adoção do sistema métrico no Brasil, aspecto já mencionado. (SARMENTO, 1997, pp. 1-17).

²⁷⁴ Cumpre acrescentar que este oficial, juntamente com seu irmão, Miguel de Souza Mello e Alvim (que não seguiu carreira), ambos da turma de Theotonio Meirelles, era filho do chefe de Esquadra Miguel de Souza Mello e Alvim, que, além da carreira naval, se notabilizou como conselheiro de Estado e membro do IHGB (BLAKE, 1893). Sua filha, Constança, casou-se com o Tenente Sabino Elói Pessoa, conforme consta do Colégio de Genealogia e Cúria Metropolitana, nº 25.123, caixa 1.731.

²⁷⁵ Em 10 de agosto de 1849, assinado sob um codinome, O Zebedeu, o artigo criticava Cordeiro e Alvim por estar faltando ao serviço e Theotonio Meirelles por ter se candidatado ao eleitorado da Freguesia de Sacramento pelo Partido Liberal, quando ainda estava empregado pelo ministro da Marinha (CORREIO DA TARDE, 1849, p. 3).

Neste processo, foi preciso também considerar que, pouco antes da *Revista Marítima Brasileira*, havia sido criada a Biblioteca da Marinha, em 1846, tendo como acervo, inicialmente, o constante da Biblioteca da Academia de Marinha²⁷⁶. Também do seu fundo inicial deveriam constar as obras científicas, roteiros e mapas existentes nos diversos arquivos da Marinha Imperial, além de livros, memórias e outros que fossem adquiridos²⁷⁷. Sua finalidade era a de “fornecer os meios de uma instrução variada aos oficiais da Armada, Artilharia de Marinha e aos empregados das repartições anexas” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1846, Decreto nº 470). A proposta era a de contribuir para o aperfeiçoamento profissional da oficialidade da Marinha Imperial. A partir de 1854, a Biblioteca da Marinha passou a distribuir parte de seu acervo, as obras duplicatas, para os navios, na criação das “bibliotecas especiais” (SCARVADA, 1955, p. 25)²⁷⁸. Ainda tendo Sabino Elói Pessoa como encarregado, em 1856 a Biblioteca da Marinha passou a receber um exemplar dos impressos e periódicos, como já acontecia com a Biblioteca Nacional desde 1847, pelo Decreto 433 (idem).

Apesar de constar nas notas bibliográficas de João do Prado Maia (REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA, 1857, p. 901) a função de Theotônio Meirelles como bibliotecário, nada foi encontrado a respeito, conforme relatórios ministeriais²⁷⁹. Entretanto, foi observado que, no levantamento dos nomes que exerceram as funções na Biblioteca da Marinha (encarregado, porteiro e escrevente), alguns oficiais eram contemporâneos de Theotônio Meirelles ao tempo de aspirantes da Escola de Marinha²⁸⁰, incluindo Sabino Elói

²⁷⁶ Oriunda da antiga Biblioteca Real da Academia Real dos Guardas Marinha, transferida para o Brasil em 1808.

²⁷⁷ Informações constantes do Relatório Ministerial de 1846. Da leitura dos Relatórios Ministeriais da Marinha que se seguiram (1847-1887), foi observada, em alguns anos (1858, por exemplo), a relação das obras incorporadas ao acervo da Biblioteca da Marinha. Disponível em: MINISTÉRIO DA MARINHA. Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa (1827-1887). In: CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Ministerial Reports (1821-1960): Marinha*. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>, acesso em 2 ago. 2015.

²⁷⁸ Nos dias atuais, são chamadas de “bibliotecas rotativas”, que, num sistema de rodízio, atendem os navios da Marinha do Brasil em viagem. Seu acervo diversificado é disponibilizado a toda a tripulação, tendo caráter recreativo e cultural.

²⁷⁹ A partir de 1851, a Biblioteca da Marinha passou a fazer parte regularmente do relatório do Ministério da Marinha, com informações sobre compra, doação de acervo, instalações e funções dos seus empregados. Nos anos de 1852, 1853, 1854, 1855 e 1856, os relatórios ministeriais também continham a relação dos consulentes, não estando entre eles Theotônio Meirelles. Disponível: MINISTÉRIO DA MARINHA. Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa (1827-1887). In: CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Ministerial Reports (1821-1960): Marinha*. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>, acesso em 2 ago. 2015.

²⁸⁰ No caso, Francisco de Paula Rodrigues Gomes de Vasconcelos, da turma de 1837, Antônio Mariano de Azevedo e Rodrigo Antônio De Lamare, aspirantes em 1840.

Pessoa, da sua própria turma, a de 1838, e que exerceu a função por 18 anos, de 1850 a 1868²⁸¹.

Pelo visto, parece improvável o exercício de alguma função na Biblioteca da Marinha por Theotônio Meirelles. Mesmo que tenha contribuído com as funções administrativas do encarregado, seu colega de turma Sabino Elói Pessoa²⁸², o que existe são apenas indícios, decorrentes da rede de relações sociais mantidas não somente entre esses dois oficiais, mas incluindo outros, na constituição de uma cultura histórica pela Marinha Imperial.

Não há dados comprobatórios sobre consultas, ou mesmo pesquisas, feitas por Theotônio Meirelles na Biblioteca da Marinha, localizada à época no Arsenal da Corte. Entretanto, sobre o acervo existente na instituição, há um catálogo, de 1858, com mais de dois mil títulos, além de manuscritos de jornais literários e publicações periódicas que podem ter sido manuseados pelo autor. Neste inventário é possível encontrar obras de relevo²⁸³. Classificados por um “índice das matérias”, há um número expressivo de títulos de literatura francesa, inclusive militar, além da portuguesa, havendo ainda algumas obras de língua inglesa. Sobre o estudo da História, disposta como “princípios básicos” (1858, V), as obras foram divididas por temas e cronologia, podendo ainda ser encontrados títulos classificados como “história literária”. Àquela época, o acervo já possuía obras sobre a história do Brasil, inclusive o Volume da História Geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen, de 1854.

Como observado, havia na Marinha Imperial ideias e espaços para a construção da produção historiográfica de Theotônio Meirelles, fomentado por uma rede social existente na própria instituição²⁸⁴. Entretanto, ao sair da vida ativa da Marinha Imperial, e mesmo antes, como veremos a seguir, ele estabeleceu uma rede de sociabilidade distinta, em que mesclou outras experiências, que podem ter lhe trazido mais elementos para o estabelecimento da sua operação historiográfica, numa relação entre o produto de sua obra – a história naval brasileira – e lugares de produção, que envolvem as práticas e os circuitos de circulação do próprio conhecimento histórico.

²⁸¹ Concomitantemente a essas funções, Sabino Elói Pessoa foi ajudante do Quartel-General da Armada (1849-1852), editor da *Revista Marítima Brasileira* (1851-1855), lente da Escola de Marinha (1854-1858) e secretário do Conselho Naval (1858-1868), também exercendo as funções de oficial de gabinete do ministro da Marinha nos períodos 1865-1866 e 1870-1871 (ARQUIVO DA MARINHA, microfilme 45A; 46B).

²⁸² Devido às suas numerosas atividades era obrigado a se ausentar da Biblioteca da Marinha.

²⁸³ Chamado de “Catálogo Metódico dos Livros Existentes na Biblioteca da Marinha” e organizado segundo o sistema de M. Brunet, pertence ao Acervo de Obras Raras da Biblioteca da Marinha,

²⁸⁴ No caso, a Biblioteca da Marinha e a própria *Revista Marítima Brasileira*.

Dessa maneira, o autor promoveu ainda relações sociais ligadas à escolha de alguns dos padrinhos e madrinhas de seus filhos. Neste caso, o conceito afeto às relações sociais que estabeleceu se aproxima da obra de Richard Graham, *Clientelismo e Política no século XIX* (1997), em que o compadrio²⁸⁵, criado pelo batismo e uma das formas clientelistas, envolvia articulações políticas, sociais e econômicas (GRAHAN, 1997, p. 37).

Theotonio Meirelles casou duas vezes e teve 11 filhos; o primeiro nasceu em 1849 e o último em 1881²⁸⁶. Nas escolhas dos padrinhos e madrinhas (normalmente as esposas dos padrinhos), foi possível observar a existência de alguns nomes afetos às atividades que passou a exercer em sua vida civil, mesclados a outros, de suas relações sociais mantidas na Marinha Imperial e daquelas que guardavam outros interesses, como no caso de Paulo Barbosa da Silva, mordomo-mor de Sua Majestade Imperial, testemunha de seu parentesco como filho natural de D. Pedro I.

O Conselheiro José Maria Velho da Silva, que também fora mordomo-mor e era membro ilustre do IHGB, com várias obras escritas (BLAKE, 1883), juntamente com Elisa Francisca Beauparie-Rohan²⁸⁷, dama da Imperatriz Thereza Cristina, foram padrinhos de seu primeiro filho, Pedro Heitor.

De suas relações sociais com a Marinha Imperial, escolheu para padrinhos, respectivamente, Conselheiro Miguel de Souza Mello e Alvim²⁸⁸, Capitão de Mar e Guerra João Carlos Tavares e o Conselheiro José Rodrigues de Lima Duarte²⁸⁹. Frederico Briggs era diferenciado, por ser pintor, litógrafo e desenhista, havendo ainda o Major João Baptista da Cunha Pegado, relacionado este às funções que passou a exercer após deixar o serviço ativo

²⁸⁵ De acordo com Silvia Maria Jardim Brugger (2007, pp. 315-347), “o compadrio tendia a ligar a família do batizando a pessoas situadas num patamar equivalente ou superior da hierarquia social”.

²⁸⁶ Com a primeira esposa, Ana Rosa Heitor (1831-1858), que morreu de tuberculose, Theotonio Meirelles teve três filhos – Pedro Heitor, Francisca e Theotonio. Do casamento com Carolina da Cunha Jardineiro (1835-1938), foram oito filhos, a saber; Thereza Cristina, Idalina, Afonso, Proto, Alice, Antonia e Carlota. Essas informações, incluindo as sobre os padrinhos e madrinhas, foram extraídas do Colégio de Genealogia e Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

²⁸⁷ Elisa Beaupaire se tornou uma das mais fiéis amigas da esposa de D. Pedro II no Brasil. Era sobrinha do Vice-Almirante Alexandre Teodoro de Beaupaire, chefe da esquadra que fora buscar a Imperatriz Thereza Cristina na Itália (havia se casado por procuração com D. Pedro II), conforme Valéria Lima (2010, pp. 657-660). Esse oficial, de origem francesa, aderiu à causa da independência do Brasil, tendo lutado na Guerra Cisplatina.

²⁸⁸ Foi Conselheiro de Estado e Ministro da Marinha, sendo pai do Barão de Iguatemi.

²⁸⁹ Nascido em Minas Gerais, médico, foi deputado provincial e da Câmara, sendo Ministro da Marinha no período 1880-1882, quando contratou Theotonio Meirelles para escrever a história naval brasileira. Foi Senador pelo Partido Liberal (BOITEUX, 1956, pp. 71-74).

da Marinha Imperial, como também Justino José Tavares, advogado formado pela Faculdade de Direito de São Paulo²⁹⁰.

Essas redes de sociabilidade, portanto, estiveram inseridas à nova realidade de Theotônio Meirelles, que aos 32 anos passou a vivenciar experiências distintas às da Marinha Imperial, a começar pela sua nova atividade profissional, a de advogado provisionado e procurador particular²⁹¹, voltada para as atribuições políticas e burocráticas provinciais que passou a exercer, como votante, eleitor, escrivão e juiz de paz da Freguesia da Lagoa²⁹², onde residia²⁹³.

Na compreensão e análise desse contexto histórico diferenciado do autor, foi preciso recorrer à historiografia brasileira no que tange ao conhecimento do processo eleitoral, das suas implicações no exercício da cidadania e da cultura política do II Reinado, e ainda ao espaço territorial na qual essa dinâmica acontecia, as freguesias²⁹⁴. Essas aglomerações surgidas ainda no Brasil colonial sob um ideal comum a todos, representadas fisicamente pela edificação de uma Igreja, vão, no desenvolvimento da historicidade do País, se transformar nos núcleos urbanos e rurais do Segundo Reinado, trazendo recortes políticos, jurídicos,

²⁹⁰ Também exerceu as funções de juiz municipal, vereador e eleitor, tendo falecido em 1862.

²⁹¹ Eduardo Campos Coelho, em seu livro sobre as profissões imperiais (COELHO, 1999, pp. 166-191), avalia a organização da profissão de advogado no Brasil, após a Independência, como bem próxima a de Portugal. Havia os bacharéis formados em Coimbra e, a partir de 1827, os formados pelas faculdades de São Paulo e Recife, bem como os provisionados. Estes, mediante exame teórico e prático, poderiam advogar onde não houvesse profissionais, ou, quando existentes, fossem em número reduzido. O mesmo para os solicitadores, que também não possuíam diploma, recebendo autorização para advogar mediante um exame prático do processo em curso junto aos juízes de direito. Os provisionados e os solicitadores eram obrigados a renovar suas licenças no prazo de dois a quatro anos. Por último, os procuradores, fossem particulares ou judiciais, podiam ser aqueles que representassem os interesses de alguém. Também vistos como rúbulas, os advogados e procuradores particulares ou privados eram discriminados em relação aos togados, apesar do reconhecimento da sua utilidade numa época em que a profusão da profissão não acompanhava a demanda dos serviços pertinentes.

²⁹² Segundo o historiador Milton Teixeira, tão logo D. João VI chegou ao Rio de Janeiro, em 1808, recebeu uma petição dos moradores da Lagoa e de Botafogo em que pediam a criação de uma paróquia na zona sul da cidade, já que a igreja mais próxima, na Freguesia de São José, levava, à época, quase um dia de viagem para celebrar os sacramentos. Assim, em 1809 foi criada a Freguesia São João Batista da Lagoa, num desmembramento da Freguesia de São José, em áreas compreendidas entre o hoje bairro da Lapa e a Gávea, incluindo ainda Lagoa, Ipanema, Copacabana e Botafogo, região que se tornou muito valorizada com a presença de Carlota Joaquina, que ali foi morar. A distribuição espacial das categorias ocupacionais pelas freguesias cariocas, considerou que a paróquia, em 1870, representava 4,8% da população do Rio de Janeiro, tendo, no quadro de profissões, os mais numerosos como sendo os comerciantes (609) e os militares (632), entre estes o Almirante Marquês de Tamandaré, o Almirante Barroso e o Barão de Tefé. (LOBO, 1978). Estas pesquisas foram ainda corroboradas por registros existentes no *Almanaque Laemmert*.

²⁹³ O registro mais antigo de Theotônio Meirelles como morador da Freguesia da Lagoa, à Rua São Clemente, número 143 (hoje pertencente ao Bairro de Botafogo), data de 1851 (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1851).

²⁹⁴ No conceito de Raphael Bluteau (1712, pp. 206 e 280), paróquia e freguesia, palavras de origem portuguesa, possuíam o mesmo significado, e têm origem na época colonial, em que as populações eram erigidas no entorno de uma igreja. Por sua vez, Antônio Moraes e Silva (1838, p. 58), ao conceituar freguesia, além de manter o mesmo significado, definiu os seus frequentadores – paroquianos ou fregueses – como “aqueles que se ajuntavam, que faziam compras e pertenciam ao lugar”, sob o mando de um cura. Numa concepção atual, freguesia e distrito têm o mesmo significado.

sociais e econômicos distintos na formação do todo territorial, as cidades e províncias do Império.

Esses interesses envolviam o sistema eleitoral, tendo a prática da cidadania e a estrutura judiciária como legitimadoras do regime monárquico e todas as suas nuances em defesa da centralização, buscando a internalização dos padrões e normas consideradas civilizatórias para a nação que se construía. Essa ação de vigilância pressupunha que o poder estivesse “mais alto e mais longe”, capacitado a olhar todo o território e seus súditos. “Na Corte – a cidade do Rio de Janeiro – estavam os olhos do poder e no Município Neutro a sua expressão administrativa”, tendo como primeiro círculo social mantenedor dessa dinâmica as freguesias urbanas (MATTOS, 1990, p. 203)²⁹⁵.

Assim, Theotônio Meirelles, ao iniciar, em 1856, suas atividades civis, que se estenderam até 1883²⁹⁶, adentrou por um aspecto da historiografia brasileira, o estudo das eleições e do sistema judiciário, com as relações entre o poder local e o central, a hierarquia social entre os homens livres, e as ocupações profissionais²⁹⁷, numa zona de fronteira à historiografia brasileira dominante dos Oitocentos, a de que a elite política imperial se pautava, sobretudo, pela homogeneidade²⁹⁸, garantida por ideologia, socialização, treinamento e carreira (CARVALHO, 2014, p. 35).

²⁹⁵ A Província do Rio de Janeiro viveu todo o dinamismo social, econômico e espacial decorrente do Ciclo do Ouro, em fins do século XVIII, e da chegada da Família Imperial, em 1808, aliados, já no Brasil independente, à expansão cafeeira. Esses fatos acabaram por transformar a cidade do Rio de Janeiro, que havia se tornado município neutro, num centro irradiador de todos os interesses políticos dominantes e em “polo do poder imperial que tomou o lugar da nação” (FRIDMAN, 2011, p. 10).

²⁹⁶ Esta datação advém das pesquisas realizadas nos jornais da época, cujas notícias e publicações a pedido, dispostas ao longo deste capítulo, forneceram os subsídios necessários ao levantamento das atividades civis de Theotônio Meirelles.

²⁹⁷ Conforme José Murilo de Carvalho (2014, pp. 63-119), o processo de formação e consolidação do Estado Nacional perpassou, necessariamente, pela necessidade de instrução, na conformação de uma nação civilizada aos moldes europeus. Neste contexto, a educação superior foi um elemento de homogeneidade ideológica, sobressaindo-se a magistratura, o clero e os militares, tendo aquela como “a espinha dorsal do governo”. Havia ainda a ocupação profissional, gerando a criação de grupos: o dos *empregados públicos e políticos (governo)*, onde se encontravam os militares; *os das profissões*, ocupados por médicos, engenheiros, jornalistas e advogados, a transitar ou não pelos dois grupos; e o da *economia*, de proprietários rurais e comerciantes, a ocupar ou não também o primeiro grupo. Em grande parte, os segmentos profissionais desses dois primeiros grupos acabavam sendo geridos pela burocracia, que tinha no Estado o seu maior empregador. Desta forma, até 1850, grosso modo, enquanto a unidade nacional se viu ameaçada, as ocupações profissionais assim se acomodaram na sociedade imperial. A partir dos anos 60, começaram as cobranças por mais espaço profissional, social e político, incluindo os militares. O “Clube da Elite” e seus segmentos começariam a questionar a própria construção dessa ordem imperial (CARVALHO, 2014, p. 140).

²⁹⁸ Essa homogeneidade é relativizada pelo próprio José Murilo de Carvalho, ao considerar que “a unidade da elite não era monolítica” (CARVALHO, 2014, p. 231).

As suas funções de votante²⁹⁹ e eleitor³⁰⁰ estavam diretamente ligadas ao sistema eleitoral indireto e censitário³⁰¹ vigente no Brasil no período de 1824 a 1881³⁰² e dividido em duas etapas. Na primeira, as eleições primárias, os votantes, depois de assim elegidos por uma junta qualificadora³⁰³, votavam nos eleitores. Numa segunda etapa, as eleições secundárias, os eleitores votavam nos deputados e senadores. Quanto às eleições para vereadores e a magistratura do juiz de paz, o voto era exercido pelos dois segmentos, votante e eleitor (ROSAS, 2012, pp. 83-100). Em todos os municípios, incluindo o Rio de Janeiro, o pleito era realizado na igreja matriz das freguesias³⁰⁴. Theotonio Meirelles exerceu ainda, por duas vezes o cargo de juiz de paz, bem como o de escrivão³⁰⁵ do sistema eleitoral da Freguesia da Lagoa, além de, ao longo dessas funções, ter trabalhado como advogado provisionado e procurador particular³⁰⁶. Essas atividades, bem como as de votante e eleitor, acabaram por se imbricar na cultura política do II Reinado, a começar pelo cargo de juiz de paz.

²⁹⁹ O sistema eleitoral fora estabelecido pela Constituição de 1824 (artigos 90 a 120), segundo a qual os votantes ou estrangeiros naturalizados deveriam ter mais de 25 anos, exceção feita aos bacharéis, clérigos e oficiais militares com mais de 21 anos e com renda de 100 mil réis, alterada, em 1846 (Lei nº 387, de 19 de agosto), para 200 mil réis. O *Jornal do Comércio* anunciou Theotonio Meirelles como votante em 10 de dezembro de 1860 (JORNAL DO COMÉRCIO, 1860, p. 2).

³⁰⁰ Os eleitores deveriam ser votantes e ter, já em 1846, renda líquida mínima de 400 mil réis, para vereadores e juízes de paz. Na candidatura a deputado, a renda era de 800 mil réis e a senador, de 1 milhão e 600 mil réis. Theotonio Meirelles consta como eleitor suplente no *Jornal do Comércio* de 5 de novembro de 1856 (JORNAL DO COMÉRCIO, 1856, p. 1). Em 21 de dezembro de 1857, como eleitor suplente, foi convocado para participar da votação da Junta de Qualificação dos Votantes (JORNAL DO COMÉRCIO, 1857, p. 2). Em 10 de dezembro de 1860, tornou-se de novo cidadão eleitor suplente (JORNAL DO COMÉRCIO, 1860, p. 2), sendo votado como eleitor em 21 de maio de 1863 (CORREIO MERCANTIL, 1863, p. 1). Depois somente em 1878, quando tornou-se eleitor, conforme o *Jornal do Comércio* de 10 de agosto de 1878 (JORNAL DO COMÉRCIO, 1878, p. 1). Nesta mesma chapa eleitoral, foi votado como eleitor suplente o então Visconde de Tamandaré, futuro Patrono da Marinha.

³⁰¹ O direito ao voto e as candidaturas dependiam de renda anual mínima.

³⁰² A Lei Saraiva trouxe as eleições diretas.

³⁰³ As juntas de qualificação foram criadas em 1842 (Decreto nº 157 de 4 de maio), tendo como propósito a verificação das relações dos cidadãos aptos a votar na eleição primária; a presidência era do juiz de paz da paróquia. Ou seja, havia um cadastro prévio dos cidadãos. Theotonio Meirelles foi nomeado para a Junta Qualificadora da Freguesia da Lagoa em 19 de janeiro de 1858 (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1858, p. 1), 17 de janeiro de 1859 (JORNAL DO COMÉRCIO, 1859, p. 2), 29 de janeiro de 1861 (CORREIO MERCANTIL, 1861, p. 1), 21 de janeiro de 1862 (CORREIO MERCANTIL, 1862, p. 1) e 19 de janeiro de 1863 (CORREIO MERCANTIL, 1863, p. 1).

³⁰⁴ Pelo Decreto de 26 de março de 1824, os votantes elegiam os eleitores, vereadores e juízes de paz no mesmo dia, no interior das igrejas paroquiais. As eleições secundárias, para deputados e senadores, eram realizadas nas Câmaras.

³⁰⁵ Em 4 de maio de 1860, o nome de Theotonio Meirelles constou de uma lista para juízes de paz (JORNAL DO COMÉRCIO, 1860, p. 2). Em 7 de fevereiro de 1866, foi nomeado como tal depois de exercer o cargo interinamente desde 1º de agosto de 1865 (CORREIO MERCANTIL, 1865, p. 1), cumulativamente com as suas funções de escrivão, que exercia desde julho de 1865. Nesta atividade, há registros até 1869, no *Jornal do Comércio* e no *Correio Mercantil*.

³⁰⁶ Ainda em 1856, o *Correio Mercantil* publicou a pedido, nas edições de 7 de junho e 30 de julho, o andamento de dois processos sob responsabilidade de Theotonio Meirelles, uma causa crime e um livramento de prisão. Consta dos jornais que foi procurador particular da Sra. Phillis Broom, viúva do chefe de Divisão Broom (CORREIO MERCANTIL, 1861, p. 3) e da Sra. Ana Francisca do Rosário (CORREIO MERCANTIL, 1861, p. 3).

Definido em 1827³⁰⁷, o juizado de paz, visto como um representante eleito, leigo, e sem proventos, trouxe modificação significativa na estrutura judicial vigente. Promovia conciliações entre partes litigantes, julgamento de causas de pequeno valor, manutenção da ordem pública, emprego da força pública, observância das leis municipais, condução do processo eleitoral. Possuía funções amplas nas áreas administrativas, judiciais e policiais, numa proposta liberal de descentralização do poder, com promoção da autonomia local, em detrimento da magistratura togada e profissional, sob domínio do poder central (BASILE, 2009, p. 74). Em que pesem as Reformas de 1841³⁰⁸, que limitaram e reduziram os poderes do juiz de paz na esfera criminal e policial, ele continuou a ter atribuições no sistema eleitoral e no julgamento de pequenas causas judiciais, mediando conflitos e exercendo poder. Dessa maneira, Theotônio Meirelles, no exercício dessas atividades, viu-se inserido de forma atuante na prática da cidadania no Brasil, como membro de uma camada social diferenciada, posto que não se encontrava como parte do governo central ou provincial. Sua rede de sociabilidade era composta de uma elite não apenas governamental, mas também de elementos médios, difusos e dispostos em toda parte no Império, que “de alguma forma participavam do governo ou da direção intelectual e pedagógica de um projeto” (MAGALHÃES, 2010, p. 5). Nas funções que exerceu, se distanciava do conceito de um votante³⁰⁹, visto por José Murilo de Carvalho como “dependente de um chefe local, ao qual obedecia com maior ou menor fidelidade” (CARVALHO, 2011, p. 35). Na realidade, o autor fazia parte da estrutura política encarregada de qualificá-los e controlá-los, além de, como eleitor (mesmo suplente, na maioria das vezes), poder inferir na política imperial, numa dinâmica intrínseca do sistema.

As relações sociais de Theotônio Meirelles neste período concebiam alianças em níveis horizontais, no trato com profissionais liberais, militares (em maioria do Exército), pequenos proprietários e empregados públicos, e também verticais, na convivência com

³⁰⁷ O juizado de paz fora criado pela Constituição de 1824, e suas atribuições estabelecidas em 5 de outubro de 1827. Ver: CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Lei nº 38.396 de 15 de outubro de 1827*. Disponível em: www2.camara.leg.br/.../lei.../lei-38396-15-outubro-1827-566688-publicacaooriginal-, acesso em 10 jan. 2016.

³⁰⁸ Conduzidas pelo Partido Conservador, essas reformas definiram o sistema judiciário, com predomínio da magistratura togada, no caso os profissionais de direito formados pelas faculdades de São Paulo e Recife, transformando o poder judicial, identificado como o poder político, na espinha dorsal do governo imperial na primeira metade do século XIX (CARVALHO, 2014, p. 255; MATTOS, 1990, p. 217). O juiz eletivo, a partir de então, não mais teria atribuições policiais, sendo a jurisdição criminal competência dos delegados e subdelegados, nomeados pelo governo imperial (MATTOS, 1990, p. 173).

³⁰⁹ Embora as eleições primárias fossem apenas legitimadoras do sistema eleitoral, o fato da renda necessária ser de valor baixo fazia do voto uma garantia da inclusão de setores mais amplos da sociedade no jogo político (DOLHNIKOFF, 2011, p. 9).

populares em eventos religiosos e nas relações de trabalho, como no caso das suas atividades de rábula, que lhe garantiam um reforço orçamentário³¹⁰.

No entanto, ainda em 7 de junho de 1856, esclarecia que, na causa crime contra o carpinteiro Francisco José Gomes e o trabalhador Antônio Ramalho, “não tratei nem recebi por esse trabalho gratificação alguma, e só o fiz por amizade a quem dele me encarregou. Declaro, finalmente, que estou pronto a tratar da causa de qualquer pobre da freguesia da Lagoa, sempre que recorra ao meu préstimo” (CORREIO MERCANTIL, 1856, p. 2). Realmente, na leitura dos poucos processos em que tomou parte, no caso os que chegaram à imprensa da época, Theotonio Meirelles defendeu escravos e pobres em seus reclamos.

Nos registros de suas atuações, constam protestos veementes quanto às fraudes eleitorais e às juntas de qualificação³¹¹, prática recorrente do período monárquico, de acordo com Miriam Dolhnikoff (2008, pp. 13-23). Também questionou o recrutamento militar³¹² como forma de cerceamento dos direitos políticos quando, em 18 de janeiro de 1860, numa publicação a pedido, assim se expressou:

Convido, portanto, a todas as pessoas do *povo*, pescadores, lavradores e trabalhadores que compareçam a reclamar os seus direitos. Não tenham medo do recrutamento com que talvez os ameacem. É um direito que lhes está garantido por lei e que não devem desprezar. Há de haver quem os defenda de qualquer arbitrariedade que sofram (CORREIO MERCANTIL, 1860, p.1).

Em 21 de novembro de 1860, um outro artigo publicado por Theotonio Meirelles mostrou-se revelador na compreensão do seu posicionamento político e social no trânsito entre a trajetória da vida militar, que exercera até 1855, e a sociedade civil em que se viu inserido mediante suas atividades na Freguesia da Lagoa (JORNAL DO COMÉRCIO, 1860, p. 2); A motivação para este artigo foi uma reunião de altas personagens sobre as eleições que estavam próximas e os meios para vencê-las, que incluíam o apoio político de Theotonio Meirelles. Chegando o fato ao seu conhecimento, ele considerou que

alguém se julgou autorizado a declarar que, não só podiam contar e dispor dos meus serviços na Freguesia da Lagoa, como igualmente com a minha *deserção* das fileiras dos amigos à *última hora*... essa pessoa faltou à verdade... Sinto que o Sr. Conselheiro Eusébio de Queiroz não tomasse a

³¹⁰ Como já observado, Theotonio Meirelles teve dificuldades financeiras ao longo da vida.

³¹¹ *Correio Mercantil*, edições janeiro de 1860, página 1; 31 de março, página 2; e *Jornal do Comércio*, edição de 19 de setembro de 1860, página 2.

³¹² Cabia às autoridades locais o cumprimento das normas de recrutamento que determinavam os isentos, mas não aqueles que poderiam ser arrematados. Deste modo, o “poder de recrutar” tornou-se moeda de troca nas redes clientelares, sendo usado como barganha política, punição e perseguição aos elementos vistos como nocivos ao sistema (RIBEIRO, 2007).

minha defesa nessa ocasião, pois S. Ex. sabe, melhor que ninguém, qual foi o meu proceder na eleição de 1848, fazendo parte da chapa que se intitulava liberal e batia a de S. Ex. na Freguesia do Sacramento, sendo eu então *oficial de marinha de 1ª classe*³¹³! Sinto ainda mais, que os Srs. Conselheiros Paranhos e Visconde de Abaeté³¹⁴, que entraram comigo nessa mesma chapa eleitoral, não se apressassem a defender a lealdade de seu antigo e tão devotado companheiro! *Saibam pois os meus amigos da Lagoa e o público em geral, que nenhum compromisso tenho com esses senhores...* Fui convidado por carta em princípios do mês passado, para uma entrevista com pessoa a quem tributo respeito por todos os títulos, e prontamente compareci no lugar indicado. Essa pessoa falou-me como amigo e não como superior, e pediu-me alguma coisa sobre eleições: pediu-me também que não deixasse de atender ao Sr. Barão de Muritiba³¹⁵ a quem nessa ocasião escrevia dando parte do resultado de nossa entrevista. Nesse mesmo dia esteve comigo S. Ex. o Sr. Barão de Muritiba, e tanto a ele como ao Exm. amigo com quem tinha estado de manhã, declarei que não enxergava cor política na freguesia da Lagoa, e muitos menos oposição ao governo, como se dizia; que apenas via questões pessoais e pronunciamentos mais ou menos simpáticos por certos nomes, e isto não de agora. Disse também a S. Ex. que por um concurso de circunstâncias me achava ligado a certos homens que na freguesia se apresentavam a pleitear a eleição, e não era possível deixar de os acompanhar em sua causa, sem motivo justificável: que meu nome aparecia na freguesia em todos esses fatos de prepotência e arbitrariedade que se deram em outros tempos na mesma, defendendo sempre a causa do pobre oprimido; e bem assim em quase todas as qualificações de votantes, mesas paroquiais, e na última eleição em que figurou a par do muito distinto e honrado Dr. Barbosa, subdelegado ultimamente demitido pelo governo imperial. Declarei finalmente a S. Ex. que se a minha neutralidade podia aproveitar a sua causa, como ele dizia, não estava talvez longe o momento de ver realizados esses desejos, por isso que sem trair minha consciência nem meus deveres e compromissos de honra; eu teria sem dúvida de afastar-me da luta eleitoral, se o governo deferisse como eu esperava, *antes que os meus amigos fizessem a sua manifestação e primeira reunião eleitoral*, um requerimento por mim entregue pessoalmente a Sua Majestade, um mês antes, e cujo requerimento já nesse tempo andava por diversas repartições para ser informado. Eis o que eu disse e nada mais. Isto no entanto não autorizava por forma alguma a essa injúria gratuita que se me fez, pondo-me aos olhos de SS. Eexs. No seu íntimo, como tal olharam para aqueles que se prestam a tamanha vilania para com seus amigos e aliados, embora façam a SS. Eexs. um serviço na atualidade (idem).

Diante do relatado, algumas nuances do perfil biográfico de Theotônio Meirelles puderam ser observadas, a começar pelo seu conhecimento do jogo político do Segundo

³¹³ Como já referenciado, Theotônio Meirelles havia concorrido como eleitor na chapa do Partido Liberal (CORREIO MERCANTIL, 1849, p. 2), derrotado nas eleições de 1848 pelo Partido Conservador, que inaugurou o Tempo Saquarema (MATTOS, 1990). Ao comentar o fato, destacando ainda a sua condição de oficial da Marinha à época, contrário aos interesses políticos vigentes, Theotônio Meirelles o colocou como prova de sua integridade moral.

³¹⁴ Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté) e José Maria da Silva Paranhos foram membros do partido liberal que aderiram à causa conservadora.

³¹⁵ Manoel Vieira Tosta (1807-1896), depois Marquês de Muritiba, fora juiz, desembargador e veador da Princesa Isabel. Como político, entre outras funções, foi ministro da Marinha de 23 de julho de 1849 a 11 de maio de 1852. Na sua gestão foi criada a *Revista Marítima Brasileira*, como já referido.

Reinado e da sua importância nesse processo, que acompanhara desde o tempo em que esteve na Marinha Imperial e que sabia exercer, dada sua articulação por diversos setores sociais, os grupos referidos por José Murilo de Carvalho. Embora não fizesse parte da elite imperial, era um homem do seu tempo, estudioso, observador e perspicaz. Em contrapartida, esses membros da elite imperial que o haviam contatado, cientes dos problemas enfrentados pelo Ministério da Conciliação³¹⁶, viram em Theotônio Meirelles um elemento capaz de conter, ou mesmo informar, movimentos de oposição ao governo. Ou seja, reconheciam sua projeção e sua influência na mobilidade social e política da Freguesia da Lagoa, dadas as suas funções, exercidas pelo poder do voto.

Em 16 de dezembro de 1860, numa publicação a pedido, declarava aos seus amigos da Freguesia da Lagoa que desistira da “honra de fazer parte da chapa eleitoral oposicionista da mesma freguesia” (CORREIO MERCANTIL, 1860, p. 2). Como visto, acatou a solicitação que lhe fora feita e, provavelmente, teve aceito o requerimento que fizera a Sua Majestade³¹⁷. Na interlocução desse acordo, pode-se deduzir que vigorou a rede de sociabilidade construída por Theotônio Meirelles ao tempo de oficial da Marinha, até porque mantivera contato “com um superior, na qualidade de amigo”, que não nominou, além do Barão de Muritiba.

Outra dedução que se pode extrair do seu discurso está diretamente relacionada ao seu caráter apartidário³¹⁸ no trato da política imperial, estando mais interessado nas relações pessoais que mantinha, fosse por interesse próprio, na manutenção de um *status quo*, crença ideológica ou até mesmo em função de experiências passadas. Theotônio Meirelles, ao estabelecer esse *modus vivendi*, buscou, além de um reforço orçamentário, meios de projeção social, mesclando suas redes de sociabilidade no intuito de alcançá-la. Interessante, neste aspecto, foi observar que em grande parte das publicações havia, ao lado do seu nome, referência ao seu lugar social de origem, com a sua patente de primeiro-tenente da Armada reformado.

³¹⁶ Vigorou no período 1853-1862, tendo como propósito promover uma composição dos interesses conservadores e liberais, sob a liderança dos primeiros (BASILE, 1999, p. 251).

³¹⁷ Pelo artigo, não há como precisar que Theotônio Meirelles se referia a D. Pedro II, tampouco o teor do referido pedido.

³¹⁸ Em 12 de janeiro de 1865, Theotônio Meirelles solicitava à Câmara de Vereadores a permanência dos comendadores Cunha Telles e Dr. Costa Velho, que estavam sendo substituídos por dois novos vereadores e por quem tanto havia trabalhado nas eleições. As razões desse pedido não estavam afetas ao “espírito de partido”, mas sim à amizade que nutria por estes senhores (CORREIO MERCANTIL, 1865, p. 3).

Neste mister, se considerar filho natural de D. Pedro I e não ser reconhecido como tal pode ter contribuído para o fato. Além de muito conhecido na região³¹⁹, frequentada também pela Família Imperial, promovia vários eventos laudatórios à monarquia³²⁰, bem como ações em prol de políticas governamentais, como seu apoio à construção da Estrada de Ferro D. Pedro II (CORREIO MERCANTIL, 1855, pp. 1-2) e subscrição pública para melhoramentos do Forte de Copacabana, onde realizava regatas a vela com a presença da Família Imperial.

Ao longo deste capítulo, foi preciso recorrer aos jornais da época (1845-1887) para o conhecimento da trajetória de Theotônio Meirelles, já que havia lacunas a serem preenchidas por outras fontes que não o Arquivo da Marinha, documentação pessoal ou a historiografia naval brasileira. Afinal, como observado pela historiografia brasileira atual³²¹, a produção e a circulação de impressos no Brasil do século XIX trouxeram uma profusão de ideias, instruções, informações e opiniões, tornando-se, portanto, um instrumental primário de relevo para reflexões sociais e culturais do período. Embora algumas vezes empregado neste trabalho como complementar à pesquisa historiográfica, esse *corpus* documental se mostrou essencial na compreensão da vida civil de Theotônio Meirelles, juntamente com o manuseio do *Almanaque Laemmert*³²² e a historiografia brasileira.

Assim, a vida militar de Theotônio Meirelles, dentro da composição da burocracia estatal e a partir do Segundo Reinado, estava subordinada a uma supremacia civil. Sua participação, como referido por Carvalho (2014, p. 55), era limitada às posições políticas e não como representante das instituições. Entretanto, não há como excluir a ação desses militares no processo de formação e construção do estado de ordem do País, até porque eles detinham os conhecimentos técnicos e profissionais capazes de garantir o Estado Nacional. As Forças Armadas, e no caso específico a Marinha Imperial, não são o resultado dessa dinâmica,

³¹⁹ Datado de 10 de novembro de 1861, foi publicado por Manoel Joaquim Duarte Carneiro um artigo em resposta a Theotônio Meirelles, que havia “lhe caluniado” em suas atribuições como antigo procurador de Ana Francisco Rosário. Rebatendo essas acusações, reconhecia o quanto seria difícil convencer o público do contrário, por ser o Sr. Meirelles seu “fidalgo inimigo”, “muito conhecido nesta corte” (JORNAL DO COMÉRCIO, 1861, p. 2).

³²⁰ Com a presença da Família Imperial, Theotônio Meirelles promoveu as comemorações, na Igreja Matriz de São João Baptista da Lagoa, do “glorioso fato da independência portuguesa de 1640 (CORREIO MERCANTIL, 1861, p. 3). Em 13 de agosto de 1863, mandou celebrar uma missão de ação de graças à Família Imperial por nada ter acontecido ao Imperador, apesar do desastre que se deu em 7 de agosto, na Fortaleza de Santa Cruz.

³²¹ Entre os estudiosos do assunto, Gladys Sabina Ribeiro e Tania Maria Tavares Bessone da Cuz Ferreira (orgs. 2016), Marcos Morel (2005) e Angela Alonso (2002).

³²² O *Almanak Laemmert* ou *Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro*, que, iniciado em 1844, circulou até 1920, representa uma fonte primária de pesquisa acerca dos espaços públicos e privados da Corte Imperial e da Província do Rio de Janeiro, contendo informações acerca de cotidiano, profissões, dados censitários de lugares, administração, legislação imperial e outros. Neste trabalho, foram pesquisadas as edições de 1844 até 1887, no tópico municipalidade. BIBLIOTECA NACIONAL. *Almanak Laemmert*. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak/almanak.htm, acesso em 2 jan. 2017.

e sim, parte dela (SANTOS, 2016, p. 61). Portanto, Theotônio Meirelles levou consigo, ao deixar o serviço ativo da Marinha Imperial, todos os valores de pertencimento a um grupo social e aos seus lugares de memória a ser agregada, ou mesmo confrontada, nos espaços políticos que ocuparia no mundo civil. Também não pode ser esquecido que, embora ainda silenciosa à historiografia brasileira e à história naval brasileira em seus anseios e realizações, havia uma “contra-elite” militar (CARVALHO, 2014, p. 55)³²³ caminhando pelos meandros da política imperial.

Depois de discorrer sobre o tempo histórico e a trajetória individual de Theotônio Meirelles, com sua tradição de lembranças, cabe agora analisar a produção historiográfica do autor, vista como produto de todo esse processo na construção dos seus textos.

³²³ Para o autor, essa contra-elite militar tinha características distintas das da elite civil, fossem em termos sociais ou ideológicos, e permaneceu marginal até o fim do sistema monárquico.

Capítulo III: A Produção Historiográfica de Theotonio Meirelles da Silva

Na análise crítica da produção historiográfica de Theotonio Meirelles, os aspectos teóricos metodológicos empregados estão afetos, fundamentalmente, à temática temporal da experiência histórica, constantemente reescrita, conforme descreve Reinhart Koselleck em sua obra *Futuro Passado* (2006).

As perguntas que os historiadores fazem ao passado decorrem do presente que vivem (“espaço de experiências”). Assim, acabam por buscar nesse próprio passado as suas perspectivas, seus interesses e valores, na criação de um “horizonte de expectativas”, o futuro pretendido, mas ainda não acontecido. O presente, neste contexto, apresenta-se como mediador dessas duas concepções (KOSELECK, 2006).

Este processo, portanto, encerra uma reflexão historiográfica e empírica sobre o tempo e o conhecimento histórico, que envolve ainda a ficção do factual³²⁴ na composição do texto, produto final da operação historiográfica proposta por Certeau (1982), como visto anteriormente. Conhecer esta dinâmica proporciona visibilidade às pesquisas sociais e políticas do tempo a ser estudado. No caso, devem ser obedecidos três critérios na análise em lide: o antes e o depois do fato, sua capacidade de repetição e a simultaneidade dos conceitos, envolvendo, portanto, história e historiografia.

Desse modo, como aplicar essa dinâmica teórico-metodológica na análise da produção historiográfica de Theotonio Meirelles, na medida em que não há uma historiografia naval brasileira anterior à produzida pelo autor, sendo ele o primeiro a escrevê-la? Além disso, no momento que há a expectativa de encontrar nos textos desse autor características que possam estabelecer sua produção historiográfica como de caráter científico, cujo monopólio à época era exercido pelo IHGB, com quem dialogar?

Nas respostas às perguntas acima, foi preciso estabelecer uma dinâmica diferenciada, implicando em conhecer mais de perto a História em construção pelo próprio IHGB à época, bem como quem a produzia, para então buscar elementos característicos dessa identidade no discurso de Theotonio Meirelles.

Em seguida, na obediência ao recorte deste trabalho para a análise crítica da sua produção historiográfica, não há como prescindir do descritivo, na aplicação da teoria dos conceitos, levando à transcrição de várias citações do autor, “deixando-o falar”. Usados como

³²⁴ No caso, o conteúdo do fato é estabelecido *a posteriori* do acontecimento, quando a realidade não pode ser mais apreendida, e, portanto, não é maior que o conteúdo factual das estruturas de longa duração (KOSELECK, 2006, p. 44).

evidências, esses conceitos remetem tanto ao contexto dos eventos quanto à forma de apresentá-los, trazendo as “diferentes dimensões temporais do movimento histórico” (KOSELLECK, 2006, pp. 103-121). Portanto, é preciso identificar nos textos do autor o método que adotou na utilização das fontes, sua escrita e o conteúdo das suas “falas”.

O procedimento observado para a análise do discurso empregado por Theotônio Meirelles terá ainda o objetivo de compreender o conteúdo de seus escritos enquanto resultado de um conhecimento e crença, relações sociais e ideologia identitária, em que diferentes tipos de linguagem se apresentam não somente como reflexos de um *status quo*, mas norteadores de um processo de construção ou constituição desse próprio discurso (FAIRCLOUGH, 2016, pp. 20-29 e pp. 219-254).

Por último, será feito uso da periodização das obras do autor para investigar a evolução do seu pensamento histórico e o alcance de sua produção historiográfica. Para isso, contar-se-á com o apoio de fontes oriundas de publicações de jornais à época, uma ferramenta de análise significativa para essa compreensão.

3.1 A História produzida pelo IHGB nos Oitocentos

O século XIX trouxe o contexto temporal da afirmação da História no campo científico³²⁵. No Brasil, o horizonte de expectativa pressupunha a criação de uma identidade brasileira, a corroborar com o processo de afirmação do Estado Nacional; à independência política deveria corresponder uma identidade cultural própria para a nação que se construía³²⁶. Era o tempo presente na busca do passado, para dele tirar lições que correspondessem à expectativa de se instituir a nação brasileira.

Esse projeto passou a se configurar com a criação do IHGB. Seus membros fundadores possuíam características funcionais de “magistrados, advogados, funcionários públicos, eclesiásticos e negociantes, quase todos pertencentes à alta burocracia do Império”. Esta afirmativa, corrente na historiografia brasileira, foi pautada em pesquisa realizada por Arno Wehling, que também ateu-se ao perfil do sócios honorários, com predominância de políticos que fundariam o Partido Conservador; a heterogeneidade funcional, quando havia, acrescentou o historiador, era compensada pela ideologia reinante, o nacionalismo

³²⁵ Ver capítulo I.

³²⁶ Como observado no Capítulo II, o projeto de construção de uma nação brasileira aconteceu após a Independência.

(WEHLING, 1994, pp. 152-155)³²⁷, e sob um prisma historicista³²⁸, como observado no Capítulo I.

O modelo historiográfico empregado pelo IHGB teve forte influência francesa, na observância de concepções de uma história vista como mestra da vida, “testemunha dos tempos, luz da verdade e escola da vida” (OLIVEIRA, 2011, p. 39), numa visão iluminista de aplicação das leis da História no desenvolvimento da humanidade. Essa filosofia acabou por gerar o romantismo, movimento literário que, iniciado na Europa ao final do século XVIII, assumiu uma característica ficcional na produção de uma literatura marcada, no caso brasileiro, por aspectos culturais e políticos que se mesclavam na idealização da Nação, onde aqueles se subordinavam a estes (RICUPERO, 2004, pp. 115-117). Ou seja, a história que se produzia à época já nascia como uma história política.

Neste mesmo contexto temporal se deu a construção definitiva da crítica histórica³²⁹, tendo como matriz a obra de Leopoldo von Ranke (1795-1886)³³⁰, em que cada sociedade tinha a sua própria trajetória e singularidade, apesar do rigor e da objetividade das pesquisas, transformando-se no procedimento histórico metodológico da História produzida no Brasil dos Oitocentos.

O prêmio do IHGB para aquele que apresentasse um plano sobre a escrita da História do Brasil teve como dissertação vencedora (1845) a do naturalista e viajante alemão Karl Philipp von Martius (1794-1868), que defendeu, em sua conclusão, a relevância da escrita da história para o País ao considerar que

Por fim, devo ainda ajuntar uma observação sobre a profissão do historiador do Brasil para com a sua pátria. A história é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente. Ela pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo. Uma obra histórica sobre o Brasil deve, segundo a minha opinião, ter a importância de despertar e reanimar em seus leitores amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas. O Brasil está afeto em muitos membros de sua população de ideias políticas imaturas. Ali vemos republicanos de todas as cores. Ideólogos de todas as qualidades. É justamente entre estes que se acharão

³²⁷ Tais informações foram extraídas junto à relação dos sócios efetivos e honorários do IHGB, constantes da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (1839), e, ainda em função das observações contidas na obra *A Construção da Ordem* (CARVALHO, 2014, p. 177), de José Murilo de Carvalho.

³²⁸ Possui três linhas de pensamento, a saber: 1) doutrina em que todo conhecimento é conhecimento histórico e afeta ao idealismo romântico; 2) variante da doutrina anterior, e em que cada momento da história possui os valores de Deus; e 3) relativista, em que os valores advindos das épocas e civilizações e a unidade histórica permanecem enquanto houver esses organismos globais, necessariamente vinculados (ABBAGNANO, 2000, p. 508).

³²⁹ Representada pela negação historicista dos valores da Revolução Francesa, que, imbricada ao Iluminismo, pressupunha os homens como guiados por valores universais e imutáveis, leis naturais a ordenar racionalmente o mundo social, sob perspectivas individuais ou coletivas, trazendo à história a ótica da universalidade.

³³⁰ Ver Capítulo I.

peças que estudarão como interesse uma história de seu país natal; para eles, pois, deverá ser calculado o livro, para convencê-los, por uma maneira devida, da inexiguidade de seus projetos utópicos, da sua inconveniência de discussões licenciosas dos negócios públicos, por uma imprensa desenfreada, e da necessidade de uma Monarquia em um país onde há tão grande número de escravos. Só agora principia o Brasil a sentir-se como um Todo Único (MARTIUS, 1845).

Essa citação encerra a proposta da história nacional a ser construída pelo IHGB, configurada como um projeto político do Estado que se formava. Neste caso, buscar no passado a historicidade necessária, com exemplos, para o fortalecimento das ideias concebidas e em execução pelo Regresso³³¹, como a centralização do País, tendo o patriotismo como ideologia reinante, para a manutenção da unidade nacional. A História, assim, se mostrava não somente como mestra do futuro, mas sim do presente que se construía na garantia da continuidade do processo iniciado no mundo português, com a monarquia.

Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) publicou *História Geral do Brasil*. (1854)³³², tornando-se o primeiro historiador na sistematização da história científica do País (GUIMARÃES, 2011, p. 55), sob enfoque historicista e de acordo com os objetivos historiográficos do IHGB. Suas obras, para “(...) além dos círculos cultivados, provocou efeito sobre as ideias de nação e de identidade nacional de amplas camadas da população” (idem, p. 221).

Portanto, na análise crítica dos textos de Theotonio Meirelles, o olhar dirigido à sua obra, concomitantemente à história naval brasileira que construiu, será o da história produzida pelo IHGB à época, e neste intuito buscar-se-á um diálogo predominante com dois trabalhos a respeito. Na escolha da obra *A Historiografia e Nação no Brasil 1838- 1857*³³³ foi determinante a contemporaneidade das reflexões de Manoel Guimarães não somente no trato de sua investigação sobre a historiografia e a questão nacional do Brasil do século XIX, incluindo a análise historiográfica de Varnhagen, mas no fato de que extrapolou a temática e a periodização do tema, diante dos comentários observados em sua obra, alguns subliminares, que emitiu sobre memória, esquecimento, o ofício do historiador, a teoria dos conceitos etc., propiciando o conhecimento necessário ao projeto historiográfico do IHGB no tempo presente. Já Arno Wehling, ao produzir *Estado, História, Memória – Varnhagen e a*

³³¹ Como já referido, o Brasil, em 1837, passou a caminhar sob uma proposta política conservadora, que redundou no movimento conhecido como Regresso, numa opção monárquica e centralizadora do governo e na manutenção da escravatura.

³³² Do ponto de vista historiográfico, enquanto História do Brasil, suas obras mais expressivas foram *História Geral do Brasil*, dividida em dois volumes (1854-1857), *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654* (1871) e *História da Independência do Brasil* (1916, póstuma).

³³³ Resultado da tese de pesquisa de doutorado na década de 1980.

construção da identidade nacional (1999), forneceu as ferramentas necessárias para a compreensão desse projeto de história do Brasil construída por Francisco Adolfo de Varnhagen, com sua submissão absoluta da tradição e estabelecimento crítico às fontes; a busca da objetividade e imparcialidade; a superação do cronista pelo historiador; visão do Brasil sob leis explicativas de sua historicidade tradicionalista e nacionalista e valorização da herança territorial e política portuguesa, entre outras considerações³³⁴.

Desta maneira, estabelecido o “espaço de experiências” e o “horizonte de expectativas” da história produzida pelo IHGB, cabe agora observar se houve essa dinâmica nas especificidades da escrita de Theotonio Meirelles.

3.2 As Obras de Theotonio Meirelles

A historiografia naval brasileira, como referido no Capítulo II, registra a produção de textos por Theotonio Meirelles já nos anos 1851-1855, os quais teriam sido publicados na *Revista Marítima Brasileira*. No entanto, dada a impossibilidade de identificá-los pelos exemplares disponíveis³³⁵, o levantamento da produção historiográfica redundou nas pesquisas realizadas em seus assentamentos, arquivos, museus e bibliotecas públicas, além da leitura de jornais da época.

Os registros da sua produção historiográfica iniciam-se em 1864, com o livro *Fragmentos históricos e mitológicos* (43 páginas). Posteriormente, em 1875, foi publicado *Resumos Históricos* (267 páginas). Essas obras não foram encontradas, existindo apenas, além do comentado pela historiografia naval brasileira³³⁶, os jornais da época, que as noticiaram. O *Correio Mercantil*, em 26 de junho de 1864, anunciava, na seção de publicações literárias, “*Fragmentos históricos e mitológicos*, colecionados e mandados reimprimir pelo Sr. Theotonio Meirelles” (CORREIO MERCANTIL, 1864, p. 2). Por sua vez, o *Jornal do Comércio*, em 23 de março de 1875, considerou os *Resumos Históricos*, livro publicado por Theotonio, como

um interessante livrinho, onde se acha boa e útil cópia de conhecimentos de história e geografia, destinado a dar noções gerais sobre variadíssimos fatos, principalmente da história romana e grega. Como a obra de instrução oferece-a o autor aos alunos do Liceu de Artes e Ofícios desta Corte. Fora para desejar que a adotassem nas aulas do ensino primário, em substituição a

³³⁴ Essas características são consideradas como pertinentes a uma historiografia de matriz varnhageniana, ou seja, aquelas obras que obedeceram essas especificidades comuns à obra de Varnhagen (WELHING, 1999), conforme observado no Capítulo I.

³³⁵ Além de haver lacunas nos exemplares da *Revista Marítima Brasileira*, por não seguirem a periodização, que implicava a publicação da revista de 15 em 15 dias, os artigos do periódico, em sua maioria, não foram assinados.

³³⁶ Tais referências constam do Livro Mestre de Theotonio Meirelles, tendo ainda Dídio Costa (1938) e Prado Maia (1957) comentado a respeito.

muita obra espúria, inçada de galicismos quanto à forma, e de parvoíces quanto ao fundo (JORNAL DO COMÉRCIO, 1875, p. 2).

Essas informações levam a depreender que, pelo menos no que tange à obra de 1875, foi a mesma produzida por iniciativa do próprio autor, que a publicou e a ofereceu ao Liceu de Artes e Ofícios da Corte, com um compromisso pedagógico de utilização da História. Pela notícia, Theotônio Meirelles mostrava-se preocupado com a adoção de uma linguística afeta ao ensino da História destituída de francesismo, e menos ignorante no conteúdo³³⁷. Foi possível também observar que seus conhecimentos acerca da História iam além do tempo presente, e ainda, a valorização dada por ele à instrução e ao ensino da História, uma das preocupações do Estado Nacional imperial.

Os acervos de arquivos, bibliotecas e museus do Rio de Janeiro³³⁸ revelaram a existência, na Biblioteca do Museu Imperial, e desconhecida à historiografia naval brasileira, da obra *O Padre Esmerati* (30 páginas), de 1876. Mais seis livros foram encontrados, a saber: *A Marinha de Guerra em Paysandú e durante a Campanha do Paraguay – Resumos Históricos* (287 páginas), também publicado em 1876; *O Exército Brasileiro na Campanha do Paraguai – Resumos Históricos* (1877-243 páginas); *Apontamentos para a História da Marinha de Guerra Brasileira* (três volumes publicados entre 1881 e 1883) e *História Naval Brasileira – 1822-1870* (369 páginas), em 1884, sua última obra conhecida.

Assim, de posse desses exemplares originais, procurar-se-á, em ordem cronológica, analisar a seguir a produção historiográfica de Theotônio Meirelles.

3.2.1 *O Padre Esmerati* (1876)– (30 páginas) – e *A Marinha de Guerra em Paysandú e durante a Campanha do Paraguay* (1876) – *Resumos Históricos* – (287 páginas)

Esta obra foi classificada por Theotônio Meirelles como sendo um “romance militar”³³⁹, e assim o autor “falava” aos leitores:

A campanha do Paraguai ofereceu um sem-número de episódios para escritos de todos os gêneros: os romancistas, sobretudo, encontraram ali matéria vasta e para obras de grande fôlego. Nunca tivemos habilidade para escrever romances e menos ainda para poesia. Entretanto, atiramos desta vez a publicar um escrito com o título de romance. Merecerá porém esse escrito as honras de semelhante título? Pouco importa saber. O nosso fim foi apenas o de despertar a ideia dos escritores de romances,

³³⁷ Caracterizou a história ensinada com o termo “parvoíce”, visto como uma ação tola, ignorante (SILVA, 1838, p. 404).

³³⁸ Foram encontrados exemplares originais das obras de Theotônio Meirelles no IHGB, no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional, no Real Gabinete Português, na Biblioteca do Museu Imperial e na Biblioteca da Marinha, sendo que esta organização possui todos os títulos referidos, exceto *O Padre Esmerati* e as obras de 1864 e 1875.

³³⁹ Não há registro na imprensa de sua publicação, tampouco foi encontrado nenhum texto literário com a tipologia “romance militar”.

e mostrar-lhes uma fonte inesgotável para nela saciarem o seu talento e com muita utilidade. No presente escrito tudo é verdadeiro e histórico, menos a existência da personagem *Carmelita* (SILVA, 1876, p.1).

Seu discurso revelou compreensão acerca da literatura produzida pela historiografia brasileira que se construía no século XIX, sabendo diferenciá-la em suas abordagens. O texto do autor representa a distinção do real, visto como o fato em si, mesclado ao imaginário coletivo, na construção de uma identidade brasileira afeta à literatura romântica e ao ficcional. Mas, ao dizer que “nosso fim foi apenas o de despertar a ideia dos escritores de romance”, duas hipóteses se apresentam para essa sua proposta. A primeira seria a de trazer à historiografia naval brasileira os intelectuais do romantismo brasileiro dos anos 1830-1870³⁴⁰ na inserção da Marinha Imperial em um trabalho sistemático de se pensar a nação brasileira, fazendo-os conhecer a instituição e a sua árdua missão; a segunda, a de humanizar e relativizar o estudo da guerra, feita não somente de batalhas. Entretanto, o embasamento documental conhecido, de apenas uma obra, tornam essas hipóteses difíceis de serem comprovadas.

O “tudo é verdadeiro”, ao qual se referiu Theotonio Meirelles em sua “fala”, diz respeito à ação empreendida pelo capelão da Esquadra Imperial³⁴¹, Padre Ignacio Esmerati, que conseguiu promover a rendição da força paraguaia em 5 de agosto de 1868³⁴², nas matas que circundavam a Fortaleza de Humaitá. Esta força era composta por 1.328 homens e 95 oficiais, entre eles Remiglio Cabral e Pedro Victorino Gil. Esse contingente paraguaio foi comandado pelo Tenente-Coronel Francisco Martinez. O Padre Esmerati os havia convencido, “em nome da religião”, que a fuga os levaria à morte, por não terem como escapar.

³⁴⁰ Como referenciado por Ricupero (2004), fazendo uso de uma analogia à legitimidade política e cultural advinda da Revolução Francesa, o romantismo brasileiro fundamentou-se nas suas especificidades, a começar pela difusão da nacionalidade, da mestiçagem e da natureza, e tendo como origem os dois tipos de discussão teórica do nacionalismo: o político (fundamentação francesa) e o etnocultural (inspiração alemã).

³⁴¹ O emprego de serviços religiosos a bordo de navios vem de longa data, haja vista a primeira missa rezada no Brasil, em 26/04/1500, por Pedro Álvares Cabral. O termo capelão tem origem no conceito de capelania enquanto assistência religiosa e espiritual em uma instituição, onde o clérigo faz os “ofícios divinos” (SILVA, 1838). O Regimento Provisional de 1568 estabelecia que os Capelães dos navios de guerra teriam precedência a bordo depois dos Capitães-Tenentes. Em 1823, foi reorganizado o quadro de todos os Capelães Militares. No intuito de alfabetizar os tripulantes dos navios de guerra, foi estabelecido, em 1833, o cargo de Mestre de Escola a bordo, sendo determinado que nas embarcações em que houvesse Capelão, ele seria o encarregado de dar aquelas lições de instrução primária, científica e religiosa. No concurso da Guerra do Paraguai, além dessas atribuições, os Capelães Navais também foram empregados no serviço da saúde (ALVES, 2015, pp. 75-87).

³⁴² Theotonio Meirelles relata que antes, em primeiro de agosto de 1868, nove canoas paraguaias, com 40 homens, haviam sido impedidas de atravessar a lagoa, tendo morrido o Primeiro Tenente Francisco Urbano da Silva, “batendo-se como um leão contra os “fanáticos” paraguaios” (SILVA, 1876, p. 12).

A esse respeito, em 26 de julho de 1870, um artigo do *Correio Nacional*, sem autoria e com o título “Um Verdadeiro Contraste”, fez uma analogia das carreiras navais do Capitão de Fragata Nuno A. Pereira de Mello Cardoso e do Padre Ignacio Esmerati, com o propósito de criticar a promoção concedida àquele oficial pelo ministro da Marinha, Afonso Celso de Assis Figueiredo, o futuro Visconde de Ouro Preto (1836-1912), em 1867. Dizia o texto que este fato não teria acontecido no ministério do Barão de Cotegepe, que estava em exercício, acrescentando que, mesmo sendo do Partido Conservador, que “com desembaraço” protegia os seus partidários, não agiria da mesma forma. Afinal, Nuno Cardoso se encontrava havia 15 anos a serviço na Marinha Imperial sem nunca cumprir um dia sequer a bordo de um navio de guerra, já que trabalhava numa companhia no Amazonas. Considerava ainda o autor que não havia na história da Marinha Imperial nenhuma menção meritória a respeito desse oficial. Enquanto isso, o Padre Esmerati fora reconhecido como herói pelo Duque de Caxias e pelo Visconde de Tamandaré, corroborado pela descrição feita pelo Sr. Vitorino de Barros³⁴³ dos serviços que realizou na Esquadra. O relato detalhado da rendição destacou, além do ato heroico do capelão naval, o fato de ter o padre um crucifixo em mãos, o que foi determinante para a prisão dos paraguaios, incluindo cinco oficiais, além da apreensão de grande quantidade de armamento. Ao fim, mostrava-se o escritor anônimo indignado com “mais uma prova da imoralidade da nossa administração pública” (CORREIO NACIONAL, 1870, p. 1) ao não ter reconhecido o mérito do Padre Esmerati³⁴⁴.

Pelo visto, o fato estava na memória coletiva da instituição Marinha à época. Theotonio Meirelles, em seu romance, descreveu os procedimentos adotados pelo Padre Esmerati na tratativa de rendição da força paraguaia, fazendo uso de prisioneiros como canoieiros no caminho até o acampamento de Martinez e tendo a bandeira brasileira em seu mastro, sendo o patrão³⁴⁵ da embarcação um velho paraguaio favorável à causa brasileira. Tratou ainda do diálogo mantido entre o Padre Esmerati e os guaranis no convencimento da rendição, fundamentalmente por estar ali, dizia o capelão naval, em nome de Deus para salvá-los, que seriam bem tratados pelos brasileiros, os quais os viam como vítimas e “em breve

³⁴³ Contemporâneo de Theotonio Meirelles na Escola de Marinha, era irmão do Visconde de Inhaúma.

³⁴⁴ O Visconde de Ouro Preto referiu-se ao fato, no opúsculo que fez em 1894 (OURO PRETO, 1981, p. 202). Entretanto, em seu relato o número de paraguaios é de 1255, em desacordo ao quantitativo descrito no artigo do *Correio Imperial*, o mesmo que Theotonio Meirelles fez uso em sua obra (SILVA, 1876, p. 12), o que leva a inferir que, quando muito, conhecia esse texto.

³⁴⁵ O mesmo que mestre de pequena cabotagem, responsável pela navegação de embarcações de menor porte (CAMINHA, 1961, p. 210; p. 239).

cidadãos livres da República do Paraguai” (SILVA, 1876, p. 19). Não teriam como escapar, pois estavam cercados pelas embarcações de guerra brasileiras. O personagem fictício, Carmelita, seria filha do Tenente-Coronel Martinez, a quem o capelão naval entregou duas cartas do seu amado, Fernando Alcaraz, preso pelos brasileiros. Nesta missiva, o oficial paraguaio, além de juras de amor a Carmelita, apresentava o Padre Esmerati como sendo de confiança. Na conclusão, foi narrado o casamento de Fernando e Carmelita em Cerritos³⁴⁶, “para nunca mais se separarem”.

Como observado, seu “romance militar” foi pautado num fato ocorrido em ambiente de domínio da Armada Imperial e protagonizado por um elemento desta força, o Capelão Naval Padre Esmerati. No intuito de promover e estimular a literatura romântica – com o seu imaginário de uma nação –, Theotônio Meirelles ambientou sua história num contexto militar-naval, tentando articular o emprego de uma literatura ficcional para a difusão de uma ideia de nação que guardava traços iluministas (RICUPERO, 2004, pp. 5-26). Deus, em nome de quem estava o Padre Esmerati, numa concepção universalista e humanista (representada pela personagem Carmelita), unia os dois povos – brasileiro e paraguaio – separados pelo conflito bélico entre os dois Estados. Ou seja, ao caracterizar o seu romance como militar, imbricava a ideia das atividades da Marinha Imperial à de nação e à de Estado, em que as ações deste poderiam trazer sofrimento e dor àquela, numa guerra injusta³⁴⁷ que tirara a liberdade dos paraguaios. Quanto ao uso intencional do tema, numa provocação política da situação dos militares à época, não há como afirmar tal dedução. A não ser que ele, Theotônio Meirelles, tenha sido o autor do artigo publicado no jornal *Correio Nacional*.

No mesmo ano, foi publicado o livro *A Marinha de Guerra em Paysandú e durante a Campanha do Paraguay – Resumos Históricos* (287 páginas), oferecido pelo autor à “mocidade estudiosa”. Do que foi possível ler ou inferir³⁴⁸, Theotônio Meirelles se dirigia mais uma vez aos leitores dizendo que

pretendia, com esse “livrinho”, tornar conhecido, com mais facilidade, os feitos gloriosos da marinha brasileira. E escrever o que se disse oficialmente a respeito da guerra naqueles lugares, sem invenção ou criação, tampouco descrição, por sua conta, do que não presenciou, cabendo-lhe a tarefa de colecionar e resumir os fatos (SILVA, 1876, p. 1).

³⁴⁶ Estabelecimento naval criado para fornecer apoio logístico aos navios da Esquadra Imperial, o que envolvia o reparo, a aguada e o abastecimento, com a existência de oficinas mecânicas, laboratório pirotécnico, hospital e capela. (MOITREL, 2015, pp. 122-126).

³⁴⁷ O significado de guerra injusta, no texto, está relacionado à ação unilateral do ditador Solano López de fazer a guerra, causando sofrimento ao povo paraguaio.

³⁴⁸ Todas as primeiras palavras das linhas do texto foram encobertas com fita crepe, o que dificultou sua transcrição.

O autor, desta forma, estabeleceu os parâmetros metodológicos da sua obra afetos à história produzida pelo IHGB, na busca da objetividade e imparcialidade dos acontecimentos ao considerar a sua escrita oficial, sem invenção ou criação³⁴⁹. A história naval brasileira tinha como objeto a guerra no mar. Neste contexto, como a Guerra do Paraguai havia sido travada num teatro fluvial de operações, o objeto estava nos rios. O texto fora escrito tendo como base documentos oficiais, e “sem descrição do que não presenciara”³⁵⁰, cabendo-lhe somente ordenar os fatos e resumi-los, o que fez de forma elogiosa. A exaltação à Marinha pressupunha a exaltação do Estado, do qual a instituição era parte integrante, numa tipologia típica da historiografia tradicional³⁵¹.

Realmente, embora não possua um sumário, é perceptível a periodização imprimida por Theotônio Meirelles à sua narrativa, já em seu primeiro livro sobre a história naval brasileira. A começar pela introdução à Tomada de Paissandu, denominada Campanha do Uruguai, em que, explicando o conflito, recorreu à obra *História Médico-Cirúrgica da Esquadra Brasileira* (AZEVEDO, 1870, pp. 1-2)³⁵². Em seu trabalho, o autor transcreveu os três primeiros parágrafos desta obra, que tratam de considerações críticas acerca das causas e resultantes da Campanha do Uruguai. Mesmo “copiadas”, foram escolhidas pelo autor dentro da documentação oficial de que dispunha, como representativas do seu pensamento político. Assim, resumidamente, o autor considerou o conflito fruto de atos injustos e anárquicos do governo uruguaio contra os brasileiros que viviam ao longo da fronteira com o Uruguai e suas propriedades. “O que a diplomacia não tinha, até certo tempo, conseguido obteve o canhão” (SILVA, 1876, pp. 2-3), fazendo-se respeitar os direitos dos brasileiros. Theotônio Meirelles alterou a compilação que fizera do texto do D. Carlos Frederico (AZEVEDO, 1870, p. 2)

³⁴⁹ Neste aspecto, a obra de Theotônio Meirelles se aproxima à de Varnhagen, que conforme observado por Manoel Guimarães (2011, pp. 118-120), havia criticado a obra do General José Ignacio de Abreu e Lima, por não conter pesquisas documentais.

³⁵⁰ Como referido no capítulo II, Theotônio Meirelles já havia deixado o serviço ativo da Marinha Imperial (1855) quando eclodiu a Guerra do Paraguai.

³⁵¹ VER Capítulo I

³⁵² O original encontra-se na Biblioteca da Marinha, foi dedicada ao Visconde de Tamandaré pelo Dr. Carlos Frederico dos Santos Xavier, cirurgião mor da Armada Nacional nas Campanhas do Uruguai (1851-1852) e 1864, e da Guerra do Paraguai (1864-1869), ocasiões em que atuou como chefe de Saúde da Esquadra. Sua narrativa, ao longo de 523 páginas, detém informações pormenorizadas acerca da logística da área da saúde na guerra, aplicada às especificidades do ambiente de um navio de guerra, e das condições inóspitas de habitabilidade, traçando numerosas considerações a respeito. Também tratou das doenças típicas do período, dos feridos e seus tratamentos de saúde, da relação das tripulações e suas estatísticas, atendo-se ainda às especificidades da medicina naval e seus quadros, no Brasil, fornecendo um retrato científico, político e social da Guerra do Paraguai, perpassando ainda pela história da medicina à época. Uma cópia digitalizada encontra-se disponível aos leitores em: SENADO FEDERAL. *Biblioteca do Senado Federal*. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/220528>, acesso em 2 fev. 2016. Na historiografia atual, foi encontrado referência à essa obra no livro *A Logística Naval na Marinha Imperial* (MOITREL, 2015), havendo um artigo a respeito *A Marinha de Guerra do Brasil e sua Atuação no Conflito da Tríplice Aliança: Condições Sanitárias e Cuidados Médicos*, autoria de Gisele de Fátima, tendo como co-autor o Prof. Dr. José Miguel Arias Neto.

quando, ao final de sua introdução, transcreveu “a luta, que se travou, deu vantagens reais, e úteis noções ao soldado e ao marinheiro brasileiro” (SILVA, 1876, p. 4), em vez de “a luta... úteis noções ao soldado e ao médico brasileiro” (AZEVEDO, 1870, p. 4).

Sua proposta, ao escrever essa obra, foi a de afirmar a participação decisiva da Marinha Imperial como braço armado dos interesses do Estado na Campanha do Uruguai, tendo, pela primeira vez na historiografia militar brasileira, a instituição como protagonista. A substituição da palavra marinheiro, colocando-a ao lado do termo soldado, simbolizou a diferenciação que impunha às ações das duas Forças Armadas.

Ao tratar da Tomada de Paissandu, organizada como um subtítulo do assunto Campanha do Uruguai, o autor, apesar de transcrever informações oriundas dos ofícios remetidos pelo Visconde de Tamandaré³⁵³, respectivamente em 4 de dezembro de 1864 e em 2 de fevereiro de 1865³⁵⁴, faz algumas considerações a respeito, a começar pela referência laudatória dirigida ao próprio Almirante, quando afirmou que

Formada esta força em quadrado apareceu no centro um vulto respeitável e venerando, que dirigindo-se à dita força numa enérgica alocação... viu as suas últimas palavras abafadas por aplausos e vivas frenéticos à nação brasileira, ao Imperador e ao Exército e a Armada. Este vulto respeitável era o Barão de Tamandaré (SILVA, 1876, p. 6).

No encadeamento dos fatos, explicou a razão do desembarque da força naval brasileira, a de reunir-se à do General Venâncio Flores (1808-1868) (idem, p. 7)³⁵⁵ e atacar Leandro Gomes (1811-1865) e seus correligionários³⁵⁶. Outra observação de Theotonio

³⁵³ Era o comandante das Forças Navais no Rio da Prata.

³⁵⁴ Esses ofícios eram dirigidos ao Secretário de Estado de Negócios da Marinha, Conselheiro Francisco Xavier Lima. Foram publicados na íntegra em edição comemorativa do sesquicentenário dos 150 anos da Batalha Naval do Brasil, composta de dois volumes, uma separata de artigos e transcrições de documentos da revista *Subsídios para a História Marítima do Brasil*, que, existente desde 1938, foi sucedida pela revista *Navigator* em 2005. Ver: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA. Narrativas, Biografias e Fontes da Guerra da Tríplice Aliança. In: *Subsídios para a História Marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2016, v. 1.

³⁵⁵ Líder do Partido Colorado, que apoiava as pretensões brasileiras, em apoio aos interesses econômicos dos estancieiros gaúchos e ao equilíbrio das fronteiras platinas, em oposição a Atanazio Aguirre, do Partido Blanco e à época Presidente da República Oriental do Uruguai.

³⁵⁶ Theotonio Meirelles narrou o desembarque de 400 homens dos navios da Armada Imperial, vapores *Recife*, *Belmonte*, *Paranaíba*, *Araguai* e *Ivaí*, em 4/12/1864, no apoio às tropas do General Flores, junto com a artilharia vinda dos navios, contra os partidários de Atanazio Aguirre (1801-1875), que não contavam com este reforço, decisivo para o recuo das tropas inimigas, bem como os reforços bélicos trazidos pelo Tenente Euzébio José Antunes de Buenos Aires, e ainda as cem praças do Batalhão Naval que vieram com a Corveta *Bahiana*, e mais outros marinheiros tirados das guarnições de outros navios e que sustentaram a luta até a chegada do Exército Brasileiro, que então assumiu a contenda. Até então, conforme sua descrição detalhada, a Marinha Imperial sustentara o conflito em terra com o concurso de artilharia dos navios no ataque às fortificações e à cidade de Paissandu, no auxílio às tropas do General Flores (SILVA, 1876, pp. 10-15).

Meirelles foi a “recusa arrogante” do caudilho uruguaio em se render às forças aliadas, pois estava “cheio de si e esperançoso de grandes auxílios” (idem, p. 9)³⁵⁷.

À narrativa que se seguiu, o autor detalhou todas as operações militares, já com a presença do Exército Brasileiro (chegara à região de combate em 14 de dezembro). E ainda relacionou todos os oficiais da Armada Imperial que desembarcaram em Paissandu, nominados em suas ações, bem como os mortos e feridos, incluindo os militares do Exército Brasileiro. Para tal, mesclou os dados contidos nos ofícios do Almirante Tamandaré aos da *História Médico-Cirúrgica da Esquadra Brasileira* (AZEVEDO, 1870, pp. 1-114), com ênfase ao apoio dado pelo serviço médico da Marinha Imperial à operação, nada comentando sobre as discussões acaloradas havidas à época no meio político em relação ao episódio³⁵⁸, levando à dedução que sua proposta era a de uma escrita na qual a Marinha se via inserida no processo de construção nacional, sem polemizar com o governo imperial.

No relato da Guerra do Paraguai, o autor de novo deixou de refletir sobre o episódio. Desta vez, fez uso não somente do texto do Dr. Carlos Frederico dos Santos Xavier Azevedo (idem, pp. 117-119), mas também de um pronunciamento³⁵⁹ feito pelo Visconde de Inhaúma (1808-1869)³⁶⁰ em frente ao acampamento de Curuzu³⁶¹, em 20 de fevereiro de 1867. Estes são vistos, portanto, como documentos oficiais acerca das razões da guerra, e que “falavam” por ele, Theotonio Meirelles.

Diferentemente, nessa descrição fez menção às fontes oficiais que compilou, justificando as escolhas pelo fato de “estarem tão bem escritos estes dois trabalhos, e servem tanto ao nosso fim, que não tivemos ânimo de os resumir nem preferir um ao outro, e por isso, publicamos ambos, com a maior satisfação” (SILVA, 1876, p. 41). O fim ao qual o autor

³⁵⁷ O autor, ao comentar sobre “grandes auxílios”, provavelmente se referia ao apoio dos argentinos, que, no entanto, mantiveram-se neutros no conflito, afirmativa recorrente à historiografia brasileira (DORATIOTO, 2002).

³⁵⁸ O Almirante Tamandaré fora criticado por políticos brasileiros devido às ações rápidas e decisivas que empreendeu nos bloqueios aos portos de Salto e Paissandu, no tempo em que esteve na direção política e militar do conflito (agosto a novembro), incluindo o acordo de cooperação que assinara com o General Flores, ainda em outubro de 1864, além do ataque que empreendeu à cidade de Montevideú. Por sua vez, a chegada de um novo diplomata para mediar o conflito, o Visconde do Rio Branco, causou atritos com o Almirante Tamandaré, o qual não concordou com os termos políticos da capitulação, intermediada pelo Conselheiro José Maria da Silva Paranhos e pelo General Venâncio Flores, sem a sua participação. A esse respeito, expressou publicamente suas opiniões (BITTENCOURT, 2007).

³⁵⁹ Apesar de não especificado como tal, provavelmente esse discurso era uma Ordem do Dia, forma de documento usado por uma autoridade para dar conhecimento ou exaltar grandes feitos e datas, também podendo ser usado em promoções, nomeações e exonerações (CAMINHA, 1961, p. 231). No caso, era um discurso de motivação à tropa para o forçamento da Passagem da Fortaleza de Curupaiti pelas forças aliadas, em andamento.

³⁶⁰ Havia sido nomeado em dezembro de 1866 Comandante em Chefe das Forças Navais Brasileiras, em substituição ao Almirante Tamandaré. Desta feita, as ações da Esquadra ficaram subordinadas ao Duque de Caxias, nomeado Comandante em Chefe das Forças Brasileiras na Guerra do Paraguai

³⁶¹ Fortaleza paraguaia tomada do inimigo em setembro de 1866, já em território paraguaio. Na ocasião em que o Visconde de Inhaúma proferiu a sua Ordem do Dia.

se referiu dizia respeito às causas da guerra, explícitas nos discursos do Dr. Carlos Frederico dos Santos Xavier Azevedo e do Visconde de Inhaúma, como referido a seguir:

O Brasil, rico em recursos, preparava-se para esmagar a hidra... pretendia ofuscar o brilho das nossas armas (...) invadia nosso território (...) Solano López, o cacique hereditário do Paraguai (...) desprezando os direitos de um povo, contando com o apoio servil de sua tribo (...) em direção à província de Mato Grosso, rompeu as hostilidades contra o Brasil, indo para a guerra (...) que a história admirará (...) pelos feitos heroicos que, arrojados, os brasileiros praticarão (...) inspirada pelo patriotismo, a plantar o triunfo da civilização contra o barbarismo (...). Um povo cuja história, que segundo Quintin, encerra-se nessas palavras – *submissão absoluta fanatismo, ignorância, ódio ao estrangeiro e servilismo* (AZEVEDO apud SILVA, 1876, p. 38) ³⁶².

(...) um déspota sanhudo, indigno do século da luz, em que foi dado a vida, novo Átila, desprende suas hordas selvagens, e lança-as de improviso sobre a inerme província de Mato Grosso. Muito tendes feito nestes dois anos, homens do mar do Brasil: digão-o *Riachuelo, Cuevas, Mercedes, Itapiru e Curupaiti*. Muito porém resta ainda a fazer até que a haste da bandeira auri-verde desse símbolo sagrado da nacionalidade de um povo livre e civilizado (...) dê aos selvagens (...) uma pátria, uma lei, e uma grei de homens que não servos da gleba”(SILVA, 1876, p. 39) ³⁶³.

Dois conceitos se mostram correntes nesses discursos dos quais Theotonio Meirelles se apropriou, no caso bárbaros e civilização. No primeiro, os paraguaios representavam a barbárie, em que a diferença fora estabelecida pela forma de governo, a república, e da maneira como era conduzida. E o segundo é afeto ao ideário de uma civilização europeia, à qual o povo guarani não pertencia, sendo o Império do Brasil o representante da ilustração nos trópicos. Essas concepções haviam sido defendidas e empregadas por Varnhagen em sua produção historiográfica sob a égide do IHGB, sendo o discurso político da instituição na construção da história nacional produzido pelos intelectuais e agentes do Governo Imperial. Era a busca da criação de uma identidade comum à Nação, que implicava uma unidade territorial, ameaçada pelas questões platinas, incluindo a opção por uma forma de governo republicano. Theotonio Meirelles repetiu o mesmo discurso, delegando às ações operativas da Marinha do Brasil no cumprimento desse objetivo.

Nessa obra, o autor deu outra dimensão à atuação da Armada Imperial. Na pesquisa metódica que realizou, a história naval estava imbricada à história nacional, mediante o emprego de farta documentação oficial sobre o conflito e descrição detalhada das batalhas e

³⁶²Theotonio Meirelles fez escolhas ao extrair partes do texto do Dr. Carlos Frederico dos Santos Xavier Azevedo.

³⁶³ O texto do Visconde de Inhaúma não foi encontrado. A afirmativa da sua compilação partiu do próprio autor, não havendo como verificar se houve resumo ou escolha de parte do texto por Theotonio Meirelles.

de seus heróis. Como exemplo, sua abordagem sobre as pretensões hegemônicas do tirano Solano López (1827-1870)³⁶⁴ levaria à destruição do território e a da própria monarquia.

O destaque concedido à Guerra do Paraguai foi composto por descrições acerca da Batalha de Riachuelo, em 1865, seguida das operações navais empreendidas em Mercedes, Cuevas, Itapiru, Curuzu e Curupaiti (estes cinco últimos episódios agrupados em um só capítulo). Há uma Última Parte, sem mais referências aos seus preparativos e suas intercorrências com a geografia do teatro da guerra. O discurso era o da guerra *per se*.

Na narrativa sobre a Batalha Naval de Riachuelo, Theotônio Meirelles descreveu todo o episódio com o concurso da documentação oficial existente a respeito³⁶⁵, que reuniu, selecionou e resumiu, intercalando os acontecimentos com poucas apreciações críticas. Ou seja, pela primeira vez aglutinava-se num mesmo discurso um *corpus* documental do embate, dando-lhe cronologia, periodização, estrutura temática, nomes e datas capazes de descrever a dimensão que esse episódio deu à Guerra do Paraguai, com todas as implicações decorrentes³⁶⁶.

A descrição da Batalha foi detalhada, a começar pelos vasos de guerra empregados pelas duas forças navais e suas manobras táticas, devido à geografia do lugar, onde a pouca largura do canal não permitia grandes evoluções dos navios. Mas mesmo assim o Almirante Barroso, escreveu Theotônio Meirelles, resolveu investir sobre os paraguaios, diante da existência de bons práticos a bordo dos navios.³⁶⁷ Ele mandou os navios descerem o rio e travar a luta contra a esquadra paraguaia, que se tornou difícil para a esquadra imperial, com o encalhe da Corveta *Jequitinhonha*. A partir da chegada da Fragata a Vapor *Amazonas* (navio

³⁶⁴ Tendo assumido o governo paraguaio com a morte do seu pai, Carlos Lopez, empreendeu uma política de confronto com os estados platinos, incluindo o Brasil e sua fronteira meridional, determinante para a eclosão da Guerra do Paraguai.

³⁶⁵ Até onde foi possível depreender, a documentação manuseada por Theotônio Meirelles constou de ofícios, ordens de dia, circulares, alguns citados por eles, o que levou à pesquisa das *Ordens Gerais da Armada Nacional Imperial* em que vários foram encontrados. Também buscou fatos nos relatórios emitidos pelos oficiais que participaram do combate da batalha, além de relatos memorialistas.

³⁶⁶ A importância da Batalha Naval de Riachuelo, em resumo, está no fato de ter sido decisiva. A Esquadra paraguaia fora destruída. Os navios que restaram eram insuficientes para empreender operações navais. O embate garantiu o bloqueio naval como a tática da guerra fluvial e levou o conflito para o território paraguaio, com o avanço das forças aliadas (BITTENCOURT, 2009, p. 291).

³⁶⁷ “Pessoa que conhece em detalhes os acidentes hidrográficos e topográficos de áreas restritas e que, com esses conhecimentos, conduz embarcações por essas áreas” (CAMINHA, 1961, p. 258).

capitânia³⁶⁸ da Esquadra brasileira) ao centro da luta, o relato do autor prescindiu da mera descrição dos fatos e de algumas observações pertinentes³⁶⁹. Assim ele se expressou:

O *Amazonas* chegou (...). A águia antes de levantar voo, media com os olhos o espaço (...) O *Amazonas* partiu. O homem do leme e o maquinista tinham ouvido a seguinte ordem *proa em cima do inimigo e à toda força. De quem partiu a ideia e a voz? Seria do chefe Barroso? Seria do Comandante Theotônio Brito, do imediato Capitão de Fragata Delfim Carvalho? Ninguém ao certo poderá dizer.* O que é verdade é que a ordem deu-se e poucos momentos depois dela executada, viram-se totalmente inutilizados 4 navios paraguaios (...) e uma das chatas que os acompanhava. A proa do *Amazonas* tinha conseguido toda essa destruição (...). Era o anjo protetor do Brasil que, ainda uma vez, e com ostentação, revestindo de forte couraça a roda de proa do *Amazonas*, o fizera *bicar* com toda a força, e destruir, os fanáticos paraguaios (grifos do autor) (idem, pp. 47-48).

Essa análise crítica de Theotônio Meirelles trouxe à historiografia naval brasileira uma das controvérsias mais discutidas a respeito da Batalha do Riachuelo, conforme observado por Alves de Almeida no artigo “Riachuelo: uma batalha de controvérsias” (2015, pp. 58-71), em que analisa a questão do desempenho do Almirante Barroso juntamente com outras quatro, tendo na escrita de Theotônio Meirelles mais uma fonte primária de pesquisa³⁷⁰ a corroborar ou trazer fatos novos ao texto daquele autor.

Neste contexto, Alves de Almeida comentou o fato de que, no início do combate, houve perda do controle dos movimentos dos navios brasileiros, tendo o Almirante Barroso recuperado a iniciativa somente quando passou a empregar a manobra de abalroamentos. Esse fato, observado pelo próprio autor, envolveu o desempenho do comandante da operação, sendo visto pela historiografia como a controvérsia mais discutida sobre a Batalha do Riachuelo (ALMEIDA, 2015, p. 71).

Assim, no que tange ao objeto em estudo, a produção historiográfica de Theotônio Meirelles e o seu comentário a respeito da manobra do Vapor *Amazonas*, que fomentou o emprego dos abalroamentos que se seguiram, Alves de Almeida desenvolveu uma longa análise a respeito, com o emprego de uma bibliografia da época, além da historiografia militar

³⁶⁸ Normalmente, o navio capitania é o melhor navio em operações da Esquadra e aquele que abriga o oficial mais antigo; no caso, o então chefe de esquadra Francisco Manoel Barroso, chefe da Segunda Divisão Naval em Operações Navais no Rio da Prata, era o oficial mais graduado presente na batalha (REIS, 1947, p. 88).

³⁶⁹ Essas observações, em sua maioria, foram extraídas dos relatórios dos comandantes dos navios que lutaram na batalha, conforme pesquisa realizada a respeito.

³⁷⁰ Tal consideração correlaciona-se com o fato de Theotônio Meirelles ter sido o primeiro historiador naval brasileiro a narrar a Batalha Naval do Riachuelo de acordo com os parâmetros históricos metodológicos à época, pelo menos do que foi possível apreender pela pesquisa em lide.

e naval brasileira³⁷¹, com João do Prado Maia (1965)³⁷² e memorialistas da época da Guerra do Paraguai (Almirante Ignácio Joaquim da Fonseca (1883) e o Visconde de Ouro Preto), tendo, ainda, manuseado documentação primária. Toda essa historiografia, para Alves de Almeida, comprovou que a autoria da ordem de investir sobre os navios paraguaios, iniciada com a “bicada” da Fragata *Amazonas*, não fora do prático argentino Gustavo Bernardino, tampouco do então Capitão-Tenente Delfim de Carvalho³⁷³, que fizera um comentário polêmico a respeito.

Neste ponto, a narrativa de Theotonio Meirelles se desprende das assertivas do texto de Alves de Almeida (2015), quando este autor referiu-se apenas ao dito artigo de Delfim de Carvalho (1825-1898), de 15 de agosto de 1877, como crítica interna à ação do Almirante Barroso, em que, após criticar o folhetim *Considerações sobre a locomoção e governo dos navios encouraçados*, dizia no último parágrafo:

Esclarecendo este fato, há infelizmente outro, histórico, que se deu no combate naval do Riachuelo, relativo à manobra que empregou o vapor *Amazonas*, do que resultou o bom êxito daquele combate, metendo a pique os vapores inimigos, e que até hoje não sei por que conveniência se tem conservado em mistério, não obstante ser por muitos de nós bem conhecido e até nas repúblicas do Prata, nossas aliadas na guerra com o Paraguai, mas que, apesar das considerações que me impus guardar, talvez ainda seja forçado a esclarecê-lo, para evitar errôneas apreciações com prejuízo da verdade (JORNAL DO COMÉRCIO, 1877, p. 1).

Na realidade, essa discussão começou com Theotonio Meirelles, ainda em 1876, quando levantou a questão em seu livro, embora tão somente haja uma autoria brasileira para a “manobra das bicadas ou investidas”³⁷⁴. Esse fato que também não passou despercebido ao Almirante Barroso, que, em 5 de maio de 1878, publicou um artigo no *Jornal do Comércio* com a conclusão de um inquérito³⁷⁵ que solicitara para esclarecimento da dúvida, respondendo às observações de Delfim de Carvalho³⁷⁶ e a Theotonio Meirelles.

³⁷¹ O General Augusto Tasso Fragoso publicou, em 1934, a obra *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e a Guerra do Paraguai*, composta de cinco volumes, vista até os dias atuais como referência historiográfica relevante no estudo do tema.

³⁷² Autor da obra *A Marinha do Brasil na Colônia e no Império*, Prado Maia fez uso dos textos de Theotonio Meirelles em seu livro (PRADO MAIA, 1965, p. 337), com notas bibliográficas a respeito, inclusive sobre a Guerra do Paraguai (idem, p. 315).

³⁷³ Era o imediato da Fragata *Amazonas* por ocasião do episódio.

³⁷⁴ Essa terminologia foi empregada pelo Almirante Barroso em seu artigo de 5 de maio de 1878, no *Jornal do Comércio*.

³⁷⁵ Com a ajuda do Visconde de Tamandaré e do Comendador José Eusébio Antunes, oficial da Marinha reformado, o Almirante Barroso elaborou algumas perguntas a serem respondidas pelos comandantes e oficiais que participaram do episódio e também pelo prático Gustavo Bernardino. Todas as respostas foram anexadas ao artigo que publicou em 5 de maio de 1878.

³⁷⁶ Este oficial, em resposta (17/9/1877) à interpelação que lhe fizera o Almirante Barroso, publicada juntamente com o seu artigo de 5 de maio de 1878, narrava que o episódio do primeiro navio paraguaio posto a pique pela

No que interessa ao objeto dessa pesquisa, o Almirante Barroso foi contundente em sua defesa, tecendo, inicialmente, o seguinte comentário:

Antes do artigo de 15 de Agosto a que me estou referindo, jamais me constara que ninguém *entre nós* me contestasse a iniciativa da manobra que tão esplêndido resultado teve para as armas brasileiras. Depois disso me leram um trecho dos *Resumos históricos* do Sr. Theotonio Meirelles, em que pela primeira vez é posta em dúvida a verdade.

Lastimo que em um livro oferecido à mocidade brasileira se obscureça por tal forma um feito tão recente, sendo para isso preciso apresentar a nossa esquadra em um grau de desorganização e de indisciplina tal, que, nos momentos supremos de combate, se pudesse ouvir a bordo de um navio almirante outra voz a ordenar manobras de guerra que não fosse a de seu chefe! Se o autor deste livrinho quisesse escrever verdadeiramente a história, devia consultar os documentos e ouvir as testemunhas do fato. Assim evitaria propalar um erro que, sob sua responsabilidade, há de inocular-se no espírito das gerações futuras, quando, ávidas de conhecerem as façanhas de seus maiores, recorrerem às páginas do seu trabalho. Pois bem; o que referem estes documentos? Eles foram publicados oportunamente, e desde 1865 não suscitaram nenhum protesto. Estavam vivos o comandante Brito e o capitão-tenente Delfim, que, segundo o autor dos *Resumos históricos*, tinham o direito de disputar-me a honra da iniciativa da manobra aludida. (JORNAL DO COMÉRCIO, 1878, p. 1).

Em sua defesa, o Almirante Barroso fez uso do seu próprio testemunho e de depoimentos que recolhera ao longo do ano junto àqueles que com ele participaram do combate, inclusive o prático argentino Gustavo Bernardino.

A resposta de Theotonio Meirelles foi publicada no *Jornal do Comércio* de 8 de maio. Em seu comentário, considerou desnecessária a prova de que fora o Almirante Barroso o inspirado da ideia das *bicadas*, já que em nenhum momento ele, Theotonio, dissera o contrário. Entretanto, a questão, conforme o autor, estava em

saber-se e provar que o primeiro vapor paraguaio metido à pique pelo *Amazonas*, isto é, o vapor *Jejuy*, que se achava fundeado, foi *bicado intencionalmente e por inspiração*, ou, se foi devido à manobra do desvio da proa do *Amazonas*, para ressaltar os estragos de um tiro da chata paraguaia que lhe ficava pela proa no rumo que então levava (Idem, p. 2)

Quanto aos documentos, relatou o autor em seu artigo que, quando escreveu o histórico da Campanha do Paraguai, investigou as partes oficiais do Chefe Barroso e do comandante do Vapor *Amazonas*, Theotonio Raimundo de Brito. Além disso, consultou

Amazonas não foi resultado de uma manobra proposital e sim decorrente do desvio da proa do navio dos tiros de uma chata; a essa manobra casual seguiram-se as demais, intencionalmente, fato contestado por Barroso, creditando à sua habilidade e inspiração o ocorrido.

vários oficiais a respeito, entre eles o imediato da fragata, Delfim de Carvalho³⁷⁷. De novo Theotônio Meirelles detalhou a questão do abalroamento casual do vapor paraguaio *Jejuy*, já relatado pelo Barão da Passagem, apoiada, ainda, em informações constantes da parte do Comandante Theotônio Raimundo de Brito, que se referiu apenas a *três* vapores que a proa do Amazonas inutilizou, nada comentando sobre o *Jejuy*. As informações colhidas junto aos oficiais de Marinha, por sua vez, foram controversas, “uns atribuindo a ideia ou inspiração ao comandante Barroso, outros ao imediato Delfim Carvalho, e muitos ao prático Bernardino, e finalmente, os escritos vindos do teatro da guerra e da República Argentina” (idem).

Desta maneira, considerou a possibilidade de retificar a sua análise numa segunda edição da obra, contanto que

se aclare bem este ponto sobre o abalroamento do *Jejuy*, a existência da chata paraguaia e o tiro evitado na ocasião por desvio que se deu à proa do *Amazonas*. Provado que nada disto se deu, claro fica a intenção, o cálculo e a inspiração de dar cabo da esquadra paraguaia por meio de bicadas, desde que se principiou a subir de novo e rio em demanda da dita esquadra. É isto que esperamos e queremos ver provado (idem).

Numa alusão ao texto polêmico da sua obra, Theotônio Meirelles, ao finalizar seu artigo, esclareceu que, diante de suas investigações, chegou ao único resultado possível: o inspirado ao decidir e quem ordenou as “bicadas” foi o Almirante Barroso, sendo este, portanto, o “anjo protetor do Brasil”. Ou seja, o autor, depois de confrontar as fontes, disse que não houve um planejamento tático para as manobras de abalroamento que decidiram a batalha em favor da Esquadra Imperial, tampouco fora uma ideia, fosse do Capitão-Tenente Delfim de Carvalho ou do Almirante Barroso. Aquele oficial, ao ver o acontecido com o abalroamento do navio paraguaio *Jejuy*, sugeriu ao chefe das Operações que repetisse a manobra com as demais embarcações.

Esse episódio revelou, num primeiro momento, como referenciado por Arias Neto (2015, p. 37), o quão difícil é a análise historiográfica da Batalha Naval do Riachuelo. O fato teve sua magnitude reconhecida tão logo aconteceu, tornando-se imediatamente um lugar de memória. Trouxe em seu bojo, permeada pela construção de histórias nacionais que se produziam, a trajetória da Marinha do Brasil inserida no processo. A história naval construída por Theotônio Meirelles era a história de um tempo presente da força naval brasileira na busca do seu reconhecimento junto ao Estado e da sua própria identidade institucional. No campo da construção de uma memória coletiva à instituição, o evento revestia-se da valorização do

³⁷⁷ Cumpre lembrar que os oficiais envolvidos na questão eram contemporâneos de Theotônio Meirelles ao tempo da Escola Naval, sendo Delfim de Carvalho seu colega de turma, conforme referenciado no Capítulo II deste trabalho.

espaço de batalha e dos esforços da Marinha Imperial para dominá-lo, além do combater o inimigo, numa analogia à história produzida pelo IHGB na consolidação da história nacional, pautada pela unidade territorial e pela identidade ideológica da nação.

Sendo um oficial de Marinha, o autor analisou o fato com o emprego de valores da classe à qual pertencia, sem, contudo, abandonar o ofício de historiador³⁷⁸ que abraçara. Na visão metodológica da época, ditada pelo IHGB, o fato era fundamentado pela documentação primária, trazendo a verdade do que realmente aconteceu. Embora reconhecesse os testemunhos de quem vivera aquele momento, era preciso comprová-los e confrontá-los com os documentos que tinha em mãos e com informações orais. Foi metódico e criterioso, mostrando-se conhecedor do tema, até porque de suas redes sociais faziam parte alguns dos personagens envolvidos na polêmica, que tivera origem, inicialmente, na sua reflexão crítica acerca do desempenho do Almirante Barroso na batalha³⁷⁹.

Ainda sobre a Batalha Naval do Riachuelo, Theotônio Meirelles tratou em seu livro do detalhamento das manobras de todos os navios empregados em combate e suas avarias, com relações dos mortos e feridos, e elegendo os heróis do embate, sempre em obediência à documentação que coletara e resumira. Quando os dados não eram compilados, os apresentava entre aspas, demonstrando seu rigor metodológico no manuseio das fontes e as suas escolhas na seleção dos documentos³⁸⁰. Na dinâmica da operação de ataque aos paraguaios que empreendeu em seu texto, não há como afirmar se o autor fez um resumo da documentação que escolhera ou uma interpretação do que lera a respeito, sendo constatada, entretanto, a importância tática que concedeu às manobras navais, relatando-as com esmero pedagógico. No relato da retomada do Vapor *Olinda*³⁸¹, narrou a cerimônia de içamento da Bandeira Nacional no navio, considerando o feito como uma vitória da Marinha Imperial, que devolveu ao País um dos símbolos de glória na Guerra do Paraguai, e que por muito tempo ficara em mãos inimigas (SILVA, 1876, p. 71). Neste contexto, Theotônio Meirelles avocou para a Marinha Imperial o uso de símbolos no comprometimento ideológico da instituição

³⁷⁸ Como já observado, Theotônio Meirelles, desde o início de sua produção historiográfica, buscou um caráter cientificista ao seu discurso.

³⁷⁹ Delfim de Carvalho era da sua turma, e Theotônio Raimundo de Brito, embora da turma de 1836, fora também contemporâneo de Theotônio Meirelles no tempo em que estudou na Academia de Marinha.

³⁸⁰ Dessa forma, sua objetividade mostrava-se restrita, como a de qualquer historiador, pois, ao selecionar as fontes mais importantes a serem usadas em seu discurso, demonstrava o controle que tinha sobre a sua escrita e a subjetividade na escolha.

³⁸¹ Este navio havia sido tomado pelos paraguaios em 12 de novembro de 1864, tendo a bordo o presidente da Província de Mato Grosso. O episódio é visto pela historiografia brasileira como o primeiro ato de hostilidade oficial entre o Brasil e o Paraguai.

com a manutenção do Estado, na invenção de suas tradições³⁸². Ao final de sua narrativa, o autor agradeceu a participação do Exército Brasileiro na Batalha Naval do Riachuelo e citou nominalmente os oficiais e guarnições³⁸³ dos navios, que foram elogiados em documentos oficiais, os quais compilou, tendo ainda transcrito vários outros documentos. Deixou por último, em sua narrativa, a Ordem do Dia do Almirante Tamandaré em este que deu ciência à Esquadra da Carta Imperial, concedendo ao Almirante Barroso o título de Barão do Amazonas, em reconhecimento às suas atuações na Campanha do Uruguai e na Batalha Naval do Riachuelo. Dessa maneira, de novo o autor empregou a dinâmica da valorização dos símbolos nacionais. Conforme referenciado por Arno Wehling (1999, p.71), a narrativa de condecorações e títulos nobiliárquicos foi uma das características observadas na obra de Varnhagen, com o propósito de valorizar e reconhecer as virtudes singulares dos indivíduos, como exemplo, inclusive, da fidelidade ao Estado e às suas instituições.

Prosseguindo a periodização que fizera sobre a participação da Marinha Imperial na Guerra do Paraguai, o autor passou a narrar os episódios de Mercedes, Cuevas, Itapiru, Curuzu e Curupaiti, sempre em ordem cronológica.

Sobre Mercedes e Cuevas, Theotonio Meirelles relatou as dificuldades de movimentação dos navios em função da baixa do rio e o fogo vivo que recebiam das baterias montadas pelos paraguaios em suas margens. Junto com o avanço dos navios brasileiros, sob comando do Almirante Barroso, descreveu algumas operações desenvolvidas pelo General Venâncio Flores. Destacou a presença do Imperador D. Pedro II por ocasião da rendição de Uruguaiana, em 25/9/1865, compilando a Ordem do Dia do Almirante Tamandaré a respeito, na qual este cita a participação naval na vitória, no caso o sítio da vila pelo lado do rio, cabendo a esta operação o “malogrado plano do inimigo”, o de atravessar o Uruguai por este flanco, dada a sua situação crítica. O Almirante Tamandaré dizia, ainda, da elevada honra que trouxe à Esquadra a estada do Duque de Saxe a bordo de um dos navios da Primeira Divisão, disposta a empreender um ataque caso os paraguaios não se rendessem. A transcrição desse documento denotou o firme propósito do autor em fazer a Marinha Imperial presente nos episódios da Guerra do Paraguai, mesmo em ações de domínio terrestre.

³⁸² Esta expressão relaciona-se à obra *Sobre História*, de Eric Hobsbawn, quando este afirma que “a história é a matéria-prima para as ideologias nacionalistas. (...) sendo o passado o seu elemento fundamental, e se não for satisfatório, sempre é possível inventá-lo (...) pois o passado legitima” (HOBSBAWN, 2013, p. 17). Ou seja, para que a, a nação se afirmasse e se consolidasse concomitantemente ao Estado, era preciso a criação e o culto de uma memória nacional, em que a história e os historiadores ofereceram um passado e um guia para o futuro (REIS, 2006, p. 26).

³⁸³ Representa a totalidade das praças que guarnecem um navio (suboficiais, sargentos, marinheiros e fuzileiros navais), conforme Herick Marques Caminha (1961, p. 175).

A Esquadra estava adentrando em território paraguaio, juntamente com as forças terrestres aliadas. A respeito, Theotonio Meirelles comentou o total desconhecimento dos oficiais de Marinha acerca da navegação do Alto Paraná, como também a inexistência de bons práticos na Esquadra. Descreveu o reconhecimento como uma operação a ser realizada com muita cautela e que, sob o comando do Capitão de Mar e Guerra Delfim de Carvalho, causara alguns encalhes aos navios. Em continuação à sua narrativa metódica e descritiva, o autor detalhou a Força Naval brasileira que se encontrava em Corrientes, os navios e o quantitativo de pessoal que passou a subir o rio, abastecido pelas informações das embarcações que iam à frente no reconhecimento do território e dos perigos impostos pelos paraguaios, que vinham pelas margens, trazendo as baterias flutuantes e as chatas³⁸⁴, no emprego de uma “guerrilha naval” contra os navios da esquadra imperial. A esse respeito, deteve-se em alguns episódios em tom heroico, notadamente o ataque ao Cruzador *Tamandaré*, fazendo uso de cinco páginas em sua descrição³⁸⁵. Com o concurso de informações contidas na obra *História Médico-Cirúrgica da Esquadra Brasileira*, narrou a logística que se construía em apoio aos feridos em combates, como o hospital de Corrientes e o hospital de sangue que acompanhava a esquadra, alojado no Vapor-Hospital *Onze de Junho*.

Efetivados os reconhecimentos hidrográficos, foi dado início às operações combinadas com o Exército Brasileiro, descrevendo Theotonio Meirelles o desembarque e a ocupação da Ilha da Cabrita com todo o detalhamento do episódio – navios, manobras, feridos, mortos e os bravos –, com ênfase da atuação da esquadra como determinante para o sucesso.

Em 25 de abril de 1866, conforme relatado pelo autor, outra missão naval havia seguido em reconhecimento das águas do Paraná, em operações combinadas com o Exército, além de mais duas. A respeito, considerou que “enquanto a esquadra conservou-se inativa no Rio Paraguai, não deixaram os oficiais e guarnições de prestar relevantíssimos serviços” (SILVA, 1876, p. 123).

³⁸⁴ Aldeir Faxina, no artigo “A atuação das chatas artilhadas no decorrer da Guerra do Paraguai” (FAXINA, 2015, pp. 91-103), fazendo uso de fontes da época, conceitua essas embarcações paraguaias como fabricadas em madeira rígida, com leme, para serem utilizadas como reboque de navios, sendo largadas em posições favoráveis, bancos de areia ou margens dos rios. Eram munidas de tripulação oscilante entre seis e oito homens, com um canhão, que atingiam os cascos dos navios brasileiros, sendo utilizadas durante todo o conflito. O período de maior emprego, conhecido como Guerra das Chatas, durou em torno de um mês, de 22/3/1866 a abril do mesmo ano. Os paraguaios, na ocasião, foram facilitados em suas ações pelas características geográficas da região, desfavoráveis à movimentação dos navios brasileiros.

³⁸⁵ Ocorrido em 27 de março, conforme relatado por Theotonio Meirelles (SIVA, 1876, pp. 106-111), foi provocado por um tiro disparado de uma das chatas paraguaias que ficavam à espreita, nas margens do Rio Paraguai, na casamata do navio. Na ocasião morreram o comandante do navio, o Primeiro-Tenente Antônio Carlos de Mariz e Barros (filho do Visconde de Inhaúma), e mais 33 praças. O autor relatou em detalhes a agonia deste oficial, num discurso recorrente ao seu heroísmo diante da morte que se anunciava (faleceu no dia seguinte).

A substituição do Comando em Chefe do 1º Corpo do Exército, na qual o General Manoel Luiz Osório (1808-1879), por motivo de doença, passou o comando ao Barão de Porto Alegre (1804-1875)³⁸⁶, foi comentada por Theotonio Meirelles, que transcreveu a Ordem do Dia da despedida do General Osório, bem como os agradecimentos do Almirante Tamandaré.

A caminho da Fortaleza de Curupaiti, havia o Forte de Curuzu a ser batido. O reconhecimento hidrográfico, desta vez, fora realizado por práticos, relatou o autor. No avanço da esquadra, mais uma vez a narrativa dos detalhes dos confrontos, com mortos e feridos, do apoio médico fornecido e dos elogios aos combatentes que tomaram Curuzu.

A descrição de Theotonio Meirelles sobre o fracasso de 22 de setembro de 1866³⁸⁷, foi sucinta nos elogios, mantendo o detalhamento das manobras, das avarias dos navios e dos mortos e feridos, havendo a transcrição da parte final da Ordem do Dia do Almirante Tamandaré, com os elogios nominados aos oficiais que participaram do combate.

Numa reflexão crítica à atuação dos aliados no episódio, assim se expressou o autor:

O combate de 22 de setembro iniciado pela esquadra e pelo exército aliado contra Curupaiti, conquanto não tivesse trazido os resultados que dele se pretendia alcançar, foi contudo um feito de arma assaz glorioso para as forças aliadas, que naquela sanguinolenta jornada, souberam-se manter na altura do valor e da bravura que caracterizam a causa da civilização e da humanidade, que sustentam a guerra contra o governo do Paraguai (idem, p.147).

Em nenhum momento dessa narrativa o autor empregou o termo derrota, tampouco traçou qualquer consideração a respeito das severas críticas recebidas na imprensa e no Parlamento pela operação malograda da Tomada de Curupaiti³⁸⁸. E inclusive, anunciou a substituição do Almirante Tamandaré pelo Visconde de Inhaúma no Comando em Chefe da Esquadra, com o discurso oficial do motivo – razões de saúde³⁸⁹. Essa narrativa de Theotonio Meirelles estava diretamente relacionada ao processo de construção que impunha à história naval brasileira, ditada pela memória social ou coletiva do grupo que representava, e aliada, como referenciado por Michael Pollack (1989), a um quadro familiar, a redes de sociabilidade

³⁸⁶ As forças do Exército Brasileiro eram divididas em dois Corpos, que agiam em operações combinadas junto à esquadra brasileira.

³⁸⁷ No caso, o bombardeamento de Curupaiti e a retirada das tropas aliadas diante da iminente derrota.

³⁸⁸ Conhecida pela historiografia brasileira, a tentativa da Tomada da Fortaleza de Curupaiti foi um desastre. O Almirante Armando Amorim Vidigal, em conferência no IHGB, em 2008, comentou a resistência paraguaia contra cerca de 20 mil argentinos e brasileiros, na qual morreram cerca de 5 mil homens, com derrota das forças aliadas (VIDIGAL, 2009, pp. 48-54).

³⁸⁹ Segundo Francisco Lima (1985, p. 146), realmente o Almirante Tamandaré não estava bem de saúde, o que fora agravado pelas resultantes da operação de Curupaiti. Desgostoso das críticas que sofrera e cansado do discurso político da guerra, pediu licença, com a exoneração do cargo, ainda em setembro, o que só lhe foi concedido em dezembro de 1866.

afetiva e/ou política e às suas lembranças oficiais e proibidas, devendo estas ficar restritas “à memória coletiva subterrânea do grupo” na proteção de sua coesão e imagem, internas e externas às suas crenças e valores (POLLAK, 1989, p. 9). Theotonio Meirelles, embora comprometido com a construção de uma obra relevante, buscou consolidar um discurso positivo sobre o papel e o lugar da Marinha Imperial na história nacional. Difundiu ainda, uma imagem social interna à força no emprego de uma mensagem também positiva e referencial aos valores e à missão da instituição, mensagem esta na qual uma derrota militar não tinha lugar. Essa tradição das lembranças³⁹⁰ foi referenciada por Arno Wehling (1999, p. 69) como sendo um dos procedimentos afetos à obra de Varnhagen, denominando-a tática do esquecimento, em que a “memória suplantava a história” no seu engajamento no projeto nacional da construção de uma história do Brasil, estabelecendo “os ditos” e os “não ditos”.

Seguiu-se o relato do autor acerca do levantamento da situação operativa da esquadra, com a distribuição dos navios em quatro divisões, seus respectivos comandantes e as nomeações dos que se seguiram, juntamente com as operações da esquadra, que, estacionada em Curuzu, estudava o ataque a Curupaiti. A passagem da fortaleza foi efetivada em 15 de agosto de 1867 e resultou em numerosos elogios sobre as ações operativas da empreitada, detalhadas por Theotonio Meirelles.

A sua narrativa acerca da movimentação da esquadra até a Passagem de Humaitá contou com o detalhamento de um aspecto diferenciado, o emprego de navios monitores. Embora não tenha analisado a dinâmica que esse tipo de navio trouxe à evolução da esquadra, esta constatação ficou subtendida quando se referiu à Passagem de Humaitá, ao dizer que esse feito importante só podia ser comparado ao “desempenhado pela esquadra americana na heroica luta que ultimamente ali se deu, levando a Marinha brasileira à altura das mais ilustres do mundo” (SILVA, 1876, p. 195). Depreende-se pela narrativa de Theotonio Meirelles que a Passagem de Humaitá fora, para ele, um marco tão importante quanto a Batalha Naval do Riachuelo na história naval brasileira que construía. Mostrou ainda, no trato do tema, estar atualizado com os acontecimentos de seu tempo, haja vista seu comentário sobre a Guerra da Secessão, que acabara de acontecer.

Quando da abordagem da Passagem de Angostura e da Dezembrada, o autor enfatizou as ações terrestres, não sem sempre mencionar minuciosamente as ações navais no reconhecimento da área de operações e no transporte de tropas, bem como os embates que de vez em quando a esquadra travava no Alto Paraná. Ao final do livro, descreveu a perseguição

³⁹⁰ Ver Capítulo II.

da força naval brasileira aos navios paraguaios, e o bloqueio do Rio Manduvirá, que cessou em 9 de março de 1870, juntamente com os demais bloqueios navais pelo Rio Paraguai. Por fim, como já o fizera anteriormente, expressou seus elogios aos diversos serviços prestados pelo Corpo de Saúde, hospitais e suas enfermarias.

Não por acaso essas duas obras de Theotônio Meirelles da Silva foram publicadas em 1876 e, portanto, inseridas no processo de transformações sociais, econômicas e políticas que começavam a se avolumar no Brasil; com elas, entre outros movimentos de contestação ao *status quo* (BASILE, 1990, pp. 258-297), surgia a Questão Militar.

Embora as duas obras produzidas pelo autor em 1876 mereçam pesquisa mais apurada sobre os seus “ditos e não ditos”³⁹¹, pode-se, quando muito, considerá-las paradigmáticas para a historiografia naval brasileira por ter sido Theotônio Meirelles da Silva o primeiro a produzi-la e a buscar a sua cientificidade na órbita de uma história projetada e produzida pelo IHGB.

3.2.2 - O Exército Brasileiro na Campanha do Paraguai. Resumos Históricos (1877), (243 páginas)

Em 1877, em sessão do IHGB de 6 de julho, Theotônio Meirelles ofertou à instituição as obras que houvera produzido até então, com exceção do romance *O Padre Esmerati*. Entre elas, *O Exército Brasileiro na Campanha do Paraguai – Resumos Históricos*, que acabara de publicar (JORNAL DO COMÉRCIO, 1877, p. 4). Em agosto, conforme anunciado pelo *Jornal do Comércio*, a Secretaria de Estado dos Negócios do Império agradecia a Theotônio Meirelles a oferta de 200 exemplares dessa obra, para serem distribuídos aos estabelecimentos de instrução pública do município da corte primária e secundária (idem, p. 3).

Desta forma, é possível afirmar que o autor manteve contato intenso com o IHGB, reconhecendo a instituição como um lugar de divulgação da sua obra, que também foi distribuída numa área de interesse político, a Secretaria do Império³⁹².

Esse livro, da mesma forma que o anterior, foi oferecido à mocidade estudiosa, sendo dedicado ao Duque de Caxias (1803-1880)³⁹³. Dirigindo-se aos leitores, Theotônio Meirelles assim se expressou:

³⁹¹ No caso, referendada pelo fato de que os silêncios e os “não ditos” pelos historiadores estão em constante mutação pela própria vivência e aprendizagem das memórias coletivas, traduzidas pela sua própria historicidade (POLLACK, 1989), haja vista a leitura que a historiografia naval brasileira hoje empreende ao episódio de Curupaiti.

³⁹² Afeta à organização do Estado, com o controle sobre o registro civil, a educação, as eleições, regulamentos das profissões, supervisão dos presidentes de províncias, “entre inúmeras outras atribuições que propiciavam a difusão entre os homens livres do Império do Brasil dos valores que distinguiam as nações civilizadas” (MATTOS, 1990, p. 201).

Neste livro encontra-se, **com verdade**, todos os feitos do exército brasileiro e ainda os dos aliados durante a campanha do Paraguai e desde a invasão do Mato Grosso. Não há nele invenção ou composição nossa, **tudo que existe é tirado dos escritos ou participações oficiais; apenas nos pertence o trabalho de colecionar e resumir...** Com este livro, pode-se conhecer a história verdadeira da campanha do Paraguai, perpetuar conhecimentos dos feitos militares brasileiros e fazer com que as gerações vindouras tenham sempre em memória os serviços e as glórias dos seus antepassados, durante aquela campanha. Entendemos, pois, que é um bom serviço que prestamos ao país, à história pátria e à mocidade estudiosa – (grifos do autor) (SILVA, 1877, p.1).

Neste discurso o autor revelou uma inserção epistemológica e ainda outra, de caráter metodológico, na história produzida no Brasil dos Oitocentos. Nesse caso, a verdade histórica pressupunha a apresentação dos fatos como realmente aconteceram, numa premissa rankeana na cientificidade da disciplina. Entretanto, como observado por Arno Wehling (1999, pp. 131-137), diferentemente de uma epistemologia positivista, em que um número suficiente de casos particulares levava a uma lei geral e mecanicista, a verdade histórica ditada pelo historicismo determinava entendê-la sintonizada, com o uso de fontes (submetendo-se a elas) na análise das intenções dos homens e das tendências de uma época histórica, em que o fato suplantasse o argumento. Essa compreensão da verdade, observada na produção historiográfica de Theotônio Meirelles, buscou a reconstituição dos fatos navais para uma melhor compreensão do passado da Marinha Imperial. Entretanto, não pode ser esquecido seu pertencimento à instituição, cabendo identificar, ao longo da análise de sua produção, em que medida a sua visão particular dos fatos, sob uma ótica historicista, representou ou não um discurso oficial da história da Marinha Imperial.

A sua narrativa nessa obra foi centrada nas operações do Exército Brasileiro na Guerra do Paraguai. Seu texto possuía quatro partes, diferenciadas por episódios marcantes para a historiografia militar, quais sejam: Invasão de Mato Grosso (18 páginas); Invasão de Corrientes (30 páginas); Invasão da Província do Rio Grande do Sul (23 páginas); e Marcha dos Exércitos Aliados, Passagem do Rio Paraná e Chegada ao Passo da Pátria (167 páginas).

O autor empregou neste texto o mesmo discurso observado em sua primeira obra, atendo-se majoritariamente à produção de uma escrita detalhada dos fatos, datados e personalizados. No entanto, o papel da Marinha Imperial foi visto como coadjuvante da história militar. Deste modo, depreende-se que o seu propósito, na escrita dessa trajetória, foi o de

³⁹³ O então General Luís Alves de Lima e Silva, militar e político atuante, fora nomeado em 10 de outubro de 1866 para o cargo de comandante em chefe das Forças Brasileiras no Paraguai, subordinando a esquadra imperial às suas ordens. Não por acaso, o fato deu-se após o desastre de Curupaiti em 22 de setembro e tinha como objetivo desfazer as discórdias reinantes entre os aliados, que colocavam em risco a condução da guerra (DORATIOTO, 2002).

diferenciar as especificidades técnico-profissionais de cada força no trato das operações empreendidas.

Na introdução do tema “Invasão de Mato Grosso”, Theotonio Meirelles fez uso de um trecho do relatório do Marquês de Abrantes datado de 1863, no qual diz que “as nossas relações com a República do Paraguai apresentam um aspecto lisonjeiro” e que “aguarda (...) o governo Imperial uma época não remota de se entenderem os dois governos sobre o final reconhecimento de sua respectiva linha divisória” (SILVA, 1877, p. 7). No entanto, “a esta boa-fé” do governo imperial, considerava o autor, Solano López correspondeu com o aprisionamento do Vapor *Marques de Olinda*, em 10 de novembro de 1864, episódio que narrou em detalhes, inclusive atendo-se à intervenção diplomática do ministro dos Estados Unidos na salvaguarda da segurança do ministro brasileiro e de sua família e de empregados da legação imperial em Assunção. Dessa narrativa é possível observar, inicialmente, o conhecimento que o autor demonstrou acerca da conjuntura histórica dos conflitos diplomáticos entre o Estado Imperial e a República do Paraguai e da causa da guerra entre os dois países, a questão dos limites territoriais. Ou seja, para Theotonio Meirelles, numa perspectiva empírica, na falta da diplomacia para a resolução do problema, a solução unilateral viera do ditador Solano López, que optou pelo confronto. Nessa constatação, pode-se inferir que o autor legou aos paraguaios a responsabilidade pelo embate, embora tenha creditado ao governo imperial a falta de uma defesa à província de Mato Grosso.

Continuando sua descrição, detalhou a composição das forças militares de Solano López – Marinha e Exército -, compilando a proclamação do ditador em 14 de dezembro de 1864 e descrevendo a sua estratégia de ataque, dividida em duas colunas e, ainda, com uma esquadrilha de ataque ao forte de Coimbra, sob comando do Capitão de Fragata Pedro Ignácio Mezza (1813-1865)³⁹⁴. Todos esses fatos relatados também foram descritos em detalhes, como no caso do posicionamento geográfico do Forte de Coimbra, sua guarnição e a própria investida sobre o lugar. Cientes da superioridade das tropas inimigas, refletiu Theotonio Meirelles, as tropas brasileiras foram evacuadas pelo navio de guerra *Anhambahy*³⁹⁵. Pela primeira vez aparecia no cenário da história descrita pelo autor a participação da Marinha Imperial como coadjuvante das ações terrestres em Mato Grosso.

³⁹⁴ Foi o comandante da Esquadra paraguaia na Batalha Naval do Riachuelo.

³⁹⁵ No dia 6 de janeiro de 1865, este navio foi aprisionado pelos paraguaios, sendo as orelhas dos mortos cortadas e enviadas a López como troféus, conforme relato de Theotonio Meirelles, depreendendo-se a sua intenção de caracterizar os guaranis como bárbaros (SILVA, 1877, p. 18).

Na narração da empreitada paraguaia, Theotonio Meirelles ateu-se não somente às tomadas das cidades de Albuquerque, Miranda e Corumbá pelas tropas terrestres paraguaias, mas também aos saques e às crueldades cometidas pelos soldados guaranis com as mulheres e os prisioneiros, passando a imagem do barbarismo praticado pelos paraguaios. Isso demonstra outro fator observado em seu texto e constante em sua produção historiográfica, no caso o emprego da técnica de repetição³⁹⁶, trazendo à memória os acontecimentos por ele considerados como significantes na construção da sua escrita, no uso da história para individualizar as nações entre si.

Ao final do relato da invasão de Mato Grosso, analisando o ocorrido, comentava que

(...) cumpre-nos, como **historiadores**, dizer que desde 1861 ou 1862 se tratasse de fortificar a província de Mato Grosso, como recomendava e instava o Sr. Caxias, então presidente do Conselho de Ministros, que mandou para ali a maior parte desse armamento que os paraguaios depois encontraram dispersos e sem serventia para os repelir, de certo não se teria dado tão facilmente a invasão, e o resultado seria outro (idem, p. 24).

Ao se assumir como historiador, revelou não apenas conhecer, mas praticar, os ditames desse perfil, que tinha no IHGB, oficializado a partir de 1850, o grande produtor e irradiador das atividades historiográficas, profissionalizando-as. Num maior entrelaçamento desta instituição aos interesses do Estado, o ofício do historiador estava afeto à escrita de uma história política na qual ficasse evidenciado o caráter do Estado, “portador da civilização e do progresso“, na divulgação da “glória do ser brasileiro” (GUIMARÃES, 2011, p. 85; GOMES, 2013, p. 24), em continuação do projeto político de construção de uma história nacional, legitimadora do Estado e da Nação³⁹⁷. Para tal, o rigor da pesquisa e do emprego dos documentos primários era fundamental no cientificismo da história, além do comprometimento para com uma história presente, em que o passado a justificasse.

Entretanto, em que medida Theotonio Meirelles via-se como um intelectual da época e imerso, portanto, numa mentalidade ou cultura histórica vigente no período? Para responder a essa pergunta foi preciso, inicialmente, conhecer a procedência da elite que dominava esse saber histórico que, pelo visto, na historiografia referenciada³⁹⁸, era oriundo de um meio político ligado à carreira no serviço público como forma de ascensão social, podendo ainda conter elementos da elite homogênea dominante no País. Essa configuração social não fornecia respaldo a Theotonio Meirelles, pois ele não advinha de nenhum desses segmentos sociais, a

³⁹⁶ Uma das características da obra de Varnhagen, como observado por Arno Wehling (1999, p. 73).

³⁹⁷ Angela de Castro Gomes no seu livro *História & Historiadores* (GOMES, 2013, p. 22), trata de projetos políticos ocorridos ao longo da História que levaram à reescrita da história.

³⁹⁸ CARVALHO (2014), GUIMARÃES (2011) E WEHLING (1999).

não ser que, ao fazer essa afirmativa, tenha considerado o fato de ser filho natural de D. Pedro I. Mesmo assim, e ainda se mostrando um acumulador de conhecimentos, haja vista o que já produzira, esse fato não o habilitava como historiador, dado o não reconhecimento de sua condição pela Família Imperial. Nesta questão, o que se pode deduzir é que o respeito dos seus pares, oficiais da Marinha como ele, incluídas as redes de sociabilidade que construíra, levou Theotônio Meirelles a se ver como um historiador. Neste mister, não deve ser esquecido, sendo o texto de Angela Castro Gomes (2013, pp. 25-80) elucidativo a respeito, que o autor possuía contatos, posições políticas³⁹⁹, um lugar social e de produção para os seus textos, e que fazia uso da imprensa como expressão cultural de difusão das suas obras, ou seja, capitalizou meios que o referendasse como ativista da profissão.

Outro aspecto diferenciado nesse texto é a clareza do discurso crítico do autor acerca da culpabilidade do governo imperial sobre o decurso da guerra, cheio de percalços, fato não observado em sua obra anterior, levando a inferir que a falta de sociabilidade afetiva no trato dessa temática deixou o autor mais à vontade nas considerações e análises críticas que formulou, uma constante em sua escrita.

A segunda parte do livro – Invasão de Corrientes –, como característico da narrativa do autor, guardou uma profusão de datas e nomes, rigidamente intercalados pela cronologia e historicidade dos fatos⁴⁰⁰. Entretanto, embora não tenha referenciado a origem de suas fontes, só perceptíveis quando as transcreveu, os seus “resumos”, como havia dito, representaram a expressão da sua própria “fala”. As escolhas que fez, como já observado na sua primeira parte, redundaram em análises críticas não somente das operações táticas empreendidas pelo Exército Brasileiro, mas das estratégias da guerra e seu componente político. Junte-se ao fato de que, ao contrário da Marinha Imperial, que praticamente atuou sozinha na guerra, o Exército Brasileiro teve uma composição considerável de tropas aliadas integradas ao seu contingente.

Por conseguinte, a Esquadra bloqueou todos os portos e fez subir uma Divisão Naval nas águas do Rio Paraguai, com tropas terrestres a bordo, em apoio a Corrientes, sitiada pelo General paraguaio Wenceslau Robles. A esse respeito, Theotônio Meirelles narrou todas as movimentações nas quais a presença da Marinha do Brasil passou a dificultar a movimentação

³⁹⁹ Ver Capítulo II.

⁴⁰⁰ Mais uma vez, pela leitura da sua obra, observou-se o comprometimento com a normatização do ofício de historiador, oferecendo um método à sua narrativa sob uma ótica construtivista da História, em que ordenar os fatos não seguiam uma ordem natural, e sim um trabalho relativizado pelo historiador.

do exército paraguaio. A batalha naval do Riachuelo, embora mais resumida, não deixou de ser descrita pelo autor.

Na abordagem da invasão do General paraguaio José Félix Estigarribia ao Rio Grande do Sul, creditou sua derrota posterior ao emprego do bloqueio naval, detalhando a manobra tática.

Foi ainda descrito por Theotônio Meirelles o plano defensivo de Solano López, com considerações a respeito (SILVA, 1877, p. 80)⁴⁰¹, devido ao avanço das tropas terrestres aliadas e à pausa forçada por causa do calor e das pestes. Sobre a os preparativos para a Tomada de Curupaiti, o autor relatou o desembarque na Ilha da Cabrita, com os brasileiros pisando pela primeira vez em território paraguaio. Foi ainda comentado pelo autor o total desconhecimento do terreno das operações, demandando vários reconhecimentos da área. Desta vez, diferentemente da sua obra de 1876, quando pareceu apenas defender a Marinha Imperial da lentidão em suas operações, culpou o governo pelo fato (SILVA, 1876, p. 93).

A narrativa empreendida no trato das Tomadas de Curuzu e Curupaiti envolveu, inicialmente, a descrição dos reconhecimentos efetuados pelo Exército Brasileiro na busca do melhor caminho para a evolução das tropas aliadas, e ainda as confabulações havidas entre os personagens responsáveis, no campo decisório, sobre as operações a serem empreendidas – Bartolomeu Mitre (1821-1906), Visconde de Porto Alegre (1804-1875), Visconde de Tamandaré (1807-1897), General Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordan (1802-1879) e Conselheiro Francisco Octaviano de Almeida Rosa (1826-1889) –, referindo-se às discordâncias entre eles de forma bem sucinta. A esse respeito, Theotônio Meirelles assim expressou sua opinião:

Como porem tais confidências são mais próprias de figurar na história geral da guerra do Paraguai, do que em um simples resumo histórico, como é este, contentamo-nos em apresentar aos leitores somente a íntegra do protesto lavrado pelo General Porto Alegre ao Almirante Tamandaré (SILVA, 1870, p. 212).

Pelo seu texto, depreende-se que a história que o autor construía sobre a atuação do Exército Brasileiro teve o objetivo de enfatizar as ações operativas na Guerra do Paraguai, o mesmo que fizera ao produzir a história naval brasileira sobre o mesmo evento, numa proposta de afirmação da importância das forças armadas para o País.

⁴⁰¹ No caso, a retirada paraguaia para o seu território no alcance de Passo da Pátria, onde deveriam se concentrar e esperar as forças aliadas. Relatou também que as tropas aliadas não puderam atacá-los ainda em Corrientes, devido a impossibilidade dos navios da esquadra imperial avançarem em território inimigo, com a baixa dos rios.

Com a força terrestre aliada concentrada em Curuzu, detalhada pelo autor, deu-se início a movimentação. Conforme seu resumo, o ataque programado para 17 de setembro foi acontecer em 22 de setembro. Em seguida, Theotonio Meirelles transcreveu os ofícios do comandante do Segundo Corpo de Exército, Visconde de Porto Alegre, acerca das ações empreendidas no ataque e suas resultantes e considerações sobre o malogro da empreitada, vista por ele, Porto Alegre, como resultado de manobras terrestres erradas dos aliados.

Assim, ao contar essa história, o autor escolheu os documentos do Visconde de Porto Alegre e uma carta confidencial, datada de 27 de setembro, do General Polidoro Quintanilha Jordão, com quem o Almirante Tamandaré tinha divergências por querer combinar as ações do Exército com as da Esquadra, independentemente do Exército Aliado⁴⁰². O texto terminou com o relato da substituição do General Polidoro e a indicação de que haveria um segundo volume a respeito da Guerra do Paraguai, o que não aconteceu.

3.2.3 Apontamentos para a História da Marinha de Guerra Brasileira (1881-1883)

A produção historiográfica de Theotonio Meirelles foi retomada em 1881, dada a sua nomeação para ser adido da Repartição do Ajudante-General da Armada, da qual recebeu as seguintes instruções: “organizar apontamentos e escrever a história” da Marinha Imperial⁴⁰³. Ou seja, a instituição designou o autor para produzir uma história naval, pela qual Theotonio Meirelles foi remunerado. A história a escrever passou a ter caráter institucional, trazendo mudanças ao seu discurso, que, diferentemente da obra de 1877, em especial, deixou de ter uma postura crítica mais contundente.

Este projeto legou à historiografia naval brasileira três volumes, publicados oficialmente pela Marinha Imperial sucessivamente nos anos de 1881, 1882 e 1883, como se seguem.

3.2.3.1 Apontamentos para a História da Marinha de Guerra Brasileira – volume I – 1808-1822 (273 páginas)

Neste livro, diferentemente dos anteriores, Theotonio Meirelles apresentou sua obra com uma reflexão sobre o significado e a importância da História. Num extrato à sua narrativa, rebuscada e repleta de adjetivos, mereceram destaque as seguintes apreciações que fez a respeito, como se seguem:

⁴⁰² Além das dificuldades do terreno e do sistema defensivo paraguaio como problemas da guerra, havia as desavenças entre os comandos aliados, denotando a falta de unidade de Comando nas Operações.

⁴⁰³ Fora nomeado pelo ministro da Marinha à época, o Conselheiro José Rodrigues de Lima Duarte, que, como referido, era padrinho de um dos filhos de Theotonio Meirelles.

A história, a quem os grandes sábios apelidam a mestra da vida, a testemunha dos séculos, fiel depositária do passado, o guia seguro do futuro... realiza esse prodígio assombroso de nos pôr em presença dos sucessos de remotas eras, e faz-nos descortinar neles o germe de acontecimentos que um distante porvir guarda... A história deve ser avaliada como o objeto mais proveitoso e próprio da real aplicação. São incalculáveis as vantagens do estudo da história, em geral, porém, o seu interesse e valor cresce muito, quando se trata especialmente do estudo da história do país que a Divina Providência aprouve dar-nos por pátria... para o coração do homem o objeto mais caro e precioso, se não duvida sacrificar-lhe sossego, os bens, a saúde e a mesma vida: nada de certo lhe poderá ser também mais precioso e caro que o conhecimento e origem dessa Pátria amada, de seus sucessos... (SILVA, 1881, pp. 7-10).

Considerava ainda o autor que a necessidade e a utilidade da história interessavam a todas as classes da sociedade e, para servir a todos, convinha que “a sua leitura se facilite o mais possível e por todos os meios se cure de a vulgarizar” (SILVA, 1881, p. 8). Em seguida, numa correlação com esses conceitos, fez a apresentação do projeto da construção de uma história naval brasileira “para que com verdade se escreva uma das páginas que mais lustre e glória traz a história de seu país”. Como já fizera nos livros de 1876 e 1877, sobre a Guerra do Paraguai, de novo esclareceu que os apontamentos foram pautados em escritos e documentos autênticos, todos afetos à Marinha brasileira, desde à época em que chegou ao Brasil a Família Real Portuguesa. Num segundo momento, depois de organizados estes apontamentos, considerou o autor, seria escrita a história naval brasileira (idem, p. 9).

No caso da obra de Theotônio Meirelles, a inserção e o reconhecimento da história naval brasileira pela história nacional projetada pelo IHGB, no enquadramento ideológico da própria força, o nacionalismo, num momento de instabilidade política do País, pressupunham o reconhecimento dessa história numa perspectiva de melhorias da própria profissão e do grupo social. Também se pode inferir acerca da conhecida trajetória individual de Theotônio Meirelles, a sua expectativa no alcance de uma projeção intelectual e social que nunca tivera, apesar de se considerar filho natural de D. Pedro I.

Em relação à referência ao emprego da providência divina para o saber histórico, pode-se deduzir que o autor trabalhou a conceituação da época no cientificismo da história como algo não só permitido, como desejado por Deus, posto que a história era uma construção humana⁴⁰⁴. Quanto à metodologia utilizada, o autor reafirmou o seu compromisso com a verdade e o emprego do rigor no manuseio das fontes primárias, num contexto objetivo

⁴⁰⁴ Conforme Arno Wehling (1999, pp. 122-123), essa visão, presente à obra de Varnhagen, foi uma alternativa de manter longe da afirmação da história como ciência as práticas religiosas ortodoxas professadas pelos historiadores.

e imparcial da crítica histórica, aproximando-se, portanto, da matriz varnhageniana⁴⁰⁵ (WEHLING, 1999, pp. 137-144).

Ainda sobre a introdução feita por Theotônio Meirelles, cumpre observar a sua intenção de atingir um público-alvo de grande expressão ao colocar o interesse da história naval brasileira como pertinente a todas as classes, sem vulgarização. Ou seja, imprimia à sua escrita um caráter erudito e culto, mas de fácil compreensão.

No seu prólogo, o autor estabeleceu de pronto o marco temporal da sua pesquisa ao considerar a Marinha Imperial nascida com a independência, embora originária da Armada Portuguesa. Neste intuito, promoveu uma analogia ao dizer que o primeiro navio de guerra do Brasil possuía usos, costume e pessoal oriundos da Marinha de Portugal, cenário modificado com a formação de oficiais brasileiros. Diante do apresentado, o autor prescindiu dos comentários acerca das características físicas e operacionais do navio português, posto que a história já conhecia suas especificidades⁴⁰⁶. Entretanto, reconheceu a inexistência de uma escrita sobre a evolução das “Repartições de Marinha”, que chegaram à época da transmigração da Família Real, em 1808, junto com a Armada lusa, imbricando, portanto, a origem da Marinha Imperial na Marinha de Portugal, o que o levava a escrever a respeito.

Numa narrativa entremeada com documentação oficial (decretos, ofícios, alvarás, avisos etc.), descreveu toda a estrutura administrativa da Armada de Portugal transferida para o Brasil, bem como da que aqui foi criada, após 1808.

No caso das organizações transferidas de Portugal para o Brasil, a narrativa do autor buscou toda a historicidade da organização das repartições de Marinha, seguida da transcrição de numerosos documentos. A partir da criação das unidades navais – Arquivo Militar, Intendência e Contadoria da Marinha, Conselho Supremo Militar, Fábrica de Pólvora e Hospital da Marinha –, desenvolveu, com o concurso da transcrição de documentos, todo o processo de sua organização e instalação, inclusive tendo a citação nominal do pessoal envolvido, caso da Contadoria e Intendência da Corte. Sobre o Conselho Supremo Militar, que passou a aglutinar funções de outras organizações, como o Conselho de Guerra e o Conselho do Almirantado, detalhou todas as atribuições respectivas.

Como foi sendo comentado ao longo da análise da obra de Theotônio Meirelles, sua produção historiográfica, desde 1876, detinha numerosas transcrições de documentação

⁴⁰⁵ Dessa maneira, essas características, afetas ao cientificismo da história do século XIX, consolidaram as premissas historicistas de Ranke na superação do fato sobre o argumento e do real sobre o ficcional, em que a subjetividade não pressupunha engajamento, visto este como uma opção do historiador (BENTIVOGLIO, 2010).

⁴⁰⁶ Citou a importância da história marítima de Portugal (SILVA, 1881, pp. 11-12).

primária, compilação e resumos de outras fontes. No entanto, como é corrente na historiografia naval brasileira que somente em 1907 foi criado o Arquivo da Marinha⁴⁰⁷, cabe agora uma breve descrição da estrutura administrativa havida à época para a coleta, seleção, organização e guarda da documentação oficial produzida e de que maneira o autor a ela teve acesso.

Com este intuito, no manuseio dos Relatórios dos Ministros da Marinha no período 1827-1883⁴⁰⁸ e da leitura de quatro trabalhos cuja temática é a história do Arquivo da Marinha⁴⁰⁹, foi conhecido que a circulação da documentação corrente da Marinha Imperial começou a ser ordenada em 1834, e depois em 1842, com a criação de “cartórios” na estrutura organizacional do Arsenal de Marinha da Corte e na Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha⁴¹⁰, respectivamente. Entretanto, como referenciado por Alessandra Reitz (2008, pp. 25-26), em que pese a existência dessa estrutura, o arquivamento da documentação era descentralizado, trazendo numerosos problemas à administração, inclusive de ordem técnica (não havia padronização). Os arquivos de relevância à época do Império eram os do Arsenal de Marinha, da Contadoria da Marinha, do Quartel-General da Marinha e da Secretaria de Estado da Marinha, por essas organizações concentrarem as principais atribuições da Armada do período⁴¹¹, concluindo-se, portanto, que a documentação que Theotônio Meirelles manipulou estava dispersa e desordenada pelas organizações da Marinha Imperial.

No entanto, nos trabalhos mencionados, seus autores se detiveram apenas na preocupação administrativa com a guarda dos documentos (HEITZ, 2008; SILVA, 2009; SANTOS, 2016). Porém ainda em 1844, o Tenente Sabino Elói Pessoa, num relatório circunstanciado sobre as atribuições da Secretaria de Estado de Negócios da Marinha, no qual sugeriu a criação de um “Conselho do Almirantado”⁴¹², atribuiu juízo de valor histórico aos documentos de posse da organização, ao considerar que

⁴⁰⁷ Decreto nº 6510, de 11 de junho, atribuindo ao arquivo as funções de guarda e conservação de todos os documentos remetidos pelas inspetorias navais e diretorias, e que haviam finalizado suas “vidas administrativas” (SANTOS, 2016, p. 2).

⁴⁰⁸ O marco temporal foi ditado pela data do primeiro relatório ministerial e do ano anterior da última obra produzida por Theotônio Meirelles.

⁴⁰⁹ No caso, os artigos de Alessandra Reitz (2008 e 2012), Carlos André Lopes da Silva (2009) e Wagner Bueno Santos (2016).

⁴¹⁰ Decretos de 13 de janeiro e 4 de janeiro. Alessandra Reitz creditou o pioneirismo da guarda de papéis, realizada pela Contadoria do Arsenal de Marinha, provavelmente, ao grande afluxo de documentos oriundos das atividades exercidas pela organização (REITZ, 2008, p. 24).

⁴¹¹ Em 1859, pelo Decreto 2.359, as funções de cartório e cartorário foram substituídas pelas de arquivo e arquivista.

⁴¹² No ano de 1856 foi criado o Conselho Naval, aos moldes do Conselho do Almirantado existente na Marinha de Portugal, justamente com a reformulação do Quartel-General e da Secretaria de Estado dos Negócios da

o destino da Secretaria de Estado consta meramente da expedição das ordens imediatas do Governo, e da guarda de registro e correspondências... nunca poderia eu escurecer a diferença que pudesse haver nelas... ricos trabalhos de memórias, informações, desenhos e mapas sobre assuntos históricos, geográficos, cosmográficos e geológicos (...) (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1844, pp. 1-5).

Com essa citação, aliada a outras comissões que exerceu na Marinha Imperial ⁴¹³, deduz-se que Sabino Eloi Pessoa muito contribuiu para o levantamento das fontes primárias realizado por Theotonio Meirelles; numa perspectiva mais abrangente, não apenas por ser o fundador da *RMB*, mas também por toda uma rede social que o autor construiu no tempo de vida ativa de oficial de Marinha⁴¹⁴, que envolvia seus colegas de turma e as relações sociais por esses mantidas⁴¹⁵.

No relato minucioso e detalhado que o autor fez sobre as alterações e adaptações sofridas ao longo desse tempo, ficou patente o impacto que a chegada da Família Real e todas as suas resultantes trouxeram ao desenvolvimento da Marinha Imperial, numa perspectiva de transformação da realidade do país que nasceu em 1822.

Acerca do Arsenal de Marinha, por exemplo, o autor descreveu todas as alterações administrativas sofridas pela organização à época, como o alargamento de suas instalações, citando nominalmente os proprietários dos prédios desapropriados para tal (oito) e suas respectivas localizações, além do documento de posse de tais propriedades. Transcreveu documentos relativos às medidas adotadas para a profissionalização de pessoal afeto à construção naval – militar e civil – e à navegabilidade dos navios mercantes – pilotos, patrões e mestres. Neste mister, Theotonio Meirelles da Silva detalhou o decreto assinado pelo patrão-mor do porto do Rio Grande do Sul, Francisco Marques de Lisboa, pai do Almirante Tamandaré, onde ele, Francisco, passou a ter o lugar vitalício de patrão-mor, sendo os proprietários das embarcações obrigados a pagar-lhe uma certa quantia pelo serviço, também se referindo a outras atividades exercidas pelo mesmo Francisco Marques de Lisboa. A

Marinha. O propósito era o de promover discussões de interesse da Marinha Imperial, com a participação civil entre os seus membros (RESTIER, 2010, pp. 35-42).

⁴¹³ Como mencionado no Capítulo II, Sabino Elói Pessoa foi secretário do Conselho Naval e oficial de gabinete da Secretaria de Negócios da Marinha em duas ocasiões (1865-1866 e 1870-1871), sendo nomeado diretor-geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha em 1872. Possuía uma rede de relações sociais bem abrangente, o que é atestado também pela obra *De Aspirante a Almirante*, de Arthur Silveira da Mota, Dois Tomos (1984). Nessas condições, provavelmente participou do processo de acumulação da documentação necessária para a construção da obra de Theotonio Meirelles, haja vista as suas comissões.

⁴¹⁴ Como integrante da sua turma de 1838, entre outros, pode ser citado ainda Francisco Cordeiro Torres e Alvim (Barão de Iguatemi), que, em 1870, foi inspetor do Arsenal da Marinha, uma das organizações que mantinha um arquivo ativo.

⁴¹⁵ Neste caso, um exemplo é o de Antônio José Vitorino de Barros, contemporâneo de Theotonio Meirelles na Escola de Marinha, que, embora não tenha seguido a carreira naval, era irmão do Visconde de Inhaúma, como já mencionado no Capítulo II.

escolha do pai do futuro Patrono da Marinha como exemplo do nascimento de uma Marinha Mercante imbricada à Marinha Imperial revelou uma sistemática da obra do autor, a de sempre reverenciar, quando o contexto histórico permitisse, a figura do Visconde de Tamandaré. Dessa vez, havia interligado sua origem familiar às atividades marítimas.

Antes de finalizar seu texto, o autor se referiu à criação da Imprensa Régia, por considerar que os primeiros “compositores de letras” eram da Marinha, conforme documentação que transcreveu⁴¹⁶. Na sua conclusão, se justificou por nada ter escrito sobre ações operativas empreendidas pela Marinha no período de 1808 a 1822, e somente sobre a sua estrutura administrativa. Para ele, não se deram feitos gloriosos,

com nenhum dos navios de guerra que se achavam em serviço no Brasil dentre os quais ficaram alguns pertencendo à Armada Brasileira, depois de proclamada a Independência. Além do bloqueio e da perseguição de alguns piratas, nenhum outro feito importante existe, praticado pela Divisão Naval Comandada pelo Conde de Vianna, durante a Campanha do Rio da Prata, naquele período (SILVA, 1870, p. 272).

Comparando a história naval brasileira com a história militar do período e descrevendo as ações terrestres empreendidas nos anos de 1811 a 1814 e 1816, Theotonio Meirelles afirmou que, com tais elementos, o historiador do Exército Brasileiro “teria campo largo para o Prólogo de sua importante obra, o que não temos” (SILVA, 1881, p. 273). Ou seja, a Marinha que operou nesses episódios era portuguesa e não brasileira, segundo o autor⁴¹⁷.

Desta afirmativa deduz-se que, para Theotonio Meirelles, em obediência ao rigor metodológico estabelecido na produção de suas obras, as campanhas navais da Tomada de Caiena e da Anexação da Província Cisplatina não podiam ser consideradas brasileiras por contar somente com oficiais e navios de guerra portugueses, e em cumprimento aos interesses também portugueses.

Ainda em 1881 apareceu no *Jornal do Comércio*, em 4 de novembro, uma resenha sobre esse livro, a qual, além de informar a nomeação de Theotonio Meirelles para organizar e escrever a história da Marinha, trouxe um breve resumo da obra. Nesse texto, foi reproduzido o comentado sobre o autor acerca do marco temporal para a existência da Marinha Imperial, a Independência. Pode depreender-se desse fato que Theotonio Meirelles buscou tornar

⁴¹⁶ No caso, os soldados da Brigada Real de Marinha Francisco José Caldas, Adrião Gomes e João Gomes Patrício, além dos grumetes Justino de Oliveira, Manoel Luiz e Antônio Teixeira, por terem prática com a tipografia (SILVA, 1881, pp. 207-208).

⁴¹⁷ Como já referido no Capítulo II, essa constatação do autor está diretamente relacionada à historicidade da instituição, que no período colonial pouco ou nenhuma função ou interação teve com a questão da territorialidade do Brasil. Tampouco tinha em seus quadros elementos do País, se comparada às atividades militares, com os seus poderes de polícia, as milícias.

conhecido a história naval brasileira que assumiu estar produzindo, tendo o ano de 1822, como o de criação da instituição (JORNAL DO COMÉRCIO, 1881, p. 1).

No mesmo ano de 1881, em dezembro, o autor, numa “publicação a pedido” (SILVA In: JORNAL DO COMÉRCIO, 1881, p. 1), emitiu algumas considerações à obra que recém-terminara. Apesar da transcrição ser extensa, mesmo suprimidos alguns parágrafos, seu texto forneceu informações contundentes acerca da historiografia naval brasileira e do seu pioneirismo na escrita dessa história, ocasião em que fez uso de citações.

Dirigindo-se aos leitores, inicialmente agradeceu o acolhimento que teve a obra, particularmente junto à imprensa do Rio de Janeiro. Em seguida, afirmou que “tivemos muito medo e chegamos mesmo a hesitar na publicação do nosso livro” (idem), declarando serem duas as razões para isso:

a lembrança de que não tínhamos nenhum dos títulos que costumam garantir a perfectibilidade das diversas obras, e **apenas podíamos exhibir como título científico uma patente de oficial reformado da armada nacional**; e em segundo lugar, porque achávamos muito pesada a responsabilidade da publicação do **primeiro livro** de história da marinha, mandado oficialmente escrever no Brasil, depois da Independência (grifos do autor) (idem).

Numa análise desta citação, observou-se que Theotônio Meirelles considerou como único empecilho ao seu reconhecimento como historiador, àquele momento, o fato de não estar enquadrado nos parâmetros sociais e políticos necessários para o exercício dessa atividade, por ser um tenente reformado. Entretanto, em 1877, quando ainda não escrevia uma história institucional, declarou-se como tal. Comparando esses dois discursos, o que se pode inferir é que a obra de 1881 sofreu uma crítica proveniente de elementos da própria Marinha Imperial. A corroborar com essa dedução está o fato de, nesse mesmo artigo, o autor esclarecer que faria uma ampliação do livro. No caso, já havia pensado em escrever sobre a Divisão Naval, quando do bloqueio do Rio da Prata em 1817, por ter alguns desses oficiais aderidos à Armada brasileira e um deles ter sido promovido a distinto general, ocupando o lugar de ministro da Marinha⁴¹⁸.

Ainda é possível inferir que o autor, ao grifar o seu livro como o primeiro a ser escrito oficialmente pela Marinha Imperial, lembrava que ele não foi visto como a melhor escolha para produzi-lo. Haja vista a consideração que se seguiu, na qual comentou que, depois da publicação do seu livro, não podia mais ser ignorada a história das organizações da Marinha Imperial e daquelas que, “embora debaixo da administração de outros ministérios, têm, contudo, imediata relação com a Marinha, tais como o Conselho Supremo, o Arquivo Militar,

⁴¹⁸ Theotônio Meirelles referia-se a Diogo Jorge de Brito (1785-1830) (BOITEUX, 1938).

a Fábrica de Pólvora e outras” (idem). Referiu-se ainda ao fato de essa história escrita ser oficial, ou seja, representativa de uma história institucional.

Na continuação de sua empreitada, esclarecia em seu artigo que, embora sendo difícil encontrar toda a documentação pertinente à história da Marinha que ainda tinha a contar, faria todo o possível, investigando os arquivos ou mesmo aqueles existentes em mãos de particulares.

Se fosse possível encontrar os diversos documentos, na ordem, cuidado e zelo, com que estão os que existem no arquivo da secretaria da marinha, bem iria o negócio... Há, além da dificuldade de documentos autênticos, um outro motivo pelo qual talvez se demore a conclusão da obra, esse motivo é o termos de procurar os meios de subsistência por outros canais e trabalhos, que não os de escrever história (idem).

Mediante esse comentário de Theotônio Meirelles, observa-se, como ele mesmo disse, o quão trabalhosa foi a missão de coletar, organizar e selecionar o *corpus* documental necessário a sua produção historiográfica, tendo o próprio autor criado este arquivo da história naval brasileira, até então inexistente. Neste mister, no que foi possível identificar dessas fontes primárias, a memória documental afeta ao processo de formação e consolidação da Marinha utilizado pelo autor não mais se encontra sob administração da instituição e, portanto, no Arquivo da Marinha hoje existente. Nesta organização, sobre o século XIX podem ser encontrados somente documentos de algumas instituições que sobreviveram ao tempo (Escola Naval, Arsenal de Marinha e Quartel-General da Marinha), livros mestres, livros de quarto e relatórios memorialistas, como os afetos à Batalha Naval do Riachuelo.

Como já mencionado no Capítulo I, a distribuição, por outros órgãos públicos, das fontes primárias existentes na Marinha do Brasil, conhecida pela historiografia naval brasileira,⁴¹⁹ ocorreu entre os anos 1910 e 1926, com a transferência da guarda dessa documentação para o Arquivo Nacional e o IHGB. Assim, de posse dessas informações, as pesquisas realizadas em busca dos documentos manipulados por Theotônio Meirelles levaram à dedução de que grande parte dessas fontes encontra-se, nos dias atuais, naquela instituição. Esta constatação ocorreu diante do próprio discurso historiográfico do autor, que tratou, majoritariamente, do objeto da história naval vista por ele, a guerra naval, e num contexto historiográfico da época, o de afirmação da instituição como mantenedora do Estado Nacional do qual era parte. Afinal, a temática dos documentos navais de posse do IHGB, em

⁴¹⁹ Em 1942, foi publicada na *Revista Marítima Brasileira*, pelo Dr. Paulo Durval, uma relação, por tipologia, assunto e breves verbetes nominados, dos documentos navais existentes na instituição, divididos em 12 latas, constando de fontes primárias referentes, majoritariamente sobre ações operativas da Marinha Imperial no período de 1826 a 1882, na forma de cartas, ofícios e relatórios.

consonância com outras investigações realizadas a respeito⁴²⁰ e levando-se em consideração a hipótese de Carlos André Lopes da Silva (2009)⁴²¹, é afeta ao período em que a Marinha Imperial envolveu-se em conflitos internos e externos, contendo, em maioria, relatórios e correspondências a respeito. Por sua vez, no Arquivo Nacional foi possível encontrar algumas poucas informações acerca da trajetória de vida do autor, no caso os processos que enfrentou, além de documentos comprobatórios da sua carreira naval, com a leitura de livros de quarto dos navios e dos livros de socorros, no confronto das fontes já conhecidas sobre a trajetória profissional de Theotonio Meirelles⁴²².

3.2.3.2 Apontamentos para a História da Marinha de Guerra Brasileira – Volume II – 1822-1825 (405 páginas)

O *Jornal do Comércio* de 2 de outubro de 1882 anunciou a publicação do segundo volume da história da Marinha (1822-25), referindo-se a “ (...) numerosas comunicações oficiais, algumas inéditas, decretos, portarias e avisos, entremeados de observações que encadeiam e esclarecem os fatos, fazendo ressaltar a sua sucessão” (JORNAL DO COMÉRCIO, 1882, p. 1). Num elogio a Theotonio Meirelles, opinou que “coligir tal cópia de documentos esparsos, agrupá-los e enfeixá-los debaixo de rubricas adequadas e por ordem cronológica é trabalho penoso que exige não só paciência, mas noção clara dos acontecimentos” (idem).

Essa obra não teve uma apresentação pelo autor, sendo logo introduzido o índice, seguido de um sumário e, à mesma página, a transcrição do decreto de criação da Bandeira Nacional. Logo após, descrevia a nomeação do primeiro ministro da Marinha brasileiro nato, Capitão de Mar e Guerra Luiz da Cunha Moreira. A narrativa prosseguiu com outra informação simbólica para a constituição da Marinha Imperial: a instituição do *Livro Mestre dos Oficiais da Armada Nacional e Imperial*⁴²³. A trajetória narrada era nacionalista – simbolizada pela bandeira do País, sendo a Marinha Imperial parte integrante, com a nomeação de um ministro brasileiro. Em seguida, Theotonio Meirelles deteve-se na investigação sobre a constituição do pessoal (referiu-se apenas à formação dos oficiais de

⁴²⁰ Em monografia de conclusão de curso de especialização em História Militar em 2001, sobre as ações operativas da Marinha na Guerra entre Oribe e Rosas, foi observado que grande parte dessa documentação relativa às tratativas políticas e operações militares encontrava-se no IHGB (GAMA, 2001).

⁴²¹ O autor, partindo da premissa de que os “documentos navais” são afetos à temática guerra, levantou a questão, a ser comprovada depois de catalogado todo o acervo (cerca de 20 mil documentos), de que os documentos distribuídos ao Arquivo Nacional seriam aqueles que não representavam à época nenhuma serventia para a perpetuação da memória naval.

⁴²² No caso, os seus assentamentos, constantes no Livro Mestre, e a sua trajetória como aluno na Escola Naval, sendo as informações existentes no Arquivo da Marinha mais abrangentes acerca das suas comissões.

⁴²³ O primeiro encontra-se no Arquivo da Marinha.

Marinha), a aquisição dos navios de guerra e a contratação de oficiais estrangeiros. Finalizando, descreveu as operações navais na luta da Independência e nas rebeliões em Pernambuco, no Ceará e no Maranhão.

A transcrição do decreto de 5 de dezembro de 1822, com a criação de uma comissão para analisar a adesão de oficiais à causa da Independência, mereceu de Theotonio Meirelles compilação de várias respostas dos oficiais que aderiram à Marinha Imperial, incluindo os decretos dos oficiais estrangeiros que foram admitidos ao serviço do Império, entre eles John Taylor, Lord Cochrane, John Pascoe Grenfell e Jayme Sheperd, e ainda a relação nominal de todos os oficiais promovidos e os reformados. Por último, listou nominalmente o quadro de oficiais existentes na Armada Imperial em 1824.

No levantamento dos dados sobre esse tema, o autor referenciou a carreira inicial do Almirante Tamandaré, relatando sua trajetória como voluntário da Armada e mostrando o seu diferencial, o de um oficial de Marinha formado pela experiência no mar e pelo exemplo de seus superiores⁴²⁴. Outra consideração especial foi feita a três oficiais franceses contratados como guardas-marinha, entre eles Junius Villeneuve, que não tendo seguido a carreira naval, tornou-se o dono do *Jornal do Comércio*⁴²⁵.

Passando à análise da aquisição dos navios da Armada, Theotonio Meirelles tratou da subscrição pública realizada pelo governo imperial como recurso para a compra e o reparo de navios de guerra, transcrevendo numerosos documentos a respeito. Segundo ele, “o patriotismo dos brasileiros não se fez esperar” (SILVA, 1882, p. 104) citando vários doadores. Acrescentou que muito mais havia, sendo inviável, dado o propósito do livro, citar todos. Nas observações sobre o tema, listou as embarcações de guerra que compunham a Esquadra até o ano de 1828, indicando as origens das mesmas. A instituição, naquele ano, encontrava-se ainda em processo de organização interna, incluindo a formação de oficiais brasileiros, mesmo considerando o fato de que, na Marinha Imperial, o processo de pertencimento de seu pessoal à uma nação pudesse ter sido mais rápido⁴²⁶. Outro aspecto a ser observado foi o caráter popular que o autor impetrou ao fato, na exaltação da consciência dos cidadãos quanto à importância do aparelhamento da instituição àquela ocasião. Embora historiadores como

⁴²⁴ Como observado no Capítulo II, o Patrono da Marinha não tivera educação formal como oficial de Marinha, tendo participado das Guerras de Independência subordinado a John Taylor.

⁴²⁵ Neste aspecto, pode-se inferir que essa pertinência poderia ser um agradecimento ao apoio que lhe era dirigido pela administração do jornal (várias publicações de seus artigos e divulgação de seus livros) ou demonstração de poder na imprensa, pois seu comentário estava fora de contexto, na medida em que nenhum dos três oficiais seguiu carreira na Marinha.

⁴²⁶ Em função das especificidades da profissão naval e a da historicidade da Marinha Imperial, centrada na Província do Rio de Janeiro, epicentro do movimento nacionalista, e carente de oficiais brasileiros, ou mesmo luso-brasileiros, conforme descrito no Capítulo II.

Brian Vale (2002) e João do Prado Maia (1965) tenham se apropriado desse discurso⁴²⁷, na realidade esta retórica de Theotônio Meirelles denotou um horizonte de expectativas do autor, quando aplicada à história dos conceitos, haja vista os significados de “público e popular” à época.

O autor dedicou capítulo especial em seu texto às trajetórias dos oficiais britânicos Lord Cochrane, John Taylor e John Pascoe Greenfell⁴²⁸, descrevendo suas atuações como relevantes, sendo a causa do êxito da Marinha Imperial na consolidação da Independência.

Sobre Cochrane, o viu como o organizador da Esquadra em Operações, cumprindo com eficácia e eficiência todas as missões para as quais fora contratado e apresentando-se como exemplo de um profissional da guerra naval e cumpridor de todas as missões a quem o governo Imperial nunca deixou de atender, inclusive pagando-lhe os soldos devidos⁴²⁹. No entanto, esclareceu Theotônio Meirelles, não permitiu que Cochrane adotasse as leis inglesas a bordo dos navios brasileiros⁴³⁰. Creditou ao jeito rude, áspero e ameaçador do oficial britânico o desconhecimento da língua portuguesa. Como exemplo, o autor descreveu ofícios e cartas trocados entre Cochrane e o governo imperial a respeito dessas questões. Fazendo uso ainda de outros documentos, Theotônio Meirelles considerou essas fontes a “verdade histórica” sobre as ações de Cochrane quando no comando da Esquadra Imperial, vistas como de excelência. Entretanto, ao abandonar seus serviços de primeiro almirante da Esquadra Imperial e da forma como fizera,⁴³¹ “Cochrane mostrou-se um ingrato aos olhos do governo brasileiro” (SILVA, 1882, p. 197). Mais uma vez, foi encontrada no discurso de Theotônio

⁴²⁷ Esses dois autores referenciaram Theotônio Meirelles nas considerações que fizeram a respeito.

⁴²⁸ Esses oficiais eram originários da *Royal Navy*, desmobilizada em boa parte após as Guerras Napoleônicas, e foram contratados pelo governo imperial, dada a necessidade de oficiais para capacitar a Marinha Imperial, como referido no Capítulo II.

⁴²⁹ Hélio Leôncio Martins desfez essa polêmica existente na historiografia naval brasileira quando das pesquisas acerca da biografia de Cochrane (1997), afirmando que o governo imperial ficara devedor do almirante inglês, razão pela qual ele havia deixado o Comando. Embora os valores acertados no pagamento dos honorários fossem realmente muito altos, incluindo parte do pagamento em “presas de guerra”, este acordo não foi cumprido pelos brasileiros (MARTINS, 2014, pp. 38-47), o que trouxe grandes prejuízos não apenas a Cochrane, mas também aos oficiais e marinheiros que o acompanharam na garantia do recebimento desses honorários.

⁴³⁰ No caso do emprego do recurso das “presas de guerra” confiscadas junto aos navios de guerra e mercantes inimigos como prêmio e pagamento à tripulação, essa era uma prática comum na Marinha britânica, adotada em larga escala no seu processo de formação e diretamente. E estava relacionada às cartas de corso havidas no passado e que se mantivera em sua estrutura. Conforme dito por Cochrane em carta constante do texto de Theotônio Meirelles, “como posso induzir oficiais e marinheiros a travar-se e tomar embarcações de guerra inimigas dali resultando benefício unicamente ao Estado?” (SILVA, 1882, p. 122). Esta prática, embora nunca tenha sido rotina em todas as marinhas, era arbitrada por um tribunal de presas, que deveria julgar as questões. O governo imperial teve referendado o seu tribunal em 12 de dezembro de 1822, tendo como modelo o Alvará português de 1797. Entretanto, observou Hélio Leôncio Martins, nunca acatou nenhuma das reivindicações de Cochrane (2014, p. 43).

⁴³¹ A bordo da Fragata *Ipiranga*, e com toda a tripulação brasileira a bordo, rumou para a Europa, entregando o navio ao representante brasileiro em Portsmouth, Inglaterra (MARTINS, 2014, p. 44). Theotônio Meirelles relatou o fato, sem, contudo, ater-se a detalhes (SILVA, 1882, p. 197).

Meirelles uma das convicções de Varnhagen, a de que cabe ao historiador proferir sentenças (GUIMARÃES, 2011, p. 217). Nesse processo, o embasamento seria pautado numa visão cientificista da história – emprego das fontes primárias –, em rejeição à visão ficcional, em que a verdade se expressava pela própria história em que estava imersa, a de construção de uma história naval brasileira. Assim, Theotonio Meirelles julgou Cochrane, como declarou, “aos olhos do governo brasileiro”. Nesse “seu dito”, o “não-dito” (POLLACK, 1989) estava no fato de que, para a Marinha Imperial, como o autor afirmou, Cochrane foi um exemplo de profissional da guerra naval.

Sobre John Taylor, foi aquele que melhor desempenhou os valores inerentes a um oficial da Marinha, sendo visto como um mestre pelos jovens oficiais da época, disse o autor. No juízo de valor que emitiu a respeito, deteve-se na opção de Taylor pela cidadania brasileira, em virtude dos próprios documentos que transcreveu, o que leva a inferir que a sua opção de ser brasileiro, para o autor, o fizera melhor oficial que Cochrane.

Acerca de John Pascoe Grenfell, prestou muitos e bons serviços, afirmou Theotonio Meirelles, apesar de sua atuação controvertida na Província do Pará, creditando esta a sua juventude, compilando vários documentos sobre suas atuações na pacificação do Maranhão.

Assim, o discurso historiográfico do autor neste livro não se fundamentou apenas em “resumos”, com poucas reflexões críticas a respeito dos fatos. Sua dinâmica envolveu análise/reflexão, seguida dos documentos oficiais comprobatórios, numa operação metódica e disciplinada da escrita historiográfica, em que, entremeada aos documentos, estava a reflexão sobre os mesmos, como exemplificado a seguir.

No dia 24 de outubro de 1823, o Capitão Tenente Greenfell dirigiu ao Primeiro Almirante a carta que se segue, carta esta muito importante para a história, visto que dos acontecimentos nela narrados *com a maior simplicidade e em termos sumaríssimos*, muito se tem falado, escrito e comentado⁴³² [grifos do autor] (SILVA, 1882, p.155).

Depois das análises críticas acerca dos personagens principais, vistos por Theotonio Meirelles como responsáveis pelas vitórias nas guerras da Independência, passou a relatar todas as operações em que esses oficiais britânicos se viram envolvidos, fazendo, ainda, considerações acerca do estado do material e do pessoal da Marinha Imperial.

Tratou também da adesão das províncias do Norte à causa da Independência, como já ocorrera com as do Sul, a começar pela proibição da remessa de mais tropas portuguesas à região, referindo-se à proteção que o comércio português concedia às tropas e aos navios de

⁴³² No caso, se referia à ação de Greenfell no Pará na adesão da província à causa da Independência, fato ainda hoje polêmico para a historiografia brasileira (BASILE, 1990, p. 204).

guerra lusos. Por conseguinte, transcreveu numerosos documentos a respeito, inclusive com o estabelecimento do curso contra o pavilhão português e o bloqueio dos portos às embarcações portuguesas.

Sobre o estado dos navios de guerra brasileiros, analisou o autor que “era o pior e, para que os historiadores não se deixem levar por informações menos exatas, transcreveu integralmente os ofícios do chefe de Divisão Tristão Pio dos Santos (...) e carta particular dirigida ao ministro José Bonifácio” (idem, p. 210) Compilava, ainda, carta particular de Cochrane dirigida ao ministro José Bonifácio, para a qual, disse Theotonio Meirelles, “chamamos a atenção dos historiadores” (idem). Nessa carta, as críticas de Cochrane ao estado dos navios e do armamento brasileiros de que dispunham eram muito ruins. Sobre o pessoal, no caso a marinhagem, Cochrane sugeria sua profissionalização aos moldes da Marinha britânica, devendo a Marinha Imperial abrir mão dos portugueses, posto que, além de não confiáveis (cita várias situações que o levaram a essa conclusão), também eram muito velhos para aprender o que ainda não sabiam (idem, pp. 210-217). O autor, mais uma vez, selecionou o documento, entre tantos outros observados, como digno de poder provar uma trajetória que construía para a história naval brasileira. Ele “falou” por meio de Cochrane, delegando ao almirante britânico as críticas ao estado calamitoso da Marinha Imperial herdada dos portugueses, buscando manter a proposta continuísta da história nacional que se construía⁴³³ e refleti-la na trajetória naval brasileira.

Quanto ao apresamento de navios portugueses em comboio, o autor assim se expressou: “nada mais encontramos nos arquivos oficialmente escritos... do que o que fora exposto” (idem, p. 225), razão pela qual, no preenchimento dessa lacuna, fez uso de um documento visto como autêntico⁴³⁴, o qual passou a transcrever, considerando-o a opinião que tinha sobre o evento.; no caso a perseguição da Fragata *Niterói* pela esquadra portuguesa até a boca do Rio Tejo. Ao final, embora reconhecendo os predicados de John Taylor, comandante da Fragata *Niterói*, Theotonio Meirelles o criticou por não ter colocado em lugar de honra a Bandeira do Brasil, e sim “usado e abusado”, como disse, da bandeira inglesa, “(...) esquecendo-se completamente de que não era simplesmente comandante de um navio de corso (...) e sim de uma fragata de guerra brasileira, que tinha ao seu bordo uma guarnição valente, entusiasmada e ávida de glórias” (idem, p. 265). Repetindo a mesma retórica, ratificava a sua compreensão de que a Marinha Imperial nascera com a Independência, sendo

⁴³³ A ideia que o Estado que nascia obedecia à herança portuguesa, conforme observado no Capítulo II.

⁴³⁴ Segundo Theotonio Meirelles, fora escrito pelo Capitão de Fragata Luiz Barroso Pereira, imediato da Fragata *Niterói* (SILVA, 1882, p. 234).

a armada lusa banida das águas brasileiras com esse episódio. Exaltou o feito, valorizou o espaço conquistado e as fronteiras marítimas do País e emblematizou o evento, conhecido na história naval brasileira como a expulsão da esquadra portuguesa do Brasil.

Theotonio Meirelles, nas 154 páginas que se seguiram, tratou das operações navais empreendidas pela Marinha Imperial nas rebeliões em Pernambuco e no Ceará, reservando apenas 20 páginas para a descrição dessa operação naval, pautada essencialmente por apoio logístico às ações terrestres, refletindo, portanto, na análise que a historiografia brasileira fez do conflito pernambucano⁴³⁵, com a transcrição de numerosos ofícios. Nesta seleção, ficou patente a sua escolha por aqueles que envolvessem questões conflituosas entre o presidente da Província, o governador das Armas e o Capitão de Fragata John Taylor, comandante da Força Naval, parecendo indicar a proposta do autor, no caso a de inserção de uma historiografia naval brasileira num contexto operacional e político diferenciado. Quanto às batalhas, sua narração envolveu também a atuação do Exército brasileiro, havendo ainda a relação dos navios envolvidos, com seus mortos e feridos.

Por último, a rebelião no Maranhão. O episódio foi escrito por Theotonio Meirelles com o concurso dos ofícios de Lord Cochrane, comandante da Esquadra, do presidente da província e do chefe de Polícia, e nele mais uma vez se transpareciam as disputas não só pelo poder local, mas entre este e o poder central, representado por Cochrane, que, logo ao chegar, emitiu um ofício declarando-se o comandante militar da área.

Sobre esses episódios, o autor nada analisou. Deixou que os documentos falassem sobre a importância da Marinha Imperial na formação do Estado, centralizando aquelas províncias longínquas à autoridade de um governo imperial.

Cumpram ainda observar que no mesmo ano, e da mesma forma que fizera em relação às obras produzidas anteriormente, tratou Theotonio Meirelles de divulgá-la, fazendo doações do livro à Câmara dos Deputados (JORNAL DO COMÉRCIO, 1882, p. 1) e ao IHGB (JORNAL DO COMÉRCIO, 1882, p.1), o que leva a dedução que o público-alvo da produção historiográfica do autor, naquele momento, envolvia políticos e a elite intelectual do Império, e não somente a mocidade gloriosa, como havia dito.

O *Jornal do Comércio* anunciava ainda que, por Aviso do Ministro da Marinha, a Escola de Marinha recebeu dois volumes dos *Apontamentos para a história da Marinha de Guerra brasileira*, “organizados por Theotonio Meirelles da Silva e por ele oferecidos como

⁴³⁵ Ver: (BASILE, 1990, p. 204)

Prêmio Lima Duarte⁴³⁶ ao aluno da Escola de Marinha que no corrente ano de 1882, completando o curso dessa escola, melhores provas tiver dado de sua aplicação”.

3.2.3.3 Apontamentos para a História da Marinha de Guerra Brasileira – volume III – 1825-1828 (264 páginas)

Nesta obra, o autor iniciou seu discurso com o anúncio da produção historiográfica que realizou, três volumes de apontamentos para a história da Marinha de Guerra brasileira, anos de 1808 a 1828. Ressaltava a dificuldade em

procurar entre milhares de papéis, esparsos e esquecidos há mais de meio século, aqueles que possam servir para a história da marinha: ler, estudar e coordenar os documentos escolhidos; copiar, traduzir e mandar compor e rever as provas: e finalmente, ter que aturar as impertinentes críticas dos invejosos (...) (SILVA, 1883, p. 6).

Com este trabalho, esclarecia, já era possível produzir um bom volume de história, portanto, sua missão estava completa. Pois “escrever história e ser um historiador oficial são duas coisas muito sérias”. Segundo Theotônio Meirelles, “para desempenhar a primeira parte, precisa ter muito talento e ilustração; para desempenhar a segunda, precisa além do talento e ilustração, ser muito independente, ter posição social elevada, e ser esta bem defendida” (idem, p. 7).

O autor revelou, nessa escrita, que seu trabalho sofreu contestações. Embora ao longo da pesquisa não tenha sido possível nominar os “invejosos” referidos pelo autor, pode-se observar que, pelo menos na Marinha Imperial, havia quem não apreciara a história naval brasileira que produzira até então, mesmo ainda que em forma de apontamentos.

Ao anunciar o nome de Sabino Elói Pessoa como o indicado para escrever a história naval brasileira, da qual reunira os apontamentos, Theotônio Meirelles, provavelmente, levou em consideração a rede de sociabilidade construída pelo seu colega de turma, e da qual fazia parte, como já referido no Capítulo II⁴³⁷. Verifica-se ainda nesta observação de Theotônio Meirelles o respeito que expressou quanto à capacidade intelectual e profissional⁴³⁸ que

⁴³⁶ Ministro da Marinha à época.

⁴³⁷ A relação entre esses dois oficiais era muito próxima. Além de caminhar juntos pela profissão e provavelmente depois, com Theotônio Meirelles já na reserva (vide a Revista Marítima Brasileira e a Biblioteca da Marinha), tinham em comum a relação com o chefe de Esquadra Miguel de Souza Melo e Alvim (1794-1855), ex-ministro da Marinha, padrinho (junto com a esposa) de um dos filhos de Theotônio Meirelles e sogro de Sabino Elói Pessoa (ACMRJ, caixa 1.731, 25.123). Aquele oficial também era pai de dois dos colegas de turma de ambos, Almirante Francisco Cordeiro Mello e Alvim (Barão de Ivinhema) e Miguel de Souza Melo e Alvim (que não seguiu carreira).

⁴³⁸ Incluía as atribuições de Sabino Elói Pessoa, oficial de gabinete em algumas ocasiões.

Sabino Elói Pessoa havia construído para a legitimidade e autoimagem da instituição⁴³⁹. Também é possível inferir que suas atividades políticas podem ter trazido descontentamentos, como já observado no Capítulo II. No entanto, cabe uma pergunta: A quem, majoritariamente, a escrita de Theotonio Meirelles estava incomodando? Até então, mostrava-se um defensor da monarquia instituída, mesmo considerando que os comentários e as críticas feitos pelo autor pudessem ter trazido desconforto, como a questão da valorização que impusera aos oficiais britânicos na formação da Marinha Imperial, ou mesmo o seu “esquecimento” das ações da Marinha portuguesa antes da Independência. Neste mister, tendo como referência o texto de Arias Neto (2001), Theotonio Meirelles, com sua trajetória pessoal, pode ter sido visto como um elemento controverso ao *status quo*, até porque pertencia ainda a uma rede social de oficiais intelectuais da Marinha Imperial, num momento da grave crise política, econômica e social vivida pelo Estado à época. Entretanto, mais pesquisas são necessárias para a comprovação desta hipótese.

Outro enunciado do autor expôs, mais uma vez, a percepção histórico-metodológica que possuía a respeito da produção de uma história naval brasileira. De um lado, com a citação das obras do Almirante Jurien de La Graviere (1812-1892)⁴⁴⁰, o autor referenciava uma das vertentes do eixo temático a ser imprimido à obra – a guerra naval – e sua instrumentalização para o melhor desempenho da profissão naval, inclusive a política. De outro lado, no trato da bibliografia de José Mendes Leal Júnior (1820-1886)⁴⁴¹, reverenciava o emprego de um discurso patriótico e didático, evidenciado por um historicismo romântico, na fundamentação social, cultural e política da instituição, inserida num cenário nacional.

Ao final do que denominou “abertura de livro”, Theotonio Meirelles pediu desculpas caso pudesse ter incomodado direta ou indiretamente alguém, neste ou em outros livros. “Mas tudo perderemos se faltar-nos a verdade que se deve à história” (SILVA, 1883, p. 3). Essa questão da “verdade”, tão enfatizada em seu discurso, deve ser relativizada pelas escolhas que

⁴³⁹ Iniciada ao tempo de suas atividades como editor da *Revista Marítima Brasileira* (ARIAS NETO, 2013, pp. 1-16).

⁴⁴⁰ Como observado no Capítulo I, Edmond Jurien de Gravière (1812-1896), oficial da Marinha francesa, de larga experiência nos campos de batalha, tornou-se um historiador de renome, com várias obras sobre história naval, vindo a ser membro da Academia Francesa (1888).

⁴⁴¹ Bruna G. Silva Rondinelli, em seu artigo “Os dramas históricos de Mendes Leal nos palcos do Rio de Janeiro: notas sobre as encenações e recepções críticas” (2009), citou a importância do repertório dramático e romântico do escritor, diplomata e historiador português na dramaturgia brasileira entre 1840 e 1859, categorizando suas peças teatrais como permeadoras de valores patrióticos e românticos, extraídos da história lusitana. Por sua vez, o texto de Monica Ferreirinha sobre um breve histórico do Banco Nacional ultramarino ressaltou várias atividades de Mendes Leal em sua carreira, entre elas as de diretor da Biblioteca Nacional de Portugal e ministro da Marinha nos anos 1862-1864. Ver: BANCO NACIONAL ULTRAMARINO. Disponível em <https://www.bnu.tl/grupo-cgd/historia-bnu/documents/breve-historia-bnu.pdf>, acesso em 20 fev. 2017.

fez ao coletar e selecionar os documentos primários que manipulou no encadeamento da história produzida, aliadas ao seu propósito ideológico na produção da sua obra – o nacionalismo.

Este livro, como os anteriores, foi periodizado e com formatação dos Apontamentos de 1881 e 1882, possuindo um índice. E a cada introdução dos temas, existia um sumário. Ao iniciar o tema Guerra Cisplatina, tendo como primeira parte uma análise do comando do Almirante Rodrigo Ferreira Lobo, Theotonio Meirelles afirmou que os problemas brasileiros nas fronteiras ao sul do País remontavam aos tempos coloniais, agravados com a independência entre os povos do Rio da Prata, onde a anarquia e desordem do Uruguai contribuíam para o sofrimento dos brasileiros.

Prosseguindo com sua narrativa, considerou que os problemas continuavam em função da índole “daqueles povos que não admitiam sossego nem ordem; as insurreições e a má vontade continuaram a aparecer” (idem, p. 9). Embora não houvesse dúvidas a respeito sobre a quem pertencia a Província Cisplatina, opinou o autor, assim não entendeu o governo de Buenos Aires. De novo identifica-se uma característica da historiografia brasileira do período, a questão da barbárie das repúblicas latino-americanas, o nacionalismo afeto à limitação territorial e à questão das fronteiras, discurso da história conduzida pelo IHGB (GUIMARÃES, 2011).

Em seguida, na comprovação de sua assertiva, o autor transcreveu uma série de documentos dispostos de tal forma que, pela sua leitura, numa retórica progressiva, chegou-se à Guerra Cisplatina (1825-1828), com Buenos Aires e a atuação do Almirante Rodrigo Ferreira Lobo no embate. O oficial, chamado ao Rio de Janeiro, fora alertado da necessidade de bloquear a saída de corsários do porto de Buenos Aires, o que não fez, segundo o escritor. Como já acusado anteriormente, Theotono Meirelles estabelecia o todo em seu discurso, numa apresentação sucinta do tema, sumariando suas partes para, então, descrevê-las.

Continuando suas observações, fez severas críticas ao comando do Almirante Lobo, “repleto de infelicidades e decepções”. Manteve neste livro, como nos anteriores, reflexões sobre o fato, emitindo juízo de valor, muitas vezes delegando sua fala aos documentos que transcrevia. Nessa dinâmica, descreveu os combates ocorridos em 2, 9 e 24 de fevereiro de 1825, copiando na íntegra várias “partes oficiais”, posto que “muito se falou sobre o proceder dos oficiais brasileiros” (SILVA, 1883, p. 29). “É bom, portanto, que o historiador conheça a íntegra de diversas partes oficiais sobre aqueles combates” (idem, pp. 29-30). Na leitura desses documentos, conclui-se quanto ao despreparo técnico e profissional da Marinha

Imperial, o estado lastimável dos navios brasileiros empregados na guerra e a ausência de liderança no emprego da tática de bloqueio. No entanto, a todo momento, Theotonio Meirelles ressaltou, pelas fontes, a mística heroica dos marinheiros e oficiais brasileiros, a suplantar as dificuldades. Pela seleção que o autor fizera dos documentos, pode-se deduzir que o fator humano era preponderante, para ele, no decurso da missão – fazer a guerra –, com as ações sociais e individuais atuando para o alcance da vitória. Para tal, o Estado deveria fornecer os meios.

O autor, nesse ínterim, faz elogios ao Almirante Willian Brown (1757-1857)⁴⁴², chefe da Esquadra de Buenos Aires, visto por ele como “valente e bom marinheiro” (idem, p. 29). Audacioso e veloz nas manobras navais em frente à esquadra brasileira, fugia em velocidade quando perseguido. Parecia, assim, estar estabelecendo uma analogia entre este oficial e o Almirante Rodrigo Lobo, a quem Theotonio Meirelles dirigiu numerosas críticas. Numa de suas observações, afirmou que “a Esquadra nada viu ou soube quanto à ida dos argentinos para aqueles lados da Colônia” e ainda que a Esquadra “só se moveu depois que recebeu a participação oficial da chegada do inimigo ao porto da Colônia” (idem, p. 47).

Sua história batalha⁴⁴³ continuou com o ataque à Fragata *Imperatriz*, os Combates de 3 de Maio e 11 de maio, transcrevendo documentos nos quais as atuações do Almirante Rodrigo Lobo eram severamente criticadas, acabando por ser substituído pelo Barão do Rio da Prata, sendo preso ao chegar ao Rio de Janeiro. Considerava ele “que eram tão graves os acontecimentos que não se pode prescindir da publicação o conhecimento do ataque da Colônia de Sacramento” (idem, p. 48).

Na segunda parte do livro, “Comando do Almirante Barão do Rio da Prata”, Theotonio Meirelles de novo relacionou, à primeira página, todos os eventos vistos por ele como determinantes no desenvolvimento do tema, emitindo análise na nova fase da guerra quando declarou que “nos dois primeiros encontros que as forças tiveram com o inimigo, viu-se logo que outra estrela mais feliz estava presidindo os destinos da Esquadra brasileira” (idem, p. 148). A seguir, o autor transcreveu os documentos, sendo que por duas vezes os corrigiu, no emprego de uma metodologia de confronto das fontes.

Sobre as ações corsárias argentinas, foi enfático ao condená-las, transcrevendo alguns documentos a respeito. Cruzavam as costas do Brasil, sob a patente de oficiais, dizia Theotonio Meirelles, “acometendo, tomando ou incendiando os navios brasileiros”. O mais

⁴⁴² Oficial britânico serviu com Lord Cochrane na Guerra do Pacífico, a serviço do Chile.

⁴⁴³ Narrativa dos acontecimentos de forma factual e objetiva, apresentando uma história vista de cima, na exaltação dos grandes feitos e personagens, com o emprego de documentação primária.

valente e atrevido, disse ele, era um francês de nome Fournier, transcrevendo uma carta deste corsário.

Neste livro, teceu várias considerações críticas às operações navais da esquadra argentina e a seus oficiais, mas também às da esquadra brasileira. Nesse sentido, compilou vários documentos, ora defendendo alguns oficiais, ora publicando na íntegra os ofícios e notas vistas por ele como desagradáveis, como exemplo a que o Barão do Rio da Prata enviara ao Rio de Janeiro, acerca do desempenho dos oficiais. Ou seja, o seu discurso fora aperfeiçoado, tornando-se mais crítico e metodológico na sustentação das suas afirmativas.

Sua escrita a respeito da Guerra Cisplatina terminou em janeiro de 1828⁴⁴⁴. Por nota, esclarecia Theotônio Meirelles que, para não exceder a verba recebida para a impressão desse volume, continuaria com a Guerra da Cisplatina no quarto volume, o que não ocorreu.

Em 24 de novembro, o *Jornal do Comércio* publicou o seguinte aviso sobre a produção historiográfica que ora realizava:

Manuscritos. – Em 19 do corrente o ministério da marinha expediu o seguinte aviso ao ajudante general da armada: Ilm. E Exm. Sr. – Recebi o ofício n. 1.015, que V. Ex. dirigiu-me em 15 do corrente, acompanhado do que, na mesma data, a V. Ex. endereçara o 1º tenente reformado Theotônio Meirelles da Silva. Inteirado do conteúdo desse último ofício, declaro a V. Ex. que os manuscritos nele mencionados pertencem ao Estado, porque representam o resultado de investigações sobre os papéis pertencentes ao arquivo desta secretaria de estado, e o trabalho do mesmo 1º tenente foi remuneração com gratificação paga pelos cofres públicos. Assim, recomendo a V. Ex. que exija dele a entrega imediata dos supracitados manuscritos, [...] de poder o governo resolver sobre a publicação da obra, como entender mais conveniente. Deus guarde a V. Exa. – *Antônio de Almeida Oliveira* (JORNAL DO COMÉRCIO, 1883, p. 1).

Em outras palavras, ao autor estava sendo recomendado a devolver documentos oficiais e manuscritos que haviam sido por ele retirado do arquivo do Quartel-General da Armada, por sugestão do então ministro da Marinha⁴⁴⁵ ao ajudante-general da Armada⁴⁴⁶.

⁴⁴⁴ A Guerra Cisplatina só terminaria em 27 de agosto de 1828, com a assinatura da Convenção Preliminar de Paz, em que a Banda Oriental do Uruguai, território em disputa pelo Governo Imperial e a República das Províncias Unidas do Rio da Prata, foi declarada independente.

⁴⁴⁵ O Deputado Antônio de Almeida e Oliveira (1843-1887), do Partido Liberal, havia assumido a pasta em 24 de maio de 1883, nela permanecendo até 6 de julho de 1884, quando deu-se a queda de mais um gabinete ministerial (BOITEUX, 1959).

⁴⁴⁶ Em 1873, pelo Decreto 5.278, o Quartel-General da Armada havia sido reorganizado, sendo a denominação de encarregado substituída pela de ajudante-general da Armada (CAMINHA, 2002, p. 25). Em sua estrutura organizacional, como já referido, possuía um arquivo de grande valor administrativo e, pelo visto, também de importância histórica. Criado em 1808, com a vinda da Família Real, no propósito de dividir as funções administrativas junto a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, por onde circulavam ordens e leis emanadas do ministro da Marinha, movimentação de navios, promoções de oficiais, inquéritos, relatórios de

Afinal, fora contratado pelos cofres públicos para escrever a obra, cabendo, portanto, ao governo imperial decidir sobre sua publicação ou não. Embora não tenha sido encontrado o ofício original, onde talvez estivesse a relação dos documentos, fato é que em 1883 Theotonio Meirelles publicou a obra em lide.

Do apresentado, depreende-se que o autor estava sendo monitorado em suas opiniões e ações, fosse em razão de sua própria produção historiográfica ou de algum procedimento político exercido nas suas atividades na Freguesia da Lagoa, o que já havia acontecido em 1860⁴⁴⁷.

O que se pode deduzir, em face da aceleração da derrocada do sistema político imperial a partir dos anos 1880, com a participação ativa dos militares, é que, pelo menos para aqueles que lutavam pela sobrevivência da monarquia, os escritos e a postura independente de Theotonio Meirelles, de livre circulação por redes de sociabilidades distintas (militar e civil), podiam suscitar problemas políticos. Cumpre acrescentar que, entre os oficiais de Marinha envolvidos em organizações de associações e do Clube Naval, vistos como a “quase totalidade da intelectualidade da Marinha” por José Miguel Arias Neto (2001, p. 160), estavam alguns contemporâneos e colegas de turma de Theotonio Meirelles, como o Barão da Passagem, o Barão de Ladário e o Barão de Iguatemi.

3.2.4 *História Naval Brasileira (1884) - 1822-1870 (369 páginas)*

Este livro fugiu ao escopo das três publicações anteriores. Fora oferecido por Theotonio Meirelles ao Conde d’Eu para uso das escolas a cargo do Ministério dos Negócios da Marinha. A obra, com o título *História Naval Brasileira*, compreendia o período de 1822 a 1870, denotando o propósito do autor: o de produzir não somente apontamentos ou subsídios para a história da instituição, mas a sua própria trajetória, e sob véis pedagógico, tendo como público-alvo as escolas de instrução da Marinha Imperial.

Na apresentação do texto, ateu-se à razão da dedicatória ao Conde d’Eu – fora ele quem primeiro fizera sentir, numa conversa, a necessidade da escrita da história da Marinha de Guerra brasileira. Também lembrou o Conselheiro Lima Duarte, que, quando ministro da Marinha, em 1881, o incumbiu da missão de organizar os apontamentos e escrever a história da Marinha de Guerra brasileira.

Comentou ainda o quanto difícil foi a missão, por ter que escrever essa história com “análise e investigação, crítica judiciosa e apreciação de fatos, causa e efeito dos sucessos”

operações, enfim uma gama numerosa de documentos que, dependendo do teor, eram considerados sigilosos (Decreto 2.536 de 1860).

⁴⁴⁷ Ver Capítulo II.

(SILVA, 1884, p. 8). Esse seu comentário repetia as palavras do vice-presidente do IHGB, Olegário Herculano de Aquino e Castro (1828-1906)⁴⁴⁸, quando do seu parecer, em 28 de fevereiro de 1884, em que, analisando a obra, como já o fizera em 1881, examinou os *Apontamentos* por solicitação do ministro da Marinha⁴⁴⁹, assim se expressou

Conquanto não possam ser considerados, e o próprio autor, o reconhece, como a história completa de guerra da Marinha de Guerra Brasileira – vasto campo de investigação e de estudo, em que a crítica judiciosa na apreciação imparcial do historiador se tem de manifestar, não só narrando com escrupulosa fidelidade os fatos ocorridos, o tempo em que se deram e os nomes das pessoas que nele tomaram parte como ainda explicando as causas e os efeitos dos sucessos relatados, ou a influência que exerceram sobre todas as relações da nossa vida social – ainda assim são de grande utilidade e são dignos de apreço, como valiosos subsídios, podendo, demais, ser aproveitados, e com muita vantagem, para o fim especial que ora se destinam (idem, pp. 12-15).

Este parecer induz ao fato de que, para o IHGB, a história naval brasileira produzida por Theotônio Meirelles não atendeu à cientificidade da disciplina enquanto ciência, pelo menos em sua totalidade, posto que faltaram à obra as causas e os efeitos dos sucessos relatados ou a influência que exerceram sobre todas as relações da vida social. Ou seja, a história produzida era útil para o processo de doutrinação e afirmação da instituição Marinha, mas ainda não refletia a totalidade de sua imbricação à história nacional sob a ótica metodológica do IHGB, em que pese os fatos em contrário, como visto na análise da produção historiográfica realizada ao longo deste capítulo. Neste mister, cumpre lembrar a historicidade do período turbulento vivido pelo Brasil à época, 1881-1884, tempo desses escritos realizados por um militar, à contramão da elite imperial, e visto ainda como filho natural de D. Pedro I.

Em continuação à apresentação de seu livro, o autor fez menção à suspensão do projeto de construção de uma história institucional da Marinha Imperial pelo Conselheiro Dr. Almeida e Oliveira (ministro da Marinha), mesmo havendo um quarto volume em produção, “trazendo inéditos e valiosos documentos históricos” (idem, p. 8). A razão alegada foi a falta de verbas.

Assim, devido a já ter em mente o propósito de, findo os *Apontamentos*, elaborar um livro pelo qual “se tornasse fácil o conhecimento exato de como se organizou a repartição da Marinha no Brasil e de todos os seus feitos da Armada brasileira” (idem, p. 9), Theotônio Meirelles anunciou que o livro foi publicado sob os auspícios do Sr. L. Garnier, com custas pagas pela própria gráfica, “em formato, tipo, linguagem e estilo o mais apropriado para as

⁴⁴⁸ Advogado e membro da elite moderada.

⁴⁴⁹ Este parecer não foi encontrado.

escolas” (idem, p. 10)⁴⁵⁰. Antes, esclareceu, solicitou ao ministro da Marinha autorização para publicar o livro por conta do Estado, tendo este alegado não ser possível por falta de verbas. Esse fato leva a depreender que, da produção historiográfica de Theotônio Meirelles, apenas os *Apontamentos para a História da Marinha de Guerra Brasileira, anos de 1881, 1882 e 1883* foram apoiados institucionalmente pela Marinha brasileira. Também é possível observar a importância da rede social construída pelo autor, que lhe permitiu publicar a obra de 1884.

Este livro teve um prólogo, à semelhança do de 1881, quando fora contratado pela Marinha, denotando a preocupação de Theotônio Meirelles em estabelecer os recortes temporais e metodológicos das suas obras, contextualizando-as historicamente na introdução do tema. Desta maneira, fez uso desse recurso para descrever a arte de navegar, o navio, surgido, para autor, da necessidade do homem de olhar além das ilhas e campinas que avistava. Perpassando por toda a história da Antiguidade, numa sequência histórica dos acontecimentos, com descrição das embarcações e dos tripulantes, e numa perspectiva pedagógica, Theotônio Meirelles explicou as diferenças entre o navio mercante e o de guerra e as transformações de suas características, apresentando, ainda, o armamento naval que se construía, como os espigões de bronze e o fogo grego. De 1453 em diante, disse o autor, as transformações se aceleraram. Para ele, os holandeses foram os primeiros a construir veleiros de guerra mais velozes; depois vieram os ingleses⁴⁵¹. A partir de então, estabeleceu o ideário da história nacional que se construía, buscando no passado colonial a origem, no mito da colonização europeia como fator de construção de uma história da civilização brasileira. Neste contexto, como Varnhagen já fizera, e numa analogia às origens do poder naval brasileiro, o autor escolheu como ponto de inserção as guerras holandesas, como visto a seguir.

Deste modo, foi estabelecido inicialmente o pioneirismo holandês não somente na arte de navegar, mas também na de guerrear. Theotônio Meirelles descreveu as invasões holandesas no Brasil, que conseguiram triunfar sobre as esquadras espanholas e portuguesas, demonstrando, dessa maneira, a importância do poder naval e de os Estados terem instituições

⁴⁵⁰ Cabe lembrar que, já em 1877, Manoel Pinto Bravo havia produzido o livro *Curso de História Naval*, resultante das apostilas que confeccionara para a sua atividade de instrutor da Escola Naval (BRAVO, 1877, p. 11), na qual pela primeira vez “se pensava em poder naval e se procurava ligar as conexões entre o poder político e a força naval (RODRIGUES, 1959, p. 3). Entretanto, sua obra se diferenciou da de Theotônio Meirelles pelo enfoque, notadamente centrado na história naval. Sobre a história do Brasil, quando muito, relatos dos conflitos em que a Marinha Imperial se envolveu, numa perspectiva memorialista, notadamente da Guerra do Paraguai, em que esteve presente. No momento em que a historiografia de Pinto Bravo se pautou em fontes secundárias, citadas pelo próprio autor (BRAVO, 1959, folha de rosto) e existentes na Biblioteca da Marinha, pode-se inferir, diante do resumo de Theotônio Meirelles a respeito da história naval (nove páginas), que o autor possa dela ter feito uso, posto que seguiu a mesma periodização, resumindo o detalhamento de Pinto Bravo.

⁴⁵¹ Os subsídios para a confecção dessa temática constavam de livros existentes na Biblioteca da Marinha, já em 1858, como demonstra o catálogo existente à época, e a que provavelmente Theotônio Meirelles teve acesso.

capazes de defendê-lo, no caso as Marinhas de Guerra. Ao ocuparem parte do território, os invasores acabaram por propiciar o aparecimento do patriotismo, com a ação dos primeiros vultos heroicos na defesa do território. O autor valorizou vários desses vultos, à maneira de Varnhagen⁴⁵², buscando na história respostas para o presente.

Nas três primeiras partes do livro, o seu discurso, de forma bem resumida, se atém à vinda da Família Real e ao seu impacto sobre a organização da Marinha, até 1822, com a criação da Marinha do Brasil e a luta empreendida pela instituição na criação do Estado, sendo, portanto, uma extração da história que já contara nos volumes I e II dos *Apontamentos*. Entretanto, diferentemente destas duas obras, o autor não apenas relatou, mas considerou os fatos, emitindo análises a respeito. Como exemplo, a valorização da continuidade dos bons serviços prestados pelas organizações de Marinha criadas à época joanina, que apenas tiveram alguns empregados substituídos. Quanto às ações administrativas do primeiro ministro da Marinha Imperial, descreveu as medidas que viu como importantes, caso da comissão instaurada no levantamento dos oficiais de Marinha que aderiram à causa da Independência. Embora factualista na relação de todos os nomes, o autor opinou a respeito dos oficiais que optaram pela Marinha Imperial, elogiando a atitude do governo ao contratar estrangeiros para suprir a falta de oficiais e ao aplicar a subscrição pública para consertar e fabricar barcos de guerra, com “enorme recepção” (idem, p. 17). Sobre as guerras da Independência, empreendeu o mesmo procedimento metodológico, empregando análises de algumas manobras táticas, com as respectivas justificativas, sobre os embates. No caso das operações de Cochrane na Bahia, em que o almirante não podia agir com rapidez, pela falta de conhecimento do porto, considerou que

A esquadra portuguesa temia muito qualquer golpe inesperado... tinha por notícia a valentia e ousadia do Almirante Cochrane, e desejava furta-se quanto antes de suas tentativas. Fez portanto, adiantar e talvez mesmo precipitar os acontecimentos, de sorte a poder escapar-se das perseguições da esquadra brasileira (idem, p. 34).

Theotonio Meirelles transcreveu de novo fontes primárias (relatório do imediato da Fragata *Niterói* e cartas de John Taylor⁴⁵³) acerca da perseguição da Esquadra portuguesa até o Tejo, entremeando seu discurso crítico em alguns momentos. Portanto, no emprego de repetição da narrativa, creditou o fato digno de ser perpetuado na memória coletiva da

⁴⁵² Como comentado por Manoel Guimarães (2011) e Arno Wehling (1999), Varnhagen encontrou raízes de brasilidade no século XVII, com a expulsão dos holandeses do Brasil, associando a história da nação como em desenvolvimento e nascida ainda ao tempo da colonização portuguesa, ou seja, continuada pelo Estado Nacional que se erigia.

⁴⁵³ Era o comandante da Fragata *Niterói*.

instituição, pois aquele era visto por ele como emblemático em relação à importância da participação da Marinha na afirmação do Estado Imperial⁴⁵⁴.

Antes de adentrar nas considerações sobre as operações navais brasileiras na Guerra Cisplatina⁴⁵⁵, o escritor apresentou fato novo ao seu texto ao analisar as causas da guerra e suas batalhas, sem a compilação de tantos documentos primários como fizera anteriormente. Dessa maneira, tratou das questões territoriais e da defesa das fronteiras na garantia dos interesses dos proprietários brasileiros, correlacionando os conflitos de 1811 e 1816, vistos ainda como correlatos à Guerra Cisplatina (1825-1828), num discurso nacionalista e avesso à barbárie dos povos platinos, e com ênfase no esforço dos militares brasileiros, mesmo mal preparados e mal armados. Os documentos transcritos por Theotônio Meirelles foram aqueles não citados em outras obras suas, caso da descrição detalhada do Conselho de Guerra a que foi submetido o Almirante Rodrigo Lobo. Nessa escrita, estava implícito o propósito doutrinário e pedagógico do autor ao usar o exemplo daquele oficial como negativo para os valores morais e profissionais da instituição.

Dessa vez, tratou da Guerra Cisplatina até o seu término, com a assinatura do Tratado de Paz de 1828, Oitava Parte do seu livro, transcrevendo novas fontes primárias. A esse respeito nada comentou, ou mesmo induziu, sobre a quem coube a vitória, restringindo-se ao relato das batalhas⁴⁵⁶.

Ao episódio da abdicação de D. Pedro I, que “entendeu dever abdicar” (idem, p. 158), sem mais considerações a respeito, seguiu-se a descrição de Theotônio Meirelles sobre as revoltas regenciais e a Passagem de Tonelero, em 1851, episódios que ainda não haviam sido desenvolvidos em seus outros trabalhos. Nesta retórica, tratou o autor de descrever os navios que compunham a Esquadra em 1851, quando começaram os conflitos, “fértil em dissensões políticas” (idem, p. 154).

Cumprindo sua dinâmica de apresentação do tema, antes de desenvolvê-lo, analisou a participação da Marinha Imperial no período, que se estendeu até 1850, considerando que a Marinha Imperial, embora tenha sido a instituição a quem “coube em grande parte o papel de principal apaziguadora daquelas sedições” (idem, p.157) pouco atuou em combates navais,

⁴⁵⁴ A historiografia naval brasileira assim reconhece esse evento (MARTINS, 2004).

⁴⁵⁵ Periodizada como quarta, quinta, sexta, e sétima partes do seu livro. Theotônio Meirelles manteve a sua metodologia de inicialmente introduzir o leitor ao assunto, que dividia em vários outros episódios integrados ao tema principal, na sua perspectiva historicista de progresso e evolução dos fatos de acordo com decisões de natureza humana.

⁴⁵⁶ Deste modo, não deve ser creditado aos seus relatos o discurso ufanista que durante muito tempo perdurou na historiografia naval brasileira a respeito, o qual foi desconstruído por Hélio Leôncio Martins em seu trabalho a respeito da Guerra Cisplatina (2002).

exceção feita à Revolução do Pará, em 1835, e à Revolução Farroupilha (1835-1845), detalhando os conflitos. Neste mister, ressaltou o emprego, pela primeira vez, de navios a vapor no serviço da guerra, citando a Barca *Liberal* como tendo prestado excelentes serviços nas operações navais. No Conflito Farroupilha estendeu-se em suas explanações sobre os embates travados entre a esquadra imperial e a “Marinha de Garibaldi”⁴⁵⁷ e as implicações decorrentes.

Outro episódio ainda desconhecido à historiografia naval brasileira que Theotônio Meirelles construiu, a Passagem de Tonelero⁴⁵⁸, foi narrado pelo autor sem o concurso de transcrição de fontes primárias, parecendo indicar o seu propósito de apenas mencionar a operação naval que ocorrera como mais uma ação promovida pela Marinha Imperial na solução de conflitos externos, a servir de exemplo, como manobra tática, em outras situações.

As demais páginas foram dedicadas pelo autor à Campanha do Uruguai, como preâmbulo da Guerra do Paraguai, e às demais operações navais ocorridas no próprio conflito guarani, mas de forma mais resumida; além de conter menos documentos transcritos, o autor emitiu comentários sobre as operações, as incursões pelos rios, as manobras táticas aliadas e dos inimigos, incluindo ainda na temática da Guerra do Paraguai, a atuação do Exército Brasileiro,

De novo apresentou um discurso diferenciado, que, embora ligado ao projeto historiográfico do IHGB⁴⁵⁹ e aos moldes de uma escrita varnhageniana, pautou-se numa visão crítica da evolução e do progresso da instituição ao longo da sua historicidade, quando, por exemplo, estabeleceu que, a partir dos conflitos contra o Uruguai, começou a aparecer a moderna Marinha brasileira, com seus navios de ferro, encouraçados, aríetes e oficiais brasileiros formados na Academia de Marinha comandando os navios e liderados por homens do porte de Tamandaré, Inhaúma, Barroso e outros (idem, p. 171).

Quanto à polêmica havida acerca da Batalha Naval do Riachuelo, se ateve apenas aos relatórios do Almirante Tamandaré e do Almirante Barroso a respeito do episódio, além do

⁴⁵⁷ Devido aos seus posicionamentos políticos, vistos como revolucionários à época, Giuseppe Garibaldi (1807-1882), asilou-se no Brasil em 1835. Com conhecimentos práticos em náutica, fora recrutado pelos líderes farroupilhas para compor uma Armada Farroupilha, que acabou derrotada pelo Capitão de Mar e Guerra John Pascoal Grenfell, chefe da força naval brasileira (BOITEUX, 1935).

⁴⁵⁸ A Passagem de Tonelero já referida, deu-se no contexto da Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852), quando a Marinha Imperial, empregando 17 navios no transporte de tropas terrestres, atacou as fortificações argentinas localizadas no Passo de Tonelero e que impediam a livre navegação do Rio Paraná para o avanço das tropas terrestres aliadas a caminho de Buenos Aires, o que culminou com a derrota de Juan Manoel Rosas na Batalha de Monte Caseros (GAMA, 2001).

⁴⁵⁹ Manteve, para a Marinha, o mesmo discurso nacionalista, pautado pela delimitação do território e das fronteiras, numa visão mais política do que etnocultural do processo de formação do Estado-Nação, e construído em continuação ao Estado português.

detalhamento do combate, o mesmo em relação à derrota aliada em Curupaiti, nada mais comentando a respeito. As operações navais de relevo, para Theotônio Meirelles, findaram com a Passagem de Humaitá, mantendo ele o mesmo discurso da sua obra de 1876, acrescido das manobras conjuntas realizadas com o exército aliado e de mais detalhes sobre as incursões de navios de guerra brasileiros pelo Rio Paraguai no patrulhamento e proteção das tropas aliadas, chegando até o Rio Manduvirá.

Nesta obra, como já constatado, mais do que imbricada aos parâmetros históricos metodológicos na construção de uma história naval brasileira, o texto de Theotônio Meirelles instrumentalizou a história naval enquanto campo do conhecimento. Neste propósito, aplicou o seu objeto – a guerra – como uma ferramenta para a compreensão da própria instituição e sua importância para o Estado, seja na projeção de uma autoimagem, afeta tão somente à Marinha Imperial, ou numa imagem pública da sua identidade.

Por conseguinte, fez uso da história que construiu como recurso para a profissionalização dos oficiais de Marinha, notadamente em sua última obra (1884). Ao trabalhar a guerra em seus textos como um mal necessário à afirmação do Estado Nacional – tanto que listou os seus infortúnios (ênfase dada ao relato de mortos e feridos) –, também a considerou como um elemento de progresso. Na sua conceituação sobre providência divina (era católico), Deus concedia aos homens o livre arbítrio. Outra característica observada na obra do autor foi a exaltação de heróis, vistos como exemplos a serem seguidos. Com seu conhecimento apurado dos fatos narrados, sistematizou-os, periodizando-os, na medida em que esse procedimento, com o concurso de fontes e testemunhas, o habilitavam como historiador naval no julgamento do acontecido. Sua linguagem, embora não fosse simples, era objetiva e clara.

Portanto, Theotônio Meirelles escreveu para os seus pares, para a sociedade civil e, fundamentalmente, num horizonte de expectativas, para a mocidade gloriosa e as escolas da Marinha, buscando, mais do que a inserção da instituição na história do País, o reconhecimento ao profissionalismo que empregara nessa empreitada.

3.3 O Legado da produção historiográfica de Theotônio Meirelles da Silva à historiografia naval brasileira

A produção historiográfica de Theotônio Meirelles trouxe, pela primeira vez, a história naval brasileira como protagonista de sua própria trajetória. A metodologia que empregou nos seus textos, com a ordenação, organização e seleção das fontes primárias, transformou-se num campo de estudos. Passou a ser um modelo a ser seguido, ou mesmo copiado, no alargamento dos conhecimentos dos temas afetos à história naval brasileira para as gerações de

historiadores navais que se seguiram. Aos moldes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, buscou produzir uma história naval pautada na própria cientificidade da disciplina,

Na historicidade que empreendeu à construção de sua obra, de caráter político e institucional, o autor se ateve, primordialmente, ao profissionalismo e às especificidades da força naval no cumprimento de sua missão, garantia e consolidação do Estado Imperial. Mesmo quando expôs discordâncias entre os personagens citados, estas se restringiam ao próprio curso das atividades operativas da instituição. Como exemplo, há uma série de documentos relativos à discussão estratégica da Guerra do Paraguai, envolvendo o Almirante Tamandaré, o General Polidoro, o Visconde de Porto Alegre e Bartolomeu Mitre, quando da produção historiográfica desta guerra sob a ótica das operações terrestres (SILVA, 1877). Este fato pode ter sido legado por Theotônio Meirelles à historiografia naval brasileira, como observado por Amanda Mancuso em sua tese de doutorado (2007), na análise que fez sobre a coleção *História Naval Brasileira*. Ou seja, contando ou fazendo história naval, o perfil da imagem coletiva da Marinha do Brasil seria o da busca pela representação do profissionalismo da Força.

Ainda na primeira geração de historiadores navais, Garcez Palha, com sua obra *Ephemerides Navaes ou Resumo dos Factos mais importantes da História Naval Brasileira* (1891), fez uso de fatos navais datados e explicados por Theotônio Meirelles, sendo inclusive eleito membro do IHGB.

A documentação encontrada permite depreender a similitude existente na sua obra com a metodologia em curso na consolidação da disciplina enquanto ciência; no caso, a temática da construção de uma história nacional no referendo à constituição do Estado monarquista.

Na produção que impôs à história naval brasileira, o autor objetivou a integração daquela história com a afirmação da própria instituição Marinha Imperial no cenário político da época, trazendo um campo próprio à historiografia naval. E ainda envidou esforços na divulgação do seu trabalho e no reconhecimento, pelo IHGB, da obra historiográfica que produzira, haja vista a divulgação que fez dos seus textos, inclusive participando de sessões daquela instituição.

Historiadores navais como Henrique Boiteux, Lucas Boiteux⁴⁶⁰, Dídio Costa, Levy Scarvarda, Juvenal Greenhalgh, Prado Maia e outros que escreveram sobre a Marinha Imperial até os anos 1960 compilaram e interpretaram os documentos tornados conhecidos

⁴⁶⁰ Historiador naval da segunda geração, um dos seguidores da sua metodologia, fazendo uso do corpus documental que reunira.

por Theotonio Meirelles e ainda alargaram essas fontes, no aprofundamento das matérias de seus interesses. Como exemplo, podem ser citadas várias obras, entre elas *História da Escola Naval* (BOITEUX, 1949), *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História, 1763-1822* (GREENHALG, 1957) e *A Marinha do Brasil através da História* (PRADO MAIA, 1965). Mesmos os biógrafos, como Henrique Boiteux e Dídio Costa, buscaram nos livros desse autor fatos que pudessem subsidiar a construção da trajetória dos heróis da Marinha.

Embora a origem dessas fontes, localizadas na produção historiográfica de Theotonio Meirelles, fossem se perdendo ao longo da historiografia naval brasileira, ultrapassadas pelas obras que se sucederam⁴⁶¹, a periodização histórica que aplicou à sua produção historiográfica, tendo a cronologia inserida nos fatos navais de importância, permanece até os dias atuais. Essa metodologia de disciplinarização e sistematização da história que o autor aplicou a sua história, como visto por Jacques Le Goff, jamais é um ato neutro ou inocente (LE GOFF, 2010). Dela não se pode prescindir por ser tratar de um tempo histórico, encerrando ali um julgamento de valor, coletivo ou não, e que pode ser alterado pela historiografia, já que é produto do homem.

Neste contexto, a obra *A Marinha de Guerra no Brasil na Colônia e no Império (tentativa de reconstituição histórica)*, escrita em 1965 pelo Almirante João do Prado Maia (1965), e a coleção *História Naval Brasileira*, produzida pelo Serviço de Documentação da Marinha (1975-2002), são representativas desse legado historiográfico de Theotonio Meirelles, posto que trouxeram conhecimento de vários temas da historiografia naval brasileira sobre os quais ele escreveu ainda no século XIX.

Comum a essas duas produções, por exemplo, está também a afirmativa de que a Marinha do Brasil nasceu com a Independência, fato observado inicialmente por Theotonio Meirelles, quando associou a criação da instituição à formação do Estado Nacional, do qual desde o início a Armada foi parte integrante. Esta consideração histórica do autor tornou-se, com o tempo, comum à historiografia naval brasileira.

Outras análises históricas constantes dos seus textos permanecem nas obras acima referidas, tais como a polêmica da atuação de oficiais estrangeiros nas guerras da Independência, os erros cometidos pela Esquadra Imperial na Guerra Cisplatina, a historicidade da Marinha imbricada à Armada Portuguesa (organizações criadas ou transferidas) e a chegada da Família Real. Cumpre ressaltar que, ao contrário do que foi comum à historiografia naval até os anos 80, a negação da contribuição dos oficiais

⁴⁶¹ Cabe lembrar que grande parte da documentação utilizada por Theotonio Meirelles encontra-se, provavelmente, no IHGB.

estrangeiros à formação do oficialato naval brasileiro e a “vitória” do Brasil na Guerra Cisplatina não foram construções históricas de Theotônio Meirelles.

Assim, voltando ao conceito de Jurandir Malerba (2006) sobre historiografia vista como objeto e fonte da história, a cultura histórica de Theotônio Meirelles, enquanto “bagagem profissional do historiador, sua biblioteca de obras históricas, o público e a audiência dos historiadores” (GUENÉE *apud* LE GOFF, 2010, pp. 47-48), aliada ao presente vivido, com suas experiências e memória coletiva, ditou uma cultura historiográfica para a Marinha do Brasil, marcadas, tanto a cultura histórica como a historiográfica, por um tempo e espaço que pontuaram a produção de sua obra. Dessa maneira, a história construída por esse autor permanece como uma referência àqueles historiadores que queiram pensar a trajetória da Marinha Imperial, seja no alargamento ou na correção de conceitos e análises sobre os acontecimentos revelados por Theotônio Meirelles, com o concurso das fontes por ele manuseadas, ou na investigação das lacunas existentes na historiografia naval brasileira por ele produzida, representativa de um tempo social, político e cultural de um grupo em que se inseria, o da oficialidade da Armada.

Conclusão

O título *A Historiografia Naval Brasileira no Século XIX: O Pioneirismo de Theotônio Meirelles (1876-1884)* encerra o objeto desta investigação, o de analisar a produção historiográfica do primeiro historiador da Marinha do Brasil, e contextualizar o seu discurso na sociedade em que estava inserido, apoiado numa historiografia oitocentista. Entretanto, o tempo presente em que escreveu, hoje é passado. Ao mesmo tempo o olhar historiográfico dirigido à sua obra é contemporâneo, marcado por uma nova história militar, caracterizada pelo diálogo entre as diversas áreas do conhecimento da história, na qual a história naval se apresenta pouco visitada, sendo normalmente atrelada a um subdomínio da história militar e afeta à dimensão de uma história política.

Esta pesquisa, portanto, encerrou um complexo jogo de escalas, permeado por aspectos de uma trajetória, a de Theotônio Meirelles, num caminhar pela história social, atrelada a uma série de inferências sobre a própria história da Marinha Imperial, enquanto história política e institucional, e ainda, cultural. Para, neste intuito, alcançar a percepção da compreensão de um paradigma historiográfico – teoria e historiografia - na constatação do pioneirismo de Theotônio Meirelles na construção de uma história naval brasileira. E que teve como cenário as relações externas e conflituosas dos séculos XVIII e XIX, envolvendo a própria história militar. No limiar dessa complexidade, foi desenvolvido o objeto in lide.

Deste modo, num primeiro momento, foi definido o marco temporal do texto, 1876, em função das obras que foram encontradas acerca da produção historiográfica de Theotônio Meirelles, no caso *O Padre Esmeratti* (30 páginas), e *A Marinha de Guerra Brasileira em Paissandu e Durante a Campanha do Paraguai – Resumos Históricos* – (1876) e a sua última obra, *História Naval Brasileira* (1884), a mais completa, por cobrir todo o período histórico da Marinha Imperial, reunido em apenas um livro (1822 a 1870).

Estabelecida a trajetória historiográfica deste trabalho, foi preciso conhecê-la no tempo, no pressuposto de responder algumas perguntas, tais como o que levou os historiadores a escrever o que escreveram? O que os motivou e por que o fizeram? Em que contexto histórico se encontravam? Sob que parâmetros históricos- metodológicos se construiu essa escrita da história? Que resultantes e influências legaram aos que se seguiram? Ou seja, dentro dessa história da historiografia afeta ao Mundo Ocidental, era preciso nela reconhecer a obra de Theotônio Meirelles, numa revisita ao tema, mantendo interface à

história militar, chegando à historiografia atual, notadamente, à produção historiográfica naval brasileira, e seus aportes teóricos metodológicos. E assim, responder a essas perguntas.

Nessa jornada pela escrita da história e a história militar, a literatura comentada levou sua origem às narrativas da Antiguidade Clássica, e no seu bojo a história naval, posto que os historiadores antigos escreveram não somente sobre as guerras, mas também sobre instituições, disputas políticas e descrições dos povos dominados. Quando da afirmativa da disciplina como campo científico, em meados do século XIX, essa historiografia assim permaneceu.

A produção historiográfica militar passou a apresentar duas faces, sendo a primeira reflexo do estudo da guerra e suas especificidades profissionais, na sua legitimação em relação ao Estado que se constituía. A segunda era a história heroica, comemorativa e nacionalista, haja vista as produções historiográficas de Antoine Henri Jomini (1779-1869) e Carl Von Clausewitz (1780-1831), que se notabilizaram como os grandes pensadores militares de sua época. Assim, a história geral e a história militar estavam interligadas num mesmo acontecimento, a formação dos Estados Nacionais.

Entretanto, a produção historiográfica militar à época e o seu desenvolvimento como disciplina se fizeram de forma diferenciada, dada a historicidade distinta dos próprios países, embora sob predomínio de militares estudiosos do assunto. Neste contexto, houve o surgimento da produção historiográfica de Alfred Thayer Mahan, trazendo a historiografia naval para o campo científico, com o seu objeto, a guerra no mar, e tendo em Jomini o principal teórico a influenciá-lo, conforme apontou Alves de Almeida (2009). À mesma época, o historiador britânico Julian Stafford Corbett desenvolvia suas ideias acerca da guerra do mar, buscando integrar a teoria da guerra de Clausewitz aos seus estudos. Em que pesem o valor historiográfico da obra de Corbett e às críticas produzidas acerca da teoria de guerra naval formulada por Mahan, ambos ratificavam a política de uma época que, nas suas concepções estratégicas, propagadas em larga escala a partir de 1890, viram-se confirmadas com as duas guerras mundiais, de acordo com Armando Vidigal (1928-2009).

Dessa maneira, com a corroboração do acervo existente à época na Biblioteca da Marinha (1858), foi possível afirmar a pouca probabilidade de haver influência da Teoria da Guerra de Clausewitz, sobre o pensamento estratégico do Brasil na Guerra do Paraguai, até porque esse conhecimento só veio em 1870. Na realidade, os textos escritos sobre o conflito, caso específico de Theotônio Meirelles, pareceram revelar uma forte influência da escola

jominiana no trato da guerra no Brasil do século XIX, sendo necessário pesquisas mais consistentes a respeito.

A partir da Crise de 1929, até chegar a uma historiografia contemporânea, espaço teórico metodológico deste trabalho, a história militar, atrelada à história política, esteve restrita aos campos de estudo das próprias instituições, em seu objeto – a guerra –, distanciando-se do novo paradigma historiográfico, a Escola dos Annales, e de sua crítica aos pilares da história tradicional – o político, o individual, e o cronológico (conceito conferido à historiografia até então dominante, e vigente até os dias atuais). A história abandonava a narrativa, tempo da obra de Theotonio Meirelles, substituindo-a por visões conjunturais e estruturalistas, de média e longa duração.

Nos anos 70 do século passado, houve o alargamento das propostas da Escola dos Annales, numa perspectiva antropológica e social ao seu objeto. A História Política foi redimida, sendo toda esta dinâmica historiográfica resultante de uma “Nova História Militar”, que já acontecia nos EUA desde fins dos anos 50. A história militar, até então abrigada pela sociologia e pela ciência política, voltou ao cenário historiográfico.

Outras reflexões se fizeram sentir para a adequação dos estudos da disciplina ao novo paradigma historiográfico, implicando em um diálogo com outros campos do conhecimento, a ciência política, relações internacionais e a própria Nova História Cultural, trazendo também novas concepções teóricas e históricas sobre o pensamento estratégico. A guerra tradicional – com suas limitações no tempo, no espaço e no emprego das armas – se modificara. Eram as novas guerras se configurando e trazendo uma nova história presente à escrita da história militar.

No Brasil, este processo deu-se a partir dos anos 90 do século passado, tendo na literatura visitada uma obra paradigmática, a *Nova História Militar Brasileira*, organizada por Celso Castro Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay, (2004), centrada na “Nova História Militar”. No entanto, e no interesse desta pesquisa, pouco há acerca de estudos historiográficos da Marinha do Brasil na obra mencionada, o mesmo para a maioria dos textos acadêmicos visitados sobre a historiografia militar brasileira. Embora esse fenômeno seja observado também nos textos existentes sobre a produção historiográfica naval brasileira, foi possível encontrar dois artigos - *Arquivos da Marinha e historiadores*, de Paloma Fonseca, e *A Historiografia Naval Brasileira (1880:2012): Uma visão Panorâmica*, de Alves de Almeida

em que a historiografia naval brasileira se faz presente, num diálogo com a temática desse trabalho.

Os dois historiadores estabeleceram seus recortes temporais a partir de 1870, configurando a produção historiográfica brasileira por gerações de historiadores navais, e realizada por oficiais de Marinha. Da primeira geração, indicaram Theotonio Meirelles da Silva (1823-1887), com as obras *Apontamentos para a história da marinha de guerra brasileira* (1881-1883, 3 v.) e *História Naval brasileira*, (1884); Manoel Pinto Bravo (1849-1885), *Curso de história naval* (1877); e Garcez Palha (1849-1895), *Efemérides navais ou resumo dos fatos mais importantes da história naval brasileira desde 1 de janeiro de 1822 a 31 de dezembro de 1890* (1891), configurando seus textos como afetos a uma historiografia tradicional.

Neste mister, após uma visita às obras desses autores, e de outros existentes na historiografia naval brasileira, e fazendo uso de uma análise comparativa, chegou-se à conclusão que Theotonio Meirelles foi o primeiro historiador naval brasileiro. O balizamento teórico-metodológico, aliado a perspectiva histórica, nesta afirmativa, refere-se à densidade da temática história naval brasileira identificada na produção de suas obras, ao manuseio de fontes primárias, e à busca pelo acúmulo dos conhecimentos necessários a sua escrita. Também foi possível encontrar nos textos do autor um alinhamento com a história nacional que se construía no Brasil.

O texto de Paloma Fonseca se encerra nos anos 60 do século passado, caracterizando esses historiadores navais como movidos pela “pulsão do arquivo”. Alves de Almeida foi mais além, estabelecendo a história produzida por esses estudiosos como afetas à historiografia tradicional, e chegando aos dias atuais, pontuando suas obras como representativas de uma “história oficial”, a fala da instituição do grupo que a representava, e ainda dividindo por áreas de interesse, mediante os discursos de caráter instrumentalista, doutrinário e institucionalista da historiografia naval, incluída a história naval brasileira.

Na ênfase à escrita das duas primeiras gerações de historiadores navais brasileiros, pautadas em fontes primárias, Paloma Fonseca discorreu sobre a localização desse acervo documental da Marinha do Brasil, existente, majoritariamente, em três instituições – Arquivo Nacional, IHGB e Arquivo da Marinha –, e que até os anos 1910 estava centrado na Marinha do Brasil, tendo sido coletado, selecionado e organizado em função de uma rede social, da qual Theotonio Meirelles fazia parte, como subsídios para a escrita da história, fato

comprovado pelas suas próprias obras, dada a densidade das fontes primárias que manuseou. Há ainda como exemplos a produção historiográfica de Lucas Boiteux (no caso, *A Guerra Cisplatina e Revolução Farroupilha*), que leu Theotonio Meirelles, e textos mais recentes, como *a Marinha Imperial e sua ação contra Rosas e Oribe (1850-1852)* e *A Cabanagem A Marinha na Estruturação Nacional: Fatos e Documentos (1835-1840)*. Desta premissa, pode-se inferir que os “Documentos Navais” que se encontram hoje sob a guarda do IHGB, anos 1809-1886, foram em grande parte reunidos, organizados e utilizados pelo autor em lide, outros se encontram hoje no Arquivo da Marinha e alguns no Arquivo Nacional..

Outro aspecto a ser observado foi o diálogo mantido pelos autores citados com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), ainda em sua primeira geração, posto que a partir de meados do século XIX, com a construção de uma história nacional, essa instituição assumiu o papel de torná-la uma disciplina científica, na qual o conhecimento e produção dessa história pressupunha legitimar as decisões políticas e apoiar a própria institucionalização do País, com suas singularidades.

A esta época já haviam sido criados lugares de memória na Marinha Imperial, no caso a Biblioteca da Marinha (1846) e o Museu Naval (1868), e também fora restabelecida a produção do periódico *Revista Marítima Brasileira* (1881), criada em 1851. No desenvolvimento desse viés da história cultural da instituição, chegou-se aos dias atuais, com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, tendo a história naval e a sua trajetória no Brasil como fomentadora desse processo, sendo que as obras produzidas pelos historiadores das duas primeiras gerações, em maioria, foram determinantes nessa jornada.

O tempo historiográfico de Theotonio Meirelles, portanto, representou a afirmação da história enquanto ciência. Neste contexto, duas obras foram referenciadas ao longo de toda a pesquisa acerca da produção das obras do personagem deste trabalho. A primeira é centrada em Manoel Luiz Salgado Guimarães (1988, 2003, 2009 e 2011) no trato das formas e regras do estabelecimento da história enquanto ciência no Brasil, e suas especificidades. Entre elas, o projeto de construção desenvolvido sobre a história do Brasil sob a égide do IHGB e realizada por um círculo social restrito, uma elite imperial letrada, num gesto político de se fazer história, tendo em Francisco Adolfo de Varnhagen o sistematizador dessa história pensada, sendo sua obra *A História Geral do Brasil* logo popularizada. Escrita em 1854, a Biblioteca da Marinha, já em 1858, possuía um exemplar. A segunda referência foi Arno

Wehling (1994, 1999), na medida em que seu discurso discorre, num primeiro momento, e no que interessa a esta pesquisa, sobre o desenvolvimento da invenção da história e seu alcance no Brasil dos Oitocentos, e ainda acerca das nuances básicas da matriz de Varnhagen, dada a proximidade havida entre essas e a produção historiográfica de Theotonio Meirelles.

Como observado, a partir de 1970, as atividades culturais exercidas na Marinha do Brasil passaram a ter um desenvolvimento acelerado, cujo alcance chegou a historiografia naval brasileira, que ao longo das décadas de 1980 e 1990 estreitou os laços com o meio acadêmico. Embora ainda à mercê de uma historiografia militar brasileira, esse campo do conhecimento tem buscado o seu próprio espaço na historiografia brasileira.

Assim, com o concurso da trajetória da história e da história militar, depreende-se o pioneirismo e as características do contexto historiográfico de Theotonio Meirelles, o Brasil do século XIX, e suas nuances histórico-metodológicas, bem como afirmação da história naval ao longo da historiografia militar. Nesta constatação, devem ser incluídas as singularidades da história naval brasileira no seu caminhar pelo viés da história cultural da própria instituição, envolvendo ainda a história social, política e o estudo específico do seu próprio objeto – a guerra do mar -.

Coube, num segundo capítulo, investigar as origens, o lugar e o tempo de Theotonio Meirelles, na compreensão da operação historiográfica empreendida pelo autor na construção do discurso histórico que delegou a trajetória da Marinha Imperial. A análise de sua produção historiográfica envolveu não somente um estudo de seu texto de *per se*, mas todo o contexto histórico em que se viu construída, num tempo de longa duração, em face das profundas transformações ocorridas na civilização ocidental em fins do século XVIII e princípios do século XIX. Entre elas, a afirmação das profissões militar e naval, e o processo de independência das colônias europeias do continente americano, movimento que resultou na construção dos Estados Nacionais e na institucionalização de suas Forças Armadas. E no qual o Brasil, obedecidas as suas especificidades históricas, viu-se inserido.

A historiografia produzida pelo autor, por envolver um tempo presente, se apresentou não somente pela cientificidade de uma história naval, mas como uma “tradição das lembranças”, na qual a sua narrativa histórica pressupõe a procura estratégica das identidades sociais, relatando os fatos vistos como “reais” e verdadeiros, na procura por tudo que aconteceu, mediante a interpretação dos rastros e testemunhos. Nesta dinâmica, as memórias e

silêncios acabam por se articular na construção de uma história comum, e dos acontecimentos do passado que se quer preservar.

Neste intuito, buscou-se identificar o lugar político e social que tornaram Theotonio Meirelles um historiador, articulando as singularidades e pluralidades de suas experiências. E que envolveu a afirmação da profissão militar naval, a construção do Brasil Imperial e da Armada Imperial, em especial a Academia de Marinha e as historiografias pertinentes. E desta forma, identificar o contexto histórico em que se viu inserido, as motivações do autor para a construção da sua obra historiográfica na “tradição de lembranças” que legou à sua escrita.

A literatura visitada a respeito do perfil profissional do autor, enquanto militar, foi Samuel P. Huntington, com seu livro *O Soldado e o Estado* (1996), e nas especificidades da “profissão naval”, o aporte teórico empregado foi a obra de Norbert Elias, em seu trabalho singular sobre a gênese da profissão naval inglesa (2002).

Entretanto, as teorias histórico-metodológicas desses autores, num diálogo para com a trajetória de Theotonio Meirelles, envolveram um processo de longa duração, chegando a Marinha de Portugal, depois Imperial (1822). E, essencialmente, foram perpassadas pela profissionalização do oficialato naval, com a criação da Academia Real de Marinha, em Portugal.

Comum às duas profissões, segundo Samuel Huntington, houve a instituição dos princípios básicos de hierarquia e disciplina, o caráter corporativo e autônomo do oficialato, com as suas próprias escolas, costumes e tradições, e a sua conceituação como administradores da violência, quando da guerra. Eram os postos e cargos técnicos, em que a prioridade da hierarquia do posto sobre a hierarquia do cargo determinava o caráter profissional do oficialato, numa relação direta com as especialidades, cujo fim seria o cumprimento de três pré-requisitos para o ingresso e formação da profissão ao longo da história, a saber: a eliminação aristocrática no ingresso, a necessidade de educação básica profissional; e a habilitação mínima em cultura geral.

Os estudos de Norbert Elias apontaram para a dinâmica social, tangenciada por aspectos políticos e econômicos, no estabelecimento da profissão naval, afetas especialmente na Inglaterra dos séculos XVII e XVIII, que redundaram no estabelecimento da formação de um oficialato, pautado, essencialmente, pela interação entre os estudos acadêmicos e as práticas a bordo dos navios, num caráter profissional afeto a dependência do aparato bélico, posto que cabia ao homem do mar dominar a sua arma, o navio, num terreno inóspito a

natureza humana. Era preciso saber não somente guerrear, mas navegar, máxima vigente até os dias atuais nas Marinhas de Guerra. Na dinâmica empreendida pelo autor, observou-se o caráter diferenciado da profissão naval em sua tecnicidade, seu *modus operandi* e tarefas afetas à Marinha, diferenciando-a do Exército, o que muitas vezes é negligenciado em trabalhos acadêmicos a respeito, na generalização do corpus social e profissional das forças armadas.

Portugal passou a viver esse processo ainda em 1761, com a criação do Colégio dos Nobres, origem da Academia Real dos Guardas-Marinha que chegou ao Brasil em 1808, com a Família Real, junto com outras organizações navais, sendo, segundo Antônio Luiz Porto e Albuquerque (1979), esta a primeira instituição de ensino de nível superior no país que nascia. Ou seja, a formação acadêmico-profissional do oficialato passou a ter continuidade em terras brasileiras, juntamente com todo um aparato naval, incluindo estrutura administrativa e técnica, que até então não havia no Brasil Colonial, conforme atestado pela historiografia naval brasileira referida ao longo desta pesquisa.

A Marinha Imperial, quando levada a operar no processo de instituição do Estado-Nação brasileiro em 1822, já possuía alguma estrutura administrativa, na qual a Academia dos Guardas-Marinha veio “pronta” para o Brasil, sendo basilar na formação do oficialato naval brasileiro. Portanto, conhecer essa história, bem como sua intersecção com os interesses nacionais de um País que também se construía, se mostrou fundamental na trajetória de Theotônio Meirelles, quando do seu ingresso na Academia de Marinha, em 1838, posto que nesta época, a Marinha Imperial já estava imersa no período de afirmação e consolidação do Estado Nacional, e construía a sua própria estruturação como braço armado dessa institucionalização do país.

Neste cenário, nasceu Theotônio Meirelles, ainda em 1823. A partir de então, sua trajetória pessoal foi inserida à história do País e à Marinha Imperial, começando pela sua origem, que, devido a informações conflitantes na documentação visitada, aliadas à suspeita, pela historiografia brasileira, de que fosse filho do Imperador D. Pedro I, acabou por demandar mais pesquisas.

Uma carta constante do “Inventário dos documentos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil existentes no Castelo D Eu”, no Arquivo do Museu Imperial, datada de 12 de junho de 1873, e dirigida por Theotônio Meirelles a D. Pedro II, trouxe respostas a sua origem e trajetória de vida, até o seu ingresso na Academia de Marinha, e mesmo depois, quando não

mais servia à Armada Imperial. Pelo transcrito e comentado, essa carta se mostrou reveladora ao trazer informações determinantes na compreensão da trajetória de Theotônio Meirelles. Não há ainda como concluir que ele era filho natural de D. Pedro I, mas sim que se via como tal, pautando-se pelas atitudes tomadas pelo então Imperador ao deixá-lo sob proteção da Família Imperial, o reconhecendo como filho.

Algumas lacunas existentes na historiografia brasileira sobre o autor, e não somente na historiografia naval brasileira, foram preenchidas por um documento produzido pelo próprio protagonista dessa história. Theotônio Meirelles deixou de ser apenas parte de uma estatística provável sobre os numerosos filhos de D. Pedro I, passando a ter uma identidade histórica. Nasceu em 1823, em Minas Gerais, e muito provavelmente, era sim, um dos numerosos filhos naturais de D. Pedro I. O seu ingresso na Escola de Marinha, conforme descreveu, se deu por “apadrinhamento”. A escolha da profissão pode ter sido apropriada aos interesses políticos vigentes à época. O regime da instituição era de internato, a vida profissional pressupunha constantes viagens, e desde logo, Theotônio Meirelles já teria um soldo a receber. Entretanto, tais deduções necessitam de confronto com outras fontes primárias, numa pesquisa mais aprofundada.

No que tange ao objeto desse trabalho, coube apenas buscar identificar em que medida sua trajetória pessoal pode ter influenciado em sua formação social, profissional e intelectual, manifestadas ou não na sua produção historiográfica.

Proclamada independente pelo filho do rei D. João VI, o surgimento do Estado Imperial que surgia trouxe ao Brasil a construção de uma identidade nacional apoiada no passado, destinada a preservar os domínios territoriais do Estado que se instituiu em continuidade ao Brasil português, numa historicidade distinta a toda a América Inglesa e Espanhola. Desta maneira, as forças armadas brasileiras surgiram neste processo como instrumentos na construção desse Estado. Entretanto, no distanciamento de uma historiografia em que foi oferecido um caráter comum à temática “militares”, a história naval brasileira seguiu, em alguns aspectos, um curso diferenciado, à história militar, enquanto trajetória do Exército Brasileiro.

Apesar das disputas entre as elites políticas que assumiram o processo de independência sobre a melhor forma de constituição do poder central do Estado, era preciso avançar no estabelecimento do aparato naval, e também militar, na sustentação do País que se afirmava. Os oficiais e marinheiros brasileiros eram em número muito reduzido, mesmo

efetivada a contratação de estrangeiros, o que motivou o recrutamento, muitas vezes forçado de todo tipo de gente a embarcar em navios da Armada Imperial.

Razões geopolíticas determinaram que a Marinha fosse a primeira instituição militar no Brasil, não tendo a Esquadra nenhum planejamento ou conceito estratégico que não fosse expulsar os portugueses do país e integrar as províncias brasileiras à causa da Independência. As comunicações terrestres eram precárias, só existindo um caminho a percorrer para a unidade do território nacional – o do mar - Havia ainda a questão da Província Cisplatina, que se tornara um problema brasileiro. Na campanha da Independência, a Armada Imperial empreendeu ações na Província Cisplatina, na Bahia, no Maranhão, no Grão-Pará, atuando ainda na Confederação do Equador.

Em que pesem as controvérsias à biografia de Lord Cochrane, Comandante das Operações Navais Brasileiras e às contratações de estrangeiros na Esquadra, é consenso na historiografia naval brasileira o sucesso das operações navais empreendidas pelas tripulações heterogêneas à bordo dos navios, o que trouxe à Armada Imperial uma dinâmica diferenciada ao oficialato naval brasileiro. Era a experiência de uma “profissão naval” observada por Norbert Elias, nascida na Inglaterra, e pautada pela prática, que chegava aos navios brasileiros. Muitos daqueles oficiais seguiriam carreira na Armada Imperial, sendo exemplos aos oficiais em formação, caso de Theotônio Meirelles. As atuações profissionais da Marinha Inglesa, desconhecidas para aqueles próprios marinheiros brasileiros e luso-brasileiros, trouxe ao Brasil um amálgama de experiências.

Apesar das medidas de estruturação do Estado Nacional, a oposição ao Imperador se intensificou, levando D. Pedro I a abdicar do poder em 1831, mergulhando o país em profunda crise política e institucional com base numa solução monárquica.

Neste período das revoltas regenciais, que perduraram até 1848, deu-se a formação naval de Theotônio Meirelles, que se tornou oficial de marinha em 1842. Nesse tempo, a Marinha Imperial parece ter vivido em menor intensidade do que o Exército as discussões políticas acerca do papel a ser desempenhado pelo poder naval na composição do Estado Nacional que se construía. Também não foi comum a insurgência de elementos da Armada Imperial nos conflitos regenciais. Em todas as lutas do período, esteve presente bloqueando portos, transportando as tropas, fornecendo-lhes apoio logístico, sem mais implicações no concurso da política nacional que não fosse a manutenção da integridade do Império, pouco se atendo às políticas locais em suas operações, que ficavam mais afetas às tropas terrestres.

Ou seja, ao adentrar na Escola de Marinha, Theotônio Meirelles inseriu-se no processo de institucionalização e profissionalização da própria força naval brasileira, dele tomando parte, principalmente quando da opção política do Estado Imperial pela monarquia centralizadora e unitária. As propostas reformistas dos anos 30 foram retomadas com a maioria de D. Pedro I, levando a um crescente na consolidação da instituição como braço armado do Estado Nacional, e se fizeram presentes na sua carreira naval, construída ao longo dos 16 anos em que serviu à Armada Imperial (1838-1855).

Ao iniciar sua carreira profissional, deixara uma rotina diária árdua em sua formação profissional e intelectual, facilitada esta pela existência de uma Biblioteca que reunia uma grande gama de áreas de conhecimento, pela relação de seus títulos, conforme afirmado por Carlos André Lopes da Silva. Também não mais teria uma convivência de 24 horas, como aluno interno e num espaço restrito, com o corpo discente da Academia de Marinha, em especial com a turma da qual fazia parte, a de 1838. No entanto, levou consigo essa rede de sociabilidade que o acompanhou durante toda a sua carreira, e mesmo depois, quando deixou a vida ativa da Marinha Imperial.

Ao se reformar, em 1855, a pedido, havia presenciado a consolidação do Estado Nacional Imperial, os avanços tecnológicos da Armada, a política nacional agressiva no trato das questões do Rio da Prata, e o Gabinete do ministério de conciliação que se instaurou em 1853. Entretanto, não era mais um oficial da ativa à época da Guerra do Paraguai.

A partir de então, as relações sociais de Theotônio Meirelles se viram ampliadas, com sua inserção numa sociedade civil, na qual passou a exercer outras atividades profissionais, ligadas às funções burocráticas e às políticas provinciais. Entretanto, pertencia a um segmento social que se formara no processo de construção do Estado Imperial, os militares, e subordinado a uma supremacia civil, em que sua inserção estava limitada às posições políticas e aos vínculos pessoais, e não representativas das instituições.

Entretanto, não se pode ignorar que o personagem deste trabalho possuía todos os valores de pertencimento a um grupo social e aos seus lugares de memória, que pressupõe valores, conhecimento símbolos, objetos, espaços incorporados, que perpassaram, necessariamente, por um grupo e uma sociedade em vigor, na figuração do sujeito histórico Theotônio Meirelles.

Junte-se ao fato os vínculos pessoais mantidos com os seus colegas de turma e contemporâneos do tempo da Escola de Marinha, entre eles Sabino Elói Pessoa, como

observado ao longo desta pesquisa, e as atividades culturais exercidas por esse grupo na circulação da *Revista Marítima Brasileira (RMB)* nos anos 1851-1855. Os trabalhos realizados por Jose Miguel Arias Neto corroboram para o fato de que à época a oficialidade da Marinha Imperial já se via como uma corporação, numa visão macrossocial, tendo na RMB uma de suas representações, e da qual o autor *in lide* fazia parte, havendo, portanto, uma rede social formada por oficiais engajados na produção e leitura de textos pautados pelos interesses de projeção profissional da própria força naval. Era a afirmação dessa identidade, forjada pelos seus próprios oficiais, no aperfeiçoamento das atividades técnicas e operacionais da profissão, num entrelaçamento de ações individuais e interdependentes.

Dessa maneira, Theotonio Meirelles teve um lugar social na Marinha Imperial configurado, essencialmente, pela própria relação que manteve com seus colegas de turma e com aqueles oriundos das turmas contemporâneas, a qual contribuiu para o discurso que construiu em sua produção historiográfica, na mediação entre a imagem do grupo que constituía e a imagem pública desse mesmo grupo, transformando sua narrativa também numa história cultural. Neste processo, foi preciso também considerar que pouco antes da RMB, havia sido criada a Biblioteca da Marinha, em 1846, com a proposta de contribuir para o aperfeiçoamento profissional da oficialidade da Marinha Imperial. Embora não tenha sido encontrada documentação comprobatória sobre atividades bibliotecárias exercidas por Theotonio Meirelles, alguns oficiais de suas relações sociais e que lhe eram contemporâneos foram encarregados, incluindo o próprio Sabino Elói Pessoa, que exerceu a função de bibliotecário por 18 anos. Aliado ao fato há um catálogo, datado de 1858, cujos títulos podem ter sido manuseados pelo autor. Ou seja, havia na Marinha Imperial ideias e espaços para construção da produção historiográfica de Theotonio Meirelles, fomentado por uma rede social existente na própria instituição, e tendo ainda vínculos pessoais garantidos pelo apadrinhamento de seus filhos.

Essas redes de sociabilidade, portanto, estiveram inseridas à nova realidade do autor que, aos 32 anos, passou a vivenciar experiências distintas às da Marinha Imperial, a começar pela sua nova atividade profissional, a de advogado provisionado e procurador particular afetas às atribuições políticas e burocráticas provinciais que passou a exercer, como votante, eleitor, escrivão e juiz de paz da Freguesia da Lagoa, onde residia.

Ao iniciar suas atividades civis em 1856, que se estenderam até 1883, adentrou por um aspecto da historiografia brasileira, o estudo das eleições e do sistema judiciário, com as

relações entre o poder local e central, a hierarquia social entre os homens livres, e as ocupações profissionais, numa zona de fronteira com a historiografia brasileira dominante dos oitocentos, a de que a elite política imperial se pautava, sobretudo, pela homogeneidade, garantida pela ideologia, na socialização, pelo treinamento e pela carreira, de acordo com José Murilo de Carvalho. As relações sociais de Theotonio Meirelles neste período concebiam alianças em níveis horizontais, no trato com profissionais liberais, militares (em maioria do exército), pequenos proprietários, empregados públicos, e também verticais, na convivência com populares em eventos religiosos e sociais, e nas relações de trabalho, como no caso das suas atividades de rábula, que lhe garantiam um reforço orçamentário.

Nos registros de suas atuações, em que foi fundamental o manuseio dos periódicos da época, constam protestos veementes quanto às fraudes eleitorais e às juntas de qualificação, prática recorrente do período monárquico. Também questionou o recrutamento militar como forma de cerceamento dos direitos políticos e ainda se posicionou quanto à política imperial, quando se candidatou a eleitor pelo Partido Liberal, posteriormente, em 1860, quando foi assediado para apoiar o governo imperial, nas eleições que se aproximavam.

Algumas nuances do perfil biográfico de Theotonio Meirelles puderam ser observadas ao longo deste trabalho, a começar pelo seu conhecimento do jogo político do Segundo Reinado e da sua importância nesse processo, que acompanhara desde o tempo em que esteve na Marinha e no qual sabia atuar, dada sua articulação por diversos setores sociais, os grupos referidos por José Murilo de Carvalho. Embora não fizesse parte da elite imperial, era um homem do seu tempo, estudioso, observador e perspicaz. Em contrapartida, esses mesmos membros da elite imperial, ciente dos problemas enfrentados pelo Ministério da Conciliação, viram em Theotonio Meirelles um elemento capaz de conter, ou mesmo informar, movimentos de oposição ao governo. Ou seja, reconheciam sua projeção e sua influência na mobilidade social e política da Freguesia da Lagoa, dada as suas funções, e exercidas pelo poder do voto.

Outra dedução que se pode extrair do seu discurso está diretamente relacionada ao seu caráter aparentemente apartidário no trato da política imperial, parecendo estar mais interessado nas relações pessoais que mantinha, fosse por interesse próprio, na manutenção de um *status quo*, por crença ideológica, ou até mesmo em função de experiências passadas. Theotonio Meirelles, ao estabelecer esse *modus vivendi*, buscou com as suas relações sociais diversificadas, além de um reforço orçamentário, projeção social. O que leva a inferir que se

considerar filho natural de D. Pedro I, e não ser reconhecido como tal, pode ter em muito contribuído para o fato.

A sua vida militar, dentro da composição da burocracia estatal, e a partir do Segundo Reinado, esteve subordinada a uma supremacia civil. Sua participação estava limitada às suas posições políticas e não como representante da instituição. Entretanto, não há como excluir a ação dos militares no processo de formação e construção do estado de ordem do país, até porque eles detinham os conhecimentos técnicos e profissionais capazes de garantir o Estado Nacional. Portanto, Theotônio Meirelles não deixou de possuir, ao se desligar do serviço ativo da Marinha Imperial, todos os valores de pertencimento a um grupo social, e aos seus lugares de memória, a serem agregados, ou mesmo confrontados, nos espaços políticos que ocuparia no mundo civil.

No terceiro capítulo a proposta foi a de promover a análise crítica da produção historiográfica de Theotônio Meirelles, relacionado-a ao processo de construção de uma história nacional fomentada pelo IHGB, se houve uma interseção, incluindo uma semelhança à matriz de Varnhagen. Foi ainda pretendido identificar as origens das fontes primárias manuseadas pelo objeto dessa pesquisa, incluindo se sua obra foi afeta a uma política estratégica fomentada pelas autoridades navais à época para o desenvolvimento da mentalidade marítima nas escolas de formação, e ainda como conclusão, o seu legado à historiografia naval brasileira. Foi possível observar nos textos analisados, corroborados pelos artigos em jornais da época, o acúmulo de conhecimento sob domínio de Theotônio Meirelles, permitindo identificá-lo como dono de um saber histórico diferenciado, de amor aos livros e aos documentos, numa interseção ao mundo intelectual da época, embora não o referenciasse como um “homem de letras”, por não possuir a projeção social inerente aos sócios do IHGB.

Também comum à maioria de suas obras, exceto às produzidas no ano de 1882, era característica de Theotônio Meirelles introduzir seus textos com uma “fala” em que ficava patente o planejamento que dava a eles, apoiado na busca da cientificidade da história que produzia, com a aplicação de uma metodologia dedutiva, pautada, mais do que pela análise, pela síntese das informações neles contidas. O autor buscava, ainda, sua interseção à historiografia construída pelo IHGB, no atendimento da matriz de Varnhagen, como observado no diálogo mantido acerca das características comuns entre aquele e o autor em lide, na análise de conteúdo de sua obra.

Nos livros de 1876, *O Padre Esmerati, e a Marinha de Guerra em Paysandú e durante a Campanha do Paraguay – Resumos Históricos*, os discursos empreendidos por Theotônio Meirelles revelaram compreensão acerca da literatura produzida pela historiografia brasileira que se construía no século XIX, sabendo diferenciá-la em suas abordagens.

Sua produção historiográfica trouxe, pela primeira vez, a história naval brasileira como protagonista de sua própria trajetória. A metodologia que empregou aos seus textos, com a ordenação, organização e seleção das fontes primárias, a transformou num campo do conhecimento, no estudo tácito do seu objeto – a guerra no mar. Passou a ser um modelo a ser seguido, ou mesmo copiado, no alargamento dos conhecimentos dos temas afetos à história naval brasileira, para as gerações de historiadores navais que se seguiram. Aos moldes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, procurou produzir uma história naval pautada na própria cientificidade da disciplina. Embora não tenha sido reconhecido pela instituição, Theotônio Meirelles se considerava um historiador.

Na historicidade empreendida à construção de sua obra, o autor revelou uma inserção epistemológica e ainda outra, de caráter metodológico, na história produzida no Brasil dos Oitocentos. Neste caso, a verdade histórica pressupunha a apresentação dos fatos como realmente aconteceram, numa premissa rankeana na cientificidade da disciplina. Esta compreensão da verdade, observada na produção historiográfica de Theotônio Meirelles, buscou a reconstituição dos fatos navais, numa melhor compreensão do passado da Marinha Imperial. Entretanto, dado o seu pertencimento à instituição, cabe identificar que, sob uma ótica historicista, sua produção historiográfica representou um discurso oficial da história da Marinha Imperial. O caráter institucional de sua escrita atém-se às obras de 1881, 1882 e 1883, em virtude da própria censura que foi imputada a sua produção, como visto, no período em que foi contratado para escrever os apontamentos da história naval brasileira. Na realidade, a história que produziu esteve no campo da construção de uma memória coletiva e social para a instituição, em que eventos, como a Batalha Naval do Riachuelo e a perseguição à Esquadra portuguesa, revestiam-se da valorização do espaço de batalha e dos esforços da Marinha Imperial para dominá-lo, além do combater o inimigo, numa analogia à história produzida pelo IHGB na consolidação da história nacional, pautada pela unidade territorial e pela identidade ideológica da nação.

O autor se ateu, majoritariamente, às operações e especificidades da força naval, no cumprimento de sua missão e na garantia e consolidação do Estado Imperial. Mesmo quando

expôs discordâncias entre os personagens citados, estas se restringiam ao próprio curso das atividades operativas da instituição. As críticas se detinham, em maioria, à falta de recursos para o melhor concurso das operações. Como exemplo, há uma série de documentos relativos à discussão estratégica da Guerra do Paraguai, envolvendo o Almirante Tamandaré, o General Polidoro, o Visconde de Porto Alegre e Bartolomeu Mitre, quando da produção historiográfica da Guerra do Paraguai, em 1877. Este fato pode ter sido legado por Theotonio Meirelles à historiografia naval brasileira, o de profissionalismo da força, como observado por Amanda Mancuso em sua tese de doutorado (2007), na análise que fez sobre a coleção *História Naval Brasileira*. Neste mister, contando ou fazendo história naval, o perfil da imagem coletiva da Marinha do Brasil seria o da busca pela representação do profissionalismo da instituição. Haja vista que em todos os seus livros, quando pertinentes à história naval brasileira que construía, Theotonio Meirelles punha em relevo a participação do futuro Patrono da Marinha, parecendo saber da sua diferenciação como oficial exemplar na representação dos valores da instituição.

Ainda na primeira geração de historiadores navais, Garcez Palha, com a sua obra *Ephemerides Navaes ou Resumo dos Factos mais importantes da História Naval Brasileira (1891)* fez uso de fatos navais datados e explicados por Theotonio Meirelles, sendo inclusive eleito membro do IHGB.

Na construção que impôs à história naval brasileira, objetivou a integração daquela história, à afirmação da própria instituição Marinha do Brasil no cenário político da época, trazendo um campo próprio à historiografia naval. Ainda envidou esforços na divulgação do seu trabalho e no reconhecimento da obra historiográfica que produzira, tendo em suas relações sociais membros do IHGB e sessões em que esteve presente, na doação de exemplares para o acervo da instituição.

Historiadores navais como Henrique Boiteux, Lucas Boiteux, Didio Costa, Levy Scarvarda, Juvenal Greenhalgh, Prado Maia e outros que escreveram sobre a Marinha Imperial até os anos 1960, compilaram e interpretaram os documentos tornado conhecidos por Theotonio Meirelles e ainda alargaram essas fontes, no aprofundamento das matérias de seus interesses. Como exemplo, podem ser citadas várias obras, entre elas a *História da Escola Naval* (BOITEUX, 1949), o *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História, 1763-1822* (GREENHALG, 1957) e *A Marinha do Brasil através da História* (PRADO MAIA, 1965).

Mesmos os biógrafos, como Henrique Boiteux e Dídio Costa, buscaram nos livros desse autor fatos que pudessem subsidiar a construção da trajetória dos heróis da Marinha.

Embora essas fontes, localizadas na produção historiográfica de Theotonio Meirelles, fossem se perdendo ao longo da historiografia naval brasileira, pelas obras que se sucederam, a periodização histórica que aplicou à sua produção historiográfica, tendo a cronologia inserida nos fatos navais de importância, permanece, em sua maioria, até os dias atuais.

As obras *A Marinha de Guerra no Brasil na Colônia e no Império (tentativa de reconstituição histórica)*, escrita em 1965 pelo Almirante João do Prado Maia (1965) e a *Coleção História Naval Brasileira*, produzida pelo Serviço de Documentação da Marinha (1975-2002, 10 v.) são representativas desse legado historiográfico de Theotonio Meirelles, posto que trouxeram conhecimento de vários temas da historiografia naval brasileira e que ele escreveu ainda no século XIX.

Comum a essas duas produções, por exemplo, está também a afirmativa de que a Marinha do Brasil nasceu com a Independência, fato observado inicialmente por Theotonio Meirelles, quando associou a criação da instituição à formação do Estado Nacional, do qual desde o início, a Armada foi parte integrante. Essa consideração histórica do autor tornou-se, com o tempo, comum a historiografia naval brasileira.

Na narrativa empreendida sobre a Batalha Naval de Riachuelo, o autor descreveu todo o episódio com o concurso da documentação oficial existente a respeito, que reuniu, selecionou e resumiu, intercalando os acontecimentos com poucas apreciações críticas. Ou seja, pela primeira vez, aglutinava-se numa mesma narrativa, um corpus documental do embate, dando-lhe cronologia, periodização, estrutura temática, nomes e datas capazes de descrever a dimensão que esse episódio trouxe à Guerra do Paraguai, com todas as implicações decorrentes e ainda uma discussão historiográfica acerca da manobra das bicadas, até então desconhecida na historiografia naval brasileira. Essa questão epistemológica, envolveu, na narrativa de Theotonio Meirelles, o historicismo rankeano na busca pela imparcialidade e objetividade no trato da documentação manuseada. E assim julgar o fato histórico, fundamentado numa visão crítica do episódio, tornando a história que construía, não somente um texto engajado pela memória, mas com mérito científico, mediante o emprego da técnica do julgamento, fartamente utilizado por Varnhagen.

No campo da construção de uma memória coletiva para a instituição, o evento se revestia na valorização do espaço de batalha e os esforços da Marinha Imperial para dominá-

lo, além do combater o inimigo, numa analogia à história produzida pelo IHGB na consolidação da história nacional, pautada pela unidade territorial e pela identidade ideológica da nação.

Sendo um oficial de Marinha, o autor analisou o fato com o concurso de valores da classe à qual pertencia, sem, contudo, abandonar o ofício de historiador que abraçara. Na visão metodológica da época, ditada pelo IHGB, o fato era fundamentado pela documentação primária, trazendo a verdade do que realmente aconteceu.

A falta de comentários acerca das críticas sofridas pela Esquadra Imperial em suas manobras operativas, bem como os relatos do autor sobre o fracasso de 22 de setembro de 1866, com o bombardeamento de Curupaiti, denotam que a narrativa de Theotônio Meirelles estava diretamente relacionada ao processo de construção que impunha à história naval brasileira, ditada pela memória social ou coletiva do grupo que representava, aliada, como referenciado por Michael Pollack (1989), a um quadro familiar, a redes de sociabilidade afetiva e/ou política e suas lembranças oficiais e proibidas, estas devendo ficar restritas “à memória coletiva subterrânea do grupo”, na proteção de sua coesão e imagem, internas e externas às suas crenças e valores (POLLAK, 1989, p. 9). Ou seja, embora comprometido com a construção de uma obra científica, é possível deduzir que o autor subjetivou um discurso positivo sobre o papel e o lugar da Marinha Imperial na história nacional, difundindo ainda uma imagem social interna à força, no emprego de uma mensagem também positiva e referencial aos valores e à missão da instituição, em que críticas e uma derrota militar não tinham lugar. Essa tradição das lembranças, como observado por Arno Wehling, foi um dos procedimentos afetos à obra de Varnhagen, denominado tática do esquecimento, em que a “memória suplantava a história”, no seu engajamento no projeto nacional da construção de uma história do Brasil, estabelecendo “os ditos” e os “não-ditos”, haja vista o caráter pedagógico de sua escrita, principalmente em sua última obra, para uso das escolas de Marinha.

Outras análises históricas constantes dos textos de Theotônio Meirelles permanecem na historiografia naval brasileira, tais como a origem da instituição afeta à Marinha Portuguesa (organizações criadas ou transferidas) e a chegada da Família Real. Por sua vez, ao contrário do que foi comum à historiografia naval até os anos 80, a negação da contribuição dos oficiais estrangeiros à formação do oficialato naval brasileiro, e ainda, a

“vitória” do Brasil na Guerra Cisplatina, não foram construções históricas do pioneiro da historiografia naval brasileira.

Na obra de 1877, além de se assumir como historiador, Theotonio Meirelles empregou um discurso crítico contundente acerca da culpabilidade do governo imperial sobre o decurso da guerra, fato não observado em nenhuma outra obra. As “suas falas” levam a inferir que a falta de sociabilidade afetiva no trato dessa temática provavelmente deixou o autor mais à vontade nas considerações e análises críticas que formulou, uma constante nesta obra. A partir de 1881, o apego de Theotonio Meirelles ao nacionalismo tornou-se mais enfático, talvez pelo momento de instabilidade política do País, pressupondo a necessidade do reconhecimento dessa história, numa perspectiva de melhorias para a própria profissão e para o grupo social que representava. Também se pode deduzir, tendo como mote a conhecida trajetória individual do autor, a sua expectativa no alcance de uma projeção intelectual e social que nunca tivera, apesar de se considerar filho natural de D. Pedro I.

Em face da aceleração da derrocada do sistema político imperial a partir dos anos 1880, com a participação ativa dos militares, é possível considerar que, pelo menos para aqueles que lutavam pela sobrevivência da monarquia, os escritos e a postura independente do autor, de livre circulação por redes sociais distintas – militar e civil –, podiam suscitar problemas políticos, apesar de o autor não demonstrar rejeição à monarquia em seus discursos. Cumpre ainda acrescentar que, entre os oficiais de Marinha envolvidos em organizações de associações e do Clube Naval, vistos como a “quase totalidade da intelectualidade da Marinha” por José Miguel Arias Neto (2001), estavam alguns contemporâneos e colegas de turma do autor.

Enfim, Theotonio Meirelles escreveu para os seus pares, para a sociedade civil e fundamentalmente, num horizonte de expectativas, para a mocidade gloriosa e as escolas de Marinha, buscando, mais do que a inserção da instituição na história do País, o reconhecimento ao profissionalismo que empregara nessa empreitada.

O seu discurso acerca da história naval brasileira do século XIX redundou num produto da instituição que representava, da qual também foi produtor, refletindo a realidade político-social do grupo que a gerou, e do qual era parte, a Marinha Imperial. Por sua vez, a trajetória dessa instituição esteve envolvida em todo o processo de afirmação e consolidação do estado imperial brasileiro.

Artigos produzidos pela *Revista Marítima Brasileira* e pela revista *Navigator*, além de outras produções mais recentes trazem, em suas origens, a construção naval brasileira realizada pelo autor. Alguns inclusive têm feito uma releitura das suas concepções, sem mesmo saberem que ele, Theotônio Meirelles da Silva, foi o primeiro a tratar do problema historiográfico. Deste modo, aqueles que pretendem estudar a história naval brasileira ao tempo da Monarquia, não podem prescindir de uma visita às suas obras, seja no aprofundamento das fontes primárias por ele selecionadas e interpretadas, ou para a correção, sob um novo olhar, dos rumos historiográficos da história naval brasileira que construiu.

Referências Bibliográficas

1. Fontes primárias manuscritas

Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro

Ficha de Sabino Elói Pessoa. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, n.º 25.123, caixa 1.731.

Livro de registro de casamento da freguesia de Santana (1842-1852). Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, n.º 2, p. 159.

Livro de registro de casamentos da freguesia de São João Batista da Lagoa (1873-1887). Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, n.º 5, p. 54 verso.

Arquivo da Marinha

Livro de ordens, avisos, portarias e mais papéis concernentes ao expediente da Academia de Marinha (1817-1855). Arquivo da Marinha, 16.670.

Livro de ordens, avisos, portarias e mais papéis concernentes ao expediente da Academia de Marinha (1817-1855). Arquivo da Marinha, 16.671.

Livro de ordens, avisos, portarias e mais papéis concernentes ao expediente da Academia de Marinha (1817-1855). Arquivo da Marinha, 16.673.

Livro de registro de cartas dos lentes e professores da Academia dos Guardas Marinha (1820 a 1857). Arquivo da Marinha, 16.708.

Livro Mestre dos Guardas-Marinha (1807 a 1839). Arquivo da Marinha, Livro Mestre n.º 14295, microfilme 176 A.

Livro relação dos Guardas-Marinha (1842 a 1855). Arquivo da Marinha, Livro Mestre n.º 16711, microfilme 176 D.

Primeiro Livro Mestre dos Oficiais da Armada Nacional e Imperial (1792 a 1863). Arquivo da Marinha, Livro Mestre n.º 42589, microfilme 45 A e 45 B.

Segundo Livro Mestre para assentamento de Oficiais da Armada Nacional e Imperial (1795 a 1861). Arquivo da Marinha, Livro Mestre n.º 45306, microfilme 46 A.

Arquivo do Exército

Ficha de Domingos Antônio de Oliveira Meirelles. Arquivo do Exército, documento 2.431.

Ficha de Domingos Antônio de Oliveira Meirelles. Arquivo do Exército, documento 2.531.

Arquivo Nacional

Decreto honorífico a Theotonio Meirelles da Silva (1877). Arquivo Nacional, fundo: graças honoríficas, caixa 794, pacote 4, documento 35.

Documentos e ofícios da Escola Naval. Arquivo Nacional: Série Marinha, VI M, maço 2,161; 204.

Livros de Socorros, navios e organizações. Arquivo Nacional: Série Marinha, XVII M, maços 1173; 1442; 1743; 1880; 1914; 1921; 1924; 1925; 2834; 2939; 3012; 3197; 3213; 3731; 3735; 3931; 4555; 4730; 4743; 4744; 4555; 4774; 4945.

Ofício de Theotonio Meirelles da Silva solicitando ser elevado à Oficial da Ordem da Rosa (1877). Arquivo Nacional, fundo: graças honoríficas, caixa 884, pacote 141, documento 31.

Ofícios e mapas sobre pensões. Arquivo Nacional: Série Marinha, XX M, maços: 93, 553, 669, 853, 1142.

Processo civil Alexandre Antônio Vieira de Carvalho (Autor) & Teotônio Meireles (Réu) (1849) Arquivo Nacional, fundo: Relação do Rio de Janeiro, número: 2.519, caixa: 791, galeria A.

Processo civil Gama & Companhia (Autor) & Teotônio Meireles da Silva (Réu) (1858-1859). Arquivo Nacional, fundo: Relação do Rio de Janeiro, número: 2.538, caixa: 1.160, galeria A.

Processo civil José Antônio Gomes Pires por cabeça de sua mulher viúva do Tenente Coronel Joaquim da Silva Caldas (Autor) & Comendador Teotônio Meireles da Silva (Réu) (1858). Arquivo Nacional, fundo: Juízo Municipal da 3ª Vara do Rio de Janeiro, nº 5.055, caixa 856, galeria A.

Processo civil Sebastião da Silva Moreira & Companhia (Autor) & Comendador Teotônio Meireles da Silva (Réu) (1882). Arquivo Nacional, fundo: Vara Cível do Rio de Janeiro, número: 7.314, maço: 401.

Colégio Brasileiro de Genealogia

Ficha Theotonio Meirelles da Silva. Colégio Brasileiro de Genealogia, sem referência.

Museu Imperial

Carta de Theotonio Meirelles da Silva a D. Pedro II. Museu Imperial: Inventário dos documentos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil existentes no Castelo D'Eu, v. 2, maço 166, documento 7.647.

Ofício de Theotonio Meirelles da Silva a D. Pedro II. Museu Imperial: Inventário dos documentos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil existentes no Castelo D'Eu, v. 2, maço 187, documento 8.522.

Ofício de Theotonio Meirelles da Silva. Museu Imperial: Inventário dos documentos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil existentes no Castelo D'Eu, v. 1, maço 114, documento 5.686.

Recibo de 80 mil réis dados por D. Pedro II a Theotonio Meireles da Silva. Museu Imperial: Inventário dos documentos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil existentes no Castelo D'Eu, v. 2, maço 123, documento 6.171.

2. Impressos

AZEVEDO, Carlos Frederico dos Santos Xavier. *Historia medico-cirurgica da esquadra brasileira nas campanhas do Uruguay, e Paraguay de 1864 a 1869*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1870. In: SENADO FEDERAL. Biblioteca do Senado. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/220528>, acesso em 10 mai. 2016.

BARROSO, Gustavo. Os Bastardos Imperiais do Brasil. In: *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 10 mai. 1952.

BIBLIOTECA DA MARINHA. *Catálogo Metódico dos Livros Existentes na Biblioteca da Marinha, organizado segundo o sistema de Mr. Brunet*. Rio de Janeiro: Tip. Francisco de Paula Brito, 1858.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Almanak Laemertt*. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak/almanak.htm, acesso em 2 jan. 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Lei nº 38.396 de 15 de outubro de 1827*. Disponível em: www2.camara.leg.br/.../lei.../lei-38396-15-outubro-1827-566688-publicacaooriginal-, acesso em 10 jan. 2016.

MINISTÉRIO DA MARINHA. Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa (1827-1887). In: CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Ministerial Reports (1821-1960): Marinha*. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>, acesso em 2 ago. 2015.

MINISTÉRIO DA MARINHA. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Lombaerts & C. Editores, 1851-1855; 1881-1887.

SILVA, Theotônio Meirelles da. *A Marinha de Guerra Brasileira em Paissandu e Durante a Campanha do Paraguai: Resumos Históricos*. Rio de Janeiro: Typografia Theatral e Commercial, Rio de Janeiro, 1876.

_____. *Apontamentos para a história da Marinha de Guerra Brasileira 1881-1883*. Rio de Janeiro: Typografia Perseverança, 1883, 3 v.

_____. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: B.L.Garnier, 1884.

_____. *O Exército Brasileiro na Campanha do Paraguai: Resumos Históricos*. Rio de Janeiro: Editor B.L.Garnier, 1877.

_____. *O Padre Esmerati*. Rio de Janeiro: Tipografia Acadêmica, 1876.

3. Jornais

Correio da Tarde

Correspondência. *Correio da Tarde*. Rio de Janeiro, 10 ago. 1849, p.3.

Notícias e Fatos Diversos. *Correio da Tarde*. Rio de Janeiro, 14 ago. 1848, p. 2.

Correio Mercantil

Anúncios. *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, 17 ago. 1851, p. 4.

_____, 18 ago. 1851, p. 4.

Editais. *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, 7 out. 1853, p. 2.

Lista de eleitores da Freguesia do Sacramento. *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, 5 ago. 1849, p.2.

Notícias Diversas. *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, 10 mar. 1855, p. 1.

_____, 11 mar. 1855, p. 1.

_____, 3 abr. 1855, p. 1.

_____, 3 jul. 1855, pp. 1-2

_____, 7 jun.1856, p. 1.

_____, 30 jul.1856, p. 1.

_____, 29 jan. 1860 p.1

_____, 31 mar. 1860, p.2

_____, 16 dez. 1860, p.2

_____, 29 jan.1861, p. 1.

_____, 29 mar. 1861, p.2

_____, 26 ago.1861, p. 1

_____, 2 nov. 1861, p. 1

_____, 10 nov. 1861, p.2

_____, 3 dez. 1861, p. 1.

_____, 21 jan.1862, p. 1.

_____, 5 abr. 1862, p. 2.

_____, 19 jan.1863, p. 1.

_____, 21 mai.1863, p. 1.

_____, 13 ago.1863, p. 1.

_____, 3 nov.1863, p. 1.

_____, 26 jun.1864, p. 2.

_____, 12 jan.1865, p. 1

_____, 21 mai.1865, p. 1.

_____, 1 ago.1865, p. 1.

Correio Nacional

Um verdadeiro Contraste. *Correio Nacional*. Rio de Janeiro, 26 jul. 1870, p. 1.

Diário do Rio de Janeiro

Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 19 jan. 1858, p.1.

Notícias diversas. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 16 nov. 1847, p. 2.

Parte Oficial: Ministério da Marinha. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 13 dez. 1854, p. 1.

Sessão de 11 de fevereiro de 1852 do Tribunal dos Jurados. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 16 nov. 1847.

Gazeta da Tarde.

Gazeta da Tarde. Rio de Janeiro, 8 mar. 1887, p. 1.

Gazeta de Notícias

Obituário. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 8 mar. 1887, p. 1.

Jornal do Comércio

Notícias várias. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 6 mar. 1845, p.3.

_____, 20 mar. 1849, p. 4.

_____, 6 mar. 1852, p. 1.

_____, 10 mar. 1855, p.1

_____, 11 mar. 1855, p.1

_____, 12 abr. 1855, p.1

_____, 5 nov. 1856, p. 1.

_____, 21 dez. 1857, p. 2.

_____, 17 jan. 1859, p. 2.

_____, 24 mar. 1859, p. 1.

_____, 25 mar. 1859, p. 1.

_____, 26 mar. 1859, p. 1.

_____, 27 mar. 1859, p. 1.

_____, 4 mai. 1860, p. 2.

_____, 19 set. 1860, p.2

_____, 21 nov. 1860, p.2

_____, 10 dez. 1860, p.2

_____, 23 mar. 1875, p. 2.

_____, 6 jul. 1877, p. 4.

_____, 15 ago. 1877, p.1.

_____, 16 ago. 1877, p.3.

_____, 17 set. 1877, p.3.

_____, 5 mai. 1878, p.1.

_____, 8 mai. 1878, p.2.

_____, 10 ago. 1878, p.1

_____, 4 nov. 1881, p. 1.

_____, 4 dez. 1881, p.1

_____, 1 out. 1882, p. 1.

_____, 2 out. 1882, p. 1.

_____, 3 nov. 1882, p. 1.

_____, 24 nov. 1883, p. 1

_____, 27 jan. 1887, p. 1.

_____, 8 mar. 1887, p. 1

Movimento do Porto. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 6 mar. 1844, p. 4.

_____, 17 jul. 1845, p. 4.

Publicações a pedido. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 6 mar. 1845, p. 3.

_____, dez. 1881.

Novidade

Obituário. *Novidades*. Rio de Janeiro, 9 mar. 1887, p. 1.

O Paiz

Obituário. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 9 mar. 1887, p. 1.

4. Artigos e capítulos de livros

ALBUQUERQUE, Antonio L. P. A Academia Real dos Guardas-Marinha. In: BRASIL, Ministério da Marinha. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação-Geral da Marinha, 1979, v. 2, t. II, pp. 353-367.

_____. Questões a propósito do pensamento sobre a guerra no Brasil, no século XIX. In: *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 114, n. 10/12, pp. 169-178, out./dez. 1994.

ALMEIDA, Francisco Alves de. A formação da Marinha Imperial: uma criação autóctone. *Revista do Clube Naval*. Rio de Janeiro, v.129, pp. 10-16, jul./ago./set. 2009.

_____. A formação do herói Tamandaré na Marinha do Brasil: uma breve análise teórica. *Navigator*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, pp. 69-82, dez. 2007.

_____. A História segundo Alfred Thayer Mahan. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v.129, n. 07/09, p. 147-173, jul./set. 2009.

_____. A historiografia naval brasileira (1880-2012): uma visão panorâmica. *Revista Brasileira de História Militar*. Rio de Janeiro, ano 3, n. 8, pp. 30-64, ago. 2012.

_____. Alfred Thayer Mahan e a Geopolítica. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v.130, n. 04/06, pp. 147-173, abr./jun. 2010.

_____. Alfred Thayer Mahan e os elementos do poder marítimo. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v.129, n. 10/12, pp. 133-152, out./dez. 2009.

_____. Alfred Thayer Mahan e os princípios da Estratégia Naval. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v.130, n. 01/03, pp. 156-176, jan./mar. 2010.

_____. Alfred Thayer Mahan: o homem. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v.129, n. 04/06, pp. 147-173, abr./jun. 2009.

_____. John Knox Laughton: o Fundador da Moderna Historiografia Naval Britânica. In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal, 2013, pp. 1-15.

_____. Riachuelo: uma batalha de controvérsias. *Navigator*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, pp. 54-73, jan./jun., 2015.

ALVES, Fabrício Gomes. Entre a Cultura Histórica e a Cultura Historiográfica: implicações, problemas e desafios para a historiografia. In: *Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS*. Porto Alegre, v. 2, n. 5, pp. 82-97, jul./dez. 2009.

ALVES, Gisleno Gomes de Faria. O papel institucional e estratégico da Capelania Militar. *Revista Ciência & Política*. Rio de Janeiro, nº 3, v.1, pp. 75-87, jun. 2015.

ARAUJO, Valdei Lopes de. História da historiografia como analítica da historicidade. *Revista da História da Historiografia*. Ouro Preto, nº 12, pp. 34-44, 2013.

_____. O século XIX no contexto da redemocratização brasileira: a escrita da história oitocentista, balanço e desafios. In: OLIVEIRA, Maria da Glória de; _____.(Org.). *Disputas pelo passado: história e historiadores no Império do Brasil*. Ouro Preto: Edufop, 2012, pp. 9-42.

_____. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. Juiz de Fora: *Revista de História*, v. 12, n.1, pp.79-94, 2006.

ARIAS NETO, José Miguel. A Marinha do Brasil nos escritos oitocentistas sobre a Guerra do Paraguai. In: RODRIGUES, Fernando da Silva; PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. *Uma Tragédia Americana: A Guerra do Paraguai sob Novos Olhares*. Curitiba: Editora Prismas, 2015, pp. 501-532.

_____. Imprensa militar dos Oitocentos: a Revista Marítima Brasileira (1851-1855). *Anais do Encontro Nacional De História Da Mídia: História da Comunicação ou História da Mídia? Fronteiras conceituais e diferenças*. Ouro Preto: UFOP, 2013.

_____. Imprensa Militar no Século XIX: um balanço preliminar. *Navigator*. Rio de Janeiro, v. 9, n 18, pp. 55-64, 2013.

_____. Revista Marítima Brasileira (1851-1855): A Liberdade de Pensamento na Marinha Imperial e o Projeto de Nação no Século XIX. *Revista Brasileira de História Militar*. Rio de Janeiro, n.8, pp.1-26, ago. 2012.

_____. Sob o signo de Clio: Historiografia, Política e História Oral. In: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti (Org). *Perspectivas historiográficas*. Campinas: Pontes Editores, 2010, pp. 9-22.

_____. Uma batalha naval concentra por si um século de glórias: Riachuelo na história e na memória. *Navigator*. Rio de Janeiro, v.11, n. 21, pp. 35-54, jun. 2015.

ÁZEMA, Jean Pierre. A guerra. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 401-439.

BARREIRO, José Carlos. Marinheiros, Portos e Sociabilidades: O Brasil e a Ascensão do Atlântico Sul (1780-1850). In: *Anais do VIII Congresso Internacional da BRASA, Brazilian*

Studies Association. Nashville, 2006, pp.1-20.

BASILE, Marcello Otávio N. de. Consolidação e Crise do Império. LINHARES, Maria Yedda Linhares (Org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, pp. 246-299.

_____. O Império Brasileiro: Panorama Político. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, pp. 188-245.

_____. O laboratório da Nação: a era regencial (1831-1840). GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial (1831-1870)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 51-120.

BENTIVOGLIO, Julio. Cultura Política e Historiografia Alemã No Século XIX: A Escola Histórica Prussiana e a Historische Zeitschrift. *Revista de Teoria da História*. Goiás, ano 1, n. 3, pp. 20-58, jun. 2010.

_____. Leopold von Ranke. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *Lições de História O caminho da ciência ao longo do século XIX*. Porto Alegre: FGV/ EdPUCRS, 2010.

BITTENCOURT, Armando de Senna. A Batalha Naval do Riachuelo na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. In: VIDIGAL, Armando, ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. (Org.). *Batalhas e Campanhas Navais que mudaram a História*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2009, pp. 253-301.

_____. O Almirante Tamandaré na Campanha Oriental. *Navigator*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, pp. 27-36, dez. 2007.

BOITEUX, Lucas Alexandre. Das nossas naus de ontem aos submarinos de hoje. In: BRASIL. Serviço de Documentação Geral da Marinha. *Subsídios para a história marítima do Brasil*. Rio de Janeiro, 1956-58, v.15, pp. 185-220; e v.17, pp. 9-133.

BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Escolha de padrinhos e relações de poder: uma análise do compadrio em São João Del Rei (1736-1850). In: CARVALHO, José M. *Nação e Cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 313-348.

CAMINHA, Herick. Evolução da Estrutura Administrativa do Ministério da Marinha no Império e Organização da Marinha no Império. BRASIL, Ministério da Marinha. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação-Geral da Marinha, 2002, v. 3, t. I, pp. 9-56.

COSTA, Ana Paula Pereira. Organização Militar, Poder Local e Autoridade nas Conquistas:

Considerações acerca da atuação dos corpos de Ordenanças no Contexto do Império Português. In: *Revista Tema Livre*. Rio de Janeiro, ano VI, nº 12, abr. 2007.

_____, Dídio. Crônica. In: *Subsídio para a história Marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, v.1, jan./abr.1938, p. 13-19.

DOLHNIKOFF, Miriam. Império e Governo representativo: uma releitura. In: *Caderno CRH*. Salvador, v.21, n.52, pp. 13-23, 2008.

_____. Representação política no Império. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo, 2011, pp. 1-20.

DOMINGUES, Viviane Pedrosa. Especificando a validade do estudo sobre memorialistas através do uso da teoria da consciência histórica. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo, 2011, pp. 1-15.

ESPARTEIRO, Antônio Marques; CALMON, Pedro; ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto. Transmigração da Família Real para o Brasil. In: BRASIL. Ministério da Marinha. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro, 1979, v.2, t. II, pp. 323-367.

FARIA, Vanessa Silva de. Eleições no Império: Considerações sobre Representação Política no Segundo Reinado. In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*, Natal, 2013, pp. 1-10.

FAXINA, Aldeir. A atuação das chatas artilhadas no decorrer da Guerra do Paraguai. *Navigator*. Rio de Janeiro, v.11, n. 22, pp.91-103, dez. 2015.

FONSECA, Paloma S. Arquivos da Marinha e historiadores. In: *Anais do Simpósio Nacional De História: história, acontecimento e narrativa*. João Pessoa: ANPUH, 2003, p. 1-7.

FRIDMAN, Fania. Cartografia Fluminense no Brasil Imperial. In: *Primeiro Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica: Passado Presente nos Velhos Mapas*. Parati, 2011. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/FRIDMAN_FANIA.pdf, acesso em 5 ago. 2016.

FUNARI, Pedro Paulo A. Usos da Guerra do Peloponeso. In *Revista Brasileira de História Militar*. Rio de Janeiro, ano II, n. 4, abr. 2011. Disponível em: <http://www.historiamilitar.com.br>, acesso em 28 fev. 2016.

GAMA, Edina Laura Nogueira da. O Poder Naval e a Formação do Brasil. Breves Reflexões Sobre a Historiografia Naval Brasileira e a Modernização do Museu Naval: In: ENCONTRO

DE HISTORIADORES MILITARES NA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS, Resende. *Anais eletrônicos*. Rio de Janeiro: DPHCex/CEPHEX, v. 1, 2012, pp. 276-286.

GONÇALVES, Leandro J. C.. Uma nova perspectiva tática para a Batalha de Curupaity (22 de setembro de 1866). In: *Anais do Encontro Regional De História: poder, violência e exclusão*. São Paulo: USP, 2008, pp. 1-13.

GOULARTI FILHO, Alcides. História Econômica da Construção Naval no Brasil: Formação de Aglomerado e Performance Inovativa. *Revista Economia*. Brasília, v.12, n.2, pp. 309–336, mai./ago. 2011.

_____. “A Trajetória da Marinha Mercante Brasileira: Administração, Regime Jurídico e Planejamento”. *PESQUISA & DEBATE*. São Paulo, v. 21, n. 2, pp. 247-278, 2010.

GRAHAN, Richard. Clientelismo na cultura política brasileira: Toma lá dá cá. *Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial*. São Paulo, pp.03-14, 1999.

GONÇALVES, Sergio Campos. A Adesão da Cultura Historiográfica Brasileira ao Pensamento Civilizador no Século XIX. In: *Anais do Seminário Nacional da Historiografia: historiografia brasileira e modernidade*. Ouro Preto: EDUFOP, 2007, pp. 128-147.

GUEDES, Max Justo. Segurança da Navegação Nos Séculos XVI-XVIII: Navios Artilhados, Frotas e Comboios. In: BRASIL. Ministério da Marinha. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação da Marinha, 1979, v. 2, t. II, pp. 55-131.

GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista e o nascimento da disciplina. In: *Anais do XXII Simpósio Nacional de História*. João Pessoa, 2003.

_____. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 93-122.

_____. Do litoral para o Interior: Capistrano de Abreu e a escrita da história oitocentista. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira da (Org.). *Repensando o Brasil dos Oitocentos: Cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 267-292.

_____. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, pp. 5-27, 1988.

HARTOG, François. Regime de Historicidade. [Time, History and the writing of History - KVHAA Konferenser 37: 95-113 Stockholm 1996]. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html>>, acesso em 20 set. 2016.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Diálogos convergentes: políticos e historiadores no início da república. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000, pp. 119-144.

KARVAT, Erivan Cassiano. A historiografia como discurso fundador: reflexões em torno de um programa histórico. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa, v. 10, n. 2, pp. 47-70, 2005.

LIMA, Valéria. Alessandra Ciccarelli e a tela Oitocentos. In: VALLE, Arthur; DAZZI, Camila. *Arte Brasileira do Império à República*. Rio de Janeiro: EDUR-UFRRJ/DezenoveVinte, v.1, 2010, pp. 657-660.

LIRA, José Tavares Correia de. Recortes da cidade: códigos da divisão e da vida comum no império. *Anais do VI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Natal, n. 6, 2000, pp. 65-91.

LÓPEZ, A. La historia militar: entre la renovación y la tradición. In: *Manuscrit*. Barcelona, n. 11, pp. 215-242, 1993.

LOUREIRO, Marcello José Gomes. A produção da história militar recente: desafios e perspectivas. In: *Anais do Seminário De Estudos: poder aeroespacial & estudos de Defesa*. Rio de Janeiro: UNIFA, v. 1, 2010.

_____. O Conselho Ultramarino e sua pauta: aspectos da comunicação política na monarquia pluricontinental (1640-1668) - notas de pesquisa. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne]. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/65830>, acesso em 06 mai. 2017.

MAESTRI, Mário. A Revolta da Chibata faz 100 anos. In: *Antítese*, v. 3, nº especial, pp. 1-15, dez. 2010.

MAGALHÃES, Adriano Aparecido. Juiz de Paz: suas práticas na sociabilidade do liberalismo moderado no Termo de São João del-Rei (1827-1842) - Comarca do Rio das Mortes. In: *Anais do Seminário da Universidade Federal de Ouro Preto*. Ouro Preto, 2010, pp.1-25.

MAIA, João Prado. Respinga. In: *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, n. 77, pp. 901-902, out./ dez.1957.

MALVASIO, Ney Paes Loureiro. A reforma da Marinha de Guerra portuguesa no período pombalino (1761-1777): a criação de uma Marinha estritamente militar e profissional e as fontes para seu estudo. *Navigator*. Rio de Janeiro, v. 5, n.10, pp. 70-82, jun./2009.

MANCUSO, Amanda Pinheiro. A história militar: notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da história cultura. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Dourados, v. 2, n. 4, jul./dez. 2008. Disponível <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewArticle/294>>, acesso em: 25 jan. 2016.

MARTINS, Estevão; CALDAS, Pedro. Leopold von Ranke (1795-1886). In: BENTIVLOGLIO, Julio; LOPES, Marco Antônio (Org.). *A constituição da História como Ciência: de Ranke a Braudel*. Petrópolis: Vozes, 2013, pp. 13- 32.

_____, Hélio Leôncio. A Estratégia Naval Militar da Guerra do Paraguai. In: *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, n.779, pp. 77- 105, 1998.

_____. A Incorporação da Província Cisplatina sob o ponto de vista brasileiro. In: *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v.129, n. 10/12, pp.41-62, out./dez. 2009.

_____. Almirante Max Justo Guedes. In: *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v.132, n. 04/06, pp. 20-33, abr./jun. 2012.

_____. As Glórias da Marinha Imperial. In: *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v.126, nº 10/12, pp. 83-92, out./dez. 2006.

_____. Campanha Naval na Guerra Cisplatina. In: BRASIL, Ministério da Marinha. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação-Geral da Marinha, 2002, v. 3, t. I, pp. 163-421.

_____. Os Ingleses na Marinha da Independência. In: *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v.134, n. 01/03, pp. 37- 48, jan./mar.2014.

_____. Presença de Oficiais Estrangeiros na Marinha Brasileira. *Revista Marítima Brasileira*. In: Rio de Janeiro, v.124, n. 04/06, pp. 39-82, abr./jun. 2004.

MARTINS FILHO, João Roberto. Os meios da guerra: reflexões sobre a literatura e uma proposta de pesquisa. In: *Anais do Encontro Nacional Da Associação Brasileira De Estudos De Defesa*. São Paulo: UFSCar, 2007. Disponível em: www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/.../joão_roberto_martins_23-09-07.pdf, acesso em: 25 jan. 2016.

MASTROGREGORI, Massimo. Historiografia e tradição das lembranças. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 65-93.

MAZINI, André. A História da Imprensa no Contexto da Historiografia Brasileira. In: *Comunicação & Mercado/ UNIGRAN*. Dourados, v. 1, n. 02, pp. 297-304, nov. 2012.

MOITREL, Mônica Hartz Oliveira. O estudo da História Marítima Brasileira no Ensino Médio: desafios e soluções. In: *Navigator*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, pp. 89-94, dez. 2006.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Da Independência à Vitória da Ordem. In: LINHARES, Maria Yedda. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, pp. 129-143.

_____, Nuno Sardinha. Sir Julian Staford Corbett, o Clausewitz da Estratégia Marítima. In: *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v.131, n.10/12, pp. 136-153, out./dez. 2011.

MORAIS, Ronaldo Queiroz de. Esboço crítico da historiografia militar brasileira. In: *Revista Escritas*. Araguaína, v. 5, n. 1, pp. 99-126, 2013.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. Os múltiplos olhares sobre a história militar. *Revista História Unisinos*. São Leopoldo, v. 16, n. 3, pp. 271-282, 2012.

MOTTA, Kátia Sausen. O Juiz de Paz sob perspectiva: O início da Participação Político-Eleitoral no Brasil e na França dos Oitocentos. In: *Confluências*. Niterói, v. 13, n. 1, pp. 129-142, 2012.

MUNARI, Rodrigo Marzano. O Governo representativo e os presidentes de província: a constituição de uma jurisprudência sobre as leis eleitorais no Império (São Paulo, 1840-1850). In: *Anais do XXIII Encontro Estadual de História*, São Paulo, 2016, pp. 1-16.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. In: *Projeto Memória. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*. São Paulo, n. 10, pp.7-28, dez.

1993.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Natureza e Identidade: o caso brasileiro. In: *Desigualdade & Diversidade: Revista de Ciências Sociais da PUC*. Rio de Janeiro, nº 9, pp. 123-134, ago./dez. 2011.

_____, Maria da Glória de. História, memória e ensino de história: percursos de uma reflexão. In: *Revista de História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 13, pp. 130-143, 2013.

PARENTE, Paulo André Leira. A Construção de Uma História Militar. In: *Revista Brasileira de História Militar* (eletrônica), dez. 2009. Disponível em: <http://www.historiamilitar.com.br/index1.html>, acesso em: dez. 2015.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. A história militar tradicional e a “nova história militar”. In: *Anais do Simpósio Nacional da Anpuh*. São Paulo, 2011, pp. 1-16.

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n.3, pp. 3-15, 1989.

RANKE, Leopold Von. *Hérodoto e Tucídides*. In: *Revista História da Historiografia*. Ouro Preto, n.6, pp. 252-259, mar. 2011.

REITZ, Alessandra. O Processo de formação do Arquivo da Marinha do Brasil como instituição de pesquisa histórica e militar (1907-1953). In: *Navigator*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, pp. 23- 33, 2008.

_____. A Importância do Patrimônio Arquivístico da Marinha do Brasil. In: *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v.132, n. 8-12, pp. 56-61, out./dez. 2012.

RESTIER JUNIOR, Renato; LOUREIRO, Marcelo José Gomes. História política, história social e história militar: três histórias em busca de um eixo teórico e metodológico comum. In: *Revista Brasileira de História Militar*. Rio de Janeiro, ano 3, n. 8, pp. 92-113, ago. 2012.

_____. O Conselho Naval nos Oitocentos: propostas para o estudo da relação entre civis e militares no Império. *Navigator*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 12, pp. 1-6, dez. 2010.

RIBEIRO, Gladys Sabina. Cidadania, liberdade e participação no processo de autonomização do Brasil e nos projetos de construção da identidade nacional. *Revista de História*. Niterói, pp. 1-23, 2007.

_____. A Comissão Mista Brasil - Portugal para o reconhecimento da Independência. In: *Anais do XXII Simpósio Nacional De História*. João Pessoa, 2003, pp. 1-7.

RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. François Guizot e a sua influência no Brasil. In: CENTRO DE PESQUISAS ESTRATÉGICAS PAULINO SOARES DE SOUZA. Disponível em: <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/FGIB.pdf>, acesso em 2 mar. 2016.

RONDINELLI, Bruna G, Silva. Os dramas históricos de Mendes Leal nos palcos do Rio de Janeiro: notas sobre as encenações e a recepção crítica. In: *Convergência Lusíada*. Rio de Janeiro, n.32, pp. 40-50, dez. 2014.

ROSAS, Suzana Cavani. Eleições, Cidadania e Cultura Política no Segundo Reinado. In: *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*. Pernambuco, n. 20, pp. 83-100, 2012.

SANCHES, Marcos G. Guerra. Problemas e desafios do campo da história militar brasileira. *Revista Brasileira de História Militar*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, abr. 2010.

_____. Um militar no Império. In: *Navigator*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, pp. 37-45, 2007.

SCAVARDA, Levy. A Escola Naval através do tempo. In: *Subsídios para História Marítima do Brasil*. Rio de Janeiro, v. XIX, pp. 9-294, 1955.

SANTANNA, Henrique Modanez. Políbio e os princípios de sua investigação histórica: algumas considerações. In: *Revista Mundo Antigo*. Rio de Janeiro, ano. I, v. 01, n. 02, dez. 2012.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos: Memória Coletiva, Trama e Cultura: Um debate. In: *Revista USP*. São Paulo, n. 98, pp. 53-68, jul./ago. 2013.

_____, Wagner Luiz Bueno dos. Acessando o passado e redescobrimo a Marinha Imperial: o projeto de descrição dos documentos da Secretaria de Estado e Negócios da Marinha no Século XIX. In: *Revista Acesso Livre*. Rio de Janeiro, n.5, pp. 187-199, jan./jun. 2016.

SARMENTO, Carlos Eduardo. *A medida do progresso: as elites imperiais e a adoção do sistema métrico no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDOC, pp. 1-17, 1997.

SILVA, Carlos André Lopes da. Os rumos do ensino profissional para o oficialato da Marinha na Regência e os limites da teoria da “política de erradicação das Forças Armadas”. In: *Navigator*. Rio de Janeiro, v.8, n.16, 2012.

_____. Redescobrimo a Marinha Oitocentista: O Projeto de Descrição do Acervo Documental da Secretaria de Estado e Negócios da Marinha (1808 a 1890). *Anais do III Encontro da Associação Brasileira de Estudos da Defesa*. – ABED – Universidade Estadual de Londrina, 2009, pp. 1-9. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/mesthis/abed/index.php>, acesso em: 26 nov. 2016.

SILVEIRA, Mauro César. Em busca de uma visão mais abrangente da história do jornalismo e o exemplo argentino do grupo *Clarín* – In: *Faces da História*. Assis, v.1, n.1, pp. 6-23, 2014.

SOARES, Luiz Carlos; VAINFAS, Ronaldo. Nova história militar. In: VAINFAS, R.; CARDOSO, C. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2011, pp. 113-132.

SOUZA, Adriana Barreto de. Biografia e escrita da história: reflexões preliminares sobre relações sociais e de poder. *Revista Universidade Rural*. Seropédica, v. 29, n. 1, pp. 27-36, jan./jun. 2007.

_____, Vanderlei Sebastião. Autor, Texto e Contexto: A História Intelectual e o contextualismo Linguístico na Perspectiva de Quentin Skinner. In: *Revista de História e Estudos Culturais*. Universidade Federal de Uberlândia, v. 05, pp. 01-19, out./dez. 2008. Disponível em www.revistafenix.pro.br/, acesso em: 21 fev. 2016.

TAVARES, Luiz Edmundo Tavares. Chega a Corte, muda a cidade. In: *Navigator*. Rio de Janeiro, n. 9, pp. 65-74, 2010.

TEIXEIRA, Milton. *A Matriz de São João Batista da Lagoa*. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS AMIGOS DE BOTAFOGO. Disponível em: www.amabotafogo.org.br/historia.asp, acesso em: 04 set. 2016.

_____, Nuno Severiano. A história militar e a historiografia contemporânea. In: *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, v. 768, p. 83-96, abr./maio/jun. 1995.

_____. *Nação e Defesa*. Lisboa, ano 16, n. 59, pp. 55-71, 1991.

TORRES, Giovani Németh. Quantos Filhos teve D.Pedro I. In: *Revista Brava Gente Brasileira*. Florianópolis, ano I, n. 3, mar. 2009.

TURIN, Rodrigo. História da Historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. In: *Revista História da Historiografia*. Ouro Preto, n.º 13, pp. 78-85, dez. 2013.

VAL, Sylvio dos Santos. A Guerra do Paraguai e seu *aftermath*: nucleação tecnológica na Marinha do Brasil. In: *Navigator*. Rio de Janeiro, v.11, n. 22, pp. 43-54, 2015.

VALE, Brian, A Criação da Marinha Imperial e A Ação da Marinha nas Guerras de Independência. In: BRASIL, Ministério da Marinha. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação-Geral da Marinha, 2002, v. 3, t. I, pp. 63-157.

VALLADARES, Eduardo Montechi. O Período Regencial. In: AMARAL, Sonia, (org.). *O Brasil como Império*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2009, pp. 134-161.

VELLASCO, Ivan de Andrade. Clientelismo, ordem privada e Estado do Brasil oitocentista: notas para um debate. In: CARVALHO, José Murilo de. NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira da (Org.). *Repensando o Brasil dos Oitocentos: Cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 71-100.

_____. O juiz de paz e o Código do Processo: vicissitudes da justiça imperial em uma comarca de Minas Gerais no século XIX. In: *Revista de Justiça & História*. Porto Alegre, v.3, n.6, pp. 1-23, 2006.

VIDIGAL, Armando A. F. A Campanha Naval na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. In: *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, v. 130, n. 04/06, pp. 48-54, abr./jun.2009.

WEHLING, Arno. A pesquisa da história militar brasileira. *Da Cultura*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, pp. 35-41, jan./jun. 2001.

_____. Fundamentos e Virtualidades da Epistemologia da História: algumas questões. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, pp. 147-169, 1992.

_____. Ruptura e Continuidade no Estado Brasileiro (1750-1850). In: *Revista História Constitucional*, n.º 5, pp. 1-12, 2004. Disponível em: <http://www.historiaconstitucional.com/index.php/historiaconstitucional/article/view/100>, acesso em 10 fev. 2016.

5. Livros

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ALBUQUERQUE, Antonio L. P; SILVA, Léo Fonseca e. *Fatos da História Naval*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006.

_____. *A Companhia de Guardas-Marinha e sua Real Academia à Escola Naval, 1782-1982*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1982.

ALCÂNTARA, Laura Pereira de. *Os Filhos de D. Pedro I*. Rio de Janeiro: Aurora, 1987.

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. *Os gigantes da estratégia naval: Alfred Mahan e Herbert Willian Richmond*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento: a geração 1870 na Crise do Brasil- Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMARAL, Sonia Guarita do (Org.). *O Brasil como Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

ANTUNES, Euzébio José. *Memórias das Campanhas contra o Estado Oriental do Uruguai e a República do Paraguai*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2007.

ARIAS NETO, José Miguel. *Em busca da cidadania: praças da Armada Nacional (1867-1910)*. 2001. 385 f. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: Editora da UNB, 1978.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Historiografia: teoria e prática*. São Paulo: Alameda, 2014.

BARROS, José de Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. *O tempo dos historiadores: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. *Teoria da História*. Petrópolis: Vozes, 2011-2012, 1-5 v.

BEAUFRE, André. *Introdução à estratégia*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.

BITTENCOURT, Armando de Senna. *Introdução à História Marítima Brasileira*. Rio de

Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883.

BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português e Latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712, 1-8 v.

BOITEUX, Lucas Alexandre. *A Escola Naval: (seu histórico) 1761-1937*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940.

_____. *A Marinha de Guerra Brasileira nos reinados de D. João VI e D. Pedro I (1807-1831)*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1913.

_____. *A Marinha Imperial na revolução farroupilha*. Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1935.

_____. *Ministros da Marinha (notas biográficas)*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1933-1959, 3 v.

_____. *Nossas Campanhas Navais*. Rio de Janeiro. Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1956-1956, 2 v.

BOUTHOU, Gaston. *Tratado de Polomologia*. Madrid: Ediciones Ejército, 1984.

BRASIL. MINISTÉRIO DA MARINHA. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975-2002, 1-10 v.

BRAVO, M. Pinto. Curso de história naval. Rio de Janeiro: SDM, 1959, v. 1.

BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CAMINHA, Herick Marques. *Dicionário Marítimo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1961.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CARMONA, Ronaldo Carmona. *Geopolítica Clássica e Geopolítica Brasileira Contemporânea: Mahan, Mackinder e a "grande estratégia do Brasil para o Século XXI"*. 188f. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

CARVALHO, José M. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____; NEVES, Lucia M. (Org.). *Repensando o Brasil dos Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CASTRO, Celso; IZECHSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrick. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CERTEAU, Michael de. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CEZAR, Temístocles. Fustel de Coulanges. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *Lições de História: o caminho da ciência ao longo do século XIX*. Porto Alegre: FGV / EdIPUCRS, 2010.

CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de três séculos da literatura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

COELHO, Edmundo Campos. *As Profissões Imperiais. Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

CORBETT, Julian Stafford. *Some Principles of Maritime Strategy, Classics of Sea Power*. Annapolis, Md.: Naval Institute Press, 1988.

CORVISIER, André. *A Guerra: ensaios históricos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles, o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. Campinas: HUCITEC/UNICAMP, 1996.

_____ ; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (Org.). *De um Império a Outro. Formação do Brasil, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Fapesp, 2007.

CUNHA, MARCO A. *A chama da nacionalidade: ecos da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.

DARNTON, Robert. *Os Dentes Falsos de George Washington: Um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA. Narrativas, Biografias e Fontes da Guerra da Tríplice Aliança. In: *Subsídios para a História Marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2016, 1-2 v.

DONIN, Luana de Amorim. *Academia de Marinha: Normatização da Formação Militar Naval no Período de Construção do Estado Imperial Brasileiro (1837-1858)* 174 f. Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em História da UFF, Niterói, 2014.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ELIAS, Norbert. *Escritos & ensaios: Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. *O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, v. 2.

_____. *O processo civilizador: Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, v. 1.

_____. *The genesis of the naval profession*. Dublin: University College Dublin Press, 2007.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora UNB, 2016.

FERTIN, André. *Clientelismo Político em Tempos Belicosos: a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850-1873)*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009, 1-3 v.

FREUND, Julien. *Sociologia Del Conflicto*. Madrid: Ediciones Ejército, 1995.

- GAMA, Edina L. N. *A Marinha do Brasil e sua ação contra Rosas e Oribe (1850-1852)*. 2001. 123f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História Militar). Rio de Janeiro: UNIRIO, 2001.
- GARCEZ PALHA, José. *Efemérides Navais: resumo dos fatos mais importantes da história naval brasileira desde 1º de janeiro de 1822 a 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1984.
- GOMES, Angela de Castro. *História & historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- GONÇALVES, Sérgio Campos. *O Brasil entre a História Narrativa e a História Analítica (1840-1870): Civilização, Progresso e Desenvolvimento*. 2015. 253f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2015.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- GREENHALGH, Juvenal. *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História 1822-1889*. Rio de Janeiro: IBGE, 1965, v. 1.
- GUIMARÃES, Manuel Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: (1838/1857)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- HARTOG, François. *O Século XIX e a História: O Caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.
- HOBBSAWM, Eric J. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- _____. *Sobre História: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.
- KHALED JR, Salah. *Horizontes Identitários: a construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do Século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
- KEEGAN, John. *A batalha e a história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2006.
- _____. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

- KUHN, THOMAS S. *A Estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 2010.
- _____. *A História deve ser dividida em pedaços?*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- LIMA, José Francisco de. *Marquês de Tamandaré Patrono da Marinha (Seu Perfil Histórico)*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1982.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.
- LYRA, Maria de Lourdes Vianna. PRADO, Maria Ligia; CAPELATO, Maria Helena (Org.). *O Império em Construção: Primeiro Reinado e Regências*. São Paulo: Atual, 2000.
- MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: UNESP; Ed. Moderna, 1997.
- MAIA, João do P. *A Marinha de Guerra no Brasil na Colônia e no Império (tentativa de reconstrução histórica)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.
- MALERBA, Jurandir (Org.). *A História Escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- MALEŠEVIĆ, Siniša. *The Sociology of War and Violence*. New York: Cambridge University Press, 2010.
- MANCUSO, Amanda Pinheiro. *Entre terra e mar: história e política na narrativa das forças armadas brasileiras - os casos do Exército e da Marinha*. 2007. 273 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.
- MARTINS, Hélio Leôncio. *Almirante Lord Cochrane: uma figura polêmica*. Rio de Janeiro: Editora Arepp, 1997.
- MATTOS, Ilmar Robloff de. *O Tempo Saquarema: A formação do Estado Imperial*. São Paulo, Editora HUCITEC, 1990.
- MENEZES, Delano Teixeira. *O militar e o diplomata*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1997.

MOITREL, Mônica Hartz Oliveira. *A logística naval na Marinha Imperial durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2015.

_____. *Cabanagem, A Marinha na Estruturação Nacional: Fatos e Documentos (1835-1840)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História Militar). Rio de Janeiro: UNIRIO, 2001.

MOSSÉ, Benjamin. *Dom Pedro II, Imperador do Brasil: o Imperador visto pelo barão do Rio Branco*. Brasília: FUNAG, 2015.

MOTTA, Artur Silveira da. *De Aspirante a Almirante*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1984.

_____. *Reminiscência da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1982.

NABUCO, Joaquim. *Balmaceda: A Intervenção estrangeira durante a Revolta de 1893*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

_____. MACHADO, Humberto F. M. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: EDITORA HUCITEC, 1989.

OLIVEIRA, Maria da Glória de, ARAÚJO, Valdeir Lopes de. (org.). *Disputas pelo Passado: História e historiadores no Império do Brasil*. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

_____. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil Oitocentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

OLIVEIRA, Natália Vial. *O Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e a Invenção de uma tradição par o Exército Brasileiro (1937-1945)*. 138f. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.

OURO PRETO, Visconde de. *A Marinha de Outrora*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1981.

PARET, Peter. *Os Construtores da Estratégia Moderna: De Maquiavel à Era Nuclear*. Rio de

Janeiro: Biblioteca do Exército, 2015, 1-2 v.

PENALVA, Gastão. *A Legenda da Marinha. Fantasia – Revista em um ato*. Imprensa Naval, Rio de Janeiro, 1929.

_____. *A Marinha do Meu Tempo*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1982.

PROENÇA JR, Domício. DINIZ, Eugenio; RAZA, Salvador Ghelfi. *Guia de Estratégia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1999.

REIS, Amphilóquio. *Dicionário Técnico de Marinha*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1947.

_____, José Carlos. *História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. *Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, 1-2 v.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RESTIER JUNIOR, Renato. *Antítese da civilidade: poder naval, pensamento político e guerra no Segundo Reinado (1850-1876)*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

REZZUTI, Paulo. *D. Pedro: A história não contada. O homem revelado por cartas e documentos inéditos*. São Paulo: Leya Editora, 2015.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; FAPERJ, 2002.

_____; FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz (org.). *Linguagens e Práticas da Cidadania no Século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010.

RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a Ideia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RODRIGUES, Fernando da Silva; PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. *Uma Tragédia Americana: A Guerra do Paraguai sob Novos Olhares*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

_____, José Honório. *História e historiografia*. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. *Independência: revolução e contra-revolução – as Forças Armadas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

_____. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. São

Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

SANTOS, Wagner Luiz Bueno dos. A criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros no processo de construção do Estado Nacional brasileiro: formação militar, educação e civilização no Brasil Imperial. 240f. Dissertação (Mestrado em História Social). Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

SILVA, Antônio Moraes. *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1838.

_____, Carlos André Lopes da. *A Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinha: aspectos de uma instituição de ensino militar na alvorada da profissionalização do oficialato militar 1808-1839*. 301f. Dissertação (Mestrado em História Social). Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da Construção Naval no Brasil*. Rio de Janeiro: FEMAR, 2001.

VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

VIDIGAL, Armando A. F; ALVES DE ALMEIDA, Francisco E. (org.) *Batalhas e Campanhas Navais que mudaram a História*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2009.

_____. *Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1985.

WALTZ, Kenneth N. *O Homem, O Estado e a Guerra: uma análise teórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WEHLING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. Niterói, Rio de Janeiro: Central da Universidade Gama Filho, UFF, 1994.

_____. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. São Paulo: Nova Fronteira, 1999.

_____; WEHLING, MARIA J. *Memória social e documento: uma abordagem interdisciplinar*. Rio de Janeiro: UNIRIO, Mestrado Memória Social e Documento, 1997.

Anexo:

Carta de Theotonio Meirelles da Silva a D. Pedro II. Museu Imperial: Inventário dos documentos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil existentes no Castelo D'Eu, v. 2, maço 166, documento 7.647.

“Confidencial

Meu Imperador,

Há algum tempo, que o suicídio se nos afigura, como única limitava a nossos males. A fé na misericórdia de Deus, e a resignação para os sofrimentos, vai se afrouxando sensivelmente, e parece-nos que o termo fatal se aproxima Bem-vindo seja ele. Entregue-se à terra o que é da terra : acabe-se o sofrimento, e a alma que se liberte.

Não desejaríamos, no entanto, Senhor, baixar à sepultura, sem termos tido uma audiência íntima com Vossa Majestade Imperial, sem termos ouvido da própria boca de Vossa Majestade algumas palavras que seriam, para nós, do maior alívio.

Porém como conseguir ou levar a efeito esse desejo, se todas as vezes que o pretendemos, ficamos estáticos e embrutecidos e sem podermos pronunciar uma só palavra em presença de Vossa Majestade Imperial?

Não nos vale nem nos encoraja ideia de termos a honra de conhecer, facilidade e costume de nos apresentarmos a V. M Imperial desde a tenra idade de 07 anos: não nos vale mesmo a certeza de que temos de que V Majestade ouve e trata bem a todos; não nos vale, finalmente, nem os horrores da crítica posição em que nos achamos, nem a sinceridade de nosso pensamento, para termos a coragem necessária para nos dirigirmos em tal audiência!

No entanto, Senhor, é preciso falar, é preciso abrir nosso coração, é preciso que morramos certos de que Vossa Majestade nos ouviu, mesmo que não se digne responder- nos. Nossa consciência ficará tranquila depois disso proceder: o resto a Deus pertence.

O único meio que há para conseguir tais desejos, é a de que ora lançamos mão, meio decente e respeitoso, e nunca reprovado.

Senhor. Quando em 1830 o Senhor D. Pedro I, de saudosa memória, nos trouxe, em sua companhia, da província de Minas, onde nascemos, nos primeiros dias de 1823, e que, por sua abdicação, nos deixou no Palácio de S. Cristovão, debaixo da augusta proteção de Vossa Majestade Imperial, certamente não passava pela ideia daquele Augusto Senhor que , assim procedendo, contribuía para a nossa inteira desgraça em futuro mais ou menos próximo,

Estamos persuadidos, Senhor, que D Pedro I quando nos deixou entregues a proteção de seu augusto filho, e aos cuidados do Conselheiro José Bonifácio, estava convencido de que fazia nossa felicidade, e nós nunca seríamos abandonados por Vossa Majestade Imperial.

O Senhor Conselheiro José Bonifácio também assim o pensou sempre, e ainda nas vésperas de sua morte, nos repetiu que estava certo de que Vossa Majestade nunca nos abandonaria.

Assim também pensaram sempre os Senhores Conselheiros João Valentim, Marquês de Itanhaém e Paulo Barbosa, quando em nome e às expensas de Vossa Majestade Imperial dirigiam nossa educação e nos fizeram oficial de marinha.

Como, pois explicar-se hoje o abandono que temos recebido que Vossa Majestade Imperial, e o indiferentismo que Vossa Majestade Imperial mostra a todos os nossos males e sofrimentos desde 1848 para cá?

Que atos ou faltas temos cometido dessa época em diante?

Sempre respeitosos, gratos e amantes em excesso da pessoa de Vossa Majestade Imperial e de toda a augusta família sem um vício que nos desabone, e sempre mais ou menos apreciado e considerado na vida ou escala social em que vivemos: qual pois a nossa falta, nosso defeito?

A consciência de nada nos acusa; no entanto, Senhor, estamos passando aos olhos de todos, por termos cometido alguma coisa má perante Vossa Majestade, e que por isso somos castigados. Até Ministros de Estado acreditam que estamos excomungados, e que eles cometem falta empregando-nos e dando o pão necessário a nossa numerosa família! Mais de um, Senhor, nos tem declarado que, apesar de nossos merecimentos e justiça, só por iniciativa ou pedido de Vossa Majestade Imperial, nos empregariam!

Estamos, pois, Imperial Senhor, reduzidos a sofrer o castigo de Tântalo, a morrer de fome e sede, a vista d'água e carnes; centenas de empregos nos quais podíamos, com vantagem, ser aproveitados, tendo nós a melhor boa vontade, aptidão, inteligência para os exercer, e sem podermos, no entanto, obter um só deles!

Que horrível castigo!

E nossos filhos, pedindo pão, pedindo roupa, pedindo educação e nós sem lhe podermos ser bons! E os anos correndo, e aproximando-se o dia final, sem, ao menos, um montepio ou uma pensão, podermos legar a esses desgraçados brasileiros, para evitar a sua miséria e perdição!

Agora, Senhor, permita Vossa Majestade que tratemos de fim principal desta carta.

O povo do Rio de Janeiro, em geral, Senhor, acredita e diz que somos filho natural de do Senhor D. Pedro I, crença que apareceu, sem dúvida, pela circunstância da estada daquele Senhor na Província de Minas Gerais em 1822, e coincidir, infelizmente, a nossa idade com a dessa estada na província e pela proteção que nos dispensou o dito Senhor, em 1830, quando pela segunda vez foi a Minas; proteção que se estendeu a trazer-nos em sua companhia a deixar-nos em São Cristóvão, sob cuidados de Vossa Majestade Imperial, em 1831.

Ora, havendo essa crença no povo e aparecendo como apareceu, esse indiferentismo de Vossa Majestade para conosco, a ponto de nos deixar pedir esmolas, acreditam os mais intimidados, que Vossa Majestade Imperial procede, assim, de caso pensado, ou intencionalmente.

Senhor, Vossa Majestade teria razão de assim proceder, se de nossa parte houvesse culpa: se de nós tivesse partido alguma palavra, ou se fizéssemos garbo e ostentação do fato acima aludido. Porém Senhor, quem não nos conhecer e não souber de nosso modo de pensar e proceder, acreditará que nos poderíamos vangloriar, e fazer ostentação, da desonra da nossa infeliz mãe, fosse qual fosse a hierarquia de seu sedutor.

Somos, portanto, Senhor, vítimas inocentes de um ato que não praticamos, e do qual até, nos vexamos... Vossa Majestade castiga- nos sem razão de o fazer.

Suponhamos, no entanto, Imperial Senhor, que é verdade que somos filho do Senhor D. Pedro I, e que há disso todas as provas.

Onde está o nosso mal e o nosso crime, para sofrermos por esse motivo?

A história não apresenta tantos casos de proteção e benefícios aos filhos naturais de reis e príncipes pelos parentes legítimos desses próprios soberanos e príncipes? Quem censurou nunca esse proceder de humanidade?

E quem ousaria fazê-lo, Senhor, se Vossa Majestade nos tivesse querido proteger? Vossa Majestade que reparte tudo quanto tem, com a pobreza e não pobreza, que mal lhe teria se nos quisesse considerar um pensionista, como o é o Primeiro Conde de Iguaçú e outros?

Cumpram-se, entretanto, Senhor, os desejos e a vontade de Vossa Majestade Imperial. Acredite, porém, Vossa Majestade, que, castigou, sem motivo, o homem que talvez dentre os súditos mais o respeitara, maior amizade lhe consagrara, e o mais capaz, sem dúvida, de sacrificar-se pela pessoa de Vossa Majestade Imperial; homem que não há um só ato na sua vida que não exprima e signifique – amor e gratidão à pessoa de Vossa Majestade Imperial e à sua augusta família!

Lagoa Rodrigo de Freitas, 12 de junho de 1873.

Theotonio Meirelles”.